AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 893 - Quarta-feira 13 de Janeiro de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Álto Araguaia

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

Objeto: Prestação de Serviço com locação de 01 (um) caminhão truco caçamba e 04 (quatro) caminhões toco caçamba para a Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e 01 (um) caminhão truco caçamba para a Secretaria de Obras.
Dia: 25/01/2010.
Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia **25/01/2010**.
Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.
Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **25 de Janeiro de 2010**, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).
Alto Araguaia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Renata Fermino de Oliveira
Pregoeira

RELAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS DEZEMBRO/2009

Segundo Termo aditivo ao contrato 041/2009
Contratado: Valdemar Gomes Damasceno
Objeto: Transporte Escolar
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 296,62 (duzentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos)
Data: 09/12/09

Segundo Termo aditivo ao contrato 044/2009
Contratado: Edivânio Vieira de Freitas Fagundes
Objeto: Transporte Escolar
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 296,62 (duzentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos)
Data: 09/12/09

Segundo Termo aditivo ao contrato 075/2009
Contratada: Regina Martins Barbosa Faria - ME
Objeto: Transporte escolar na linha 17 lote 01 – transporte de alunos universitários para Jataí – GO
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 12.980,52 (doze mil novecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos)
Data: 01/12/09

Quinto Termo aditivo ao contrato 040/2009
Contratado: Oclécio Ribeiro de Rezende
Objeto: Transporte Escolar
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 346,05 (trezentos e quarenta e seis reais e cinco centavos)
Data: 09/12/09

Sexto Termo aditivo ao contrato 010/2009
Contrato: Raquel Castro Farias
Objeto: Serviços técnicos de engenheiro sanitarista para elaboração de projeto de licenciamento ambiental do loteamento Nossa Senhora Aparecida II e III, Vila Aeroporto
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 60 dias a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 028/2009
Contatado: Rossilene Bitencourt Ianhes Barbosa
Objeto: Consultoria jurídica, de forma verbal ou escrita, na área de Direito Público, notadamente nos ramos de Direito Administrativo e Constitucional
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 09 meses a partir de 04/01/2020.
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 33.750,00 (trinta e três mil setecentos e cinquenta reais) a partir de 04/01/0210
Data: 23/12/2009

Terceiro termo aditivo ao Contrato 062/2009
Contratado: Lucenir Gomes da Silva - ME.
Objeto: Aquisição de óculos de grau para pessoas carentes deste município
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente.
Data: 23/12/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 077/2009
Contatado: Brasil Telecom S A.
Objeto: Aquisição de um Link Dedicado de 2 MBPS, para atendimento do Projeto de Internet Popular
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 11 meses a partir de 04/01/2010
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 39.368,67 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos) a partir de 04/01/0210.
Data: 23/12/2009

Segundo Termo aditivo ao contrato 081/2009
Contatado: Supermercado Super Ponto Bom Retiro ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, materiais de copa e cozinha, utensílios domésticos e lâmpadas para serem utilizados nas Escolas Rurais e Urbanas, Creches e Biblioteca deste Município
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 06 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 085/2009
Contratado: Brintex Comércio de Tecidos ltda.
Objeto: Aquisição de materiais hospitalares para uso no hospital municipal
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 10 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 087/2009
Contratada: Karine Oliveira Freitas
Objeto: Aquisição de pães, para consumo nas escolas, creches, hospital e secretarias municipais.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente no lote 11 que trata da aquisição de pães para consumo na casa de apoio a criança e ao adolescente.
Data: 23/12/2009

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 088/2009
Contratada: Cleusimar da Conceição Miguel
Objeto: Aquisição de pães, lanches e refrigerantes para consumo nas escolas, creches, hospital e secretarias municipais.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente no lote 06 que trata da aquisição de pães para a Creche Maria Ferreira Ribeiro.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 089/2009
Contratado: J F D de Souza e Cia ltda.
Objeto: Aquisição de gás liquefeito p45 e vasilhames p13 para diversas secretarias deste município
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 11 meses devido a existência de saldo remanescente no lote 02 a partir de 04/01/2010.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 090/2009
Contratado: N K E Comércio de Gás ltda ME
Objeto: Aquisição de gás liquefeito p13 para diversas secretarias deste município
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 11 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 091/2009
Contratada: Campos e Campos Carneiro ltda.
Objeto: Aquisição de Carnes, Verduras e Frutas para as Escolas Rurais, Urbanas e Creches deste Município.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente no lote 03 que trata da aquisição de frango in natura para as Creches.
Data: 23/12/2009

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 092/2009
Contratado: L A de S Porfírio ME
Objeto: Aquisição de Carnes para as Escolas Rurais, Urbanas e Creches deste Município
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Segundo termo aditivo ao contrato 099/2009
Contratada: RM Hospitalar ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalares para o Hospital Municipal e Posto de Saúde
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 11 meses a partir de 004/01/2010 devido a existência de saldo remanescente.
Data: 23/12/09

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 107/2009
Contratado: Campos e Campos Carneiro ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, materiais de copa e cozinha e pilhas para Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 06 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Sexto Termo Aditivo ao Contrato 112/2008
Contratada: Construtora Vipps ltda.
Objeto: Drenagem no Setor Castro.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 180 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de Restos a Pagar remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Sexto Termo Aditivo ao Contrato 113/2008
Contratada: Construtora Vipps ltda.
Objeto: Pavimentação no Setor Castro.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 180 dias a contar de 04/01/2010 devido a existência de Restos a Pagar remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 116/2009
Contratado: Imunotech Sistemas Diagnosticos Imp. Exp. Ltda.
Objeto: - Aquisição de testes para exames de bioquímica, imunológicos e gasometria
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato 120/2009
Contratado: PMH – Produtos médicos hospitalares ltda.
Objeto: Aquisição de testes para realização de exames hematológicos com concessão de equipamento para o hospital municipal
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 10 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 126/2009
Contratado: PMH – Produtos médicos hospitalares ltda.
Objeto: Aquisição de materiais para testes de exames manuais e para coleta de sangue, fezes e urina para o laboratório interno do hospital municipal
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 10 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 133/2009
Contratada: R F L Comércio de Produtos de Higiene e Descartáveis LTDA
Objeto: Aquisição de Produtos de Higienização bem como Assistência Técnica Preventiva e Corretiva dos Equipamentos que irão utilizar os produtos no Hospital Municipal.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 09 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação
Data: 23/12/2009

Segundo termo aditivo ao contrato 148/2009
Contratado: Bombassaro & Espanholi ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha e produtos de limpeza para a equipe de campo em serviço na manutenção das estradas vicinais (MT 100, MT 481 e MT 465)
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Segundo termo aditivo ao contrato 149/2009
Contratado: Supermercado super ponto bom retiro ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha e produtos de limpeza para a equipe de campo em serviço na manutenção das estradas vicinais (MT 100, MT 481 e MT 465)
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro Termo aditivo Contrato: 157/2009
Contratada: Hindenburg Cruvinel Guimarães da Costa - ME
Objeto: Serviços de realização de exames laboratoriais.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 08 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 159/2009
Contratado: Luiz Henrique Nogueira Borges

Objeto: Serviços profissionais de assessoria e consultoria no acompanhamento do índice de Participação do Município na arrecadação de ICMS
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 06 meses a partir de 04/01/2010
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 161/2009
Contratado: Gislaine Rodrigues Machado
Objeto: Transporte escolar
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 5.344,92 (cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos)
Data: 01/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 165/2009
Contratado: Cloro Mato Grosso ltda.
Objeto: Aquisição de 40 baldes de 40 kgs de hipoclorito de cálcio granulado 65%, destinados a divisão de água e esgoto
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 06 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 166/2009
Contratado: Paulo Cezar Rebuli
Objeto: Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídico-administrativa, nas diversas áreas de atividades do Município, e em especial para atender às diversas Secretarias, Órgãos Municipais e o Controle Interno
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 07 meses a partir de 04/01/2010
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 35.700,00 (Trinta e cinco mil e setecentos reais)
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 168/2009
Contratada: Luciano Paniago Vilela & Cia – Hospital Nossa Senhora de Fátima
Objeto: Aquisição de medicamentos para secretaria municipal de saúde.
Prazo: Fica aumentado o prazo de 06 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Segundo termo aditivo ao Contrato: 183/2009
Contratada: Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares ltda
Objeto: Aquisição de medicamentos contínuos que não fazem parte da farmácia básica para atender pacientes carentes deste município.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 06 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 185/2009
Contratada: Drogaria LV ltda ME
Objeto: Aquisição de Medicamentos.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 186/2009
Contratada: Valdemir Rodrigues Rezende ME
Objeto: Aquisição de medicamentos.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 187/2009
Contratado: Neder e Moura ltda.
Objeto: Aquisição de medicamentos
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 6.448,34 (seis mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos)
Data: 21/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 188/2009
Contratada: Flávio Rosan ME
Objeto: Aquisição de Medicamentos.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 189/2009
Contratada: Farmácia Central ltda ME
Objeto: Aquisição de medicamentos.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 193/2009
Contratada: Dimaq - Compotrat Cuiabá Comercial ltda.
Objeto: Aquisição de peças para manutenção de veículos e maquinários desta prefeitura.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 195/2009
Contratado: Imporcate Comércio de Peças para Tratores ltda.
Objeto: Aquisição de peças para manutenção de veículos e maquinários desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 196/2009
Contratado: Tricate Comércio de Peças para Tratores
Objeto: Aquisição de peças para manutenção de veículos e maquinários desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 201/2009
Contratada: Betânia Borges Mariano ME
Objeto: Recarga de tonners e cartuchos de tintas para diversas secretarias desta prefeitura.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 202/2009
Contratado: Rogério Garcia Celestino ME
Objeto: Aquisição de materiais de processamento de dados, equipamentos de informática e serviço de recarga de tonners para diversas secretarias desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 05 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 214/2009
Contratada: Valdemir Rodrigues Rezende
Objeto: Aquisição de Medicamentos Controlados para a Secretaria de Saúde
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 219/2009
Contratada: Cleusimar da Conceição Miguel
Objeto: Aquisição de pães para consumo nas escolas e secretarias municipais.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 220/2009
Contratada: R Radamés de Paulo - ME

Objeto: Aquisição de pães para consumo nas creches e Secretarias Municipais.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 221/2009
Contratada: Karine O Freitas ME
Objeto: Aquisição de pães, lanches e refrigerantes para consumo no Hospital Municipal e Secretarias Municipais.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 222/2009
Contratado: Arnaldo Viera de Rezende & Cia ltda.
Objeto: Lote 22 - fornecimento de leite para as Creches, Escolas, Casa do Menor, PETI, Hospital e Asilo Municipal
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Contrato: 223/2009
Contratada: A Machado Borges ME
Objeto: Aquisição de pães para consumo nas escolas, creches e Secretarias Municipais.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 225/2009
Contratada: M D Engenharia e Construções ltda.
Objeto: Contratação de serviços técnicos para elaboração de projetos de engenharia de esgotamento sanitário, drenagem urbana, serviços topográficos diversos, licenciamento ambiental e revisão e adequação de projeto e planilhas.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 228/2009
Contratada: Antonio Carlos da Paixão.
Objeto: Censo agropecuário e plano de sustentabilidade com elaboração de projeto de cadastro rural.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 230/2009
Contratado: Luciano Paniago Vilela & Cia Hospital Nossa Senhora de Fátima
Objeto: Serviços de Assistência Médico-Hospitalar conforme os quantitativos da Tabela da AMB/92 (Associação Médica Hospitalar/1992), no valor de R$ 0,35 (Trinta e cinco centavos) por CH (Coeficiente Hospitalar) e Valores da Tabela do ANEXO I
Valor: Fica o presente aumentado o valor de R$ 7.061,12 (sete mil sessenta e um reais e doze centavos)
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 08/12/200

Primeiro termo aditivo ao contrato 239/2009
Contratado: Livraria e Papelaria Mariano ltda.
Objeto: Aquisição Materiais de Expedientes e Materiais de Processamento de Dados
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 240/2009
Contratado: Campos e Campos Carneiro ltda.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, material de copa e cozinha e material de uso pessoal para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 04 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 242/2009
Contratada: Francisco Marino Fernandes & Cia. ltda
Objeto: Drenagem, Galeria de águas pluviais e Pavimentação Asfáltica em um trecho de 605 m da MT 100 entre a BR 364, na cidade de Alto Araguaia - MT
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 120 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 243/2009
Contratada: Hospital das Clínicas de Mineiros ltda.
Objeto: Credenciamento de empresas de Assistência Médica-Hospitalar para prestar serviços conforme a tabela da AMB/92 (Associação Médica Hospitalar /1992), em regime de urgência/emergência e ambulatorial.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo 97 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 244/2009
Contratada: Construtora R4 ltda
Objeto: Prestação de Serviços na construção de Quadra Poliesportiva para a comunidade do PA Gato Preto.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 90 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 249/2009
Contratado: Sidney José da Silva
Objeto: Serviços de extração de dente, tratamento endodôntico, prótese parcial, coroa metalo e núcleo de preenchimento
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 90 dias a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 250/2009
Contratado: Aredes Severino de Mendonça
Objeto: Serviços de extração de dente, tratamento endodôntico, prótese parcial, coroa metalo e núcleo de preenchimento
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 90 dias a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 251/2009
Contratada: União Hospitalar de Mineiros ltda.
Objeto: Prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar conforme os quantitativos da Tabela da AMB/92 (Associação Médica Hospitalar/1992), no valor de R$ 0,35 (Trinta e cinco centavos) por CH (Coeficiente Hospitalar) e Valores da Tabela do ANEXO I.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 03 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 254/2009
Contratado: Laboratório de Citopatologia e Anatomia Patológica ltda.
Objeto: Prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar conforme os quantitativos da Tabela da AMB/92 (Associação Médica Hospitalar/1992), no valor de R$ 0,35 (Trinta e cinco centavos) por CH (Coeficiente Hospitalar) e Valores da Tabela do ANEXO I
Especificação: Em cumprimento do objeto a contratada se compromete a prestar especificamente os seguintes serviços: realização de biopsia em peças cirúrgicas, cipatológico, citologia aspirativa (PAAF), citologia hormonal, imunoistoquímica, captura hidrida (HPV) e congelação transoperatório
Data: 01/12/2009

Segundo termo aditivo ao Contrato: 254/2009
Contratada: Laboratório de citopatologia e anatomia patológica ltda

Objeto: Serviços de Assistência Médico-Hospitalar conforme os quantitativos da Tabela da AMB/92 (Associação Médica Hospitalar/1992), no valor de R$ 0,35 (Trinta e cinco centavos) por CH (Coeficiente Hospitalar) e Valores da Tabela do ANEXO I.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 03 meses a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 255/2009
Contratada: Cairo Franco de Rezende Júnior
Objeto: Prestação de serviços odontológicos em extração, tratamento endotôntico, prótese parcial, coroa metalo cerâmica e núcleo de preenchimento metálico fundido atendendo os casos não realizados nos Centros de Saúde.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 80 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 256/2009
Contratado: N A da Silva & Cia ltda.
Objeto: Aquisição de peças para a manutenção de veículos de diversas secretarias desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 03 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 261/2009
Contratada: Neil David de Rezende
Objeto: Prestação de serviços odontológicos em extração, tratamento endotôntico, prótese parcial, coroa metalo cerâmica e núcleo de preenchimento metálico fundido atendendo os casos não realizados nos Centros de Saúde.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 74 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 262/2009
Contratada: Cristiane Scare Ayub
Objeto: Prestação de serviços odontológicos em extração, tratamento endotôntico, prótese parcial, coroa metalo cerâmica e núcleo de preenchimento metálico fundido atendendo os casos não realizados nos Centros de Saúde.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 74 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 263/2009
Contratada: Leônidas Teixeira dos Santos
Objeto: Prestação de serviços odontológicos em extração, tratamento endotôntico, prótese parcial, coroa metalo cerâmica e núcleo de preenchimento metálico fundido atendendo os casos não realizados nos Centros de Saúde.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 74 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 264/2009
Contratada: Miguel Dias de Campos
Objeto: Prestação de serviços odontológicos em extração, tratamento endotôntico, prótese parcial, coroa metalo cerâmica e núcleo de preenchimento metálico fundido atendendo os casos não realizados nos Centros de Saúde.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 73 dias a partir de 04/01/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao Contrato: 265/2009
Contratada: Christine Kelly Costa e Souza
Objeto: Prestação de serviços odontológicos em extração, tratamento endotôntico, prótese parcial, coroa metalo cerâmica e núcleo de preenchimento metálico fundido atendendo os casos não realizados nos Centros de Saúde.
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 73 dias a partir de 04/11/2010 devido a existência de saldo remanescente desta contratação.
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 269/2009
Contratado: Thony Dark Rezende Pimentel
Objeto: Contratação de horas de serviços de torno e solda para veículos e maquinários desta prefeitura
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 02 meses a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato 273/2009
Contratado: Elias Lemes do Amaral
Objeto: Adequação no consultório odontológico do PSF central
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de 41 dias a partir de 04/01/2010
Data: 23/12/2009

Setor de Licitações // Renata Fermino de Oliveira // Presidente CPL
Alto Araguaia 12/01/2010

RESOLUÇÃO Nº. 03/2009

"O Conselho Municipal de Assistência Social em reunião extraordinária aprovou em unanimidade, a criação do beneficio referente a pessoas portadoras de necessidades especiais que utilizam cadeira de roda para se locomoverem".

Em reunião extraordinária, os membros do Conselho Municipal se inteiraram da problemática que as pessoas portadoras de necessidades especiais estão enfrentando por não possuírem meios adequados para se locomoverem, criando assim a resolução que possibilita a doação de cadeiras de roda para os usuários. Os Conselheiros aprovarão a seguinte redação que seguem:

Art. 1º - Inserir no PPA e no ORÇAMENTO anual do município as referidas doações.

Art. 2º - Serão beneficiados, usuários de baixo poder aquisitivo, com Avaliação Social pelas Técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 3º - Para que os usuários sejam beneficiados, deverá apresentar Laudo medico da necessidade, considerando os requisitos direcionados nas especificidades de sua deficiência.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia-MT, 1º de Dezembro de 2009.

NEUSA MARIA ALVES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHEIROS:

ALBANEZ BERIGO_____

KATIA LIRIA AMORIM_____

RESOLUÇÃO Nº. 04/2009

"O Conselho Municipal de Assistência Social em reunião extraordinária aprovou em unanimidade as alterações da Lei 2.573/2009, no que se refere a auxilio Funerário.

Em reunião, extraordinária, os membros do Conselho Municipal, se inteiraram quanto a Lei 2.573/2009, considerando o art. 4º da referida lei que da ao Conselho autonomia de decisão quanto aos benefícios funerários, e a revogação pelo Legislativo dos parágrafos primeiro, segundo e terceiro do artigo 1ª, e os artigos 2º e 3º. Os Conselheiros aprovarão a seguinte redação dos referidos artigos que seguem:

Art. 1º Cria-se - Parágrafo primeiro do artigo 1º Considera-se carente, para efeito desta Lei, aquelas pessoas cuja renda familiar seja igual ou inferior a 04 salários mínimos, em caso especifico será emitido o Parecer Técnico da Assistente Social, pela Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social membros do Conselho Municipal, e que sejam residentes e domiciliados no município;

Art. 2º - Altera – cria-se um parágrafo no artigo 2º oferecendo o beneficio da Tanatopraxia em casos especiais (causa morte) indicado pelo agente funerário.

Art. 3º - Cria-se um artigo e parágrafos: o referido artigo especifica os valores do beneficio até R$700,00, o auxilio constará de : Urna sem visor, higienização do corpo, ornamentos artificiais, véu, 02 a 04 velas de 250grs e fornecimento de lanches.

Parágrafo Primeiro – Será concedido o translado de até 2.500 km, o valor da kilometragem será conforme o credenciamento, considerando o valor vigente no mercado.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Alto Araguaia-MT, 1º de Dezembro de 2009.

NEUSA MARIA ALVES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHEIROS:

ALBANEZ BERIGO_____

KATIA LIRIA AMORIM_____

Prefeitura Municipal de Alto Garças

AVISO DE RETIFICÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, torna público aos interessados que fica RETIFICADA o objeto Pregão Presencial nº 01/2010 – **onde lê-se:** Contratação de serviços especializados em Informática, enfermagem, serviço de transporte de pacientes e regulação de pacientes dentro da cidade de Cuiabá-MT, Contratação de Serviço de Limpeza e Manutenção da Pocilga, no Aviário e manutenção de pastagem e Serviço de Ordenha, na Escola Agrícola**,** Abertura dia 18/01/2010 às 12:00 horas, **leia-se**: Contratação de serviços especializados em Informática, enfermagem, Abertura dia 25/01/2010 às 13:00 horas.

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, em 12 de janeiro de 2010.

Ademir Ribeiro de Carvalho
Presidente da Comissão de Licitação

Aviso de Resultado de Licitação
Tomada de Preços nº 010/2009

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT torna público aos interessados que a Licitação realizada no dia 31/12/2009, sob a modalidade Tomada de Preços nº 010/2009, consagraram-se vencedores os proponentes: LUIZ FURTAT JUNIOR E WANDERSON REIS SALES VILELA.

Alto Garças - MT, 06 de janeiro de 2010.

Ademir Ribeiro de Carvalho
Presidente da CPL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

Modalidade: **Pregão Presencial N° 002/2010**
Tipo: **Menor Preço por Item**
Interessada*:* **Prefeitura Municipal de Alto Garças- MT**
Autora*:* **Comissão Permanente de Licitação**

Objet*o:* **Aquisição de Combustível para Diversas Secretarias**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, torna público aos interessados que fica **PRORROGADO** a data de abertura da Pregão Presencial nº 001/2010 para o dia 22/01/2010 às 08:30.

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, em 12 de janeiro de 2010.

Ademir Ribeiro de Carvalho
Presidente da Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Acolho o relatório da insigne Comissão Permanente de Alto Paraguai-MT e julgo procedente o recurso interposto pela empresa Santa Inês Construção e Comércio Ltda. reformando a decisão eliminatória e determinando que a mesma seja considerada habilitada, devendo permanecer no certame. Retornem os autos à Comissão para prosseguir no certame, designando-se desde já a data de 18 de janeiro de 2010 para a abertura dos envelopes referentes as propostas de preços. Publique-se e cumpra-se. Alto Paraguai – MT, 10 de janeiro de 2010.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Taquari

TOMADA DE PREÇOS 001/2010 – EDITAL RESUMIDO

O município de Alto Taquari – MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que realizará às 15:00 hrs do dia 29/01/2010, licitação na modalidade supra, do tipo menor preço global, para a seleção da proposta mais vantajosa para o fornecimento de Materiais Didático-Pedagógicos para alunos e professores das escolas municipais de ensino de ALTO TAQUARI. Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 12 de janeiro de 2010.

Jusinéia Menezes de Carvalho
Presidente da CPL

LEI Nº 574 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Alto Taquari para o exercício de 2.010 e dá outras providências.

O Povo do Município de Alto Taquari, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Maurício Joel de Sá, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade do Município de Alto Taquari para o exercício de 2.010 estima a Receita em R$ 34.779.000 (trinta e quatro milhões e setecentos e setenta e nove mil reais), contendo o Redutor de Receita para formação do FUNDEB no montante de R$ 4.742.000,00 (quatro milhões e setecentos e quarenta e dois mil reais), definindo um orçamento real de R$ 30.037.000,00 (trinta milhões e trinta e sete mil reais), para a administração direta e indireta, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

01 – RECEITAS CORRENTES	R$	33.029.000,00
Receita Tributária	R$	3.258.000,00
Receita de Contribuição	R$	305.000,00
Receita Patrimonial	R$	24.000,00
Receita de Serviços	R$	402.000,00
Transferências Correntes	R$	28.731.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	309.000,00
02 – RECEITAS DE CAPITAL	R$	1.750.000,00
Transferências de Capital .....R$		1.750.000,00
REDUTOR PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	R$	4.742.000,00

TOTAL ..... R$ 30.037.000,00

Artigo 3º - A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros Funções do Governo, "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei.

1 – POR FUNÇÕES DO GOVERNO

Legislativo .....R$ 1.752.000,00
Administração ..... R$ 7.480.000,00
Segurança Pública ..... R$ 112.000,00
Assistência Social ..... R$ 1.362.000,00
Previdência Social .....R$ 922.000,00
Saúde ..... R$ 7.124.000,00
Trabalho..... R$ 185.000,00
Educação ..... . R$ 5.416.000,00
Cultura .....R$ 220.000,00
Urbanismo..... R$ 1.474.000,00
Habitação .... R$ 40.000,00
Saneamento..... R$ 495.000,00
Gestão Ambiental ..... R$ 40.000,00
Agricultura..... ..... R$ 352.000,00
Industria ..... R$ 27.000,00
Comercio e Serviços ..... R$ 172.000,00
Energia ..... R$ 90.000,00
Transporte .... R$ 1.062.000,00
Desporto e Lazer ..... .R$ 482.000,00
Encargos Especiais .....R$ 130.000,00
Reserva de Contingência .. .. R$ 1.100.000,00

TOTAL ..... R$ 30.037.000,00

2 – POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI..... R$ 1.800.000,00

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI .. R$ 16.968.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. R$ 762.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .... R$ 2.310.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ..... R$ 7.097.000,00

99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA ..... R$ 1.100.000,00

01 – Câmara Municipal de Alto Taquari .....R$ 1.800.000,00
01 – Gabinete do Presidente do Presidente ..... R$ 516.000,00
02 – Secretaria da Câmara ..... R$ 1.284.000,00

02 – Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... R$ 16.968.000,00
10 – Gabinete do Prefeito ..... R$ 1.189.000,00
20 – Secretaria Municipal de Administração ..... R$ 2.351.000,00
30 – Secretaria Municipal de Fazenda ..... R$ 1.007.000,00
40 – Secretaria Municipal de Viação e Obras..... R$ 1.142.000,00
50 – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo ..... R$ 957.000,00
60 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura ..... R$ 3.295.000,00
70 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana ..... R$ 4.911.000,00
80 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ..... R$ 500.000,00
90 – Secretaria Municipal de Planejamento ..... R$ 432.000,00
100 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ..... R$ 356.000,00
140 – Secretaria Municipal de Promoção Social..... R$ 728.000,00

03 – Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social ..... R$ 762.000,00
110 – Fundo Municipal de Assistência Social ..... R$ 762.000,00

04 – Secretária Municipal de Educação e Cultura ... R$ 2.310.000,00
120 – Fundo de Man. e Desenv. do Ensino Básico – FUNDEB..... R$ 2.200.000,00
150 – Fundo Municipal do Salário Educação ..... R$ 110.000,00

05 – Secretária Municipal de Saúde ..... R$ 7.097.000,00
130 – Fundo Municipal de Saúde ..... R$ 7.097.000,00

99 – Reserva de Contingência ..... R$ 1.100.000,00

TOTAL ..... R$ 30.037.000,00

03 – POR PROGRAMA

1010 – Processo Legislativo ..... R$ 1.800.000,00
2010 – Administração Superior ..... R$ 1.189.000,00
3010 – Desenvolvimento Institucional .. R$ 2.351.000,00
3030 – Controle Financeiro ..... R$ 877.000,00
3040 – Encargos Especiais ..... R$ 130.000,00
4010 – Malha Viária Rural ..... R$ 1.142.000,00
5010 – Desenvolvimento do Turismo ..... R$ 130.000,00
5020 – Incentivos a Indústria e Comércio ..... R$ 827.000,00
6010 – Atenção a Criança e ao Adolescente ..... R$ 280.000,00
6020 – Atenção ao Trabalhador e à Família ..... R$ 92.000,00
6030 – Assistência e Idoso ..... R$ 45.000,00
6040 – Enfrentamento a Pobreza ..... R$ 30.000,00
6050 – Gestão do Sistema de Assistência Social ..R$ 813.000,00
6060 – Morar Melhor ..... R$ 100.000,00
6070 – Apoio à Família ..... R$ 130.000,00
7010 – Atenção Básica à Saúde ..... R$ 1.475.000,00
7020 – Atenção a Media e Alta Complexidade Ambulatorial .. R$ 4.140.000,00
7030 – Assistência Farmacêutica ..... R$ 54.000,00
7040 – Vigilância em Saúde..... R$ 42.000,00
7050 – Gestão do SUS ..... R$ 1.386.000,00
8010 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental.. R$ 980.000,00
8020 – Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil .. R$ 502.000,00
8030 – Apoio Educacional ..... R$ 883.000,00
8040 – Gestão do Sistema de Educação ..... R$ 810.000,00
8050 – Difusão Cultural ..... R$ 220.000,00
8080 – Manutenção do Transporte Escolar ..... R$ 110.000,00
8090 – Desenvolvimento do Ensino Básico..... R$ 2.200.000,00
9110 – Gestão do Sistema de Desporto e Lazer ..... R$ 500.000,00
9200 – Cidade Limpa .... R$ 99.000,00
9210 – Cidade Bonita ..... R$ 358.000,00
9220 – Malha Viária Urbana ..... R$ 1.107.000,00
9230 – Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana ..R$ 2.872.000,00
9240 – Abastecimento de Água ..... R$ 475.000,00
9300 – Planejamento e Gestão Fiscal .....R$ 316.000,00
9400 – Desenvolvimento Agrícola e Pecuário .....R$ 316.000,00
9410 – Preservação Ambiental ..... R$ 40.000,00
9999 – Reserva de Contingência ..... R$ 1.100.000,00

TOTAL ..... R$ 30.037.000,00

04 – POR CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesas Correntes ..... R$ 26.459.000,00
- Despesas de Capital ..... R$ 2.478.000,00
- Reserva de Contingência..... R$ 1.100.000,00

TOTAL ..... R$ 30.037.000,00

Artigo 4º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 9.408.000,00 (nove milhões e quatrocentos e oito mil reais), assim discriminadas:

08 – Assistência Social ..... R$ 1.362.000,00
09 – Previdência Social ..... R$ 922.000,00
10 – Saúde .... R$ 7.124.000,00

TOTAL ..... R$ 9.408.000,00

Artigo 5º - De acordo com o art. 42 da Lei nº 4320/64, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITOS SUPLEMENTARES**, considerando-se recursos para fins deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos, da Lei nº 4320/64:

a) Até o limite de 10% (dez por cento) do montante da Despesa Fixada através do art. 1º desta Lei, para atender o reforço de dotações insuficientes, exceto pessoal e encargos,

b) Até o limite de 05% (cinco cento) do montante da Despesa Fixada através do art. 1º desta Lei, para atender o reforço de dotações de pessoal e encargos e amortização da dívida.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.010.

Artigo 7º - Revogam-se às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Alto Taquari, 16 de dezembro de 2009.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Apiacás

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 003/2010
CARTA CONVITE 003/2010

A Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, através da CPL, torna público, que fará realizar Licitação,pela modalidade **CARTA CONVITE Nº 003/2010**, cujo objeto é aquisição de medicamentos. Data de abertura: 21/01/2010 – às 8:00 h. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, Sito Av. Brasil, 1059 – Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT,

das 07 as 13 horas. Informações pelo telefone 66-3593-1344 ramal- **225**
Vilceles Gonçalves
Presidente CPL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial** no dia **26/01/2010 às 08:00 horas** (Horário de Mato Grosso).
Este pregãoserá regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008, Lei Federal 10.520/2002,
com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 001/2010
OBJETO: *AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL*
ABERTURA DA SESSÃO: 08:00 horas.
ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 08:30 horas.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT informações pelo telefone (66) 3593-1969- RAMAL –210.

Sebastião Silva Trindade
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Araputanga

Portaria n.º 001/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da servidora Sra. IDERCI INÁCIA GOMES NOVAIS".

O Diretor Executivo do PREVIARA, **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Araputanga**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela EC n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, Art. 45 Anexo "II", da Lei Municipal nº.432/2000, de 03 de Abril de 2000, Art. 12, inciso "I", combinado com Art. 14, da Lei Municipal n.º 636/2005, de 03 de Junho de 2005.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de ***Aposentadoria Por Invalidez*** a servidora Sra. ***Iderci Inácia Gomes***, portadora do RG. nº. 895.021, SSP/MT, CPF/MF n.º 580.710.161-87, e da Cédula Eleitoral de nº. 126030918/05, Zona "041", Seção "0022", servidora efetiva no Cargo de Professora I, sob a matricula nº. 448, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ***com proventos Integrais***, *conforme o processo do PREVIARA de n.º 001/2010*, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.
Araputanga – MT, 05 de Janeiro de 2010.
Reginaldo Luiz Schiavinato
Diretor Executivo
HOMOLOGO

VANO JOSÉ BATISTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067 /2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72
Contratado: YÁBAR & ARRAIS S/C LTDA CNPJ 04.293.889/0001-01 - O objetivo do presente é a contratação de empresa especializada para realização de inspeções medicas, na forma de junta medica de saúde, em servidores da **CONTRATANTE**, **para** fins de admissão e concessão de licenças para tratamento de saúde, doença em pessoa da família, acidente de trabalho e gestante, estatuída na Lei Complementar Municipal 001/2005.
Objeto: Aumento dos de Prazo
Prazo: 31/12/2009
Data: 31/12/2010
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Testemunhas: José Wilson Pereira Lage e Marilene da Silva Campos
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 026/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT – CNPJ: 03.507522./0001-72
Parte Contratado: A. J. F. PEREIRA - ME, Inscrita no CNPJ sob nº.: 02.143.689/0001-39
Objeto: Aumento de Prazo
Processo Licitatório: Pregão Presencial nº.:011/2009
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
DotaçãoOrçamentária:10.00200.08.244.6110.2061-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.6110.2080-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.6090.2085-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.2091-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.7040.2094-3.3.90.30.00.00-10.00200.08.244.7040.2095- 3.3.90.30.00.00-10.00200.08.244.7040.2096-3.3.90.30.00.00-10.00200.08.244.2098-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.2100-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.2101-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.2065-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.2065-3.3.90.30.00.00
Data: -31/12/2009 PRAZO: 31/12/2010
Testemunhas: José Wilson Pereira Lage e Marilene da Silva Campos
Barra do Bugres-MT, 30 de Dezembro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 023/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT – CNPJ: 03.507522./0001-72
Parte Contratado: CLAUDINEI ZANARDI – ME, Inscrita no CNPJ sob nº.: 02.576.772/0001-00
Objeto: Aumento de Prazo
Processo Licitatório: Pregão Presencial nº.:023/2009
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
DotaçãoOrçamentária:08.00200.12.365.5020.2040-3.3.90.30.00.00- 08.00300.12.361.5010.2043-3.3.90.30.00.00 - 08.00300.12.306.5040.2031-3.3.90.30.00.00 - 09.00200.10.302.6080-2058-3.3.90.30.07.00 - 10.00200.08.243.7040-2088- 3.3.90.30.00.00 - 10.00100.08.243.6090-2085-3.3.90.30.00.00 - 10.00200.08.244.6110-2061-3.3.90.30.00.00 - 10.00100.08.244.6110-2064-3.3.90.30.00.00 - 12.00100.04.122.8060.2067- 3.3.90.30.00.00

Data: -31/12/2009 PRAZO: 31/12/2010
Testemunhas: José Wilson Pereira Lage e Marilene da Silva Campos
Barra do Bugres-MT, 30 de Dezembro de 2009.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2009

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de ***DISCUSSÃO NA ELABORAÇÃO DA LOA PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2010 E PPA A SEREM APLICADOS NO MUNICÍPIO NO ANO DE 2010/2013***, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões, no qual, se realizará no dia **28 de agosto de 2009, às 17 horas na Sede da Prefeitura Municipal** com a seguinte pauta:

a) – Discussão e Elaboração da LOA para o ano de 2010.
b) .- Discussão e Elaboração do PPA 2010/2013.

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2009

1) Objetivo: **Elaboração e Discussão da LOA para o ano de 2010 e PPA 2010/2013.**
2) Local: **Prefeitura Municipal – Rua 02 - centro**
3) Data: **28 de agosto de 2010.**
4) Horas: **17 horas**
5) Normas:

a) Será apresentado pelas Secretarias da Prefeitura;
b) As solicitações de esclarecimentos sobre a matéria, formulada previamente, serão elucidadas em bloco por área (saúde, educação, infra-estrutura, gestão social, desenvolvimento econômico, administração e finanças), durante a Audiência Pública. As solicitações de esclarecimentos, formuladas durante a Audiência, serão esclarecidas após as manifestações verbais também em bloco por área.
c) informações adicionais e esclarecimentos poderão ser feitos pelo endereço eletrônico: www.pmbomjesusdoaraguaia.com.br.

6) AGENDA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

HORARIO	PROGRAMAÇÃO
17 horas	Abertura -
17:15 as 18:15	Apresentação das Propostas para inclusão na LOA e PPA
18:15 às 18:30	Pronunciamento dos cidadãos ou vereadores participantes
18:30 horas	Encerramento

Bom Jesus do Araguaia/MT, 30 de julho de 2009.

ALOISIO IRINEO JAKOBY
Prefeito Municipal

Lei Municipal n.° 219/2010
De 04 de Janeiro de 2010

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bom Jesus do Araguaia para exercício de 2010".

Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - O orçamento fiscal do município de BOM JESUS DO ARAGUAIA, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 9.627.480,00 (nove milhões e seiscentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais), discriminados anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento.

Administração Direta	Valores
RECEITAS CORRENTES	8.877.520,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	645.686,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.100,00
RECEITA PATRIMONIAL	26.801,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.159.955,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.978,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.469.959,71
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	749.959,71
Total da Administração Direta	9.627.480,00
Total Geral	**9.627.480,00**

Artigo 3º - a Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza de Despesa", integrantes da Lei, e as autarquias e funções em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

Por Funções de Governo

Administração Direta	Valores
01 – LEGISLATIVA	550.000,00
02 – JUDICIÁRIA	1.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	2.177.129,17
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	287.800,00
10 – SAÚDE	1.725.000,00
11 – TRABALHO	96.274,80
12 - EDUCAÇÃO	2.848.900,00
13 – CULTURA	36.500,00
15 – URBANISMO	435.000,00
16 – HABITAÇÃO	70.000,00
17 – SANEAMENTO	138.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	161.500,00
20 – AGRICULTURA	113.500,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.000,00
26 – TRANSPORTES	587.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	136.513,71
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	150.087,52
99 – RESERVA DE CONTINGENCIA	105.274,80
Total da Administração Direta	9.627.480,00

POR SUBFUNÇÕES

Administração Direta	Valores
031- AÇÃO LEGISLATIVA	550.000,00
061 – AÇÃO JUDICIÁRIA	1.000,00
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.149.129,17
123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	5.000,00
124 – CONTROLE EXTERNO	6.000,00
131 – COMUNICAÇÃO SOCIAL	20.000,00
241 – ASSISTÊNCIA AO IDOSO	21.500,00
243 – ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	76.000,00
244 – ASSISTENCIA COMUNITÁRIA	190.300,00
301 – ATENÇÃO BÁSICA	1.641.000,00
304 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.000,00
305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	77.000,00
331 – PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	96.274,80
361 – ENSINO FUNDAMENTAL	2.596.900,00
365 – EDUCAÇÃO INFANTIL	280.000,00
392 – DIFUSÃO CULTURAL	36.500,00
451 – INFRA-ESTRURA URBANA	340.000,00
452 – SERVIÇOS URBANOS	80.000,00
482 – HABITAÇÃO URBANA	70.000,00
512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO	138.000,00
541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	161.500,00
605 - ABASTECIMENTO	3.500,00
606 – EXTENÇÃO RURAL	110.000,00
692 – COMERCIALIZAÇÃO	8.000,00
751 – CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	15.000,00
782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	587.000,00
812 – DESPORTO COMUNITÁRIO	136.513,71
841 – REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	150.087,52
999 – RESERVA DE CONTIGENTINGÊNCIA	105.274,80
Total da Administração Direta	**9.627.480,00**
Total Geral	**9.627.480,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Administração Direta	Valores
DESPESAS CORRENTES	7.232.267.68
DESPESAS DE CAPITAL	2.298.937,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	96.274,80
Total da Administração Direta	**9.627.480,00**
Total Geral	**9.627.480,00**

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Administração Direta	Valores
01 – CAMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA	550.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	516.000,00
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	469.303,97
04 – SECRETARIA DE FINANÇAS	620.362,32
05 – SECRETARIA DE SAÚDE	1.863.000,00
06 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	357.800,00
07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2.885.400,00
08 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	1.956.100,00
09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	111.500,00
10 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	136.513,71
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	161.500,00
Total da Administração Direta	**9.627.480,00**
Total Geral	**9.627.480,00**

Artigo 4º - Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Artigo 5º - O Poder Executivo esta autorizado a:

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 05% (cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

I – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor

b) abrir créditos suplementares, até o limite de 10% (dez por centro) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64.

c) Poder Executivo fica autorizado a não abrir credito suplementares á conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada, sem passar pela autorização do Poder Legislativo.

I – Acompanharam os projetos de Lei relativos à crédito adicionais as exposições de motivos que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamento de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Araguaia/MT, em 04 de janeiro de 2.010.

Gabinete do prefeito municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT.

ALOÍSIO IRINEO JAKOBY
Prefeito Municipal

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

ANEXO – I - DOS CARGOS

FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Nº ORDEM	CARGOS	Nº DE VAGAS			NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
		CN	PNE	Total			
01	Auxiliar de Serviços Gerais	17	01	18	Fundamental Incompleto	510,00	40 horas
02	Guarda Municipal Vigilância	05	-	05	Fundamental Incompleto	510,00	40 horas
03	Eletricista Mecânico	01	-	01	Fundamental Incompleto	658,90	40 horas
04	Motorista de Veículos Leves	05	-	05	Fundamental Incompleto	578,26	40 horas
05	Operador de Máquinas Pesadas	03	-	03	Fundamental Incompleto	1.031,92	40 horas
06	Operador Máq. Leves/Tratorista	04	-	04	Fundamental Incompleto	578,26	40 horas
07	Agente de Limpeza	03	-	03	Fundamental Incompleto	510,00	40 horas
08	Agente de Nutrição Escolar	03	-	03	Fundamental Incompleto	510,00	40 horas
09	Motorista Escolar	01	-	01	Fundamental Incompleto	705,20	40 horas
10	Auxiliar de Serviços Gerais I	04	-	04	Fundamental Incompleto	510,00	40 horas
11	Auxiliar de Serviços Gerais II	03	-	03	Fundamental Incompleto	510,00	40 horas

CN = Candidatos Normais, PNE = Portadores de Necessidades Especiais

FUNDAMENTAL COMPLETO

Nº ORDEM	CARGOS	Nº DE VAGAS			NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
		CN	PNE	Total			
01	Auxiliar Administrativo II	08	-	08	Fundamental Completo	510,00	40 horas
02	Auxiliar Administrativo I	09	01	10	Fundamental Completo	519,04	40 horas
03	Fiscal Sanitário	01	-	01	Fundamental Completo	519,04	40 horas
04	Fiscal Ambiental	01	-	01	Fundamental Completo	519,04	40 horas
05	Fiscal de Obras e Posturas	02	-	02	Fundamental Completo	519,04	40 horas
06	Agente Sanitário	02	-	02	Fundamental Completo	510,00	40 horas
07	Agente de Saúde	03	-	03	Fundamental Completo	510,00	40 horas
08	Auxiliar de Saúde Bucal	01	-	01	Fundamental Completo	510,00	40 horas
09	Auxiliar de Enfermagem	04	-	04	Fundamental Completo	519,09	40 horas

CN = Candidatos Normais, PNE = Portadores de Necessidades Especiais

ENSINO MÉDIO

Nº ORDEM	CARGOS	Nº DE VAGAS			NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
		CN	PNE	Total			
01	Agente Administrativo	07	-	07	Ensino Médio	649,06	40 horas
02	Telefonista	01	-	01	Ensino Médio	554,16	40 horas
03	Digitador	02	-	02	Ensino Médio	649,06	40 horas
04	Fiscal de Tributos Municipais	01	-	01	Ensino Médio	649,06	40 horas
05	Fiscal Controles de Endemias	01	-	01	Ensino Médio	554,16	40 horas
06	Auxiliar Administrativo Educacional	05	-	05	Ensino Médio	510,00	40 horas
07	Secretária Escolar	02	-	02	Ensino Médio	510,00	40 horas
08	Técnico Adm. Educacional	02	-	02	Ensino Médio	510,00	40 horas

CN = Candidatos Normais, PNE = Portadores de Necessidades Especiais

ENSINO MÉDIO TÉCNICO

Nº ORDEM	CARGOS	Nº DE VAGAS			NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
		CN	PNE	Total			
01	Técnico Agrícola	04	-	04	Ensino Médio Profissionalizante	739,84	40 horas
02	Técnico em Enfermagem	08	-	08	Ensino Médio Profissionalizante	739,84	40 horas
03	Técnico em Laboratório	01	-	01	Ensino Médio Profissionalizante	739,84	40 horas
04	Técnico em Informática	01	-	01	Ensino Médio Profissionalizante	739,84	40 horas
05	Técnico em Radiologia	01	-	01	Ensino Médio Profissionalizante	739,84	40 horas

CN = Candidatos Normais, PNE = Portadores de Necessidades Especiais

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

Nº ORDEM	CARGOS	Nº DE VAGAS			NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
		CN	PNE	Total			
01	Professor	32	3	35	Ensino Médio Magistério	705,00	30H

CN = Candidatos Normais, PNE = Portadores de Necessidades Especiais

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

ENSINO SUPERIOR

Nº ORDEM	CARGOS	Nº DE VAGAS			NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
		CN	PNE	Total			
01	Farmacêutico	01	-	01	Ensino Superior	1.209,00	40 horas
02	Enfermeiro	03	-	03	Ensino Superior	3.942,96	40 horas
03	Odontólogo	01	-	01	Ensino Superior	2.591,84	40 horas
04	Psicólogo	01	-	01	Ensino Superior	2.951,84	40 horas
05	Professor	21	02	23	Ensino Superior	1.050,00	30 horas

CN = Candidatos Normais, PNE = Portadores de Necessidades Especiais

A constituição das provas objetivas é a seguinte:

NIVEL SUPERIOR	
Farmacêutico Enfermeiro Odontólogo Psicólogo	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Saúde Pública
Professor	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Didática e Fundamentação da Educação.
ENSINO MÉDIO COMPLETO	
Agente Administrativo Telefonista Digitador Fiscal de Tributos Municipais Auxiliar Administrativo Educacional Secretária Escolar Técnico Adm. Educacional	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Serviço Público.
Técnico em Enfermagem Técnico em Laboratório Técnico em Radiologia	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Saúde Pública
Técnico Agrícola Técnico em Informática Fiscal Controles de Endemias	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Conhecimentos Específicos

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

Professor	
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
Auxiliar Administrativo II Auxiliar Administrativo I Fiscal de Obras e Posturas	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Serviço Público
Agente de Saúde Auxiliar de Saúde Bucal Auxiliar de Enfermagem	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Saúde Pública
Agente Sanitário Fiscal Sanitário Fiscal Ambiental	10 questões de Língua Português e Conhecimentos Gerais; 10 questões de Conhecimentos Específicos
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	
Auxiliar de Serviços Gerais Guarda Municipal Vigilância Eletricista Mecânico Motorista de Veículos Leves Operador de Máquinas Pesadas Operador Máq. Leves/Tratorista Agente de Limpeza Agente de Nutrição Escolar Motorista Escolar Auxiliar de Serviços Gerais Auxiliar de Serviços Gerais II	10 questões de Língua Português e Matemática 10 questões Conhecimentos Gerais e Específicos

Todas as provas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no Anexo II do presente Edital.

_____
DULCIMAR LACERDA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 001/2010

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010

De ordem do *Sr.* **Lourival Martins Araujo**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte- MT, o Presidente da **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº001/2010** faz saber aos interessados que estarão abertas às inscrições ao Processo Seletivo Simplificado no período **14 à 20 de Janeiro de 2010**, para o ingresso no seu quadro temporário nos cargos constantes do **Edital n° 001/2010** que será publicado no site www.acpi.com.br, nos termos do que preceituam o Art. 37, II da Constituição Federal.

Canabrava do Norte - MT, 13 de Janeiro de 2010.

DULCIMAR LACERDA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora

Processo Seletivo n° 001/2010

EDITAL Nº 001/2010

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT TORNA **PÚBLICO** que fará realizar o Processo Seletivo Simplificado, para contratação de pessoal em caráter de excepcional interesse público, no seu quadro de pessoal temporário e distinto, dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo, mencionados no Anexo I e II.

1. O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal em caráter temporário e excepcional, nos termos das legislações aplicáveis.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições serão presenciais realizadas no período de **14 a 20 de janeiro de 2010**, das **08h00min às 12h00min e das 14h00min ás 18h00min,** no saguão da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Frederico de Souza Brito S/N - Centro, em Canabrava do Norte – MT.

2.2 – Formas de Pagamento:

2.2.1 – O pagamento do valor da taxa de inscrição deverá ser efetuado através da impressão de um comprovante de depósito identificado **a ser efetuado junto ao Banco do Bradesco, Conta Corrente n.º 540.593-9, Agência Nº 1149-5.**

2.2.2 – As inscrições pagas após a data de vencimento serão indeferidas**.**

PROCEDIMENTO

1º Passo: Depositar o valor correspondente ao cargo pretendido junto ao Banco do Bradesco, até a data do vencimento **20/01/2010**;

2º Passo: Preencher o Formulário de Inscrição;

3º Passo: Conferir os dados informados;

4º Passo: Imprimir o espelho do Requerimento de Inscrição (Cartão de Identificação);

2.3 – A inscrição somente será efetivada quando ocorrer o pagamento do valor da Taxa de Inscrição.

2.3.1 - O candidato que efetuar depósito em caixa eletrônico ou transferência para conta corrente terá sua inscrição indeferida.

2.3.2 – Após o pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá retornar à Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte para confirmar a sua inscrição, apresentando o comprovante de pagamento.

2.4 – As taxas de inscrição são as seguintes:

2.4.1- Nível de Escolaridade:

a) Ensino Superior R$ 40,00

b) Ensino Médio Completo R$ 30,00

c) Ensino Fundamental Completo e Incompleto R$ 20,00

2.5 –Do procedimento para a inscrição:

2.5.1 – No ato da inscrição presencial o candidato deverá:

a) Apresentar documento original e cópia do CPF e identidade que comprove a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

b) Caso o candidato não tenha completado a idade mínima exigida neste item no dia da inscrição, o mesmo poderá inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado com a condição de que só poderá submeter-se às provas se completar a idade mínima exigida até a data da realização das mesmas.

c) Responsabilizar-se pelo depósito identificado no valor correspondente à categoria funcional na forma prevista neste Edital.

d) Prestar as informações para a inscrição com clareza diretamente à pessoa responsável.

2.5.2 – A inscrição deverá ser feita pelo próprio candidato ou por procurador legalmente constituído, por meio de instrumento público ou particular de procuração, contendo poderes expressos para este fim;

2.5.3 – A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital;

2.5.4 – O candidato cujas informações prestadas não forem verdadeiras, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei;

2.5.5 – Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da posse ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado para posse o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.5.6. Na hipótese de existência de um mesmo candidato se apresentar inscrito em dois ou mais cargos será sumariamente invalidada a segunda e as sucessivas inscrições, prevalecendo à primeira, não cabendo restituição dos valores pagos pelas inscrições invalidadas.

2.6 – Da regularidade e aceitação das inscrições

2.6.1 – Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste Edital do Processo Seletivo Simplificado.

2.6.2 – Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos.

2.7 – Do Cartão de Identificação:

2.7.1 – No ato da inscrição o candidato deverá receber o seu Comprovante de Inscrição, que apresentará no dia das provas, sendo de sua total responsabilidade as informações ali contidas, em especial dos seguintes itens:

a) Nome;

b) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

c) A categoria funcional a que irá concorrer.

d) Número de inscrição;

2.8 – Da isenção da taxa de inscrição:

2.8.1 – Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos doadores regulares de sangue na forma das Leis Estaduais n° 6.903/97 e 7.515/2001.

2.8.1.1 – A comprovação de doadores de sangue deverá ser feita por meio de carteira específica do órgão expedidor comprovando a regularidade de no mínimo três doações no período de doze meses.

2.9 –Da participação de candidatos portadores de necessidades especiais:

2.9.1 – Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservados 5% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste Edital, de acordo com a Lei Federal nº. 7.853/89.

2.9.1.2 - Para os efeitos do item 2.6.1, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99, considera-se pessoa portadora de necessidade especial todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

2.9.1.3 - Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá inscrever-se neste Processo Seletivo Simplificado para ingresso temporário de excepcional interesse público nos cargos da Prefeitura Municipal, desde que atenda às suas exigências.

2.9.1.4 - O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e apresentará o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

2.9.1.5 - O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

2.9.1.6 - No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

2.9.1.7 - O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar

2.9.1.8 - Para que sejam considerados aprovados os candidatos portadores de necessidades especiais deverão obter, durante todo o Processo Seletivo Simplificado, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

2.9.2 – Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

2.9.3 – A empresa realizadora do evento não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os portadores de necessidade especial que não a comunicarem no ato da inscrição.

2.9.4 – Por ocasião da posse dos candidatos classificados a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

3 – DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

3.1 – Serão oferecidas as seguintes vagas para os cargos do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte- MT, conforme o **Anexo I.**

4 – DAS PROVAS

4.1 – **Data e local das provas objetivas e das provas práticas:**

4.1.1 – As provas objetivas serão realizadas no dia **24 de janeiro de 2010 das 08:00 às 11:00**, no local a ser indicado em Edital Complementar específico, que estará disponível no site **www.acpi.com.br,** e será afixado no local de costume.

4.2 – Das características das provas objetivas:

4.2.1 – As provas objetivas terão duração máxima de 03 (três) horas contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.3 – Da realização das provas

4.3.1 – O candidato deverá ***comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário especificado***, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Comprovante de Inscrição e documento de identidade original;

4.3.2 – Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além aqueles exigidos no item anterior;

4.3.2.1 – O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3 – Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1 – O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato;

4.3.4 – Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3;

4.3.5 – Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores;

4.3.5.1 – Também não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato;

4.3.6 – Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas;

4.3.7 – Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas;

4.3.8 – Nas provas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa;

4.3.9 – No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente;

4.3.10 – As questões respondidas erradamente não anularão as questões respondidas corretamente;

4.3.11 – As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas;

4.3.12 – Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material, quando da sua elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova naquele cargo;

4.3.13 – Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso;

4.3.14 – O candidato ao terminar as provas deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

4.3.15 - O caderno de provas poderá ser entregue ao candidato, para levá-lo, após duas horas do seu início, caso permaneça na sala ou no horário estipulado pela coordenação da aplicação da prova.

4.3.16 – Os candidatos que não levarem o caderno de provas no mesmo dia poderão retirá-lo no dia seguinte junto na Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado na sede da prefeitura municipal.

4.3.17 – Não será permitido a permanência de candidatos no âmbito do local de provas, caso o candidato depois de solicitado se recusar a sair, resultará na sua sumaria reprovação, e todo procedimento registrado no relatório de sala.

5 – DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 – **Dos critérios de classificação:**

5.1.1 – A classificação final dos candidatos se dará pela média aritmética das notas obtidas na prova objetiva, divulgando-se o seu resultado final em ordem decrescente.

5.2 – Da desclassificação:

5.2.1 – Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Obtiver um percentual menor que **30% (trinta por cento)** em cada uma das provas objetivas.

b) Ausentar-se de quaisquer das provas;

c) Descumprir as normas constantes deste Edital ou as impostas pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010.

d) Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou ainda, que seja flagrado com "cola" ou passando "cola" para outro candidato;

e) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

f) Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei;

g) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;

h) Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

5.3 – Dos critérios de desempate na classificação:

5.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) Maior nota - **Prova II - Questões de 11 a 20;**

c) Maior nota – **Prova I – Questões de 01 a 10;**

d) Candidato doador de sangue na forma da lei;

e) Candidato mais idoso;

f) Candidato com maior número de dependente.

6 – DO RESULTADO FINAL

6.1 – O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado no site referido neste edital e facultativamente na imprensa local, de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública.

7 – DA CONVOCAÇÃO, DA ADMISSÃO:

7.1 - Os candidatos classificados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo;

7.2 – As convocações deverão ocorrer de forma intercalada entre os candidatos em situação normal e os candidatos portadores de necessidades especiais, sendo que o primeiro candidato a ser convocado, será o em situação normal, seguido por um candidato portador de necessidade especial;

7.3 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, ou mesmo por oficio dirigido ao candidato que deverão comparecer em data, horário e locais

preestabelecidos para contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho;

7.4 – Para contratação o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

7.4.1 - Cédula de Identidade;

7.4.2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

7.4.3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.4.4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

7.4.5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);

7.4.6 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.4.7 - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;

7.4.8 - Título de Eleitor;

7.4.9 – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal. pela Medicina do Trabalho;

7.4.10 - Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

7.4.11 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.4.12 - Comprovante de Escolaridade;

7.4.13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

7.4.14 - Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

7.4.15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

7.4.16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho.

8 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

8.1 – A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Estatutário em caráter temporário excepcional interesse público e nenhuma hipótese terá caráter efetivo.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – O presente Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de um ano contados a partir da sua homologação;

9.2 – A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste Edital;

9.3 – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Municipal de Administração promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venha ser criadas por lei especifica;

9.4 – Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos;

9.5 – O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal;

9.6 – A Secretaria Municipal de Administração de Canabrava do Norte – MT poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Teste Seletivo, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação;

9.7 – A Secretaria Municipal de Administração fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais;

9.8 – A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública;

9.9 – Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito;

9.10 – Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Simplificado, enquanto em andamento, serão feitas pelo site **www.acpi.com.br**

9.10.1 – As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Simplificado e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio do Jornal Oficial dos Municípios, mural e site da Prefeitura;

9.11 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – Do Cronograma do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010:

10.1.1 – Período das inscrições: de 14 à 20 de janeiro de 2010;

10.1.2 – Divulgação dos locais de realização das provas com a listagem dos nomes dos candidatos: até um dia antes da realização das provas no Paço Municipal e no site www.acpi.com.br

10.1.3 – Data da realização das provas objetivas: 24 de janeiro de 2010;

10.1.4 – Prazo para divulgação dos gabaritos: serão divulgados até segundo dia seguinte ao da realização das provas no período matutino na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT.

10.1.5 – Divulgação dos classificados em ordem decrescente: até 30 dias

10.2 – Dos Recursos:

10.2.1 – Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:

a) Indeferimento de inscrição: 24 horas;

b) Divulgação do gabarito das questões objetivas: um dia úteis;

c) Divulgação do resultado do Teste Seletivo: dois dias úteis.

10.2.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível;

10.2.3 – Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso;

10.2.4 – Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações;

10.2.5 – O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da prefeitura municipal no protocolo central.

10.2.6 – A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no átrio da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte– MT e dado conhecimento no site supracitado.

Canabrava do Norte – MT, 13 de janeiro de 2010.

DULCIMAR LACERDA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010

Prefeitura Municipal de Colíder

DECRETO Nº. 003/2010
DE: 04/01/2010

SÚMULA: "Nomeia contribuinte por Substituição Tributária e *da outras providências".*

CELSO PAULO BANAZESKI, Prefeito do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e tendo em vista o disposto no art. 128 da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional), art. 6° incisos e parágrafos da Lei Complementar Federal 116/2003, combinados com o art. 59 da Lei Municipal n° 1764/2005 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da data de vigência deste, **Sujeito Passivo por Substituição Tributaria**, o seguinte tomador de serviço:

· **CAMARA MUNICIPAL DE COLIDER**, com sede social no Município de Colider, sito à Travessa dos Parecis s/nº, bairro Centro, contribuinte regularmente inscrito no CNPJ sob o n.º 00.791.210.0001.45 e no cadastro municipal de contribuintes 2755.

Art. 2º - O contribuinte substituto tributário nomeado pelo Art. anterior deverá efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre todos os serviços por ele contratados, com incidência nos limites do Município.

§ 1º - O contribuinte substituto tributário aplicará a alíquota correspondente , quando da retenção na fonte do ISSQN aos prestadores de serviços enquadrados no REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL , conforme disposições da Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

§ 2º - O enquadramento no regime de tributação do simples nacional deverá ser devidamente comprovado pelo respectivo prestador, assim como a sua alíquota.

Art. 3º - O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota de **5% (cinco por cento)** sobre o valor base de cálculo do serviço executado, exceto para o disposto no Artigo 2º **§ 1º.**

§ 1º - A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço.

§ 2º - Considera-se preço dos serviços a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, nos termos da legislação tributário do Município.

§ 3º - A Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá conter a observação " ISSQN Retido na Fonte por Substituição Tributária", nas três vias.

Art. 4º - Fica criado o Demonstrativo Mensal de Serviços, conforme anexo I, e cria também o Recibo de Retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, conforme anexo II desta Lei.

§ 1º - Quando os prestadores de serviços contratados estiverem enquadrados no REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL o Demonstrativo Mensal de serviços no campo "Alíquota" deverá ser preenchido também com a sigla SN

Art. 5º - O contribuinte substituto tributário, deverá preparar até o 04º (quarto) dia do mês subseqüente ao do fato gerador, o **Demonstrativo Mensal de Serviços**, acompanhado das cópias dos respectivos documentos comprobatórios da prestação dos serviços, tais como, contratos, notas fiscais e ou recibos de prestação de serviços etc.

§ 1º - O Contribuinte Substituto Tributário protocolará mensalmente junto a Prefeitura Municipal de Colider, no prazo estabelecido pelo "*caput*" o relatório "Demonstrativo Mensal de Serviços", e as respectivas cópias dos documentos comprobatórios.

§ 2º - A critério do fisco municipal a documentação referida no parágrafo anterior poderá ser enviada através de meio eletrônico.

§ 3º - O fisco municipal terá o prazo de 05 (dois) dias para conferir a documentação e emitir e enviar as Guias de recolhimento ao contribuinte substituto, que terá até o dia 15, para efetuar o recolhimento do imposto retido.

Art. 6º - O contribuinte substituto tributário dará ao prestador do serviço Recibo de Retenção do Imposto (conforme anexo II), o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do imposto.

Art. 7º - Aplica-se ao contribuinte substituto tributário, todas as demais normas contidas na legislação tributária do município.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor no primeiro dia do mês subseqüente a sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 do mês de janeiro do ano de dois mil e dez.

Celso Paulo Banazeski
Prefeito Municipal

ANEXO I
DO DECRETO Nº 003/2010.

DO DECRETO Nº 003/2010.

ANEXO I
DO DECRETO Nº 003/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
SECRETARIA ADJUNTA DE FAZENDA

DECLARAÇÃO DE SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

Contribuinte Substituto Tributário:	
Endereço:	
Cidade:	
Inscrição CNPJ/MF:	
Inscrição Municipal:	

Nome do prestador do Serviço	CPF-CNPJ	Nota Fiscal Nº	Valor Total	Base de Cálculo	Alí-quota	Imposto Retido
TOTAL:						
Declaramos para os devidos fins que as informações acima prestadas são a mais pura expressão da verdade. Colider,MT, ___de_____de____.						
Contribuinte/Representante Legal						

ANEXO II

RECIBO DE RETENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

A empresa (Substituta Tributária) abaixo identificada, nos termos do Decreto nº. ___, de ___/__/2009, em consonância com a Lei Municipal n°. 1764/2005 e alterações, declara que efetuou a retenção do ISSQN em favor da Prefeitura Municipal de Colider, incidente sobre a operação especificada neste:

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

DENOMINAÇÃO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
ENDEREÇO:

DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

DENOMINAÇÃO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
ENDEREÇO:

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Nº. NF de Serviço	Data emissão NF	Data Pagamento NF	Valor da NF

ESPECIFICAÇÃO DO ISS RETIDO

Base de Cálculo	Alíquota	Valor do ISSQN	Referência

O tomador do serviço declara ainda, nos termos da lei, que se responsabiliza pelo recolhimento integral do ISSQN Retido, observando o Calendário Fiscal em vigor.

Colider (MT), _____/_____/_____.

_____
Assinatura

DECRETO Nº. 004/2010
DE: 04/01/2010

SÚMULA: "Nomeia contribuinte por Substituição Tributária e da outras providências".

CELSO PAULO BANAZESKI, Prefeito do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e tendo em vista o disposto no art. 128 da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional), art. 6° incisos e parágrafos da Lei Complementar Federal 116/2003, combinados com o art. 59 da Lei Municipal n° 1764/ 2005 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da data de vigência deste, **Sujeito Passivo por Substituição Tributaria**, o seguinte tomador de serviço:

· **CLV TRANSPORTES LTDA**, com sede social no Município de Colider, sito à Rod. MT 320 KM 39, bairro Setor Industrial II, contribuinte regularmente inscrito no CNPJ sob o n.º 10.884.397.0001.85 e no cadastro municipal de contribuintes 728000.

Art. 2º - O contribuinte substituto tributário nomeado pelo Art. anterior deverá efetuar a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, incidente sobre todos os serviços por ele contratados, com incidência nos limites do Município.

§ 1º - O contribuinte substituto tributário aplicará a alíquota correspondente , quando da retenção na fonte do ISSQN aos prestadores de serviços enquadrados no REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL , conforme disposições da Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

§ 2º - O enquadramento no regime de tributação do simples nacional deverá ser devidamente comprovado pelo respectivo prestador, assim como a sua alíquota.

Art. 3º - O contribuinte substituto tributário aplicará para a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a alíquota de **5% (cinco por cento)** sobre o valor base de cálculo do serviço executado, exceto para o disposto no Artigo 2º **§ 1º.**

§ 1º - A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é o preço do serviço.

§ 2º - Considera-se preço dos serviços a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, nos termos da legislação tributário do Município.

§ 3º - A Nota Fiscal de Prestação de Serviços deverá conter a observação " ISSQN Retido na Fonte por Substituição Tributária", nas três vias.

Art. 4º - Fica criado o Demonstrativo Mensal de Serviços, conforme anexo I, e cria também o Recibo de Retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, conforme anexo II desta Lei.

§ 1º - Quando os prestadores de serviços contratados estiverem enquadrados no REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL o Demonstrativo Mensal de serviços no campo "Alíquota" deverá ser preenchido também com a sigla SN

Art. 5º - O contribuinte substituto tributário, deverá preparar até o 04º (quarto) dia do mês subseqüente ao do fato gerador, o **Demonstrativo Mensal de Serviços**, acompanhado das cópias dos respectivos documentos comprobatórios da prestação dos serviços, tais como, contratos, notas fiscais e ou recibos de prestação de serviços etc.

§ 1º - O Contribuinte Substituto Tributário protocolará mensalmente junto a Prefeitura Municipal de Colider, no prazo estabelecido pelo "*caput*" o relatório "Demonstrativo Mensal de Serviços", e as respectivas cópias dos documentos comprobatórios.

§ 2º - A critério do fisco municipal a documentação referida no parágrafo anterior poderá ser enviada através de meio eletrônico.

§ 3º - O fisco municipal terá o prazo de 05 (dois) dias para conferir a documentação e emitir e enviar as Guias de recolhimento ao contribuinte substituto, que terá até o dia 15, para efetuar o recolhimento do imposto retido.

Art. 6º - O contribuinte substituto tributário dará ao prestador do serviço Recibo de Retenção do Imposto (conforme anexo II), o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do imposto.

Art. 7º - Aplica-se ao contribuinte substituto tributário, todas as demais normas contidas na legislação tributária do município.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor no primeiro dia do mês subseqüente a sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 do mês de janeiro do ano de dois mil e dez.

Celso Paulo Banazeski
Prefeito Municipal

ANEXO I
DO DECRETO Nº 004/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER
SECRETARIA ADJUNTA DE FAZENDA

DECLARAÇÃO DE SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

Contribuinte Substituto Tributário:
Endereço:
Cidade:
Inscrição CNPJ/MF:
Inscrição Municipal:

Nome do prestador do Serviço	CPF-CNPJ	Nota Fiscal Nº	Valor Total	Base de Cálculo	Alí-quota	Imposto Retido
TOTAL:						
Declaramos para os devidos fins que as informações acima prestadas são a mais pura expressão da verdade. Colider,MT, ___de_____de_____.						
Contribuinte/Representante Legal						

ANEXO II

RECIBO DE RETENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

A empresa (Substituta Tributária) abaixo identificada, nos termos do Decreto nº. ___, de ___/__/2009, em consonância com a Lei Municipal n°. 1764/2005 e alterações, declara que efetuou a retenção do ISSQN em favor da Prefeitura Municipal de Colider, incidente sobre a operação especificada neste:

DADOS DO TOMADOR DO SERVIÇO

DENOMINAÇÃO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
ENDEREÇO:

DADOS DO PRESTADOR DO SERVIÇO

DENOMINAÇÃO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
ENDEREÇO:

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Nº. NF de Serviço	Data emissão NF	Data Pagamento NF	Valor da NF

ESPECIFICAÇÃO DO ISS RETIDO

Base de Cálculo	Alíquota	Valor do ISSQN	Referência

O tomador do serviço declara ainda, nos termos da lei, que se responsabiliza pelo recolhimento integral do ISSQN Retido, observando o Calendário Fiscal em vigor.

Colider (MT), _____/_____/_____.

_____
Assinatura

DECRETO Nº 001/2010

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. Celso Paulo Banazeski, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2006.

DECRETA

Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao Edifício Sede desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider-MT, a partir do dia 04.01.2010 a 02.02.2010, munidos dos seguintes documentos, originais e respectivas cópias:
Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;
Titulo de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;
Carteira de identidade (R.G.);
Cartão do C.I.C;
Certidão de nascimento ou casamento;
02 fotos 3x4 atual;
Carteira de trabalho;
Cartão PIS/PASEP
Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;
Certidão negativa de antecedente s criminais dos últimos 05 (cinco) anos;
Comprovante de sanidade física mental;
Declaração de não infrigência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;
Comprovante de residência;
Carteira nacional de habilitação;
Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);
Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;
Declaração de bens.
Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
Artigo 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:
Agente Administrativo II
01. Ilson Moreira
02. Cimonia D. Dziubate

Telefonista
01. Gláucia Souza de Oliveira

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2009 AO EDITAL DE CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009.

Considerando o que dispõe artigo 7º do Regulamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Colíder, criado pelo Decreto Municipal nº 100/2009, que "Dispõe sobre o regulamento geral de concursos públicos da Prefeitura Municipal de Colíder-MT e dá outras providências".

Considerando que no prazo legal foram apresentados recursos em relação aos resultados da classificação final, preliminarmente publicada pela Comissão do Concurso Público, em 21 de dezembro de 2009.

Considerando ainda que a empresa encarregada pela realização do concurso e analise dos recursos, não obteve tempo hábil para o provimento ou improvimento dos mesmos, restam prejudicados de ser publicado o Resultado e a Homologação Final dos Aprovados no Concurso Público em epígrafe, na data de 30 dezembro de 2009, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 25 do Regulamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Colíder.

Com efeito, a Comissão do Concurso Público, torna público que o RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO FINAL dos aprovados no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2009, de 20 de outubro de 2009, será publicado nos órgãos oficiais até o dia 15 de janeiro de 2010.

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital de Concurso Público nº. 001/2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 30 de dezembro de 2009.

CLÁUDIO SCALON
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VISTO:

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

1104	99748-1-SSP-MT	627.033.151-04	EDINEIA PEREZ	ZELADORA.
1105	1466329-5-SSP-MT	005.412.011-07	RAFAEL DOS SANTOS PIO.	AGENTE DE TRÂNSITO
1106	1622870-7-SSP-MT	001.195.181-80	MARIA MADALENA DE SOUSA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - THD
1107	25688184-4-SS-SP	109.919.288-90	CARMEM HERREIRO	TEC. EM ENFERMAGEM
1108	96514-8-SSP-MT	522.744.701-20	EMERSON GERALDO DA SILVA LOPES.	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1109	1220125-1-SSP-MT	689.294.711-53	ADRIANA ESPINDOLA BENICIO	GERENTE DE PROJETOS
1110	1947975-1-SSP-MT	028.326.301-62	ROSÂNGELA HERREIRO CARLESSO	ZELADORA
1111	1059047-1-SJ-MT	855.591.131-15	SILVIO DE LUCCA	AGENTE DE TRÂNSITO
1112	1378342-4-SSP-MT	922.924.451-15	EDNA FERNANDES BERNARDES.	COZINHEIRA.
1113	1400982-0-SSP-MT	937.831.911-49	ADRIANA MARIA RIBEIRO DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1114	02796-0-SSP-MS	238.112.181-15	CECILIA HENRIQUETA DOS SANTOS	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1115	1042013-4-SJ-MT	840.991.601-06	ADRIANA DOS SANTOS MANGOLIM DE SOUZA.	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1116	57683-3-SSP-MT	415.349.301-59	EDITH APARECIDA MUNIZ TERÇARIOL	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1117	2266763-6-SSP-MT	042.842.331-06	PATRICIA DAS GRAÇAS SEISCENTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1118	2074721-7-SSP-MT	032.805.231-09	CARLOS ALBERTO SILVA.	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1119	M-4.905.852 SSP-MG	684.766.636-68	ROSEANE WEBSTER NOGUEIRA	MEDICO CLINICO GERAL
1120	1378515-0 SSP-MT	001.012.271-08	FABIO DOS SANTOS	GERENTE DE PROJETOS
1121	2273039-7 SSP-MT	040.115.851-90	ERICA SABRINA BARBOSA DA SILVA	ZELADORA
1122	11489413 SSP-MT	912.791.351-15	KEIDSON DE ALBUQUERQUE VOLPATO	ENFERMEIRO
1123	1054956-0 SJ-MT	891.366.751-72	NEUSANGELA RAMIRO DE ARAUJO	TEC. EM ENFERMAGEM
1124	5456190-3 SSP-PR	959.036.269-34	MARIA LUZINETE DE CARVALHO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1125	749653 SSP-MT	570.046.411-04	ANGELA MARIA TRAMARIN	PROF. LIC. PEDAGOGIA 40H
1126	0408605-8 SSP-MT	667.616.381-00	MARIA VERONICA DA SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1127	12R1019686 SSP-SC	425.361.899-53	ANTONIO DIRSON HERMES	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1128	2098143-0 SSP-MT	036.017.311-00	JESSICA SIQUEIRA ROCHA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - THD
1129	4360535 DGPC-GO	003.080.711-58	WANESSA ALVES FERREIRA	GERENTE DE PROJETOS
1130	1962182-5 SSP-MT	740.836.001-87	ANA CLAUDIA DA SILVA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
1131	1847728-3 SSP-MT	018.088.211-22	CLEDIR DE OLIVEIRA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1132	5625273-8 SSP-PR	007.112.709-70	DANIEL LOPES FERNADES JUNIOR	GERENTE DE PROJETOS
1133	1973903-6 SSP-MT	481.961.501-72	CLEMENCILVA PEREIRA DOS SANTOS MADEIRA	GERENTE DE PROJETOS
1134	40374722-3 SSP-SP	312.136.158-95	MIRELLA CRISTINA DE CAMPOS ZEFERINO	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1135	1855469-5 SSP-MT	019.252.171-32	PATRICIA MACHADO BARBOSA	AUX. SERV. GERAIS
1136	2000406-0 SSP-MT	036.535.881-97	VINICIUS SCHIKOWSKI CAPELARI	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
1137	1913344-8 SSP-MT	030.610.121-17	EVANICE INES APARECIDA DO CARMO	ZELADORA
1138	1199946-2 SJ-MT	000.426.421-59	IVANI DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
1139	1524403-2 SSP-MT	731.903.811-00	WILLIANS ANDRE FOGO	ODONTÓLOGO
1140	311589 SSP-MT	177.115.251-68	VALDIR FRANCA DE LIMA	AGENTE DE TRÂNSITO
1141	1765718-0 SSP-MT	011.007.161-14	JOICYELLEN DA LUZ CARLOS	AUX. SERV. GERAIS
1142	1544239- SSP-MT	002.782.581-74	ROSANGELA PARISI MAFRA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL – THD
1143	964304 SSP-MT	704.339.411-20	FRANCIELE KEILA FERREIRA CRUZ	ODONTÓLOGO
1144	7727837-0 SSP-PR	033.575.516-08	RENILDA DO PATROCINIO	PROF. LIC. HISTÓRIA
1145	9305442-3 SSP-MT	015.360.291-06	KARINA FABIANA DE OLIVEIRA	ENGENHEIRO FLORESTAL
1146	2794693 SSP-BA	144.476.898-04	ALCIR LAERTE TANCK ROCHA	GERENTE DE PROJETOS

1147	1387167 SSP-RN	913.616.804-15	MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA RODRIGUES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1148	11384547-8 SSP-SP	954.137.828-53	PEDRA DEVANICE BHAGHIN	GERENTE DE PROJETOS
1149	1524900-0 SSP-MT	990.556.351-20	GERSON FLORENTINO DA GAMA	TEC. EM ENFERMAGEM
1150	1070461-2 SJ-MT	799.694.961-15	VALTAIR CARLOS RECH	GERENTE DE PROJETOS
1151	965267 SSP-MT	815.951.661-49	ROSENY DE SOUZA AMORIM OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1152	2263227-1 SSP-MT	388.377.731-53	MAURINDA FERNANDES DE SOUZA GOETTEMS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1153	917.896 SSP-MT	758.842.751-53	ADELAIDE DE PAULA SOARES NICASTRO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1154	1495206-8 SSP-MT	929.604.131-72	ROBERTA IRIS DEITOS	PROF. LIC. CIÊNCIAS FISÍCAS E BIOLÓGICAS
1155	1528361-5 SSP-MT	003.694.611-77	MAURO BISPO	AGENTE DE TRÂNSITO
1156	1424067-0 SSP-MT	943.390.601-72	ROSELI PEREIRA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1157	1257508-9 SSP-MT	912.856.401-44	MARILETE CASTILHO EMIDIO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1158	1669570-4 SSP-MT	002.946.711-02	CLAUDINEIA MARTINS DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL
1159	796958 SSP-MT	487.944.491-04	LUZINETE APARECIDA CAMPOS CALDEREIRO	GERENTE DE PROJETOS
1160	7014961-3 SSP-PR	029.863.169-56	DANIEL DE MATOS	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1161	7545841-0 SSP-PR	049.554.219-97	ANGIELE PIVATO	ENFERMEIRO
1162	1740809-1 SSP-MT	036.477.481-96	DANIELY SALES	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
1163	1293858-0 SSP-MT	885.175.191-91	LUCUANA OLIVEIRA JUNCKER	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1164	32447590-1 SSP-SP	222.310.558-05	RAFAEL WILLIAN ALVES	AGENTE DE TRÂNSITO
1165	10133864-9 SSP-PR	047.052.869-95	MARIA CRISTINA SUBTIL CORREA	PROF. LIC. HISTÓRIA
1166	725732 SSP-MT	353.312.911-04	SIRLEI LOIS DA SILVA	COZINHEIRA
1167	1939779-8 SSP-MT	024.298.501-76	ANA PAULA SEMELER	AGENTE DE TRÂNSITO
1168	000887003 SSP-MT	834.508.071-53	BABIERE PELISSARI	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1169	4341621 PC-GO	934.562.121-00	SOLIMAR CANDIDA FERREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1170	1349515-1 SSP-MT	988.217.761-15	CLAUDIANA CALDEIRA CERQUEIRA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1171	1198893-2 SJ-MT	100.657.647-90	EZEQUIEL FRANCISCO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1172	868306 SSP-MT	535.984.151-68	LUZENY FRANCISCA PORTUGUES	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1173	3730404-2 SSP-MT	033.110.959-01	MARLI MARQUES DA SILVA	ZELADORA
1174	1719179-3 SSP-MT	012.887.701-46	NIVALDO RICARTE DE CAMARGO	AGENTE DE TRÂNSITO
1175	1359218-1 SSP-MT	009.418.931-54	OZEIAS TEIXEIRA PAULINO	AGENTE DE TRÂNSITO
1176	1341979-0 SSP-MT	98.380.401-68	SANDRA REGINA MARUCCI DE BRITO	TEC. EM ENFERMAGEM
1177	1546313-3 SSP-MT	016.933.821-56	LUCINEIA APARECIDA PEREIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1178	1226967-0 SJSP-MT	934.386.051-04	EDILAINE FERREIRA DE MAGALHÃES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1179	1965769-2 SSP-MT	024.711.271-26	DANIELI PELOZATO	AGENTE DE TRÂNSITO
1180	2172919-0 SSP-MT	041.468.461-37	IGOR FUZARO DE OLIVEIRA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
1181	1522971-8 SSP-MT	020.368.771-09	THIAGO CAVEQUIA	AGENTE DE TRÂNSITO
1182	001097953 SSP-MT	015.252.211-59	SUZICLEIA STRAPASON	ENFERMEIRO
1183	2063278-9 SSP-MT	041.208.531-36	EDILENE MIQUELETTI DA COSTA	COZINHEIRA
1184	1455168-3 SSP-MT	003.120.931-95	ADRIANA DE LIMA REIS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1185	13R1120387 SSP-SC	621.836.641-34	IVANIR SUELY BIANCHINI	GERENTE DE PROJETOS
1186	1232848-0 SJ-MT	862.597.091-53	DANIEL DIAS DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
1187	0881867-3 SSP-MT	926.107.301-87	PAULINE ANNALORE KURTEN TARTARI	ENGENHEIRO FLORESTAL
1188	1102292-2 SJ-MT	870.545.231-72	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1189	1400493 SSP-PR	209.488.831-20	ELIAS ALVES ARANHA	AGENTE DE TRÂNSITO
1190	2064727-1 SSP-MT	034.525.171-79	ELIEZER ALVES CARVALHO	AGENTE DE TRÂNSITO
1191	1586734-0 SSP-MT	009.991.901-05	FERNANDA BERNERT DAMACENO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1192	1586533-9 SSP-MT	006.227.251-90	LOVEGILDO BARTOLOMEU DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1193	402127 SSP-MS	568.636.831-72	RUBENS RUMÃO DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1194	3395147-7 SSP-PR	467.219.679-87	ANGELA BERNERT	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1195	99029015579 SSP-CE	865.234.903-78	MARIA CATIA DE SOUZA	FISCAL DE RODOVIÁRIA
1196	1293956-0 SSP-MT	895.255.401-97	CLAUDETE APARECIDA DE LIMA	ZELADORA
1197	1533256-0 SSP-MT	932.634.731-15	FATIMA SGOTI	ZELADORA
1198	2313841 SSP-PB	028.520.974-43	DANNYELLE FELIX SOARES DE ALBUQUERQUE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
1199	1603739-1 SSP-MT	010.201.061-74	ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1200	1491941-9 SSP-MT	985.319.131-87	KELLY CRISTINA BENTO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1201	1102038-5 SJ-MT	795.576.351-34	DONIZETE ALVES CORDEIRO	AUX. SERV. GERAIS
1202	1487935-2 SSP-MT	009.546.491-33	ROSINEIDE MACENA DE JESUS	AUX. SERV. GERAIS
1203	1297917-1 SSP-MT	885.945.801-34	ALAIM JOSÉ MANGOLIN	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1204	14846330 SSP-MT	002.434.601-20	MARCOS ANTONIO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1205	1107895 SSP-PR	208.164.309-00	LUIZ PEDRO DOS SANTOS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1206	001166964 SSP-MS	720.688.411-34	FABIANA DE DAVID	GERENTE DE PROJETOS
1207	1530728-0 SSP-MT	017.933.121-33	KAUE NERI SOUZA LACERDA	ENGENHEIRO FLORESTAL
1208	2189835-9 SSP-MT	900.211.341-20	LEANDRO BATISTA SILVA BORGES	AGENTE DE TRÂNSITO
1209	1134684-1 SJ-MT	878.796.381-72	VIVALDO SATURNINO DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1210	1198769-3 SJ-MT	943.262.231-20	ROGERIO SCANDOLARA	AGENTE DE TRÂNSITO
1211	979028 SSP-MT	791.446.321-34	MARINEIDE DA SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1212	4240659 DGPC-GO	963.391.101-00	FLAVIA CORREA DA SILVEIRA	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
1213	882311 SSP-MT	352.642.841-72	IVAR CARON	AUX. SERV. GERAIS
1214	1396348-1 SSP-MT	009.962.051-01	GILMAR RIBEIRO FIAUX	AGENTE DE TRÂNSITO
1215	2259525 SSP-PR	253.573.521-00	RUBENS PEREIRA GONÇALVES	GERENTE DE PROJETOS
1216	8.295.327-2 SSP-PR	038.885.759-58	LEANDRO AMIL AUED	ENGENHEIRO FLORESTAL
1217	0788004-9 SSP-MT	535.399.401-97	CLEUNICE NEVES VILELA SOUTO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1218	982.489 SSP-MT	905.487.601-87	NASSIN EL-DIN FARAH	ENFERMEIRO
1219	851.935 SSP-MT	903.051.401-91	ABNER FORTUNATO RIBEIRO	TEC. EM ENFERMAGEM
1220	903158 SSP-PR	141.028.119-15	BENITO AIRTON VETTORI	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
1221	819787 SSP-MT	890.237.811-04	VALDIRENE VIANA ROCATTO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1222	1629728-8 SSP-MT	012.887.581-03	VANUSA DE OLIVERA MARINHO NUNES	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1223	5.733.993-4 SSP-PR	809.738.849-91	DIRCE FERNANDES DA SILVA	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
1224	984.934 SSP-MT	847.531.021-49	ROBERTO DE CARLI	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1225	1251098-0 SSP-MT	883.976.291-49	MARTA MODESTO DA COSTA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1226	1510805-8 SSP-MT	000.235.491-81	LIVIA GONÇALVES DE ALCANTARA RIVADAVIA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1227	1029269-1 SJ-MT	758.332.631-15	JOMAR PEREIRA SANDES	MOTORISTA CAT. C
1228	710270 SSP-RO	943.135.391-15	JULIANO LUIZ ROCHA	AGENTE DE TRÂNSITO
1229	808.834 SSP-MT	522.340.021-68	LUZIA DE OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1230	2420125-1 SSP-MT	904.718.301-00	JANIRA SALETE BONFIM	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1231	1366805-6 SSP-MT	002.675.551-30	ROSANE RIEG MINIZ DOS SANTOS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1232	1947988-3 SSP-MT	031.716.271-32	ROSELI PAULINO	ZELADORA
1233	4435137 PC-PA	007.669.901-33	ADENILDO AKAI	AGENTE DE TRÂNSITO
1234	1318087-8 SSP-MT	896.418.171-91	ROSA ALVES DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1235	15075412000-9 GJ-MA	600.682.683-60	GLAUBENE LOPES DOS SANTOS	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1236	1266630-0 SSP-MT	023.088.541-11	CLAUDIANE BOTELHO DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1237	226.346 SSP-MT	209.510.601-63	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1238	1686217-1 SSP-MT	013.833.161-80	ANGELA MARIA DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
1239	1513434-2 SSP-MT	000.426.401-05	SIRLENE FERREIRA DA SILVA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
1240	1029258-6 SJ-MT	781.750.461-04	MARIA CELIA BRAGA	ENFERMEIRO
1241	7988037-0 SSP-PR	769.682.782-00	ALINE DEISI CORREA DANIELLI	ENFERMEIRO
1242	1849729-2 SSP-MT	080.109.468-26	GLAUCIO JOSÉ DE OLIVEIRA	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
1243	2045734-0 SSP-MT	028.440.901-41	TATIANE FERREIRA SALDINO	ZELADORA
1244	1939732-1 SSP-MT	006.595.271-54	ROSIQUEILA ANDRADE DE SOUZA	ZELADORA
1245	1359603-9 SSP-MT	028.683.101-50	ROSELI JOSE DOS SANTOS	ZELADORA
1246	0917905-4 SSP-MT	482.571.921-04	SUELI APARECIDA DE ALMEIDA PINTO	TEC. EM ENFERMAGEM
1247	1059090-0 SJ-MT	976.501.961-00	MARILUCIA DE JESUS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1248	1461319-0 SSP-MT	948.973.601-53	ZAQUEU DA SILVA MUNIZ FILHO	FISCAL DE TRIBUTOS
1249	2293467-7 SSP-MT	040.976.059-50	ILDA MARIA AUGUSTO VOINAROSKI	ASSISTENTE SOCIAL
1250	1706995-5 SSP-MT	016.164.491-01	MARCIER PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1251	440475 SSP-MT	763.175.871-91	JOSÉ JORGE DO CARMO	AGENTE DE TRÂNSITO
1252	1611692-5 SSP-MT	012.740.761-88	JAQUELINE PILONETO MANGOLIM	TEC. PATOLOGIA LAB. E ANÁLISE CLÍNICA
1253	4093066-3 SSP-PR	769.893.309-10	ODILCE PILONETO MANGOLIM	PROF. LIC. PEDAGOGIA 40H
1254	1427451-5 SSP-MT	925.140.141-15	TERESA MACHADO DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1255	1344515-4 SSP-MT	004.470.691-01	RAMILLE TONON ANASTÁCIO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1256	1127896-0 SJ-M	844.274.691-91	MARIA APARECIDA ROCHA SEVERO GOMES GARCIA	TEC. PATOLOGIA LAB. E ANÁLISE CLÍNICA
1257	1077868-3 SJ-MT	787.127.261-68	OSMAR PEREIRA DA COSTA	MOTORISTA CAT. C
1258	29862610-X SSP-SP	326.485.178-47	TIAGO MATEUS DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
1259	1352687-1 SSP-MT	000.941.131-30	SANDRA APARECIDA JULIÃO	TEC. EM ENFERMAGEM
1260	6857823-0 SSP-PR	030.425.469-00	JOÃO PAULO FERREIRA	ENFERMEIRO
1261	2406623-0 SEJSP-MT	427.915961-00	VALESCA SALETE DE CAMPOS	FISCAL DE OBRAS E ESTRADAS
1262	9.920.900-3 SESP-PR	057.224.269-70	MIRIAM DA SILVA TRAMARIM	AUX. CONSULTORIO DENTARIO - ACD
1263	002126686 SSP-MT	028.315.841-75	ADRIANA MORAIS CORREIA RODRIGUES	ZELADORA
1264	1195855-3 SSP-MT	066.901.441-80	RAQUEL LAURE CARDOSO	ENFERMEIRO
1265	1280350-2 SSP-MT	615.514.901-10	ROSANGELA ROMANO FERREIRA DA SILVA	GERENTE DE PROJETOS
1266	1091719-5 SJ-MT	936.631.101-68	DONIZETE RITTER	GERENTE DE PROJETOS
1267	1449589-9 SSP-MT	011.309.121-40	JOZIELI MACIEL	TEC. EM ENFERMAGEM
1268	1725485-0 SSP-MT	020.653.231-83	DAIANE RITTER	TEC. EM ENFERMAGEM
1269	1200685-8 SJ-MT	695.568.221-00	ROBSON ROGERIO DE JESUS RODRIGUES	AGENTE DE TRÂNSITO
1270	1913325-1 SSP-MT	020.991.891-88	VANESSA TEIXEIRA DA SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1271	1701281-3 SSP-MT	007.838.311-02	ELIANE ALEXANDRE DIAS SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1272	1093143-0 SSP-MT	913.459.011-00	JAQUELINE MARTINS DE LIMA	FISCAL DE TRIBUTOS
1273	1170539-6 SJ-MT	010.267.541-43	ODILA RODRIGUES DA COSTA	ZELADORA
1274	3785885-2 SPTC GO	879.927.791-34	JANAINA BARRETO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1275	1283501-3 SSP-MT	884.903.351-68	CLAUDIA MARIA DOS ANJOS	TEC. EM ENFERMAGEM
1276	1366790-4 SSP-MT	923.431.201-53	MARISTELA FAVARI MUNIZ	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1277	1603659-0 SSP-MT	005.177.581-64	JOCELIA PEREIRA LIMA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1278	1409991-8 SSP-MT	004.106.251-59	ANA PAULA DE LIMA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1279	1097379-6 SJ-MT	903.379.481-00	MARCIA CRISTINA FAVERO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1280	809.993 SSP-MT	593.083.701-53	LEANDRO FÁBIO SCHARDONG	AGENTE DE TRÂNSITO
1281	1491280-5 SSP-MT	946.035.701-63	ANNA KATHIA SOARES	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1282	5360893-0 SSP-PR	022.251.799-99	FERNANDO ALAN DE ANDRADE	PROF. LIC. HISTÓRIA
1283	3198695-8 SSP-PR	412.783.059.04	BERENICE DE CASTRO ALVES	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1284	2105088-0 SSP-MT	027.370.301-37	MARINA FERREIRA SANCHES	TEC. EM ENFERMAGEM
1285	910261 SSP-MT	621.348.841-34	SIVIANO LLOPIS DE ARRUDA	TEC. EM ENFERMAGEM
1286	1389367-0 SSP-MT	957.044.691-91	LUIZ PEDRO DA SILVA	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1287	1121069-9 SJ-MT	899.538.781-53	ANDERSON DE JESUS JOAQUIM	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1288	1987143-0 SSP-MT	026.750.881-61	TATIELE MENDES DE AVELAR	ZELADORA
1289	1734604-5 SSP-MT	027.890.231-66	EMERSON RODRIGO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1290	1031563-2 SJ-MT	856.534.201-82	ISAURA DE OLIVEIRA MELO	ASSISTENTE SOCIAL
1291	1711916-2 SSP-MT	025.307.721-42	JULIANA FRAPORTI	ZELADORA
1292	1624390-0 SSP-MT	970.579.831-15	SANDRA APARECIDA GUEDES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1293	0964768-6 SSP-MT	946.123.901-72	MARIA LENI DE SALES EVARISTO	TEC. EM ENFERMAGEM
1294	1222829-0 SJ-MT	894.895.781-34	NILSON JOSE DAPPER	AGENTE DE TRÂNSITO
1295	1387940-5 SSP-MT	928.338.701-59	CLAUDETE APARECIDA DOS PASSOS	AUX. CONSULTORIO DENTARIO – ACD
1296	1763448-2 SSP-MT	966.292.741-72	CLEONICE PEREIRA DA SILVA	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1297	1152740-4 SJ-MT	695.377.711-72	SERGIO DE MIRANDA MOREIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1298	5771816-1 SSP-PR	632.760.031-04	MARCIO FERNANDES ALVES SOBRINHO	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1299	1188833-4 SJ-MT	300.243.058-71	ADRIANO MENDONÇA DE OLIVEIRA	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1300	979114 SSP-MT	790.178.601-97	ROSANA DE OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1301	2364319-6 SEJSP-MT	137.192.798-71	VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1302	1661999-4 SJSP-MT	011.822.451-45	RAFAEL MARAFON	TEC. EM ENFERMAGEM
1303	1330878-5 SSP-MT	534.872.731-87	LUZINETE FERREIRA DOS SANTOS	ZELADORA
1304	867988 SSP-MT	882.185.111-72	JOSÉ APARECIDO MODESTO	TEC. EM ENFERMAGEM
1305	597919 SSP-MT	419.930.711-72	BENEDITO DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
1306	929.882 SSP-MT	838.886.241-34	LEIA DE ALBUQUERQUE VOLPATO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1307	1367411-0 SSP-MT	894.946.631-04	SIDNEI MARTINS DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1308	1901160-1 SSP-MT	019.647.331-46	REGIELLE DA SILVA DE ARAGÃO	AUX. CONSULTORIO DENTARIO – ACD
1309	1144236-0 SJ-MT	970.578.431-00	CLAIDE THEODORO MOREIRA	ZELADORA
1310	1271648 SSP-MT	468.756.461-53	MARIA DE SOUZA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1311	1061306-4 SSP-MT	825.109.031-87	ROSANGELA SILVA DOS SANTOS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1312	1603756-1 SSP-MT	007.440.281-16	JANICE DE ALMEIDA NOITE	ENGENHEIRO FLORESTAL
1313	1163504-5 SJ-MT	604.498.531-87	MEIRE TEREZINHA ALVES DE QUEIROZ	ENFERMEIRO
1314	1400805-0 SSP-MT	929.972.601-91	JOSIMAR LIMA DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO

1315	1608968-5 SSP-MT	007.838.961-58	ADALTO GONÇALVES NUNES	AGENTE DE TRÂNSITO
1316	1111835-0 SSP-MT	522.338.631-00	VERA FERNANDES DE CARVALHO	ASSISTENTE SOCIAL
1317	28075616 SSP-SP	221.334.098-66	CREUDIR LUIZ DE OLIVEIRA SOBRINHO	PROF. LIC. HISTÓRIA
1318	8.231.530-6 SSP-PR	038.317.319-18	RICARDO PEREZ PEREZ	PROF. LIC. HISTÓRIA
1319	0934347-4 SSP-MT	621.348.091-91	MARIA IZABEL DE ARAUJO ROCHA	FISCAL DE TRIBUTOS
1320	45048716-7 SSP-SP	346.091.948-56	SALETE DE SOUZA	TEC. EM ENFERMAGEM
1321	7385156-4 SSP-PR	030.962.869-57	ALINY CRISTINE LAPPE	ENFERMEIRO
1322	1668902-0 SSP-MT	010.867.201-80	ELIZAMA PEREIRA DE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1323	1395400-8 SSP-MT	927.907.041-04	FATIMA ALMEIDA DE OLIVEIRA	ZELADORA
1324	1646740-0 SSP-MT	010.651.231.59	LEILA GOMES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1325	001.904.577SSP-RN	037.979-914-60	JACKSON VIEIRA FIGUEIREDO	MEDICO CLINICO GERAL
1326	1512642-0 SSP-MT	019.817.601-56	CRISTIANE NICOLE SERPA GUEDES	GERENTE DE PROJETOS
1327	1318081-9 SSP-MT	891.421.011-15	ROSIMARA PEREIRA DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1328	1543354-4 SSP-MT	005.880.691-16	SARA DE OLIVEIRA TRINDADE	TEC. EM ENFERMAGEM
1329	9365702-0 SSP-PR	052.228.589-95	SHEILA CIZAURI DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL
1330	1489439-4 SSP-MT	000.640.481-28	CRISTIANE DOS SANTOS PAULA	AGENTE DE TRÂNSITO
1331	1509480-4 SSP-MT	609.251.241-68	APARECIDA DE FATIMA COELHO	ZELADORA
1332	10932690 SSP-MT	913.475.481-49	JORDANA MARTINS DE LIMA	AGENTE DE TRÂNSITO
1333	1971022/2 DGPC-GO	704.677.146-49	KENIA MORAES RESENDE	GERENTE DE PROJETOS
1334	001256031 SSP-MS	930.160.931-20	CELIA MOREIRA RAMOS	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1335	1735541-9 SSP-MT	013.322.411-23	VANDERLEI MARCOS DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
1336	8.752.897-9 SSP-MT	033.760.319-75	CRISTIANE AGOSTINHO CARDOSO	ASSISTENTE SOCIAL
1337	1400992-7 SSP-MT	006.200.461-12	RAFAELE CRISTINA LEITE	TEC. EM ENFERMAGEM
1338	2306563-0 SSP-MT	021.377.519-09	MARIA AGOSTINHO CARDOSO	AUX. SERV. GERAIS
1339	1643688-1SSP-MT	924.555.301-91	KATY GISELE SOUZA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1340	8.104.535-6 SSP-PR	996.253.931-53	RAFAEL SIQUEIRA KRAMA	GERENTE DE PROJETOS
1341	8393257-0 SSP-PR	047.925.919-45	CLARISSA APARECIDA LOPES DE SOUZA	ENFERMEIRO
1342	3569327-0 SSP-MT	521.686.899.20	JORGE LUIZ DE NOVAIS	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1343	9453393-7SSP-PR	049.473.669-07	DAIZE HELEN CARRILHO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1344	1511537-2 SSP-MT	997.852.341-34	ZENILDA DA SILVA VIEIRA	ZELADORA
1345	1150246-0 SJ-MT	921.562.821-53	MARLI APARECIDA BATISTA MORAIS	FISCAL DE TRIBUTOS
1346	1096460-6 SJ-MT	893.405.311-91	RODRIGO ERNANI GARCIA	AGENTE DE TRÂNSITO
1347	1429884-8 SSP-MT	966.326.661-91	ELZA BERNARDO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1348	0223592-7 SSP-MT	473.990.741-00	DILMA NOQUELE DE ALMEIDA	ZELADORA
1349	0821620-7 SSP-MT	571.424.751-53	ROSEANE ADORNO FERNANDO	GERENTE DE PROJETOS
1350	0744165-7 SJ-MT	534.828.401-72	OZANA ROSALIA DA SILVA	ENGENHEIRO FLORESTAL
1351	1034840-9 SJ-MT	078.940.231-91	ENAZIA PATRICIA DA CRUZ LIMA	PROF.LIC. CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLOGICAS
1352	964779 SSP-MT	903.698.581-15	WAGNER DUTRA DOS SANTOS	GERENTE DE PROJETOS
1353	1018166-0 SSP-MT	854.937.591-87	HARUMI SILVA KAWATAKE	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1354	3175545-0 SSP-PR	514.037.579-68	PETER CAPELARI DA PURIFICAÇÃO	GERENTE DE PROJETOS
1355	1493859-6 SSP-MT	023.239.411-35	ROMERO ROCHA BALDAIA	GERENTE DE PROJETOS
1356	691.424 SSP-MT	459.064.591-20	ANTONIA CARMONA COGO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1357	1140981-9 SJ-MT	816.761.741-68	LUCINEIA FERREIRA DA SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1358	224.251 SSP-MT	241.212.661-53	JOÃO BRANDÃO DE ALMEIDA	FISCAL DE TRIBUTOS
1359	1759721-8 SSP-MT	022.151.711-11	CLAUDINEI GONÇALVES DE LIMA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1360	1918087-0 SSP-MT	023.112.031-18	SUELEN VANESSA MUNIZ TERCARIOL	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1361	5884965-0 SSP-MT	917.705.309-59	JOSEANE DE SOUZA	GERENTE DE PROJETOS
1362	1530716-6 SSP-MT	002.435.241-10	LUIZ CARLOS DE SOUZA	AGENTE DE TRÂNSITO
1363	1960175-1 SSP-MT	971.778.061-72	MAROISA MATISTA DE ANDRADE SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1364	1232850-2 SJ-MT	981.765.281-53	NEIDE APARECIDA SANTOS LLOPIS	ASSISTENTE SOCIAL
1365	1061275-0 SJ-MT	784.669.461-87	MARIA DE FATIMA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1366	1359044-8 SSP-MT	938.669.501-44	NELSON LLOPIS DE ARRUDA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1367	46.860.761-4 SSP-SP	027.847.361-05	ALINE ROSILVA BORGES ALVES	AUX. SERV. GERAIS
1368	2090016-3 SSP-MT	030.570.351-08	CIMONE MALICE	ZELADORA
1369	1515377-0 SSP-MT	913.670.859-34	MARIA APARECIDA SOARES PADILHA	TEC. EM ENFERMAGEM
1370	1578759-1 SSP-MT	005.810.731-26	JOSIANE DA COSTA SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1371	9040628-0 SSP-PR	017.683.651-99	ISRAEL CLEBER MACHADO DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1372	3030549 SSP-PB	075.553.134-56	ALISON BANDEIRA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
1373	1855525-0 SSP-MT	018.990.881-56	GILBERTO DOS REIS DORINI	AGENTE DE TRÂNSITO
1374	1029512-7 SJ-MT	453.392.361-53	DIRCEU EDUARDO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
1375	0706112-9 SJ-MT	459.042.861-04	SONIA REGINA FALCHETTI SANTOS	GERENTE DE PROJETOS
1376	245766 SSP-MT	314.308.641-68	LORENI FALCHETTI LASMAR	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1377	40865689-X SSP-SP	323.255.618-36	ANA PAULA JANGARELLI	ENFERMEIRO
1378	2371115-9 SSP-MT	157.720.138-82	GENESSI DE BRITO DE JESUS	COZINHEIRA
1379	435864 SSP-MT	411.336.091-04	HELIO ANTONIO DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
1380	5977255-4 SSP-PR	980.785.859-34	LUIZ CARLOS COLONELLI	ENFERMEIRO
1381	1325792-7 SSP-MT	840.553.161-00	MARCO ANTONIO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
1382	22194098-4 SSP-MT	111.061.138-29	ANTONIO CARLOS MARIANO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1383	10067196-4 SSP-MT	059.660.019-44	RODRIGO MARTINS LIDON	AGENTE DE TRÂNSITO
1384	3132463 SSP-PB	079.661.914-00	JULIANA MONTEIRO DE OLIVEIRA	AUX. SERV. GERAIS
1385	1421703-1 SSP-MT	015.068.671-46	DIEGO LUIZ VIANA DE SOUZA MARQUES	GERENTE DE PROJETOS
1386	1557285-4 SSP-MT	655.678.891-00	MARCINEIA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1387	1403550-2 SSP-MT	731.225.721-68	TEREZA CRISTINA DE LIMA SOLDERA	ENFERMEIRO
1388	919042 SSP-MT	621.955.061-72	SONIA ALVES DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1389	34780457-3 SSP-SP	312.672.188-51	SILVANA DA FONSECA ROSAS	ASSISTENTE SOCIAL
1390	579259 SSP-MT	429.627.061-34	EDSON GERALDO MILANSKI	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1391	1851016-7 SSP-MT	037.623.071-13	DENNY MICHELL ROCDRIGUES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1392	15400794 SSP-MT	004.121.421-80	VALDEMIR DE JESUS FERREIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1393	1534369-3 SSP-MT	024.916.411-60	ELAINE LETICIA DE LIMA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO – ACD
1394	911443 SSP-MT	420.281.831-87	EDMARA REGIA FRASSON	FISCAL DE TRIBUTOS
1395	15321223 SSP-MT	002.494.541-22	ANDREA PARANHAS DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS
1396	1141862-1 SSP-MT	966.439.781-49	MIRIÃ DE OLIVEIRA	TEC. PATOLOGIA LAB. E ANÁLISE CLÍNICA
1397	1086745-7 SJ-MT	650.580.891-49	VALDELICE DA SILVA LEITE GONÇALVES	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1398	1293685-5 SS-MT	001.727.551-23	EDILEUSA REGINA DUTRA	TEC. EM ENFERMAGEM
1399	1672347-3 SSP-MT	027.931.961-42	PABLO ALMEIDA MATOS	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1400	0316725-9 SSP-MT	241.722.431-34	FATIMA MARIA DA SILVA MARTINS	ASSISTENTE SOCIAL
1401	1996036-0 SSP-MT	028.904.691-23	JOSE JUNIOR DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1402	10125299 SSP-MT	011.794.321-50	TAMARA VERUSKA SOUZA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL
1403	19053940 SSP-MT	019.889.601-85	RENATO NUNES NASCIMENTO	AGENTE DE TRÂNSITO
1404	1153060-0 SJ-MT	015.404.771-69	ANDRE LUIS MASCERELLO	ENGENHEIRO FLORESTAL
1405	14319004 SSP-MT	017.102.721-39	MARIANA COSTA	ODONTÓLOGO
1406	1514430-5 SSP-MT	002.435.091-54	JOBER CARDOSO	AGENTE DE TRÂNSITO
1407	1775148-9 SSP-MT	017.162.531-52	ANDRE DELGADO GOMES	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1408	1685352-0 SSP-MT	015.646.281-83	ANGELITA LOPES CORBALAN	ASSISTENTE SOCIAL
1409	4325847 SSP-SC	038.083.979-26	NEIDE DA SILVA	AUX. CONSULTORIO DENTARIO – ACD
1410	1635683-7 SSP-MT	020.974.011-63	ANA LUCIA PEZZUTI	GERENTE DE PROJETOS
1411	0407658-3 SSP-MT	570.792.851-00	SEBASTIANA RODRIGUES FAGUNDES	AUX. SERV. GERAIS
1412	29465454-9 SSP-SP	218.424.168-71	REGINALDO DO PRADO SILVA	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1413	1510792-2 SSP-MT	000.131.091-70	MARCIEL ANTONIO FARIAS	AGENTE DE TRÂNSITO
1414	1140678-0 SJ-MT	020.690.741-96	LAHIZ MARIA RUIZ RODRIGUES DO PRADO	TEC. PATOLOGIA LAB. E ANÁLISE CLÍNICA
1415	849.782 SSP-MT	550.814.521-49	AGUINALVO FAGUNDES	AUX. SERV. GERAIS
1416	1863237-8 SSP-MT	026.005.861-05	DONIZETE PEREIRA FELIX DA SILVA	AGENTE DE TRÂNSITO
1417	1580222-1 SSP-MT	009.991.891-90	ARIBERTO EDUARDO BRUGALI PIVA	ODONTÓLOGO
1418	15076806 SSP-MT	975.660.551-00	LIDIANE DA SILVA ADAO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1419	1857150-6 SSP-MT	013.427.131-92	CRISTHIAN DAVID CANDIDO	AUX. SERV. GERAIS
1420	1126744-5 SJ-MT	808.372.551-04	MARCOS PEREIRA DO NASCIMENTO	AGENTE DE TRÂNSITO
1421	1074123-2 SJ-MT	791.118.661-87	ELIS CRISTINA PETRY	ASSISTENTE SOCIAL
1422	3821421-0 SSP-SC	029.635.709-02	ROBERTA FURTADO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1423	868138 SSP-MT	487.420.071-00	GILMA VALADAO DE OLIVEIRA	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1424	1672405-4 SSP-MT	002.947.781-60	ROSILENE APARECIDA DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1425	1455065-2 SSP-MT	001.822.041-03	ALEXANDRE DE FREITAS CONSONE	AGENTE DE TRÂNSITO
1426	617077 SSP-MT	432.411.401-30	JOAO FERNANDES DA SILVA	MOTORISTA CAT. C
1427	1802849-7 SSP-MT	027.658.921-13	ELIZANGELA ANDREIA DE SOUZA	ZELADORA
1428	1969240-4 SSP-MT	026.644.361-39	RICARDO NOGUEIRA MORAIS	AGENTE DE TRÂNSITO
1429	1478582-0 SSP-MT	002.675.571-83	HELDER CALVI INOCENCIO	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1430	886593 SSP-MT	569.883.701-53	VALDOMIRO DE JESUS GONCALVES	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1431	1489439-4 SSP-MT	000.640.481-28	CRISTIANE DOS SANTOS PAULA	FISCAL DE RODOVIÁRIA
1432	1317894-6 SSP-MT	736.057.271-15	RODRIGO PEREIRA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1433	10675331 SSP-MG	040.808.356-55	GILSON FONSECA SOARES	AGENTE DE TRÂNSITO
1434	1241260-0 SSP-MT	857.235.761-00	REGIANE LEMES DOURADO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1435	0382629-5 SSP-MT	411.486.731-72	ANAIRSON DA LUZ NUNES	TEC. EM ENFERMAGEM
1436	5224170-7 SSP-PR	032.713.819-09	WILMA APARECIDA DE MOURA OLIVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
1437	2078440-6 SSP-MT	030.522.531-66	CRISTIANE BIZIO NOITE	AUX. CONSULTORIO DENTARIO – ACD
1438	5922550-2 SSP-PR	810.291.879-91	AMARILDO CESAR DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1439	5762062 SSP-SC	021.219.511-56	MARIANGELA MALAQUIAS DE PAULA	ENFERMEIRO
1440	1271987-0 SSP-MT	899.756.001-82	EVALDO JOSE DE SOUZA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1441	979060 SSP-MT	947.064.091-87	MARLY DA SILVA	ZELADORA
1442	619594 SSP-MT	430.142.751-15	CARLOS JUNIOR DOURADO DE ARAUJO	ASSISTENTE SOCIAL
1443	MG- 6640428 PC-MG	894.313.676-53	ELZILAINE APARECIDA DE SOUZA	ENFERMEIRO
1444	5583291-9 SSP-PR	621.355.891-87	ELIAS PEREIRA NETTO	AGENTE DE TRÂNSITO
1445	3375531-5372739 SSP-GO	983.420.961-49	SILVIA LIMIRA DA FE	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1446	1769209-1 SSP-MT	016.289.641-70	SIMONE CICERA INACIO DE SOUZA	TEC. EM ENFERMAGEM
1447	1224391-4 SJ-MT	960.734.701-34	PATRICIA SANCHES DA SILVA	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1448	1403864-1 SSP-MT	976.193.291-53	ROSEMARY JULIANI FERREIRA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1449	21688644-2 SSP-SP	110.970.378-35	SEBASTIAO RAMALHO FILHO	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1450	1896719-1 SSP-MT	030.224.131-06	PERICLES BAPTISTA GOMES	AGENTE DE TRÂNSITO
1451	1551266-5 SSP-MT	001.636.641-70	DEISE CRISTIANE ALVES	TEC. EM ENFERMAGEM
1452	5761656-3 SSP-PR	019.875.179-62	WALBER DE OLIVEIRA	TEC. VIG. SANIT. E SAUDE AMBIENTAL
1453	1992509-3 SSP-MT	025.873.961-40	LAILA GAONA PINAFFO	FISCAL DE TRIBUTOS
1454	2110579-0 SSP-MT	038.775.771-64	ELDIR CARON	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1455	1786266-3 SSP-MT	019.887.401-42	DEISE DA SILVA ARAGAO	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1456	1111813-0 SJ-MT	912.705.371-72	ELENICE APARECIDA DA SILVA	TEC. EM ENFERMAGEM
1457	1344678-9 SSP-MT	905.575.651-20	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA GONCALVES	FISCAL DE TRIBUTOS
1458	1598226-2 SSP-MT	015.287.811-47	ANA PAULA DA SILVA PEREIRA	ENFERMEIRO
1459	8565996-0 SSP-PR	056.608.039-70	GEAN CARLOS FISCHER BOSSETTI	GERENTE DE PROJETOS
1460	8439571-4 SSP-PR	035.790.459-11	ANNA CAROLINA GONÇALVES	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1461	1977228-9 SSP-MT	030.143.661-45	ROSILENE KOPSEL	ZELADORA
1462	1072835-0 SJ-MT	788.979.551-34	CLEUZA SOARES	ZELADORA
1463	4544830-4 SSP-PR	647.370.399-34	ROSANGELA MARIA GONÇALVES	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
1464	1611071-4 SSP-MT	000.081.481-47	MARIA APARECIDA FREIRE	TEC. EM ENFERMAGEM
1465	1226304-4 SJ-MT	934.547.321-15	ROSENI KOPSEL	TEC. EM ENFERMAGEM
1466	1824663-0 SSP-MT	006.200.451-40	ANA PAULA IZIPATO	ENFERMEIRO
1467	1136558-7 SSP-MT	005.774.521-85	ELIANE MARCELINO DE SOUZA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1468	0964668-0 SSP-MT	826.447.641-49	JULIANA BONETTI	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1469	1543938-0 SSP-MT	017.475.911-81	JOÃO PAULO CORREA JUSTIMIANO	AGENTE DE TRÂNSITO
1470	742506 SSP-MT	571.744.151-72	DIRLENE PEREIRA BARRETO	AUX. SERV. GERAIS
1471	1497188-7 SSP-MT	010.884.851-54	CIBELE SCARABOTTO RIBEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL
1472	5558384-6 SSP-PR	775.331.359-20	CLEUSA MARIA DIAS PEREIRA MARCONDES	ASSISTENTE SOCIAL
1473	29951642-8 SSP-SP	972.706.101-00	MARCELO VACARO DE AQUINO	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1474	1445346-0 SSP-MT	004.616.471-50	MARCILENE DA SILVA LEONEL	TEC. EM ENFERMAGEM
1475	1643455-2 SSP-MT	012.398.901-92	PATRICIA DE ANDRADE MARCHI	PROF. LIC. HISTÓRIA
1476	1412174-3 SSP-MT	935.948.011-87	MARILDA ALVES DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS
1477	12152282 SSP-SP	015.291.998-83	SEBASTIÃO MARTINS	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1478	1913408-8 SSP-MT	021.051.901-03	KELLE APARECIDA ZORTEA	TEC. EM ENFERMAGEM
1479	151727-6 SSP-MT	016.097.411-96	ROSANGELA LEÃO LOPES	TEC. EM ENFERMAGEM
1480	15874764 PC-MG	085.945.886-85	ALESSANDRA ALVES DO NASCIMENTO	ODONTÓLOGO
1481	1330980-3 SSP-MT	979.913.251-72	ONAIR DA SILVA MOURA	AGENTE DE TRÂNSITO
1482	1624604-7 SSP-MT	009.954.671-02	DALILA CERIACO FERNANDES	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1483	1511545-3 SSP-MT	008.829.521-45	JOVANI CARLOS GERALDO	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1484	2284573-9 SSP-MT	041.497.891-93	SIDNEIA SOUZA DE OLIVEIRA JORGE	ZELADORA
1485	7811193-3 SSP-PR	042.842.609-36	VANESSA FERNANDES	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1486	26844470-5 SSP-SP	165.471.748-75	LUCIENE DA SILVA MAXIMO DA CRUZ	ASSISTENTE SOCIAL
1487	1886643-3 SSP-MT	024.822.761-01	STEFANI ALINE DE SOUZA	ENFERMEIRO
1488	1107472-8 SJ-MT	810.667.321-91	NOELI ADRIANA DE OLIVEIRA SIMÃO	ENFERMEIRO
1489	1765627-3 SSP-MT	736.242.331-49	MARCOS ROBERTO DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
1490	1898441-0 SSP-MT	299.483.981-49	AILTON JOSE LEMOS	AGENTE DE TRÂNSITO
1491	1455300-7 SSP-MT	962.484.321-04	ROSANGELA DE ALMEIDA COUTO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1492	16530022001-1 SPC-MA	009.381.661-82	THIAGO FERNANDES DE CARVALHO	TEC. EM ENFERMAGEM
1493	3784519-1 SSP-PR	566.521.519-87	SIDNEY GOMES BARRETO	AP. ADM. ED.

				MOTORISTA D
1494	1647909 SSP-MT	311.395.902-00	BERENICE DA CRUZ GOMES BARRETO	TEC. EM ENFERMAGEM
1495	1070031-5 SSP-MT	481.968.601-10	MARCIA DA SILVA FURLANETTO	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1496	1742996-0 SSP-MT	012.846.121-71	MARIA APARECIDA BEZERRA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL – THD
1497	612122 SSP-MT	621.348.681-04	IRENI FERREIRA DE SOUZA PEREIRA	ENFERMEIRO
1498	1547372-4 SSP-MT	014.490.031-92	ROBERTO PASSOS DE OLIVEIRA	ENGENHEIRO FLORESTAL
1499	950589 SSP-MT	630.396.801-53	ALESSANDRO SERAFIM	FISCAL DE TRIBUTOS
1500	844749 SSP-MT	538.054.531-91	MÁRCIA PEREIRA DONZELLI	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1501	1786237-0 SSP-MT	005.144.391-06	REGINALDO ELIAS	AGENTE DE TRÂNSITO
1502	323626 SSP-MT	288.781.321-87	JOSÉ LUIZ DA SILVA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D
1503	6783716-9 SSP-PR	042.416.969-02	ELIZANGELA LOPES DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL
1504	1243741-7 SSP-MT	897.756.191-49	NILSON VALENDOLF	AGENTE DE TRÂNSITO
1505	1602636-5 SSP-MT	009.999.261-28	RENANIA SANCHES DA SILVA	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES
1506	1684656-7 SSP-MT	018.384.241-30	FRANCIELE DE OLIVEIRA	TEC. EM ENFERMAGEM
1507	1097324-9 SJ-MT	874.664.141-68	MARCOS PAULO XAVIER DE LIMA	AGENTE DE TRÂNSITO
1508	1179013-0 SJ-MT	926.367.641-00	ADRIANO EZEUIEL CRISTOVAO	AGENTE DE TRÂNSITO
1509	1222899-0 SJ-MT	838.978.011-91	MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO	GERENTE DE PROJETOS
1510	121481 PM-MT	815.951.311-91	ROSELI DEISE LOPES CORBALAN DE QUEIROZ	GERENTE DE PROJETOS
1511	7788500-5 SSP-PR	004.476.571-19	PATRICIA ROCHELLE RODRIGUES	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1512	1455077-6 SSP-MT	952.509.301-82	LUIZ LOPES CONSONE JUNIOR	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1513	1011586-2 SJ-MT	829.955.751-87	CARLA NATALY FELIX	ENGENHEIRO FLORESTAL
1514	1226111-4 SJ-MT	945.065.231-72	HELOIZA APARECIDA ISMAEL	PROF. LIC. LETRAS/INGLES
1515	1540023-9 SSP-MT	006.359.931-71	JULIANA DELLATESTA JACINTO	ENGENHEIRO FLORESTAL
1516	1767696-7 SSP-MT	024.590.881-16	ANDREIA HERREIRO DE MACEDO ROCHA	AGENTE DE TRÂNSITO
1517	36800680-3 SSP-MT	318.692.808-73	ADRIANA DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1518	0741863-9 SSP-MT	914.107.381-91	VERA LUCIA FURLAN	TEC. EM ENFERMAGEM
1519	1150259-2 SJ-MT	000.170.331-52	CARLA JOSEANE PASQUETTO	GERENTE DE PROJETOS
1520	1650780-0 SSP-MT	020.867.571-07	IRISNEIA DE MOURA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1521	1161549-4 SJ-MT	815.940.701-72	MIRIAN ALVES MOREIRA	ENFERMEIRO
1522	1444767-3 SSP-MT	985.298.031-91	SIDINEIA DE ARAUJO	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1523	1533233-0 SSP-MT	956.559.801-34	CRISTIANE EDITE BARRETO DOS SANTOS	AUX. CONSULTORIO DENTARIO – ACD
1524	1461271-2 SSP-MT	941249.061-53	MARIA APARECIDA DA CONCEICAO DE SOUZA SILVA	ZELADORA
1525	1134148-3 SJ-MT	003.126.241-96	RENATO APARECIDO GONCALVES	AGENTE DE TRÂNSITO
1526	1457278-8 SSP-MT	968.620.331-15	JOVAGNE DE OLIVEIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1527	1419718-9 SSP-MT	014.384.051-70	ALEXANDRA MARQUES DA SILVA	AP. ADM. ED. MAN. INFRA ESTRUTURA
1528	0965159-4 SSP-MT	844.365.491-00	ODAIR JOSE DE OLIVEIRA	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1529	24696259-8 SSP-MT	067.462.518-88	EDSON BENEDITO LEITE	AUX. SERV. GERAIS
1530	969816 SSP-MT	631.626.281-72	ANTONIA CAMARGO	AUX. SERV. GERAIS
1531	1755067-0 SSP-MT	032.743.051-62	SANDRO LEOPOLDO MATTER	AGENTE DE TRÂNSITO
1532	1558248-5 SSP-MT	005.367.481-28	FRANCIELLY THAYSE ALDAVES ROCHA	TEC. EM ENFERMAGEM
1533	882300 SSP-MT	344.656.691-00	SOLANGE APARECIDA LEITE	ANALISTA TRIBUTÁRIA
1534	1529437-4 SSP-MT	865.375.472-53	VALTER AQUINO DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS
1535	1347207-0 SSP-MT	972.662.801-68	REJAINE RODRIGUES MELO	TEC. EM ENFERMAGEM
1536	1491939-7 SSP-MT	975.800.401-82	VANUSA DA SILVA SANTOS	AUX. SERV. GERAIS
1537	318149 SSP-MT	270.219.631-49	MÁRIO DA SILVA	PROF. LIC. PEDAGOGIA 30H
1538	1461344-1 SSP-MT	011.361.051-31	ANDERSON ANDRE DOS SANTOS	AGENTE DE TRÂNSITO
1539	842047 SSP-MT	785.248.731-91	DEBORAH MAZEI SILVA	GERENTE DE PROJETOS
1540	2039349-0 SSP-MT	027.780.101-06	MAYCON CRISTIAN DONADIA	AGENTE DE TRÂNSITO
1541	1330863-7 SSP-MT	007.345.381-11	ANDRE LUIZ DOS SANTOS	GERENTE DE PROJETOS
1542	1941616-4 SSP-MT	024.846.791-30	DHESSIKA NUNES GOMES	AUX. CONSULTORIO DENTARIO – ACD
1543	1495096-0 SSP-MT	003.965.661-62	INES APARECIDA DA ROSA PEREIRA	ZELADORA
1544	1847737-2 SSP-MT	025.085.991-23	ALEXANDRO GRANZOTTI MOREIRA	FISCAL DE TRIBUTOS
1545	6809159-4 SSP-PR	006.874.669-54	TIRSO BORSARI FILHO	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1546	1660194-7 SSP-MT	015.590.971-16	SIRLENE ANTONIA BUENO	ZELADORA
1547	7501368-0 SSP-PR	942.982.031-15	ANSELMO FERREIRA DA COSTA JUNIOR	AGENTE DE TRÂNSITO
1548	2020476-0 SSP-MT	029.872.761-76	ROSANA PORTO DA SILVA	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1549	996038 SSP-MT	627.913.381-87	GRAZIELLE SCARPIN DA SILVA	POF. LIC. CIÊNCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS
1550	1735449-8 SSP-MT	024.739.161-10	IGOR RAFAEL OLIVEIRA MARQUES	AGENTE DE TRÂNSITO
1551	1965801-0 SSP-MT	028.117.441-50	DANILO ALEXANDRE OLIVEIRA MARQUES	AGENTE DE TRÂNSITO
1552	1482545-7 SSP-MT	980.382.811-87	MARCIA MONTIER	AP. ADM. ED. NUT. ESCOLAR
1553	000676 CBM-MT	581.655.251-15	LEVI PEREIRA DA SILVA	PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA
1554	5931208-1 SSP-PR	627.678.281-53	SILVANA INES FUHR	ENGENHEIRO FLORESTAL
1555	680987 SSP-MT	459.094.821-49	MARIA APARECIDA JARDIM	ENFERMEIRO
1556	1802828-4 SSP-MT	009.634.661-27	REGIVAN MENDES SANTANA	AGENTE DE TRÂNSITO
1557	1071771-4 SJ-MT	021.684.491-63	MARIA JOSE CIAN HOINACKI	ZELADORA
1558	2059378-3 SSP-MT	020.341.561-29	RENATA DANIELI ALIBERTI	AGENTE DE TRÂNSITO
1559	1165921-1 SJ-MT	906.642.301-30	ROZENIL PEREIRA DE CARVALHO	AGENTE DE TRÂNSITO
1560	5508188-3 SSP-PR	916.520.229-53	ADAO DO CARMO MIRA	AGENTE DE TRÂNSITO
1561	919893 SSP-MT	537.882.141-04	JORGE BRESSAN DE OLIVEIRA	AP. ADM. ED. MOTORISTA D

COLIDER-MT, 05 DE NOVEMBRO DE 2009

CLAUDIO SCALON
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO

CELSO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 374/2009

Designa Pregoeiros e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de COLIDER-MT.

O Prefeito Municipal de COLIDER-MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar para atuarem como **Pregoeiros** em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de COLIDER-MT, os servidores:
VANDERLEI APARECIDO BORGES, Nº. MAT. 1034
VIVIENE CEZÁRIO GONÇALVES RIBEIRO, Nº. MAT. 1413
Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.
Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da **Equipe de Apoio** em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de COLIDER-MT, os servidores:
EDUARDO DA SILVA GUILHERME, Nº MAT. 1033
ROSEMARA PEREIRA DA SILVA, Nº MAT. 673
JANETE APARECIDA NICASTRO MOREIRA, Nº MAT. 386
GLAUCIO JOSÉ DE OLIVEIRA, Nº MAT. 763
Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Abril de 2009, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Colider- MT, em 27 de Março de 2009.

CELSO PAULO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 25 de Janeiro de 2010, ás 10:00 horas (horário de Brasília), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a **contratação de empresa do tipo "Casa de Apoio", situada exclusivamente na capital do Estado, Cuiabá, para atendimento de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colider/MT**. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 60 – Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br

Colider/MT, em 13 de Janeiro de 2010

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira

Publique-se

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2010

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 26 de Janeiro de 2010, ás 10:00 horas (horário de Brasília), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a **contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica na área interna de diversos prédios do município de Colíder/MT, pelo período de 11 (onze) meses, conforme relação dos prédios constantes no Anexo I (termo de referência) do edital**. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 60 – Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br
Colider/MT, em 13 de Janeiro de 2010

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira

Publique-se

Projeto de Lei nº 184/2009
Autor: Luiz Donizetti Rocha

LEI Nº. 2283/2009

Dispõe sobre a garantia de prioridade de vagas em creches e escolas públicas próximas de suas residências, aos filhos de portadores de necessidades especiais e da outras providencias.
A CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, CELSO PAULO BANAZESKI, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica pela presente lei, autorizado o Poder Executivo a garantir a prioridade de vagas em creches e escolas públicas próximas de suas residências, aos filhos de portadores de necessidades especiais.

Parágrafo primeiro – São consideradas pessoas portadoras de deficiências especiais, para fins desta lei, aquelas incapacitadas ou que tenham dificuldades que impeçam o desempenho normal das necessidades da vida diária, em razão de anomalias ou lesões de natureza hereditária congênita ou adquirida.

Parágrafo segundo – Para ter direito ao beneficio de que trata o *caput* deste artigo, o portador de necessidade especial deverá comprovar essa condição através de atestado médico.

Art. 2º – A Prefeitura Municipal de Colider poderá disponibilizar todos os meios necessários para efetiva execução desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, 27 de dezembro 2009.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010
AVISO

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, situada à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, com a finalidade de selecionar propostas para **Prestação de Serviços no Transporte Escolar**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, e o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá **no dia** 02 **(dois) de fevereiro de 2010, às 14:00 (quatorze) horas,** na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas físicas ou jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou via fax – (66)35551224 ou 1621, a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias.

Cotriguaçu, 13 de janeiro de 2010.

Roseli Inês Lusa
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Prefeitura Municipal de Figueirópolis D' Oeste

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2009.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES E DO LOCAL DE PROVAS

A Comissão Examinadora do Concurso público nº 001/2009 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, informa aos interessados que por meio do decreto Nº 003/2010, Exmo. Sr. Prefeito Layr Mota da Silva homologou as inscrições para o concurso supra-mencionado.

Informa ainda que a lista integral dos inscritos bem como dos respectivos locais de provas escritas e práticas encontra-se publicado nos sites www.singularbr.com.br, www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br e no mural da prefeitura. Duvidas poderão ser sanadas por meio do telefone (65) 3235-1595. Layr Mota da Silva - Prefeito Municipal

/ Paulo César da Conceição
- Presidente da CEC.

A Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, através da Secretaria Municipal de Ação Social, informa a inclusão dos beneficiários do PSH: **ALTINA BARBOSA DA SILVA**, portadora do CPF nº 972.035.211-68, em substituição a Sra. Cristiane Lima de Oliveira Bulhões; **MARIA UELKE COSTA NUNES**, portadora do CPF nº. 006.795.173-24, em substituição ao Sr. José Wilson Garcia.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 09 de dezembro de 2009

Vera Lucia de Lima Silva –
Secretaria de Ação Social

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 002/2010, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial** no dia **27/01/2010 às 08:00 horas** (Horário Local) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 001/2010.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte de Alunos da Rede de Pública de Ensino do Município de Gaúcha do Norte-MT, para o ano letivo de 2010.
ABERTURA DA SESSÃO: 08:00 horas.
ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 08:15 horas.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT. Demais informações pelo fone/fax (66) 3582 1172 ou ainda através por e-mail no seguinte endereço eletrônico: licitacaogauchadonorte@hotmail.com.

Gaúcha do Norte, 13 de Janeiro de 2.010.

Alessandro Ap. Medina Ubeda
Pregoeiro Oficial

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 002/2010, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial** no dia **27/01/2010 às 10:00 horas** (Horário Local) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 002/2010.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar aos Alunos da Rede de Pública de Ensino do Município de Gaúcha do Norte-MT, para o ano letivo de 2010.
ABERTURA DA SESSÃO: 10:00 horas.
ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 10:15 horas.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT. Demais informações pelo fone/fax (66) 3582 1172 ou ainda através por e-mail no seguinte endereço eletrônico: licitacaogauchadonorte@hotmail.com.

Gaúcha do Norte, 13 de Janeiro de 2.010.

Alessandro Ap. Medina Ubeda
Pregoeiro Oficial

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2010

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 002/2010, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial** no dia **27/01/2010 às 13:30 horas** (Horário Local) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 003/2010.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis e lubrificantes para as diversas secretarias municipais do Município de Gaúcha do Norte - MT.
ABERTURA DA SESSÃO: 13:30 horas.
ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 13:45 horas.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT. Demais informações pelo fone/fax (66) 3582 1172 ou ainda através por e-mail no seguinte endereço eletrônico: licitacaogauchadonorte@hotmail.com.

Gaúcha do Norte, 13 de Janeiro de 2.010.

Alessandro Ap. Medina Ubeda
Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 001/2010.
OBJETO: Contratação de pessoa física, com formação de nível superior para prestação de serviços na área da Saúde, conforme especificações do edital.

REALIZAÇÃO: 28/01/2010.
HORAS: 08:00 hs (horário Local).
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, no horário das 07:00 às 11:00 horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.
Gaúcha do Norte - MT, 12 de Janeiro de 2010.

Andrey Luciano de Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO –
TOMADA DE PREÇOS.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.
MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 002/2010.
OBJETO: Contratação de pessoa física para prestação de serviços junto à diversos setores da Prefeitura Municipal, conforme especificações do edital.
REALIZAÇÃO: 28/01/2010.
HORAS: 13:00 hs (horário Local).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, no horário das 07:00 às 11:00 horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Gaúcha do Norte - MT, 12 de Janeiro de 2010.

Andrey Luciano de Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação.

Objeto Locação de imóvel para funcionamento do Hospital Municipal de Gaúcha do Norte - MT.
Favorecido André Guimarães da Cunha Neto.
Prazo de execução 12 meses
Valor global R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Fundamento Legal Artigo 24 Inciso X da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 001/2010.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Gaúcha do Norte – MT, 05 de janeiro de 2010.

Nilson Francisco Aléssio
Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público processo licitatório; regido pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº. 01/2010.
OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento do Hospital Municipal de Gaúcha do Norte-MT.
REALIZAÇÃO: 05/01/2010.
FAVORECIDO: André Guimarães da Cunha Neto.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de janeiro de 2010.

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação.

Objeto Locação de imóvel para funcionamento do Paço Municipal de Gaúcha do Norte-MT.
Favorecido Mateus Menegat.
Prazo de execução 12 meses
Valor global R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
Fundamento Legal Artigo 24 Inciso X da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 002/2010.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Gaúcha do Norte – MT, 05 de janeiro de 2010.

Nilson Francisco Aléssio
Prefeito Municipal
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público processo licitatório; regido pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº. 02/2010.
OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento do Paço Municipal de Gaúcha do Norte-MT.
REALIZAÇÃO: 05/01/2010.
FAVORECIDO: Mateus Menegat.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de janeiro de 2010.

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação.

Objeto Locação de Imóvel para funcionamento da Delegacia de Polícia Judiciária Civil no Município de Gaúcha do Norte - MT.
Favorecido Nilvane Aléssio Decker.
Prazo de execução 12 meses
Valor global R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
Fundamento Legal Artigo 24 Inciso X da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 003/2010.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Gaúcha do Norte – MT, 05 de janeiro de 2010.

Nilson Francisco Aléssio
Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público processo licitatório; regido pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº. 03/2010.
OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento da Delegacia de Polícia Judiciária Civil no Município de Gaúcha do Norte-MT.
REALIZAÇÃO: 05/01/2010.
FAVORECIDO: Nilvane Aléssio Decker.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de janeiro de 2010.

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação.

Objeto Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS no Município de Gaúcha do Norte - MT.
Favorecido Marcelo Correa da Costa.
Prazo de execução 12 meses
Valor global R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais)
Fundamento Legal Artigo 24 Inciso X da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 004/2010.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Gaúcha do Norte – MT, 05 de janeiro de 2010.

Nilson Francisco Aléssio
Prefeito Municipal
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público processo licitatório; regido pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº. 04/2010.

OBJETO: Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS no Município de Gaúcha do Norte - MT.
REALIZAÇÃO: 05/01/2010.
FAVORECIDO: Marcelo Correa da Costa.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de janeiro de 2010.

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação.

Objeto Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Educação no Município de Gaúcha do Norte - MT.
Favorecido Jair Soave.
Prazo de execução 12 meses
Valor global R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)
Fundamento Legal Artigo 24 Inciso X da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 005/2010.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Gaúcha do Norte – MT, 05 de janeiro de 2010.

Nilson Francisco Aléssio
Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público processo licitatório; regido pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº. 05/2010.
OBJETO: Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Educação no Município de Gaúcha do Norte - MT.
REALIZAÇÃO: 05/01/2010.
FAVORECIDO: Jair Soave.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de janeiro de 2010.
Presidente Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Itanhangá

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Murici s/ n.º, Centro, Itanhangá/MT. CEP 78.579-000, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberto Licitação na Modalidade Pregão Presencial , do tipo menor preço por km rodado com finalidade de selecionar propostas para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal N.º 001/2010, subsidiariamente, a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.A abertura desta licitação ocorrerá no dia 26 (vinte e seis) de janeiro2010, às 08:00 (oito) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Proposta de Preços e N.º 02 -Documentos de Habilitação a Pregoeira. As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio,junto a Pregoeira, a partir das 07:00 (sete) horas do dia especificado no parágrafo anterior.Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de07:00 às 13:00 horas.

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (66) 3578-2500.

Itanhangá (MT), 13 de janeiro de 2010.

ELIZ REGINA PRADO DE MORAES
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Murici s/ n.º, Centro, Itanhangá/MT. CEP 78.579-000, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberto Licitação na Modalidade Pregão Presencial , do tipo menor preço por diaria com finalidade de selecionar propostas para ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO BASCULANTE***, cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal N.º 001/2010, subsidiariamente, a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.A abertura desta licitação ocorrerá no dia 27 (vinte e sete) de janeiro 2010, às 08:00 (oito) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Proposta de Preços e N.º 02 -Documentos de Habilitação a Pregoeira. As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio,junto a Pregoeira, a partir das 07:00 (sete) horas do dia especificado no parágrafo anterior.Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de07:00 às 13:00 horas.

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (66) 3578-2500.

Itanhangá (MT), 13 de janeiro de 2010.

ELIZ REGINA PRADO DE MORAES
Pregoeira

Do quadro dos cargos de provimento efetivo

Nº CARGOS	DENOMINACÃO DOS CARGOS	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	COEFICENTE
01	Auxiliar de Laboratório	40	09	3.5
20	Auxiliar de Serviços Gerais	40	09	3.5
10	Agente Administrativo	40	09	3.5
10	Agente Combate as Endemias	40	09	3.5
01	Agente de Fiscalização	40	09	3.5
02	Agente Saúde ambiental	40	11	4.0
01	Almoxarife	40	07	3.3
03	Assistente Administrativo	40	07	3.3
01	Assistente de Comunicação	40	07	3.3
01	Assistente Social	20	16	5.0
01	Assistente Social	40	29	10,0
03	Atendente de Consultório Dentário	40	06	3.0
05	Auxiliar de Saúde	40	06	3.0
01	Auxiliar de Enfermagem	40	12	8.1
01	Bioquímico	40	32	11.5
01	Biólogo	40	32	11.5
01	Borracheiro	40	09	3.5
01	Carpinteiro	40	13	4.4
01	Controlador Interno	40	42	17.5
03	Cozinheira	40	09	3.5
01	Coveiro	40	09	3.5
01	Eletricista	40	24	7.5
01	Engenheiro Agrônomo	40	34	12.5
01	Engenheiro Civil	40	34	12.5
01	Engenheiro Sanitarista	40	32	11.5
02	Enfermeiro	40	34	12.5
01	Farmacêutico	40	29	10.0
01	Fisioterapeuta	20	18	5.8
01	Fisioterapeuta	40	32	11.5
01	Fiscal do Meio Ambiente	40	12	4.1
06	Fiscal Tributário	40	12	4.1
01	Fonoaudiólogo	20	16	5.0
01	Fonoaudiólogo	40	29	10.0
10	Gari	40	09	3.5
01	Geólogo	40	32	11.5
05	Guarda de Patrimônio	40	09	3.5
01	Jardineiro	40	07	3.3
01	Lubrificador/ Lavador	40	07	3.3
02	Mecânico de Máquinas e Veículos Leves	40	11	4.0
01	Mecânico de Máquinas e Veículos Pesados	40	24	7.5
03	Médico Clínico Geral	20	47	24.0
02	Médico Clínico Geral	40	60	50.0
01	Médico Veterinário	40	34	12.5
10	Merendeira	40	09	3.5
04	Motorista de Ambulância	40	21	6.5
06	Motorista de Caminhão	40	15	4.8
15	Motorista de Ônibus	40	15	4.8
06	Motorista de Veículos Leves	40	14	4.5
01	Nutricionista	40	29	10.0
02	Odontólogo	20	23	7.0
02	Odontólogo	40	37	14.0
02	Operador de Máquinas	40	13	4.4
02	Operador de Máquinas Pesadas	40	19	6.0
02	Operador de Moto niveladora	40	19	6.0

02	Operador de Retro-Escavadeira/Pá Carregadeira	40	19	6.0
01	Pedreiro	40	11	4.0
01	Pintor	40	11	4.0
01	Psicólogo	20	16	5.0
01	Psicólogo	40	29	10.0
01	Recepcionista	40	07	3.3
02	Técnico Agrícola	40	26	8.5
01	Técnico em Contabilidade	40	19	6.0
10	Técnico em Enfermagem	40	16	5.0
01	Técnico Sanitário	40	07	3.3
01	Técnico em Vigilância Sanitária	40	11	4.0
02	Técnico em Segurança do trabalho	40	19	6.0
01	Telefonista	40	07	3.3
01	Topógrafo	40	32	11.5
01	Turismólogo	40	32	11.5
03	Vigia	40	09	3.5
19	Zelador	40	09	3.5
01	Zootecnista	40	32	11.5

TABELA I
Da promoção da carreira por titulação

NÍVEL	ESCOLARIDADE		PERCENTUAL
I	ALFABETIZADO OU ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO		0,0
II	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		5,0%
III	ENSINO MÉDIO COMPLETO OU CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE		10%
IV	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO/CURSO NÍVEL TÉCNICO SUPERIOR		15%
V	PÓS - GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO		20%

TABELA II
Cargos de provimento efetivos

	COEFICIENTE	SEGUNDO A CLASSE P/ TEMPO DE TRABALHO					
PADÃO	COEFIC.	A	B	C	D	E	F
01	2,5	500,00	525,00	551,00	578,00	607,00	637,00
02	2.6	520,00	546,00	573,00	602,00	632,00	664,00
03	2.7	540,00	567,00	579,00	607,00	637,00	668,00
04	2.8	560,00	588,00	617,00	651,00	684,00	718,00
05	2.9	580,00	609,00	639,00	671,00	705,00	735,00
06	3,0	600,00	630,00	661,00	694,00	729,00	765,00
07	3.3	660,00	693,00	728,00	764,00	802,00	842,00
08	3.4	680,00	714,00	750,00	787,00	826,00	867,00
09	3.5	700,00	735,00	772,00	810,00	850,00	893,00
10	3.8	760,00	798,00	838,00	880,00	924,00	970,00
11	4.0	800,00	840,00	882,00	926,00	972,00	1.020,00
12	4,1	820,00	861,00	904,00	949,00	997,00	1.047,00
13	4.4	880,00	919,00	965,00	1.013,00	1.064,00	1.117,00
14	4.5	900,00	945,00	992,00	1.042,00	1.094,00	1.149,00
15	4.8	960,00	1.008,00	1.058,00	1.111,00	1.166,00	1.224,00
16	5.0	1.000,00	1.050,00	1.103,00	1.158,00	1.216,00	1.277,00
17	5.5	1.100,00	1.134,00	1.191,00	1.251,00	1.313,00	1.379,00
18	5.8	1.160,00	1.218,00	1.279,00	1.343,00	1.410,00	1.481,00
19	6.0	1.200,00	1.260,00	1.323,00	1.389,00	1.458,00	1.531,00
20	6.4	1.280,00	1.344,00	1.411,00	1.482,00	1.556,00	1.634,00
21	6.5	1.300,00	1.365,00	1.433,00	1.505,00	1.580,00	1.659,00
22	6.8	1.360,00	1.428,00	1.499,00	1.574,00	1.653,00	1.736,00
23	7.0	1.400,00	1.470,00	1.544,00	1.621,00	1.702,00	1.787,00
24	7.5	1.500,00	1.575,00	1.654,00	1.737,00	1.824,00	1.915,00
25	8.0	1.600,00	1.680,00	1.764,00	1.852,00	1.945,00	2.042,00
26	8.5	1.700,00	1.785,00	1.874,00	1.968,00	2.066,00	2.169,00
27	9.0	1.800,00	1.890,00	1.984,00	2.083,00	2.187,00	2.296,00
28	9.5	1.900,00	1.995,00	2.095,00	2.200,00	2.310,00	2.425,00
29	10.0	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,00	2.431,00	2.553,00
30	10.5	2.100,00	2.205,00	2.315,00	2.431,00	2.553,00	2.681,00
31	11.0	2.200,00	2.310,00	2.425,00	2.546,00	2.673,00	2.807,00
32	11.5	2.300,00	2.415,00	2.536,00	2.663,00	2.796,00	2.936,00
33	12.0	2.400,00	2.520,00	2.671,00	2.805,00	2.945,00	3.092,00
34	12.5	2.500,00	2.625,00	2.756,00	2.894,00	3.039,00	3.190,00
35	13.0	2.600,00	2.730,00	2.867,00	3.010,00	3.160,00	3.318,00
36	13.5	2.700,00	2.835,00	2.977,00	3.126,00	3.282,00	3.446,00
37	14.0	2.800,00	2.940,00	3.087,00	3.241,00	3.403,00	3.573,00
38	14.5	2.900,00	3.045,00	3.197,00	3.357,00	3.525,00	3.701,00
39	15.0	3.000,00	3.150,00	3.308,00	3.473,00	3.646,00	3.828,00
40	16.0	3.200,00	3.360,00	3.528,00	3.704,00	3.389,00	3.558,00
41	17.0	3.400,00	3.570,00	3.748,00	3.935,00	4.132,00	4.338,00
42	17.5	3.500,00	3.675,00	3.859,00	4.052,00	4.255,00	4.468,00
43	18.0	3.600,00	3.780,00	3.969,00	4.167,00	4.375,00	4.593,00
44	19.0	3.800,00	3.990,00	4.189,00	4.398,00	4.618,00	4.749,00
45	20.0	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,00	4.861,00	5.104,00
46	22.0	4.400,00	4.620,00	4.851,00	5.093,00	5.347,00	5.614,00
47	24.0	4.800,00	5.040,00	5.292,00	5.556,00	5.834,00	6.126,00
48	26.0	5.200,00	5.460,00	5.733,00	6.019,00	6.320,00	6.636,00
49	28.0	5.600,00	5.880,00	6.174,00	6.483,00	6.807,00	7.147,00
50	30.0	6.000,00	6.300,00	6.615,00	6.946,00	7.293,00	7.657,00
51	32.0	6.400,00	6.720,00	7.056,00	7.409,00	7.779,00	8.168,00
52	34.0	6.800,00	7.140,00	7.497,00	7.872,00	8.265,00	8.678,00
53	36.0	7.200,00	7.560,00	7.938,00	8.335,00	8.752,00	9.189,00
54	38.0	7.600,00	7.980,00	8.379,00	8.798,00	9.238,00	9.700,00
55	40.0	8.000,00	8.400,00	8.820,00	9.261,00	9.724,00	10.210,00
56	42.0	8.400,00	8.820,00	8.864,00	9.307,00	9.772,00	10.260,00
57	44.0	8.800,00	9.240,00	9.702,00	10.187,00	10.696,00	11.231,00
58	46.0	9.200,00	9.660,00	10.143,00	10.650,00	11.182,00	11.741,00
59	48.0	9.600,00	10.080,00	10.584,00	11.113,00	11.669,00	12.252,00
60	50.0	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,00	12.155,00	12.763,00

Padrão Referencial R$ 200,00(duzentos reais) X Coeficiente

TABELA III
Quadro dos cargos em comissão

N° CARGOS	DENOMINAÇÃO	PADRÃO REFERENCIAL	COEFICIENTE	SIMBOLO	VALOR
08	Secretários	42	17.5	CC-1	3.500,00
01	Assessor Jurídico	42	17.5	CC-1	3.500,00
01	Subsecretário De Obras	39	15.0	CC-2	3.000,00
01	Agente De Finanças	27	9,0	CC-3	1.800,00
10	Chefe De Departamento	27	9,0	CC-3	1.800,00
01	Diretor Do DAE	27	9,0	CC-3	1.800,00
01	Assessor De Imprensa, Comunicação Social	27	9,0	CC-3	1.800,00
01	Tesoureiro	23	7,0	CC-4	1.400,00
06	Assessor De Gabinete	16	5,0	CC-5	1.000,00
01	Encarregado Da Unidade Municipal De Cadastro E Junta Do Serviço Militar	11	4.0	CC-6	800,00
10	Encarregado De Divisão	11	4.0	CC-6	800,00
12	Agente Comunitário De Saúde	06	3,0	CC-7	600,00

Padrão Referencial R$ 200,00(duzentos reais) X Coeficiente

DENOMINAÇÃO DAS SECRETARIAS
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Públicos
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo

ANEXO – I

CATEGORIA FUNCIONAL NÍVEL ELEMENTAR ALFABETIZADO/ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Referência	*Cargos*	Hs/Sem	Vencimento Padrão - R$	Vagas
101-NE	Auxiliar de Serviços Gerais	40	700,00	15
102-NE	Borracheiro	40	700,00	01
103-NE	Carpinteiro	40	880,00	01
104-NE	Coveiro	40	700,00	01
105-NE	Cozinheira	40	700,00	03
106-NE	Eletricista	40	1.500,00	01
107-NE	Guarda de Patrimônio	40	700,00	10
108-NE	Jardineiro	40	660,00	01
109-NE	Lavador/Lubrificador	40	660,00	01
110-NE	Mecânico de Máquinas e Veículos Pesados	40	1.500,00	01
111-NE	Mecânico de Máquinas e Veículos Leves	40	800,00	02
112-NE	Merendeira	40	700,00	10
113-NE	Operador de Máquinas	40	880,00	03
114-NE	Operador de Máquinas Pesadas	40	1.200,00	03
115-NE	Operador de Motoniveladora	40	1.200,00	03
116-NE	Operador de Retro Escavadeira/ Pá Carregadeira	40	1.200,00	03
117-NE	Pedreiro	40	800,00	01
118-NE	Pintor	40	800,00	01
119-NE	Vigia	40	700,00	10
120-NE	Zelador	40	700,00	20
121-NE	Gari	40	700,00	10
TOTAL				101

ANEXO – II

CATEGORIA FUNCIONAL NÍVEL AUXILIAR/ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Referencia	Cargos	Hs/ Sem	Vencimento Padrão - r$	Vagas
150-NA	Assistente Administrativo	40	660,00	03
151-NA	Assistente de Comunicação	40	660,00	01
152-NA	Auxiliar de Saúde	40	600,00	03
153-NA	Auxiliar de Laboratório	40	660,00	01
154-NA	Motorista de Ambulância	40	1.300,00	04
155-NA	Motorista de Caminhão	40	960,00	05
156-NA	Motorista de Ônibus	40	960,00	15
157-NA	Motorista de Veículos Pequenos	40	800,00	05
158-NA	Recepcionista	40	660,00	02
159-NA	Telefonista	40	660,00	01
TOTAL				40

ANEXO - III

CATEGORIA FUNCIONAL NÍVEL MÉDIO/ ENSINO MÉDIO COMPLETO

Referencia	Cargos	Hs/ Sem	Vencimento Padrão – R$	Vagas
201-NM	Agente Administrativo	40	700,00	10
202-NM	Agente de Combate as Endemias	40	700,00	04
203-NM	Agente de Fiscalização	40	700,00	04
204-NM	Agente de Saúde Ambiental	40	800,00	01
205-NM	Atendente de Consultório Dentário	40	600,00	01
206-NM	Almoxarife	40	660,00	01
207-NM	Fiscal Meio Ambiente	40	820,00	01
208-NM	Fiscal Tributário	40	820,00	04

210-NM	Auxiliar de Enfermagem	40	820,00	02
211-NM	Técnico de Contabilidade	40	1.000,00	01
212-NM	Técnico em Enfermagem	40	1.000,00	10
213-NM	Técnico Agrícola	40	1.700,00	02
214-NM	Técnico Em Vigilância Sanitária	40	800,00	01
215-NM	Técnico Em Segurança do Trabalho	40	1.200,00	02
216-NM	Topógrafo	40	2.300,00	01
TOTAL				**45**

ANEXO - IV

CATEGORIA FUNCIONAL NÍVEL SUPERIOR /ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Referencia	Cargos	Hs/ Sem	Vencimento Padrão – R$	Vagas
301A-NS	Assistente Social	20	760,00	01
301-NS	Assistente Social	40	1.500,00	02
302-NS	Controlador Interno	40	3.500,00	01
303-NS	Biólogo	40	2.300,00	01
304-NS	Bioquímico	40	2.300,00	01
305-NS	Enfermeiro	40	2.500,00	04
306-NS	Engenheiro Agrônomo	40	2.500,00	01
307-NS	Engenheiro Civil	40	2.500,00	01
308-NS	Engenheiro Sanitarista	40	2.300,00	01
309-NS	Geólogo	40	2.300,00	01
310-NS	Farmacêutico	40	2.000,00	02
311-NS	Fisioterapeuta	20	1.160,00	01
312-NS	Fisioterapeuta	40	2.300,00	01
313-NS	Fonoaudiólogo	20	1.000,00	01
314-NS	Fonoaudiólogo	40	2.000,00	01
315-NS	Médico Clínico Geral	20	4.800,00	03
316-NS	Médico Clínico Geral	40	10.000,00	02
317-NS	Médico Veterinário	40	2.500,00	01
318-NS	Nutricionista	40	2.000,00	01
319-NS	Odontólogo	20	1.400,00	02
320-NS	Odontólogo	40	2.800,00	02
321-NS	Psicólogo	40	2.000,00	02
322-NS	Topógrafo	40	2.300,00	01
323-NS	Turismólogo	40	2.300,00	01
324-NS	Zootecnísta	40	2.200,00	01
325-NS	Psicologo	20	1.000,00	02
TOTAL				**38**

ANEXO - V

TABELA DE GRATIFICAÇÕES PARA FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÕES	PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
ASSESSOR JURÍDICO	**Até 75% sobre o vencimento básico**
AGENTE DE FINANÇAS	**Até 75% sobre o vencimento básico**
CHEFE DE DEPARTAMENTO	**Até 75% sobre o vencimento básico**
ASSESSOR DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL	**Até 75% sobre o vencimento básico**
ASSESSOR DE GABINETE	**Até 75% sobre o vencimento básico**
DIRETOR DO DAE	**Até 75% sobre o vencimento básico**
TESOUREIRO	**Até 75% sobre o vencimento básico**

ENCARREGADO DA UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO E JUNTA DO SERVIÇO MINITAR	**Até 75% sobre o vencimento básico**
ENCARREGADO DE DIVISÃO	**Até 75% sobre o vencimento básico**

ANEXO - VI

RELAÇÃO DOS CARGOS EM EXTINÇÃO

Vigia	
Zelador	
Auxiliar de Enfermagem	
Agente de Fiscalização	

ANEXO VII
FICHA DE AVALIAÇÃO DE MERECIMENTO

PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL EM LINHA VERTICAL

BOLETIM N.º_____ **EXERCÍCIO:** _____

NOME: _____

CARGO:_____LOTAÇÃO: _____

DATA DA NOMEAÇÃO: _____ DATA DE ENTREGA DO BOLETIM AO DRH:_____

1 - ASSIDUIDADE (A)

N.º de faltas injustificadas x 2 _____
Total: _____

F = Total das faltas _____
E = Período de efetivo exercício na Função (em dias) _____

CÁLCULO DA PONTUAÇÃO

A = 15 -365.F÷2
E

TOTAL DE PONTOS: _____

2 - PONTUALIDADE (P)

N.º de atrasos _____
N.º de saídas antecipadas _____
Total: _____

I = Soma dividida por 2_____
E = Período de efetivo exercício na Função (em dias)_____

CÁLCULO DA PONTUAÇÃO

P = 15 -365.I÷2
E

TOTAL DE PONTOS: _____

3 - PUNIÇÕES
Tem Punições?
Sim ( ) (-____) Não ( ) (+10)

Punições:

Escritas

DATA	TIPO E N.º DO DOCUMENTO	PONTOS	
			-1
			-1
			-1
			-1

Suspensões e multas

DATA	TIPO E N.º DO DOCUMENTO	PONTOS	
			-2
			-2
			-2
			-2

Total de Pontos:_____

4 - EXPERIÊNCIA - CURSOS DE TREINAMENTO

De 44 a 120 h - dois pontos cada			De 121 a 244 h - três pontos cada			Acima de 244 h - cinco pontos cada		
Data	Título do curso	Pontos	Data	Título do curso	Pontos	Data	Título do curso	Pontos
Sub-total: _____			Sub-total: _____			Sub-total: _____		

Total de Pontos: _____

5 - EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

Pontuação: dois pontos por ano de exercício

Período do Exercício	Total de Exercícios Trabalhados

Total de Pontos: _____

6 – EFICIÊNCIA
Pontos: REGULAR = 1 BOM = 3 ÓTIMO = 5

Conhecimento do Trabalho:	( ) Regular	( ) Bom	( ) Ótimo
Organização:	( ) Regular	( ) Bom	( ) Ótimo
Atendimento ao Público:	( ) Regular	( ) Bom	( ) Ótimo

Total de Pontos: _____

7 – EFICÁCIA
Pontos: REGULAR = 1 BOM = 3 ÓTIMO = 5

Capacidade de iniciativa:	( ) Regular	( ) Bom	( ) Ótimo
Criatividade:	( ) Regular	( ) Bom	( ) Ótimo
Tomada de decisão:	( ) Regular	( ) Bom	( ) Ótimo

Total de Pontos: _____

8 - RESULTADO FINAL

FATORES	PONTOS
ASSIDUIDADE	
PONTUALIDADE	
PUNIÇÕES	
CAPACITAÇÃO	
EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL	
EFICIÊNCIA	
EFICÁCIA	

Total de Pontos: _____

PERÍODO AVALIADO:_____

REALIZADO POR: _____

VISTO: _____

DATA:_____

_____
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Juara

Lei Municipal nº 2.059, de 30 dezembro de 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Groso, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - o orçamento fiscal;

II - o orçamento da Seguridade Social;

SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º - A Receita compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I, do artigo anterior, é estimada no valor total de R$ 44.162.729,84 (quarenta e quatro milhões cento e sessenta e dois mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos), sendo R$ 42.088.701,02 (quarenta e dois milhões oitenta e oito mil setecentos e um real e dois centavos), para a Prefeitura Municipal e R$ 2.074.028,82 (Dois milhões setenta e quatro mil e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos) para o PREV JUARA.

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL

1.1 - RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	3.668.006,61
Receita Patrimonial	347.723,00
Receita de Serviços	1.6596634,52
Transferências Correntes	33.753.054,19
Outras Receitas Correntes	965.373,08
Deduções - FUNDEF	(-) 4.105.090,38
SOMA	36.288.701,02
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	
Transferências de Capital	5.800.000,00
SOMA	5.800000,00
TOTAL	42.088.701,02

1. RECEITAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

1.1 - RECEITAS CORRENTES	
Receita de Contribuições Sociais	1.056.588,72
Receita Corrente Intra-Orçamentária	1.017.440,10

Receita Patrimonial	258.342,72
SOMA	2.074.028,82
TOTAL	44.162.729,84

§ 2º - A legislação e os resumos das receitas estão demonstrados na forma do que dispõe o Anexo I.

SEÇÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º - As despesas do Orçamento do Município para o exercício de 2010, estão fixadas em R$.

I - o orçamento fiscal	R$ 42.088.701,02
II - o orçamento da Seguridade Social	R$ 2.074.028,82
TOTAL	R$ 44.162.729,84

Art. 4º - O resumo geral da despesa, despesa por função e programas, será demonstrado na forma dos Anexos II, III e IV.

SEÇÃO III
DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - As receitas estão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2008 (base de correção relativa a 30 de junho de 2008).

§ 1º. Os valores da receita e despesa poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

§ 2º O Poder Executivo, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

SEÇÃO IV
DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E AJUSTES NAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, destinar os recursos programados na dotação orçamentária 99.99.99.999.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 - Reserva de Contingência, à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº. 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 15 % (quinze) por cento do Orçamento Total com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta lei, mediante utilização de recursos provenientes de:

I - anulação parcial ou total de dotações;

II - incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço;

III - excesso de arrecadação em bases constantes;

IV - transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de uma mesma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal;

Art. 8º - Visando adequar as estruturas do orçamento - programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas, fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária da Administração Direta, nos termos dos artigos 40 e 46 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art.9º - Fica o Poder Legislativo, autorizado a proceder ajustes no seu orçamento dando ciência ao Poder Executivo no prazo de 15 (quinze) dias.

SEÇÃO V
DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art.10 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, podendo para tanto, realizar operações de créditos por antecipação da receita, observadas as normas legais vigentes do art. 3º, inc. II da Resolução do Senado nº. 40/2001, não ultrapassando o limite de 1,2 da receita Corrente Liquida.

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, disponibilizará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos Fiscal e próprios do Fundo.

Art. 12 - Durante o exercício financeiro de 2010 o município não terá projetos em execução superior a dois anos.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 30 de dezembro de 2009.

JOSÉ ALCIR PAULINO
Prefeito do Municipio

ANEXO I

- LEGISLAÇÃO - ANEXO I DA PORTARIAS Nºs 163 E 180 STN.

a) - RESUMO GERAL DA RECEITA PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	36.288.701,02	2.074.028,82	44.162.729,84
Receita tributária	3.668.006,61	0,00	3.668.006,61
Receita Contribuições Sociais	0,00	798.246,00	798.246,00
Receita Patrimonial	347.723,00	258.342,72	606.065,72
Receita Corrente Intra-Orçamentária	0,00	1.017.440,10	1.017.440,10
Receita de Serviços	1.659.634,52	0,00	1.659.634,52
Transferências Correntes	33.753.054,19	0,00	33.753.054,19
Outras Receitas Correntes	965.373,08	0,00	965.373,08
(-) Deduções FUNDEB	4.105.090,38	0,00	4.105.090,38
RECEITAS DE CAPITAL	5.800.000,00	0,00	5.800.000,00
Transferências de Capital	5.800.000,00	0,00	5.800.000,00
TOTAL	42.088.701,02	2.074.028,82	44.162.729,84

ANEXO II

RESUMO GERAL DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Despesas Correntes	32.653.152,90	887.711,98	33.540.864,88
Despesas de Capital	9.014.661,11	5.000,00	9.019.661,11
Reserva de Contingência	420.887,01	1.181.316,84	1.602.203,85
TOTAL	42.088.701,02	2.074.028,82	44.162.729,84

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

FUNÇÃO	VALOR
01 - Legislativo	2.000.000,00
04 - Administração	5.823.731,32
08 - Desenvolvimento Social	1.882.584,00
09 - Previdência	892.711,98
10 - Saúde	10.050.311,69
12 - Educação	11.143.288,25
13 - Cultura	435.000,00
15 - Urbanismo	2.607.449,57
16 - Habitação	144.142,91
17 - Saneamento	217.809,24
18 - Gestão Ambiental	266.962,16
20 - Agricultura	700.732,10
23 - Comércio e Serviços	529.313,36
25 - Energia	177.032,90
26 - Transportes	4.385.533,68
27 - Desporto Comunitário	767.387,26
28 - Encargos Especiais	536.535,57
77 - Reserva Contingência - RPPS	1.181.316,84
99 - Reserva Contingência	420.887,01
TOTAL	44.162.729,84

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PROGRAMAS POR ÓRGÃO PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

PROGRAMAS	VALOR
01 - CÂMARA MUNICIPAL	2.000.000,00
1001 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	25.000,00
1002 - Ampl. Do Prédio da Câmara Municipal de Juara	75.000,00
1003 - Aquisição de Veículo p/ Câmara Municipal	40.000,00
2001 - Manut. Enc. C/ Câmara Municipal	1.860.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	1.345.554,59
1004 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	14.000,00
1005 - Aquisição de Veículo - Gab Prefeito	35.000,00
1006 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	3.000,00
1007 - Aquis.de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	5.000,00
1008 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	5.000,00
1009 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	3.000,00
1010 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	3.000,00
1358 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	3.000,00
2002 - Manut. Enc. C/ Chefe do Executivo Municipal	712.071,12
2003 - Manut. Enc. C/ Junta Serviço Militar	25.000,00
2004 - Manut. Enc. C/ Unidade Municipal de Cadastro	27.551,45
2005 - Manut. Enc. C/ Tiro de Guerra	25.000,00
2006 - Manut. Enc. C/ Assessoria do Prefeito	111.362,37
2007 - Manut. Enc. C/ Chefia de Gabinete	201.919,75
2009 - Manut. Enc. C/Assessoria Jurídica	56.550,00
2010 - Manut. Enc. C/Controladoria Geral	65.100,00
2008 - Manut. Enc. C/Coordenação de Distrito	50.000,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	3.008.835,46
2013 - Amortização da Divida Publica	536.535,57
2012 - Manut. Enc. C/Coord. e Divisões de Finanças	2.401.126,99

2107 - Precatório Judicial n.º 161/2007	8.172,90
1013 - Aquisição de Veículo Automotor	35.000,00
1014 - Implantação de Sistema Computadorizado	20.000,00
1012 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	8.000,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.460.674,40
2014 - Manut. Enc. C/Coord. e Divisões de Administração	1.347.227,42
2219 - Realização Concurso Público	10.000,00
1015 - Aquisição de Veículo Automotor	35.000,00
1016 - Reestruturação Administrativa	15.000,00
1017 - Elaboração do Plano Diretor	10.000,00
1219 - Elaboração Agenda 21	15.735,00
1221 - Elaboração do ZEE	27.000,00
1018 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	8.000,00
1220 - Manutenção com o PMAT	100.000,00
2015 - Manutenção e Encargos com PREV-JUARA	887.711,98
1019 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Aces.PREV-JUARA	5.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.050.311,69
1359 - Aquisição Equip.e Material Permanentes	20.000,00
1026 - Aquisição de Ambulâncias	30.680,00
2016 - Manut. Enc. C/Gab. Secret. Munic. de Saúde	150.000,00
1027 - Implantação de PSF no Município	39.320,00
2017 - Manut. Enc. C/ Coordenação Administrativa	120.000,00
1022 - Aquisição de Veículos	60.000,00
2109 - Manut. Enc. C/Central de Regulação	30.000,00
1222 - Aquisição Equip.Material Permanentes - Atenção Básica	50.000,00
1223 - Constr.,Ampl.e Reforma Postos de Saúde - PAM	150.000,00
1224 - Implantação de Equipes de PSF	240.000,00
1225 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios P.Saúde e PSFs	70.000,00
1280 - Ampliação e Reforma de Postos de Saúde	50.000,00
1281 - Construção de Posto de Saúde Zona Rural	50.000,00
1282 - Aquisição de Veiculo para Postos de Saúde Zona Rural	70.000,00
1283 - Aquisição de Veiculo para equipes do PSFs	30.000,00
1364 - Construção de Postos de Saúde no Município	25.000,00
1365 - Infra Estrutura de casa para Profissionais de Saúde	15.000,00

1366 - Aquisição de Motos para Agentes de Saúde	10.000,00
2110 - Manutenção Encargos com o PACS	450.000,00
2111 - Manutenção Encargos com o PSF	672.000,00
2112 - Manutenção Encargos com o PSFI	190.000,00
2113 - Manutenção Encargos com P.Saúde - PAM	770.000,00
2114 - Manutenção Encargos com Saúde Bucal	480.000,00
2115 - Manutenção Encargos com Saúde Indígena	65.000,00
2116 - Manutenção Encargos com PASCAR	10.000,00
1226 - Aquis.Equip.Material Permanentes Média Alta Complex.	20.000,00
1227 - Construção, Ampl.e Reforma Hospital Municipal	20.000,00
1228 - Aquisição de Ambulância	60.000,00
1229 - Construção de Centro de Reabilitação	100.000,00
1230 - Aquis. Equip.Permanentes p/Hospital Municipal	450.000,00
1231 - Implantação do CEO	100.000,00
1232 - Aquisição de Área para construção do Hospital Regional	250.000,00
1351 - Aquisição de Micro Ônibus	150.000,00
1352 - Aquisição de Veiculo para Transporte Lixo Hospitalar	60.000,00
1353 - Aquisição de Veiculo para Atender Casa de Apoio	35.000,00
1354 - Constr do Centro Atenção Psicossocial - CAPS	250.000,00
1355 - Construção do CTA/SAE	100.000,00
2117 - Manutenção do Hospital Municipal	2.500.000,00
2118 - Manutenção Encargos com o CAPS	130.000,00
2120 - Manutenção e Encargos com a UCT	80.000,00
2119 - Manutenção Encargos Centro de Reabilitação	50.000,00
2121 - Manutenção Encargos com CTA	100.000,00
1233 - Aquis.Equip.Permanentes Farmácia Básica	40.000,00
1234 - Implantação Farmácia de Manipulação	14.736,40
1235 - Implantação da Farmácia Popular	10.526,00
2122 - Manutenção Encargos Farmácia Básica	400.000,00
1236 - Aquis.Equip.Permanentes Vigilância Sanitária	20.000,00
1237 - Construção KITS Sanitários	53.049,29

1275 - Aquis. de Móvs. Maqs e Equip. Permanente	20.000,00
2123 - Manutenção e Encargos com Vigilância Sanitária	150.000,00
1360 - Aquis.Equipamentos Permanentes Vigil. Epidem.,Ambiental	80.000,00
1361 - Aquisição de Veículo para Vigilância Ambiental	30.000,00
1362 - Ampliação e Reforma do Centro de Controle de Zoonose	100.000,00
1363 - Constr de Forno Crematório para Centro de Controle de Zoonose	70.000,00
2124 - Manutenção Encargos Vigilância Ambiental	450.000,00
2125 - Manutenção Encargos Centro de Controle Zoonoses - CCZ	60.000,00
2126 - Manutenção Encargos Vigilância Epidemiológica	80.000,00
..... - Reforma do Posto de Saúde do Distrito de Paranorte	10.000,00
..... - Aquisição de ônibus para implantação do PSF itinerante rural	100.000,00
..... - Aquisição de Ortes e Próteses	40.000,00
..... - Manutenção e encargos com Conselho Municipal de Saúde	10.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	**11.578.288,25**
1032 - Aquisição de Veículos	40.000,00
1191 - Reforma Ampliação de Creches	15.000,00
1284 - Aquis. de KITS Tecnológicos para Escolas Municipais	20.000,00
1285 - Adequação do Espaço Físico das Creches - QSE	38.400,00
1286 - Aquis. de Mov. E Equip. Permanente - QSE	30.000,00
1287 - Aquis. de Moveis Equip. Permanente - QSE	30.000,00
1288 - Aquis. de Materiais pedagógicos para as creches	35.000,00
1289 - Aquis. de parquinho infantil para Escolas - Educ Infantil	35.000,00
1357 - Aquisição de Mov. Equip. Perm. p/Cozinhas e Refeitórios das Escolas Municipais	10.000,00
2031 - Manut. Enc. C/Divisão Educacional	1.000.000,00
2026 - Manut. Enc. C/PDDE	6.360,27
1031 - Aquisição Kits Mat.Didático Pedagógico Ens. Fundament.	30.000,00
2027 - Manut. Enc. C/Merenda Escolar Ensino Fundamental	402.088,00
2028 - Cursos de Capacitação Formação Continuada - QSE - Fundam.	30.000,00
2030 - Manut. E Ampl. Da Horta da Escola Agrícola Municipal	10.000,00
2041 - Manut. Enc. C/ Transporte Escolar	720.077,65
2042 - Manut. Enc. c/ Divisão Administrativa	2.500.000,00

2037 - Manut. Enc., C/Apoio ao Ensino Superior	40.000,00
2038 - Apoio a Professores em Cursos de Mestrado	10.000,00
2033 - Manut. Enc. C/Educação Infantil	926.439,15
2034 - Manut. Enc. C/Merenda Escolar Educação Infantil	191.716,00
2035 - Manut. Enc. C/Educação Especial	50.000,00
2043 - Manut. Enc. C/Divisão de Cultura	185.000,00
1046 - Aquisição de Acervo Bibliográfico	20.000,00
2036 - Manut.Convênios Coop.Mutua - Educ.Especial	5.000,00
1242 - Aquis.Equip.Máq.Móveis e Utens. FUNDEB 40% Fundam.	40.000,00
1111 - Oficina de Artes, Dança, Teatro e Artesanato	30.000,00
1112 - Aquisição de Instrumentos e Uniformes	30.000,00
1113 - Comemorações Cívicas e Festivas	20.000,00
1247 - Aquis. de Mov. Equip. perm. Fundeb 40 % Infantil	30.000,00
1291 - Aquis. de Mov. Maqs Equip. Perm. Para Ensino Superior	30.000,00
1292 - Aquis. de Mov. Maqs Equip. Perm. Para SMEC	20.000,00
1293 - Reforma da Secretária Municipal de Educação	150.000,00
1294 - Aquisição de KITS Tecnológicos para SMEC	14.850,00
1295 - Ampl. e Reforma da Ede Física Infantil 40 % FUNDEB	45.200,00
1296 Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental	220.000,00
1297 - Adequação de Espaço Escolares a Pessoas Deficientes	25.200,00
1298 - Aquis. de Área p/Constr de Quadras Esportivas	20.000,00
1300 - Ampl. E Reforma da Cozinha e Refeitório da Escolas Munic	10.000,00
1301 - Pintura da Escola Municipal Maria Pirovani Riva	10.000,00
1302 - Pintura da Escola Municipal Pingo de Gente	10.000,00
1303 - Aquis. de Área para Ampliação Escola Municipal Jd Califórnia	20.000,00
1305 - Reforma Ampliação da Biblioteca Municipal Rubert Arantes	150.000,00
1367 - Constr de Centro de Apoio aos Professores e Alunos	50.000,00
1368 - Aquis. de Mov. Maqs e Equip. Perm. Para Educ Especial	10.000,00
2127 - Cursos de Capacitação Formação Continuada Ens Fundamental	19.982,60
2128 - Manut.Enc.c/FUNDEB 40% Ens. Fundamental	810.000,00
2129 - Manut.Enc.c/FUNDEB 60% Ens. Fundamental	2.554.516,38

2130 - Cursos Capacit Formação Continuada Educ Infantil	10.858,20
2131 - Manut e Encargos com o FUNDEB 40 % Ensino Infantil	80.000,00
2132 - Manut e Encargos com o FUNDEB 60 % Ensino Infantil	495.000,00
2133 - Manut. Encargos FUNDEB 40 % Ensino Especial	5.000,00
2134 - Manut.Enc.c/FUNDEB 60% Educ.Especial	8.000,00
2146 - Manut. e Encargos c/Curso de Capacitação - Infantil	8.000,00
2147 - Manut e Encargos c/Educação Infantil - QSE	30.000,00
2148 - Aquis. de Pinto de Corte e Postura para Escola Agrícola	3.000,00
2149 - Aquis. KITS Materiais Esportivos para pratica Educ Fisica	15.000,00
2150 - Aquis. de Materiais Literários Programa Incentivo a Leitura	10.000,00
2151 - Manutenção Convênios de Coop. Mutua da Educ Básica e Sup	15.000,00
2152 - Aquisição de Mudas de Arvore para Escola Agrícola Artur Pinoti	10.000,00
2153 - Locação de Imóveis p/Curso do MT Pré-Vestibular	27.600,00
2155 - Manutenção Projeto Aplauso	10.000,00
2220 - Manut. Encargos Cursos Capacitação p/Técnicos Adm. E Apoio	20.000,00
2222 - Locação do Imóvel Ensino Superior	36.000,00
2226 - Reparos /Reforma Cozinha Refeitório Esc Pingo de Gente	30.000,00
..... - Construção de Escola para Ensino Infantil	10.000,00
..... - Construção de Creches	10.000,00
..... - Construção de Escola para Ensino Fundamental no Cruzeiro do Sul	10.000,00
..... - Construção de salas para implantação da Educação Infantil no Cruzeiro do Sul	10.000,00
..... - Ampliação de 03 salas de aula na Escola Rui Barbosa	10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	**3.146.434,62**
1051- Aquis. de Mov. Maqs Equipamentos Permanente	9.109,10
1052 - Pavimentação de Vias Urbanas	350.383,00
1053 - Constr./Ampl. Prédios Próprios Municipais	33.239,00
1054 - Constr. /Praças/Parques/Jardins e Passeio Publico	36.562,90
1055 - Construção de Meio-Fio/Sarjetas e Calçamento	35.850,00
1056 - Construção de Calçamento	25.000,00
1057 - Constr de Rampas em Prédios e Locais Públicos	11.079,67
1058 - Construção de Aterro Sanitário	33.239,00

2044 - Manut. Enc. C/ Divisão de Obras Urbanas	1.636.000,00
1050 - Constr. De Galerias e Canalização de Córregos	70.410,90
2045 - Manut. Enc. C/ Divisão de Eng. Proj. e Urbanização	76.800,00
2046 - Manut.Enc. C/Divisão de Transito e Transp. Urbanos	23.000,00
2047 - Manut.Enc. C/ Divisão de Serviços Gerais	264.200,00
1049 - Manut. e Ampliação da Iluminação Pública	147.528,70
1048 - Extensão de Rede de Energia Elétrica	29.504,20
1120 - Impl.Melhoria da Sinal.de Transito Ruas e Avenidas	23.157,20
1060 - Programa de Construção de Casas Populares	73.864,45
1061 - Aquis.de Área para Constr.de Casas Populares	70.278,46
1152 - Aquisição de Área para Aterro Sanitário	45.398,34
1255 - Manutenção do Plano Municipal de Saneamento	22.000,00
1256 - Aquisição de Área para Cemitério Municipal	9.929,70
1257 - Aquisição de Área para Regularização Urbana	9.900,00
1306 - Implantação de Rede de Água no Distrito de Catuai	50.000,00
1307 - Implantação de Praças Públicas nos Distritos e Comunidades	10.000,00
1308 - Aquis. Equip. Perrm. Para Limpeza de Vias Urbanas	20.000,00
2156 - Perfuração de Poços Artesianos, Catuai ,Casulo e Assentamento	20.000,00
2157 - Expandir a Coleta de Lixo nos Distritos e Comunidades	10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO	**1.883.584,00**
2055 - Manut. Enc. C/ Div. Desenv. Trabalho Hab. Social	79.500,00
1070 - Construção de Centro de Multi-uso	30.000,00
2048 - Manutenção e Encargos da Unidade Acolhim. Ao Idoso	15.000,00
2106 - Manut e Encargos com Programa Bolsa Família - IGD	20.000,00
2158 - Manutenção do API	10.500,00
2159 - Manutenção Encargos c/Curso Capacitação Equipe CRAS	15.000,00
2160 - Aquis. de Gêneros de Alimentação . Mat. Limpeza	10.000,00
2161 - Aquis. de Gêneros de Alimentação. Mat. Limpeza	10.000,00
2162 - Manut. E Encargos Sócio Educativo do ASEF	29.040,00
2163 - Manut. Do Programa de Atendimento Integral a Família	5.000,00
2164 - Manutenção do Veiculo do CRAS	10.000,00

2165 - Auxilio Funeral	25.000,00
2166 - Auxilio Cesta Básica Suplemento Alimentar e Outro	50.000,00
2167 - Auxilio aquisição de documentos	3.500,00
2168 - Auxilio Passagens Rodoviárias para Pessoas Carentes	36.000,00
2169 - Manutenção e Encargos PROJOVEM	30.144,00
2170 - Aquis. de Gêneros Aliment, Material de Limpeza e Expediente	3.000,00
2171 - Locação de Imóveis CREAS	12.000,00
2172 - manutenção da Casa de Passagem	10.000,00
2173 - Manutenção do Veiculo do CREAS	10.000,00
2174 - Manutenção do Veiculo do Conselho Tutelar	20.000,00
2175 - Manut. e Encargos com a Divisão Administrativa	690.500,00
2176 - Manut. do Convenio de Coop. Mutua com a ADEJU	14.000,00
2177 - Manutenção do Convenio com AABB Comunitária	5.000,00
2178 - Manutenção do APD - Apoio a Pessoa com Deficiência	30.000,00
2179 - Manut. do Convenio de Cooperação Mutua com AMOR	6.000,00
2180 - Manut. Encargos CMAS p/Conselheiros não Governamentais	2.000,00
2181 - Manut. Encargos CMDC p/Conselheiros não Governamentais	2.000,00
2182 - Manutenção Horta	3.000,00
2183 - Manutenção Marcenaria	12.000,00
2184 - Manutenção e Encargos com SMDST	20.000,00
2185 - Promoção de Encontros, Conferencias Seminários	10.000,00
2186 - \incentivo e Apoio as Ações Comunitárias de Intercambio	10.000,00
2187 - Programas de Ações de Cidadania	30.000,00
2225 - Manutenção e Encargos com Conselho Tutelar	15.000,00
2067 - Manutenção e Encargos com o PETI	12.000,00
2068 - Manutenção e Encargos com Projeto SENTINELA	54.000,00
1259 - Manutenção com o Fundo Municipal de Habitação	50.000,00
1064 - Aquis. Equip. Permanente para Conselho Tutelar	6.000,00
1065 - Construção do Prédio do Conselho Tutelar	50.000,00
1110 - Construção da Casa da Mulher	10.000,00
1268 - Aquis. de Moveis Equipamento Permanente - Bolsa Família	18.400,00

1310 - Ampliação Reforma da Unidade de Acolhimento ao Idoso	20.000,00
1311 - Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	25.000,00
1312 - Aquis. Equip. Permanente para CRAS	15.000,00
1313 - Reforma Ampl. Centro Social Educativo da Assist Social	50.000,00
1314 - Aquis. Equip. Permanente para Centro Sócio Econômico	15.000,00
1315 - Aquis. de Equipamentos para Copa do CRAS	10.000,00
1317 - Aquis. de Movs. Equip. Perm. Para CREAS	10.000,00
1318 - Construção e Reforma do CREAS	80.000,00
1319 - Aquisição de Veículo do CREAS	30.000,00
1322 - Aquis. de Movs. Equip. Perm. Secret Munic.de Desenv. Social	5.000,00
1323 - Aquis, de Equip. Permanente para Marcenaria	15.000,00
1369 - Aquisição de Veículo para Conselho Tutelar	20.000,00
1370 - Aquisição de Veiculo para atender ao Idoso	20.000,00
..... - Convenio com a APESP	5.000,00
..... - Construção e manutenção de Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos	10.000,00
..... - Ajuda de custo para os pacientes que irão tratar em Barretos no Hospital do Câncer	15.000,00
..... - Convênio com o Centro de Reabilitação EBENEZER	5.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	**4.385.533,68**
2057 - Manut. Enc. C/ Divisão de Oficina e Manutenção	375.000,00
1074 - Abert./Reab/Casc./Patrolam. da Rede Rodov. Munic.	320.000,00
1075 - Construção de Pontes e Bueiros	682.000,00
1076 - Aq.Pa Car.,Motoniv.Trator Pneu e Caminh.Caçamba	110.796,68
1078 - Construção Terminal Rodoviário	55.398,34
1077 - Aquis.de Talha, Prensa, Muck, Ofic.Vol.e Caminhão	58.168,25
1080 - Locação de Máquinas e Equipamentos	500.000,00
1073 - Aquis.de Equip.Máq.Móveis Equip.e Acessórios	5.109,01
1081 - Aquis.de Equip.Máq.Móveis Equip.e Acessórios	4.000,00
1260 - Repasse Consórcio Desenv.Socio-Econ.Vale Arinos	28.000,00
1261 - Repasse Consórcio Desenv.Socio-Econ.Vale Arinos-Patrulha	128.822,40
1324 - Construção de Ponte de Concreto	374.400,00
1325 - Elaboração de Passivo Ambiental	9.600,00

1326 - Aquisição de Veículo	33.239,00
1327 - Construção de Asfaltamento da MT 325 e MT 160	80.000,00
2188 - Manut. e Encargos com Secret Municipal de Transportes	1.625.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO	**595.829,57**
1085 - Construção de Quadras de Esportes	40.000,00
2058 - Manut. Enc. C/ Divisão de Iniciação Esportiva	59.000,00
2059 - Manutenção de Campo de Futebol e Quadra de Esportes	20.609,86
2060 - Manut. Enc.C/ Divisão de Prática de Esportes Adultos	154.000,00
2189 - Manut. e Encargos com Secret Municipal de Desportos	152.000,00
2190 - Apoio ao Transo de Material Esportivo	10.500,00
2191 - Recursos para Realização de Eventos Esportivos	10.500,00
2192 - Manut. e Apoio as Atividades Ligadas ao Esportes	20.000,00
2193 - Manutenção da Pista de Skate	10.000,00
1082 - Aquis.de Móveis, Máq.Equip.e Acessórios	10.000,00
1083 - Aquis.de Móveis, Máq.Equip.e Acessórios	20.000,00
1086 - Constr.de Campo de Futebol com Iluminação	18.000,00
1087 - Constr. Ampliação e Reforma de Quadras de Esportes	21.219,71
1328 -Construção de Mini estádio de Futebol	25.000,00
1329 - Constr de Academia de Ginástica ao Ar Livre	10.000,00
1330 - Constr e Manut. de Pista de MotoCross e BiciCross	20.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	**940.732,10**
1331 - Aquisição de Veículo Utilitário	80.000,00
1332 - Aquisição de Motocicletas	28.000,00
1333 - Constr da Área de Escritório Atendimento ao Produtor	110.000,00
1334 - Constr da Área de Barracão p/Atendimento ao Produtor	80.000,00
1335 - Aquis.de Área p/Construção do Centro de Atendimento ao Produtor	40.000,00
1336 - Aquisição de Botijões para Estocagem de Sêmen	7.500,00
1337 - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas	20.000,00
1338 - Construção de Abatedouro para Peixes	80.000,00
1339 - Construção de Abatedouro para Aves e Pequenos Animais	90.000,00
1340 - Construção de Laboratório para Produção de Alevinos	20.000,00

1341 - Construção de Tanques para Alevinos para Pequenos Produtor	6.000,00
1346 - Aquis. de Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
1347 - Aquisição e Manutenção dos Resfriadores de Leite	10.000,00
2194 - Manut. Encargos Inseminadores	36.000,00
2195 - Manutenção de Botijões (Criogenia)	1.200,00
2196 - Aquisição de Sêmen	1.500,00
2197 - Aquisição de Material de Consumo para Inseminação	1.500,00
2198 - Aquisição de Hormônios para Sincronização do ciclo estral	1.200,00
2199 - Manut. e Encargos c/Secret de Agric e Desenvolvimento Econ	148.832,10
2234 - Manutenção de Veículos	15.000,00
2200 - Manut. e Enc. aos Setores de Produção Agrícola e Pecuária	50.000,00
2201 - Criação de Hortas Comunitárias	10.000,00
2202 - Realização de Eventos	8.000,00
2203 - Manutenção e Encargos com Técnicos	36.000,00
2223 - Aquisição de Insumos p/Pequeno e Médio Produtor	10.000,00
2227 - Cursos de Capacitação aos Pequenos Produtores	10.000,00
..... - Manutenção da Casa do Mel	10.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E LAZER	**847.172,63**
1106 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	15.498,74
1107 - Revitalização do Parque Florestal	18.367,87
1108 - Festival de Pesca	23.205,50
1124 - Criação do Parque Florestal	15.539,83
1126 - Rearborização de Loteamento Ruas e Avenidas do Município	36.180,90
1127 - Realização de Rally Ecológico	14.300,80
1348 - Aquisição de Veiculo	65.000,00
1349 - Infra Estrutura do Turismo e Meio Ambiente	19.000,00
2064 - Reflorestamento de Área c/Cobertura Vegetal Danificada	45.000,00
2065 - Manut. e Encargos c/Divisão de Desenvolvimento do Turismo	127.447,06
2204 - Manut. e Encargos com Secret de Meio Ambiente e Turismo	103.840,68
2205 - Recuperação de Nascente do Perímetro Urbano	49.530,00
2206 - Realização do Carnaval (Carnajuara)	35.422,39

2207 - Realização Carnaval fora de Época (Micajuara)	25.315,13
2208 - Manut. e Encargos Com Fundo Mun de Meio Ambiente	20.000,00
2209 - Área de Preservação Permanente	27.360,31
2210 - Manutenção do Viveiro Municipal	14.315,25
2211 - Programa de Educação Ambiental	21.668,00
2212 - Revitalização e Manut. Balneário Luiz Riva	38.000,00
2213 - Reestruturação e manutenção de Unidade de Lazer	59.360,00
2214 - Programas de Caminhada da Natureza	4.980,00
2215 - Passeio Ciclístico	9.380,50
2216 - Feira regional do Vale do Arinos	17.095,67
2217 - Festival de Boi no Rolete	12.564,00
2224 - Ampl. Reestrutura e Manut. Centro de Eventos	28.800,00
14 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	**317.575,00**
2011 - Manut. Enc. C/Gab. de Planej. Orçam. e Gestão	186.385,00
1011 - Aquis. de Móv. Máqs. Equip.Perm. e Acessórios	21.190,00
1005 - Aquisição de Veiculo	60.000,00
1350 - Ampliação e Reforma do prédio da Secret. Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão	50.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9999 - Reserva de Contingência	420.887,01
99999 - Reserva de Contingência RPPS	1.181.316,84
TOTAL	**44.162.729,84**

ANEXO V

DESPESAS PÔR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO 2010

PODER LEGISLATIVO

01 - CÂMARA MUNICIPAL	2.000.000,00

PODER EXECUTIVO

02 - GABINETE DO PREFEITO	1.345.554,59
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	3.008.835,46
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.567.962,42
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/PREV JUARA	892.711,98
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.050.311,69
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	11.578.288,25
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	3.146.434,62
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO	1.883.584,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	4.385.533,68
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO	595.829,57
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	940.732,10
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E LAZER	847.172,63
14 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	317.575,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	420.887,01
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS	1.181.316,84
TOTAL GERAL	44.162.729,84

Prefeitura Municipal de Juína

LEI Nº 1.055/2009 – de 13/02/09

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal, a Abrir Crédito Especial no Orçamento vigente 2009, até o valor que menciona, e dá outras providências.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, autorizado a Abrir Crédito Especial na Lei Municipal n.º **1.050/08** que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o Exercício de **2009**, até o valor de **R$ 746.459,22 (setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinqüenta e nove reais e vinte e dois centavos)**, nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária 05.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 1.121	Obras de Recursos de Despesas de Exercícios Anteriores
Elemento Despesa: 33.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 180.000,00
Órgão: 06	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária 06.01	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade: 1.127	Obras de Recursos de Despesas de Exercícios Anteriores
Elemento Despesa: 33.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 14.145,20
Órgão: 06	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária 06.01	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade: 1.128	Obras de Recursos de Despesas de Exercícios Anteriores
Elemento Despesa: 44.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 11.830,30
Órgão: 07	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária 07.01	Departamento de Educação
Projeto/Atividade: 1.122	Obras de Recursos de Despesas de Exercícios Anteriores
Elemento Despesa: 44.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 74.740,47
Órgão: 08	Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade Orçamentária 08.01	Departamento de Agricultura
Projeto/Atividade: 1.124	Obras de Recursos de Despesas de Exercícios Anteriores
Elemento Despesa: 33.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 305.214,65
Órgão: 09	Secretaria Municipal de Infra estrutura
Unidade Orçamentária 09.01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto/Atividade: 1.125	Obras de Recursos de Despesas de Exercícios Anteriores
Elemento Despesa: 44.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 158.547,60
Órgão: 11	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Turismo
Unidade Orçamentária 11.01	Departamento de Desporto
Projeto/Atividade: 1.126	Obras de Recursos de Despesas de Exercícios Anteriores
Elemento Despesa: 44.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores..... R$ 1.981,00
TOTAL GERAL	..... **R$ 746.459,22**

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial do artigo anterior, virão por ocasião de excesso de arrecadação em virtude de Convênios celebrados com o Estado de Mato Grosso e a União Federal e Programas de Saúde relativo ao mês de dezembro de 2008.

Art. 3º - Os Créditos Especiais suplementares objeto da presente Lei, somente poderão ser abertos por ocasião da assinatura e/ou recebimento dos respectivos repasses financeiros objetos dos Convênios e Programas com os mencionados entes da federação mencionados no artigo anterior.

Art. 4º - Ficam autorizadas as inclusões destas despesas nos Instrumentos de Planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina(MT), em 13 de Fevereiro de 2009.

Altir Antônio Peruzzo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 054/2009

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o disposto no artigo 6.o da Lei municipal 479/97,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Prorrogado o prazo para pagamento da parcela-única do **Imposto Predial e Territorial Urbano - I.P.T.U**, do ano em exercício, com desconto de 20% (vinte por cento) e 10% e também da 1ª parcela, constante do art. 1º, inciso 1º, 2º e 3º, do Decreto **034/2009**, para o dia **18 de Junho de 2009.**

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **25** de **maio** de **2009.**

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 060/2009

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros que integrarão o Conselho Municipal de Turismo - **COMTUR**, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º **555/2000**,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Turismo - **COMTUR**, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso:

I - REPRESENTANTES ESCOLHIDOS PELO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Alini Fernanda Buchelt; e,

b) Luiz Carlos Mardegan.

II - REPRESENTANTES DOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, POUSADAS E SIMILARES:

a) Luiz Carlos Padovan; e,

b) Itamar Francisco Egino Nunes.

III - REPRESENTANTE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO:

a) Daniel Roberto Dreher.

IV - REPRESENTANTE DOS PROPRIETÁRIOS DE RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES E SIMILARES:

a) Elizangela Magna Faular.

Avenida Deputado Hitler Sansão, nº 240, Centro, Juína-MT
Cx. Postal 01 – CEP - 78.320-000 - Fone: (66) 3566-8300
Site : www.prefeituradejuina.com.br E-mail: administração@prefeituradejuina.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

V - REPRESENTANTE DOS PROPRIETÁRIOS DE AGÊNCIAS DE TURISMO LOCAL E TRANSPORTE:

a) Daniel Pereira Machado Júnior

VI - REPRESENTANTE DOS PROPRIETÁRIOS DE ATRATIVOS TURÍSTICOS:

a) Evandro Pretto.

VII - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JUINA:

a) Hildibrando Rafael Ipiapino.

VIII - REPRESENTANTE DOS PROPRIETÁRIOS DAS AGÊNCIAS DE ASSESSORIA EM MARKETING:

a) Wallace Araújo.

IX - REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO:

a) Antonio Munhoz Sanches.

X - REPRESENTANTE DAS AGÊNCIAS LOCADORAS DE VEÍCULOS:

a) Wilcleson Dias Almeida.

XI - REPRESENTANTE DAS EMPRESAS DE MEIO DE COMUNICAÇÃO:

a) Claudecir Zílio.

XII - REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS – APROJU:

a) Renato Paulo Tozzo.

XIII - REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE ESPORTES RADICAIS:

a) Jocemir Domingos Zamboni.

XIV - REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

a) Olinda Gonçalves Alves.

Avenida Deputado Hitler Sansão, nº 240, Centro, Juína-MT
Cx. Postal 01 – CEP - 78.320-000 - Fone: (66) 3566-8300
Site : www.prefeituradejuina.com.br E-mail: administração@prefeituradejuina.com.br

XV - REPRESENTANTE DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORES DE BEBIDAS:

a) Vitor Paulo Gaudêncio da Silva.

Art. 2.º A função de integrante do Conselho Municipal de Turismo - **COMTUR** é considerada serviço público relevante e não será remunerada, nos termos da Lei Municipal n.º **555**, de **15** de **maio** de **2000**.

Art. 3.º O presidente do Conselho Municipal de Turismo - **COMTUR** será escolhido entre seus membros, por maioria simples, e empossado pelo Prefeito Municipal.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **10** de **julho** de **2009**.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LUÍS FELIPE AVILA PRADO
Assessor Jurídico
Poder Executivo – Juina-MT

MARCIA GARDIM
Chefe de Gabinete
Poder Executivo – Juina-MT

REGISTRADO e **PUBLICADO** em local costume nesta data.

DECRETO N.º 071/2009

Súmula: Dispõe sobre decretação da Convocação do Concurso Público **001/2007.**

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado nos termos do Edital Número **001/2007**, fica convocada abaixo relacionada para comparecer, ao Edifício Sede da Prefeitura Municipal, (Departamento de Recursos Humanos), no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único – O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo, implica na desclassificação dos mesmos sendo considerados desistentes.

CONVOCADA:

A) – ASSISTENTE SOCIAL

CLAS.	Nº INSC	NOME
2º	00362	KATCHUCY RAMOS DOS SANTOS

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na sua data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **31** de **julho** de **2009.**

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

Avenida Deputado Hitler Sansão, nº 240, Módulo I - Juína-MT
CNPJ/MF n.º 15.359.201/0001-57 - Cx. Postal 01 – CEP.: 78.320-000 - Fone: (66) 3566-8300
Site : www.prefeituradejuina.com.br E-mail: administração@prefeituradejuina.com.br

PORTARIA N.º 031, de 02 de janeiro de 2009.

SÚMULA: Outorga atribuições ao Secretário Municipal de Educação e Cultura para baixar Portarias Internas nos casos que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo inciso **III**, do art. **83** c/c o inciso **IV**, do art. **91**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – Ficam outorgadas atribuições ao Secretário Municipal de Educação e Cultura do Município de Juina para o fim de designar por Portarias Internas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura os Diretores e Secretários de Escolas, Coordenadores pedagógicos e dispor sobre o Calendário Escolar, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. As Portarias Internas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mencionadas neste inciso, deverão ser remetidas ao Departamento de Administração e Recursos Humanos para publicação, onde receberão numeração cronológica anual distinta das demais Portarias baixadas pelo Chefe do Poder Executivo, com numeração a iniciar-se por "**001/SMEC**", seguida da data por extenso.

II – A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **02** de **janeiro** de **2009**.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PORTARIA Nº 700, de 13 de abril de 2009.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos integrantes que comporão a Comissão Técnica para avaliação das Propostas Técnicas do Procedimento Licitatório que menciona, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Federal n.º **8.666/93**,

RESOLVE

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes integrantes que comporão a Comissão Técnica com o fim de avaliar as Propostas Técnicas da Tomada de Preço n.º **005/2009**, que tem como objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de projetos para a divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso:

a) MARCIA GARDIM, Chefe de Gabinete, Matrícula n.º **1792**;

b) MARIO PEREIRA ALVIM, Assessor do Departamento de Comunicação e Marketing, Matrícula n.º **1721**; e,

c) JOÃO BATISTA LEITE GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Juína-MT.

Art. 2.º A Comissão Técnica por esta portaria constituída deverá desempenhar suas atribuições conforme disposto no Edital da Tomada de Preço n.º **005/2009**, com o objeto acima mencionado.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **13** de **abril** de **2009**.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PORTARIA n.º 702, de 13 de abril de 2009.

SÚMULA: Dispõe sobre a designação do Pregoeiro Municipal e respectiva Equipe de Apoio do Poder Executivo do Município de Juína. Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Federal n.º **10.520**, de **17** de **julho** de **2002** e o Decreto Municipal n.º **488**, de **10** de **abril** de **2006**,

RESOLVE

Art. 1.º Fica designado para atuar como Pregoeiro Municipal do Poder Executivo, em procedimentos licitatório na modalidade de Pregão, para o Exercício de **2009**, o seguinte servidor publico:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
PAULO SERGIO MARKOSKI	AGENTE ADMINISTRATIVO II	469

Parágrafo Único. O Pregoeiro Municipal designado por esta Portaria poderá atuar em qualquer Processo de Licitação na modalidade Pregão instaurado pelo Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Compete ao Pregoeiro Municipal:

I - a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II - o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

1

III - o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

IV - a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

V - a seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos **VIII** e **IX**, do art. **4.º**, da Lei Federal n.º **10.520/2002**;

VI - a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII - a negociação do preço com vistas à sua redução;

VIII - a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

IX - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inciso **XVII**, do art. **12**, do Decreto Municipal n.º **488/2006**;

X - a elaboração da ata da sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação de preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

2

XII - propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Art. 3.º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio, no Exercício de **2009**, nas licitações na modalidade de Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, os seguintes servidores públicos municipais:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
GILVÂNIA MOREIRA DUTRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	21598
JOSÉ CARLOS DIVINO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	54
LUIS BRAZ DE LIMA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	1746
ADEMIR CASTRO MARTINS	ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	1776
DENISE TANIA BROCCO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	65

§ 1.º Para cada processo de licitação na modalidade Pregão, deverão atuar, no mínimo, de **2 (dois)** integrantes da Equipe de Apoio, dentre eles **1 (um)** servidor público municipal de carreira, convocados pelo Pregoeiro no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas ante do início da sessão.

§ 2.º Excluídos os atos que importem em julgamento ou deliberação, compete a Equipe de Apoio:

I - prestar assistência ao pregoeiro, dando suporte às atividades que lhe incumbem executar;

II - formalizar atos processuais, por determinação do Pregoeiro;

III - realizar diligências diversas, determinadas pelo Pregoeiro;

IV - assessorar o Pregoeiro nas sessões do certame, na redação de atas, relatórios, pareceres, entre outros;

V - realizar o exame de propostas quanto aos aspectos formais, sugerindo ao Pregoeiro a classificação ou a desclassificação; e,

VI - em relação à habilitação em cada certame licitatório, analisar os documentos à luz do que estatuir o edital, emitindo parecer destinado a subsidiar a decisão a ser adotada pelo Pregoeiro.

3

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: www.amm.org.br e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Art. 4.º O Pregoeiro e os integrantes da Equipe de Apoio, na atuação que lhes foi designada, devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, inscritos no art. **37**, da Constituição Federal, que orientam toda a atividade estatal, atuando sempre com diligência, competência e eficiência, evitando atos que importem em lesão ao interesse público, sob pena de responderem por tais atos nas esferas administrativa, cível e criminal.

Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º **032**, de **02** de **janeiro** de **2009**.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **13** de **abril** de **2009**.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 710, de 27 de abril de 2009.

SÚMULA: Dispõe sobre a emissão de Títulos Definitivos objetos de Contrato Administrativo de Compra de Imóveis do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Esta portaria visa regularizar o procedimento de emissão de Títulos Definitivos objeto de Contrato Administrativo de Compra de Imóveis do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, em especial, quando da ocorrência de cessão de direitos e obrigações do contrato para terceiros.

Art. 2.º Para fins de regularização, a Municipalidade autorizará a emissão de Título Definitivo em nome de terceiros cessionários, por força de escrituras particulares de cessões de direitos e obrigações dos Contratos Administrativos de Compra de Imóveis, desde que estes estejam devidamente pagos até a data de **18** de **setembro** do corrente ano e a autorização do interessado tenha sido protocolada no Departamento competente até a data de **30** de **setembro** de **2009**.

Parágrafo Único. Para fins de autorização da emissão, o compromissário-comprador ou o cessionário dos direitos e obrigações dos Contratos Administrativos de Compra de Imóveis deverá utilizar o modelo de Requerimento de Autorização constante do **ANEXO ÚNICO**, da presente Portaria, passando desta a ser parte integrante.

Art. 3.º O Requerimento de Autorização deverá ser instruído com cópia da Cédula de Identidade, do **CPF/MF** e do comprovante de residência do cessionário e com o documento original da escrituras particulares de cessões de direitos e obrigações do Contrato.

§ 1.º O Diretor do Departamento de Controle Urbano ao receber o Requerimento de Autorização deverá analisar se o está devidamente instruído e, ato contínuo, autuará registrará o Requerimento em auto próprio, e fará a remessa dos mesmos no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas ao Prefeito Municipal para deferimento do solicitado, com relatório sucinto onde conste:

1

a) o número da Lei Municipal que autorizou a compra e venda do imóvel;

b) o número da concorrência de alienação de imóvel público, ou da Dispensa de Licitação, se for o caso; e,

c) informações sobre o estado e situação do Contrato Administrativo de Compra de Imóveis.

§ 2.º O Prefeito Municipal, no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas do recebimento do Requerimento, por despacho fundamentado, deferirá ou não o pleiteado.

Art. 4.º Não será deferido o Requerimento de Autorização de emissão de Título Definitivo em nome de terceiros cessionários quando a posse do imóvel ou a legalidade do Contrato Administrativo for questionada por qualquer razão até que estes fatos sejam apreciados administrativa ou judicialmente.

§ 1.º Do mesmo modo não será emitido Título Definitivo em nome do compromissário-comprador quando a legalidade do Contrato Administrativo for questionada.

§ 2.º O Diretor do Departamento de Controle Urbano deverá informar, no prazo do **§ 1.º**, do art. **3.º**, da presente Portaria, a existência ou não de eventuais questionamentos sobre a posse do imóvel ou da legalidade do Contrato Administrativo.

Art. 5.º Deferido o Requerimento de Autorização, o Título Definitivo do imóvel deverá ser emitido pela Municipalidade no nome do terceiro cessionário.

Art. 6.º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **27** de **abril** de **2009**.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

2

ANEXO ÚNICO
Portaria n.º 710/2009

DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DE AUTORIZAÇÃO

EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO NO NOME DO CESSIONÁRIO

EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUINA-MT:

DADOS DO REQUERENTE	
NOME:	
ESTADO CIVIL:	
CÉDULA DE IDENTIDADE:	
CNPJ/CPF/MF:	
ENDEREÇO:	
DADOS DO CESSIONÁRIO	
NOME:	
ESTADO CIVIL:	
CÉDULA DE IDENTIDADE:	
CNPJ/CPF/MF:	
ENDEREÇO:	
DADOS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E DO IMÓVEL OBJETO DA CESSÃO	
NÚMERO DO CONTRATO:	
LOTE N.º:	
QUADRA:	
LOCALIZAÇÃO:	

Pelo presente e na melhor forma de direito, com base na Escritura Particular de Compra e Venda firmada com o compromissário-comprado do Contrato Administrativo citado acima, que segue em anexo a este requerimento, solicito que seja autorizado por esta Municipalidade a emissão de Título Definitivo em nome do **CESSIONÁRIO** acima qualificado.

Juína-MT, de de **200** .

REQUERENTE/SIGNATÁRIO

3

Prefeitura Municipal de Juscimeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

A Prefeitura Municipal de Juscimeira, localizada a Avenida "N" nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº 002/2010, TORNA PÚBLICO que realizará às **09:00 HORAS DO DIA 26 DE JANEIRO DE 2010** no Gabinete do Prefeito Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2010, conforme descrito no Termo de Referência anexo I do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **09:00 HORAS DO DIA 26 DE JANEIRO DE 2010.** O credenciamento será feito no inicio da sessão. Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 07:00 às 13:00 horas, nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1062 ou pelo e-mail: pmjuscimeira.licitacao@hotmail.com.

Juscimeira-MT, 13 de Janeiro de 2010.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIM
PREGOEIRA

Prefeitura Municipal de Matupá

TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2010

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE MATUPÁ –MT
PROPONENTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO
OBJETO: Objetivando o repasse de recursos do IRRF do Consorcio a Administração Municipal e desta ao Consorcio cuja destinação refere-se para pagamento de serviços médicos, na especialidade de NEOROLOGIA a serem prestados no Hospital Municipal de Matupá
VALOR: R$ 1.885,44 (Um Mil e Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais e Quarenta e Quatro Centavos), correspondente a 12 (doze) parcela, no valor de R$ 157,12 (Cento e Cinqüenta e Sete Reais e Doze Centavos), podendo ser alterado mediante Termo Aditivo.
VIGÊNCIA: *07 de JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2010.*
DOTAÇÃO: 08.002.10.302.0024.1053.3370.41.000

TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2010
CONCEDENTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.
PROPONENTE: MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT
OBJETO: Objetivando o repasse de recursos para pagamento de serviços médicos, na especialidade de ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA a serem prestados no Hospital Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme estabelecido no plano de trabalho.
VALOR: R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS), correspondente a 12 (doze) parcela, no valor de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), podendo ser alterado mediante Termo Aditivo.

VIGÊNCIA: *07 de JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2010.*
DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.2001.3390.39.00 – Código Reduzido "008"

TERMO DE CONVÊNIO N° 002/2010
CONCEDENTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.
PROPONENTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT
OBJETO: Objetivando o repasse de recursos para pagamento de serviços médicos, na especialidade de CIRURGIA GERAL a serem prestados no Hospital Municipal de Terra Nova do Norte, conforme estabelecido no plano de trabalho.
VALOR: R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS), correspondente a 12 (doze) parcela, no valor de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), podendo ser alterado mediante Termo Aditivo.
VIGÊNCIA: *07 de JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2010.*
DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.2001.3390.39.00 – Código Reduzido "008"

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 011/2009

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que a **TOMADA DE PREÇO** para Execução de 100(Cem) Unidades Habitacionais com 24,12 M2 de Área Construída cada, com Padrão e Acabamento Mínimo, para Assentamento de Famílias com Renda Familiar de Ate R$ 465,00 mensais no Município De Matupá **-MT**, marcado para o próximo dia **27 DE JANEIRO DE 2010 as 08:00 horas** está **ANULADO**, conforme previsto no Art. 49 da Lei 8666/93, maiores Informações, junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/ 1114 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 12 de Janeiro de 2010.

ANTONIO PEREIRA SOBRINHO
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Mirassol D' Oeste

EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2009

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2009, firmado entre o Município e a empresa COMERCIAL FERREIRA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. OBJETO: Fornecimento parcelado de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza. VIGÊNCIA: 31/12/2009. VALOR GLOBAL R$- 31.320,64 (Trinta e um mil trezentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos)**.** DATA DA ASSINATURA: 04/12/2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2009, firmado entre o Município e a empresa A. DE FÁTIMA VERSALLI SOUZA – ME. OBJETO: Fornecimento parcelado de Materiais Didáticos e Pedagógicos, para utilização em cursos. VIGÊNCIA: 31/12/2009. VALOR GLOBAL R$- 4.867,05 (Quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 04/12/2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2009, firmado entre o Município e a empresa METROMIX LTDA. OBJETO: Contratação de Show Artístico, com a Banda Os Nativos, a ser realizado no "Mira Reveillon". VIGÊNCIA: 31/12/2009. VALOR GLOBAL R$- 70.000,00 (setenta mil reais). DATA DA ASSINATURA: 17/12/2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2009, firmado entre o Município e o GRUPO ARTÍSTICO CULTURAL E MEIO AMBIENTALISTA CHALANA. OBJETO: Contratação de Show Artístico, a ser realizado no "Mira Reveillon".VIGÊNCIA: 31/12/2009. VALOR GLOBAL R$- 11.000,00 (onze mil reais). DATA DA ASSINATURA: 17/12/2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2009, firmado entre o Município e a empresa RONDOMAQ MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, conforme Contrato de Repasse nº 243976-20/2007 e nº 243977-34/2007/MDA/CAIXA. VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias. VALOR GLOBAL R$- 18.550,00 (Dezoito mil quinhentos e cinquenta reais). DATA DA ASSINATURA: 22/12/2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2009, firmado entre o Município e a empresa IVONIR ALVES DIAS – ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SALA DE INCLUSÃO DIGITAL, conforme Contrato de Repasse nº 203.515-02/2006/MCT/CAIXA. VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias. VALOR GLOBAL R$- 16.868,80 (Dezesseis mil oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 23/12/ 2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2009, firmado entre o Município e a empresa DURVAL DE S. FREITAS – ME. OBJETO: Locação de palco e tenda, serviços de ilumінção e sonorização para o Mira Reveillon. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias. VALOR GLOBAL R$- 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). DATA DA ASSINATURA: 28/12/2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2009, firmado entre o Município e a empresa CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA. OBJETO: Executar remanescente da obra de Revitalização de PRAÇA PÚBLICA, a ser realizada na Praça Prefeito Ataíde Pereira Leite, sob a forma de empreita por preço Global. VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias. VALOR GLOBAL R$- 264.460,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais). DATA DA ASSINATURA: 30/12/2009.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2009, firmado entre o Município e a empresa BURITIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: executar remanescente da obra de Revitalização de PRAÇA PÚBLICA, conforme Contrato de Repasse nº 2628.0214332-29/2006/Ministério do Turismo/Caixa/PMMO, sob a forma de empreita por preço Global. VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias. VALOR GLOBAL R$- 378.164,75 (Trezentos e setenta e oito mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 30/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2009, firmado entre o Município e a empresa PARÓQUIA SÃO PAULO. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e valor do contrato de locação de 03 (três) salas de aula, 02 (dois) banheiros e 01 (uma) cozinha, anexos à Paróquia São Paulo situada à Avenida Almirante Tamandaré, s/nº, nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, destinados ao funcionamento do *PRÉ-ESCOLAR "COMECINHO DE VIDA".* VIGÊNCIA: 31/12/2010. VALOR GLOBAL R$- 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais). DATA DA ASSINATURA: 22/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2009, firmado entre o Município e o SR. VALDIR GOMES PEREIRA. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e valor do contrato de locação de uma área de 1,1482 has de terras, providas de pastagem e curral, denominada Chácara Nossa Senhora Aparecida, neste município, conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no Cartório de Registro de Imóveis de Mirassol D'Oeste, sob o nº R-2/12.869, livro nº 02, cuja destinação será o funcionamento do *CURRAL DE CONSELHO.* VIGÊNCIA: 31/12/2009. VALOR GLOBAL R$- 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). DATA DA ASSINATURA: 11/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2009, firmado entre o Município e a empresa PAROQUIA SÃO PAULO**.** OBJETO: Prorrogação de prazo e valor, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL, para funcionamento do Centro de Educação Infantil Pequeno Polegar**,** para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura com a Educação Infantil. VIGÊNCIA: 31/12/2010. VALOR GLOBAL R$- 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais). DATA DA ASSINATURA: 30/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2009, firmado entre o Município e a empresa A. DE FÁTIMA VERSALLI SOUZA – ME. OBJETO: Suspensão temporária da vigência do contrato, com a anulação dos seus saldos no exercício de 2009 e empenho em 2010; Aditamento do prazo de vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 30/06/2010. VALOR GLOBAL R$- 3.758,75 (três mil, setecentos e cinqüenta e oito reais, setenta e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2009, firmado entre o Município e a empresa N. E. PAPELARIA LTDA. OBJETO: Suspensão temporária da vigência do contrato, com a anulação dos seus saldos no exercício de 2009 e empenho em 2010; Aditamento do prazo de vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 30/06/2010. VALOR GLOBAL R$- 11.906,58 (onze mil, novecentos e seis reais, cinqüenta e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: 14/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2009, firmado entre o Município e a Srª BRANDINA FIGUEIREDO DE AQUINO SOALHEIRO. OBJETO: Prorrogação de prazo e valor, da LOCAÇÃO DE IMÓVEL, para funcionamento da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania**,** para atender as necessidades da Secretaria. VIGÊNCIA: 31/12/2010. VALOR GLOBAL R$- 22.200,00 (Vinte e dois mil e duzentos reais). DATA DA ASSINATURA: 30/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2009, firmado entre o Município e a empresa MARTINEZ DE OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA – ME. OBJETO: Suspensão temporária da vigência do contrato, com a anulação dos seus saldos no exercício de 2009 e empenho em 2010; Aditamento do prazo de vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 30/06/2010. VALOR GLOBAL R$- 13.231,70 (treze mil, duzentos e trinta e um reais, setenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2009, firmado entre o Município e a empresa TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO – EPP. OBJETO: Suspensão temporária da vigência do contrato, com a anulação dos seus saldos no exercício de 2009 e empenho em 2010; Aditamento do prazo de vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 30/06/2010. VALOR GLOBAL R$- 16.377,68 (dezesseis mil, trezentos e setenta e sete reais, sessenta e oito centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2009, firmado entre o Município e o Sr. ANTONIO LUIZ DA SILVA. OBJETO: Aditamento do prazo de vigência em 45 (quarenta e cinco) dias; Aditamento em 25% do valor contratado originalmente e Ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 14/02/2010. VALOR GLOBAL R$- 2,698,50 (dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 22/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 97/2009, firmado entre o Município e a empresa S.E. AUTO ELÉTRICA LTDA – ME. OBJETO: Suspensão temporária da vigência do contrato, com a anulação dos seus saldos no exercício de 2009 e empenho em 2010; Aditamento do prazo de vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 30/ 06/2010. VALOR GLOBAL R$- 12.325,30 (doze mil, trezentos e vinte e cinco reais, trinta centavos). DATA DA ASSINATURA: 17/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2009, firmado entre o Município e a empresa TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO – EPP. OBJETO: Suspensão temporária da vigência do contrato, com a

anulação dos seus saldos no exercício de 2009 e empenho em 2010; Aditamento do prazo de vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 30/06/2010. VALOR GLOBAL R$- 6.112,50 (seis mil, cento e doze reais, cinquenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/12/2009.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2009, firmado entre o Município e a empresa TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO – EPP. OBJETO: Suspensão temporária da vigência do contrato, com a anulação dos seus saldos no exercício de 2009 e empenho em 2010; Aditamento do prazo de vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 30/06/2010. VALOR GLOBAL R$- 91.427,65 (noventa e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais, sessenta e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 11/12/2009.
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2008, firmado entre o Município e a empresa CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Prorrogação da vigência e ratificação das demais cláusulas. VIGÊNCIA: 29/03/2010. DATA DA ASSINATURA: 30/11/2009.
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2008, firmado entre o Município e a empresa CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA. OBJETO: Prorrogação da vigência e ratificação das demais Cláusulas. VIGÊNCIA: 31/03/2010. DATA DA ASSINATURA: 01/12/2009.

. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 069/2009, firmado entre o Município e o Sr. NILSON VIEIRA SOARES em 23/04/2009. OBJETO: Aditamento de prazo - Fica prorrogado até 23/12/2009 o prazo de que trata a cláusula 5º do contrato 069/2009 e ratifica as demais cláusulas. Data da Assinatura: 26/10/2009.

NOTIFICAÇÃO EXTRA JUDICIAL

O municipio de MIRASSOL D'OESTE-MT, pessoa juridica de direito público, neste ato representado pelo prefeito Municipal Sr. APARECIDO DONIZETI DA SILVA, vem NOTIFICAR a empresa V. F. DOS SANTOS – ME, CNPJ nº 04.122.972/0001-00, a efetuar o completo atendimento ao pedido de aparelhos de informática e periféricos, no prazo de cinco dias úteis contados a partir da veiculação desta notificação, tendo em vista as inúmeras tentativas frustradas de solução dos problemas ocasionados, descumprindo assim o compromisso assumido junto a essa municipalidade, quando da participação no Pregão Presencial nº 47/2009 e consequente assinatura da ata da sessão. Fica ainda ciente a notificada de que o não cumprimento no prazo acima estabelecido, a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste irá exclui-la do certame e declara-la inidonêa, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. Mirassol D'Oeste, 13 de Janeiro de 2010.

Aparecido Donizeti da Silva –
Prefeito Municipal.

Dispensa de Licitação nº 01/2010

O município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que, em despacho proferido no Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2010, o Senhor APARECIDO DONIZETI DA SILVA, Prefeito Municipal, ratificou a decisão da Comissão de Licitação de considerar dispensável a licitação para proceder à Locação de Imóvel, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (PSF do bairro Morumbi). **Contratada**: MARIA APARECIDA GOUVEIA NUNES. **Valor** de R$-13.200,00 (Treze mil e duzentos reais). **Período**: 07/01/10 à 31/12/10. Fundamento: Lei 8.666/93, Artigo 24, Inciso X. Mirassol D'Oeste, 07 de Janeiro de 2010.

Aparecido Donizeti da Silva
– Prefeito Municipal.

Osias Felipe Santiago
– Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Nobres

EDITAL DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres – MT, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2010, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cuja abertura ocorrerá às 09:00 h do dia 29/01/2010, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua J, s/n.º, Jardim Paraná, Nobres – MT. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para execução de obra de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais de Vias Urbanas no Municipio de Nobres. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua J, s/n, Bairro Jardim Paraná, Nobres – MT, das 07:00 às 13:00h, até o dia 26/01/2010, mediante o recolhimento através de boleto expedido pelo setor de tributos da Prefeitura, da importância de R$ 150,00 mais taxa administrativa.

Viviany Turque Pacheco Pinto
Presidente da Comissão de Licitação

Dr. Jose Carlos da Silva
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 1142 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.009

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE NOBRES, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOBRES.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Estima a receita e fixa a despesa do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2010, em R$ 30.190.100,00.
I – Para a Administração Direta, no montante de R$ 29.215.100,00;
II – Para a Administração Indireta, no montante de R$ 975.000,00.

Art. 2º A receita será realizada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação vigente em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Por Fonte de Receita	Valor – R$
1.1 – Receita Tributária	1.696.000,00
1.2 – Receita de Contribuição	223.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	37.000,00
1.6 – Receita de Serviços	95.000,00
1.7 – Transferências Correntes	363.000,00
2.4 – Transferências de Capital	4.800.000,00
9.7 – Redutora /FUNDEB	(3.514.800,00)
TOTAL	**29.215.100,00**

Por Categoria Econômica	Valor – R$
1 – Receitas Correntes	24.415.100,00
2 – Receita de Capital	4.800.000,00
TOTAL	**29.215.100,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Por Fonte de Receita	Valor R$
1.2 – Receita de Contribuição	303.000,00
1.3 – Receitas Patrimoniais	275.000,00
7.0 – Receita Intra Orçamentária	397.000,00
TOTAL	**975.000,00**

Por Categoria Econômica	Valor R$
1 – Receitas Correntes	975.000,00
TOTAL	**975.000,00**

Art. 3º A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR FUNÇÕES DO GOVERNO	Valor – R$
01 – Legislativa	1.215.000,00
04 – Administração	3.490.000,00
08 – Assistência Social	1.600.000,00
10 – Saúde	6.440.000,00
12 – Educação	6.940.000,00
13 – Cultura	330.000,00
14 – Direitos da Cidadania	30.000,00
15 – Urbanismo	6.680.000,00
16 - Habitação	200.000,00
17 – Saneamento	100.000,00
18 – Gestão Ambiental	670.000,00
20 – Agricultura	200.000,00
22 – Indústria	
23 – Comércio e Serviços	290.000,00
25 – Energia	
26 – Transporte	
27 – Desporto e Lazer	150.000,00
28 – Encargos Especiais	862.151,00
99 – Reserva de Contingência	17.949,00
TOTAL	**29.215.100,00**

2 - POR PROGRAMAS DE TRABALHO DO GOVERNO	VALOR - R$
Administração Geral da Câmara Municipal	1.155.000,00
Modernização do Legislativo Municipal	70.000,00
Operações Especiais	20.000,00
Administração Geral do Gabinete do Prefeito	970.000,00
Modernização do Gabinete do Prefeito	60.000,00
Administração Geral da Sec. Mun. de Administração, Planejamento E Gestão	1.200.000,00
Modernização da Sec. Mun. de Administração, Planejamento e Gestão	150.000,00
Administração Geral da Secretaria Municipal de Finanças	920.000,00
Modernização da Gestão da Secretaria Municipal de Finanças	20.000,00
Operações Especiais	842.151,00
Administração Geral da Secretaria Municipal de Educação	1.200.000,00
Modernização da Secretaria Municipal de Educação	30.000,00
Desenvolvimento do Ensino Infantil	300.000,00
Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.910.000,00
Desenvolvimento do Ensino Infantil	750.000,00
Desenvolvimento do Ensino Fundamental	2.750.000,00
Desenvolvimento do Esporte	150.000,00
Administração Geral da Secretaria Municipal de Saúde	1.500.000,00
Modernização da Secretaria Municipal de Saúde	60.000,00
Atenção Básica	2.490.000,00

Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.900.000,00
Vigilância em Saúde	240.000,00
Assistência Farmacêutica	250.000,00
Administração Geral da Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social	400.000,00
Modernização da Sec. Municipal de Promoção e Bem-Estar Social	70.000,00
Proteção Social	960.000,00
Proteção Social a Criança e ao Adolescente	170.000,00
Programa de Habitação	200.000,00
Administração Geral da Sec. Mun. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	2.000.000,00
Modernização da Sec. Mun. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	50.000,00
Gestão de Serviços Urbanos	1.500.000,00
Gestão de Obras Publicas e Transportes	3.210.000,00
Administr. Geral da Sec. Mun. de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura	350.000,00
Modernização da Sec. Mun. de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura	60.000,00
Gestão de Turismo Municipal	290.000,00
Gestão de Cultura Municipal	330.000,00
Gestão da Conservação do Meio Ambiente	260.000,00
Gestão de Agricultura	220.000,00
Administração Geral da Secretaria Municipal de Fiscalização Tributária	150.000,00
Modernização da Gestão da Secretaria Municipal de Fiscalização Tributária	40.000,00
Reserva de Contingência	17.949,00
TOTAL	**29.215.100,00**

3 - POR CATEGORIA ECONÔMICA	Valor – R$
1 – Despesas Correntes	25.233.151,00
2 – Despesas de Capital	3.964.000,00
99 – Reserva de Contingência	
TOTAL	**29.215.100,00**

4 - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR - R$
Câmara Municipal De Nobres	1.245.000,00
Gabinete do Prefeito	1.030.000,00
Sec. Municipal de Administração, Planejamento e Gestão	1.350.000,00
Secretaria Municipal de Finanças	1.782.151,00
Secretaria Municipal de Educação	7.090.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	6.440.000,00
Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social	1.800.000,00
Secretaria Mun. de Obras, Transportes e Serviços Urbanos	6.760.000,00
Sec. Mun. de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura	1.510.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização Tributária	190.000,00
TOTAL	**29.197.151,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1 – FUNÇOES DO GOVERNO	Valor - R$
09- Previdência Social	530.000,00
99 – Reserva do RPPS	445.000,00
TOTAL	**975.000,00**

2 – POR PROGRAMAS DE TRABALHO DO GOVERNO	Valor – R$
Manutenção da Previ-Nobres	975.000,00
TOTAL	**975.000,00**

3 – POR CATEGORIA ECONÔMICA	Valor - R$
Despesas Correntes	530.000,00
Reserva Legal do RPPS	445.000,00
TOTAL	**975.000,00**

4 – POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	Valor - R$
PREVI – NOBRES Fundo Mun. Previd. Social dos Servidores de Nobres	975.000,00
TOTAL	**975.000,00**

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a:

a) Abrir créditos suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento da despesa, nos termos do Art. 7° da Lei Federal n° 4.320/67, utilizando como fonte de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

b) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

c) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

Parágrafo Único. Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais especificas aprovadas no exercício.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite fixado pelo Senado Federal.

Art. 6º Integra esta Lei em forma de anexo, descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa e demais tabelas previstas no art. 22, da Lei 4.320/64.

Art. 7º São partes integrantes da presente Lei os Anexos - Quadros demonstrativos das receitas e planos de aplicação dos fundos especiais dando cumprimento ao art. 2, § 1º da Lei 4.320/64.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres-MT, 15 de dezembro de 2009.

JOSE CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nortelândia

PORTARIA N.º 001/GP/2010 DE 04 DE JANEIRO DE 2.010.

O Sr. **ANÍBAL FERREIRA DE OLIVEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e com amparo legal no **Art. 37, inciso II,** da Constituição Federal/88, c/c com o **Art. 21, § 5º** da Resolução nº. 008/2006, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS, dos Servidores do Poder Legislativo Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **GILSON PORTELA OLIVEIRA,** portador da Cédula de Identidade nº. 069275-5 SSP/MT e CPF – nº. 825.528.941-00, servidor público de carreira na função de Técnico de Serviços Administrativos, para exercer o ***Cargo em Comissão Nível DAS-3 – Coordenador Administrativo da Câmara Municipal,*** a partir desta data.

Art. 2º. – O Servidor ora nomeado, terá suas atribuições e responsabilidades na forma prevista no Art. 10, da Resolução nº. 007/GP/2006 de 01 de dezembro de 2.006, que dispõe sobre a reforma da estrutura administrativa da Câmara Municipal.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA - SE

REGISTRA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2.010.

Vereador ANÍBAL FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal
Nortelândia/MT.

PORTARIA N.º 002/GP/2010 DE 04 DE JANEIRO DE 2.010.

O Sr. **ANÍBAL FERREIRA DE OLIVEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e com amparo legal no **Art. 19, da Lei Municipal nº. 021/2005,** que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Nortelândia-MT,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Público Municipal, Sr. **GILSON PORTELA OLIVEIRA,** portador da Cédula de Identidade nº. 069275-5 SSP/MT e CPF – nº. 825.528.941-00, matrícula 29, para exercer interinamente o Cargo de Secretário Geral da Câmara Municipal por tempo indeterminado.

Art. 2º - A designação do servidor supra-citado não será remunerado, optando pelo subsídio do Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo.

Art. 3º - O Servidor ora designado, será responsável pela execução e controle de todas as atividades ligadas à adminsitração da Câmara, em especial as relativas a pessoal, segurança, amterial, recepção, almoxarifado, compras, protocolo, escrituração, patrimônio, zelo com o mesmo, bem como os demais serviços auxiliares.

Art. 4º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA - SE
REGISTRA - SE
CUMPRA - SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2.010.

Vereador ANÍBAL FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal
Nortelândia/MT.

PORTARIA N.º 003/GP/2010 DE 04 DE JANEIRO DE 2.010.

O Sr. **ANÍBAL FERREIRA DE OLIVEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e com fundamento legal no **Art. 37, inciso XXI** da Constituição Federal/88, c/c Art. **51, § 1º,** da Lei Federal nº. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a ***COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO***, da Câmara Municipal de Nortelândia-MT, para o exercício financeiro de 2.010, ficando assim composta:

Presidente: Servidora Sélia Módolo Santos,
Secretário: Servidor Josenildo Sá Teles Porto,
Membro: Vereador Luiz Fernandes de Souza.

Art. 2º. – Os membros da Comissão Permanente de Licitação de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício de suas funções, sendo os serviços considerados como relevantes.

Art. 3º. – Compete à Comissão Permanente de Licitação deste Poder Legislativo, a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das licitações, ressalvadas a competência da autoridade superior, e deverá cumprir os princípios gerais do direito público, bem como, todas as normas de que trata a Lei das Licitações e Contratos, c/c as alterações que lhe forem dadas, em atendimento ao interesse público.

Art. 4º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
REGISTRA-SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE JANEIRO DE 2.010.

Vereador ANÍBAL FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal
Nortelândia/MT.

Registrado na Secretaria Geral da Câmara a Portaria nº 003/GP/2010 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume, em portal da internet, e nos órgãos de imprensa local e regional, na data supra. EM: 04/01/2010.

GILSON PORTELA OLIVEIRA
Secretário Geral da Câmara

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia – MT
Dezembro 2009

Política de Investimentos
2010

Índice

1. - Introdução
2. - Objetivos
3. - Objetivos da Gestão da Alocação
4. - Metodologia de Gestão da alocação
5. - Diretrizes para Gestão dos Segmentos
5.1 - Metodologias de Seleção dos Investimentos
5.2 - Segmento de Renda Fixa
6. - Segmento de Renda Variável e Imóveis
7.- Cenário Macroeconômico.
8.- Projeção

1 - Introdução

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social Nortelândia, em especial à Resolução CMN nº. 3.790, de 24 de Setembro de 2009 o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Nortelândia - MT, por meio de seu Conselho Curador, está apresentando a versão de sua Política de Investimentos para o ano de 2010, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do Instituto de Previdência utilizada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

Algumas medidas fundamentam a confecção desta Política, sendo que a principal a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2 - Objetivos

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do PREVI-NORTE em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. O presente busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à diretoria e aos demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos. Tratará, ainda, o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de 01/01/2010 a 31/12/2010.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do PREVI-NORTE, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc; visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre será considerada a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do PREVI-NORTE, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

3 - Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do PREVI-NORTE, através da superação da taxa da meta atuarial (TMA), que é igual à variação do IPCA + 6% a.a.. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social poderão ter gestão própria, por entidade credenciada ou mista. Considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente a entidade credenciada deverá ter, no mínimo, solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

4 - Metodologia de Gestão da Alocação

A definição estratégica da alocação de recursos no segmento acima identificado foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas serão revisadas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários.

Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentrou na aversão a risco dos RPPS, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para inflação, taxa de juros, atividade econômica e contas externas. A visão de médio prazo procurou dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

5 - Diretrizes para Gestão dos Segmentos

5.1 - Metodologias de Seleção dos Investimentos

A estratégia e carteira do segmento de Renda Fixa será definida, periodicamente, pelo(s) gestor(es) externo(s), no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos e/ou carteiras administradas, e pela Diretoria Executiva, no caso da carteira própria. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (bases de dados públicas e de consultorias).

5.2 - Segmento de Renda Fixa

Tipo de Gestão o PREVI-NORTE, optou por uma gestão com perfil mais conservador, não se expondo a altos níveis de risco, mas também, buscando prêmios em relação ao *benchmark* adotado para a carteira.

Ativos Autorizados

No segmento de Renda Fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente. A alocação dos recursos dos planos de benefícios do PREVI-NORTE no segmento de Renda Fixa deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites:

TIPO	LIMITE MAXIMO	LIMITE MÍNIMO	3.790/2009	RETORNO ESPERADO
TÍTULOS PUBLICOS	100%	ZERO	100%	100% CDI
COMPROMISSADAS	100%	ZERO	100%	100% CDI
FUNDOS 100% TP	100%	ZERO	100%	100% CDI

6 - SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL E IMÓVEIS

Tendo em vista a segurança da carteira do fundo, este regime optará em restringir suas aplicações somente em renda fixa, tendo em vista ainda, a crise financeira mundial não será feita aplicações em renda VARIÁVEIS e IMÓVEIS em detrimento a possibilidade de perda de capital e volatilidade no mercado financeiro.

7- CENÁRIO MACROECONOMICO

Para embasar as decisões de investimento será elaborado cenário macroeconômico com revisão bimestral das seguintes premissas nacionais e internacionais.

7.1 Cenário Internacional

7.1.1. capacidade de crescimento dos países;
7.1.2. política de defesa de suas moedas;
7.1.3. nível de taxa de juros;
7.1.4. nível de inflação;

7.1.5. abertura comercial;

7.1.6. acordos bilaterais;

7.1.7. política cambial dos diversos países.

7.2 Cenário Nacional

7.2.1. previsão de Taxa Selic no final do período;

7.2.2. previsão de Selic de juros média;

7.2.3. inflação (IPCA,IGPM);

7.2.4. crescimento econômico;

7.2.5. superávit primário;

7.2.6. participação relativa da Divida Pública sobre o PIB;

7.2.7. níveis possíveis de juros reais;

8 – PROJEÇÃO

Projeção com indicadores macroeconômico de curto e médio prazo: o exercício de 2010 foi considerado como curto prazo; Devido ao cenário internacional conturbado, não há possibilidade de previsões de longo prazo.

ANO	*Taxa Selic Média % a.a*	*Taxa Selic Final % a.a*	*IPCA %*	*IGPM %*	*Câmbio Médio (R$/US$) %*	*Superávit Primário*	*Relação Divida/PIB*	*PIB %*	*Juro Real X IPCA %*
2010	10,50	9,25	4,40	4,50	1,75	4,25	42,20	4,50	4,90
2011	11,50	10,36	4,50	4,55	1,73	4,30	41,90	4,80	5,90

Nortelândia-MT, 11 de dezembro de 2009.

SÔNIA SILVA OLIVEIRA
Diretora Executiva
CPF.:522.459.501-00

Sinésia Ormond de Campos
Presidente Conselho Curador
CPF.: 070.215.261-72

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2010
PROCESSO 007/EPP/2010

A EPP faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º004/2010**, que tem como objeto a *"**AQUISIÇÃO DE 04(QUATRO) RESFRIADORES DE LEITE COM CAPACIDADE DE 2.000 LITROS, 02(DOIS) RESFRIADORES DE LEITE COM CAPACIDADES DE 1.000 LITROS E 03 (TRÊS) BOTIJÕES DE INSEMINAÇÃO COM CAPACIDADES DE 20 LITROS .. O Edital da licitação, completo e seus anexos, poderá ser adquirido na Av. São Paulo nº. 90, CEP. 78.515-000, centro , Nova Canaã do Norte -MT, ou nos seguintes SITE* www.prefituracanaa.com.br *ou* www.cidadecompras.com.br

Dia: 13/01/2010 Horário: 15h00 Min
Início da Sessão de disputa de preços
Dia 27/01/2010 Horário 10:00 Min horário oficial de BRASÍLIA - DF
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.cidadecompras.com.br

Zenilda Alves da Silva
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2010
PROCESSO 008/EPP/2010

A EPP faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2010**, que tem como objeto a **"CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS EM TRÂMITE, BEM COMO DAR INÍCIO A PROCESSSO"**. *Data de abertura das Propostas: 25/01/2010 Horário: 08h30Min; Local: Sala de Licitações. Edital Completo e seus anexos, disponível aos interessados na Av. São Paulo nº.89, centro nesta Cidade de Nova Canaã do Norte – MT, mediante prévio recolhimento da importância NÃO REEMBOLSÁVEL de R$100,00(cem reais), através de guia emitida pelo Setor de Tributação e paga na Agência do Sicredi, Banco do Brasil ou Casa Lotérica, até 3 dias úteis antes do dia da abertura dos envelopes*

Zenilda Alves da Silva
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2010
PROCESSO 006/EPP/2010

A EPPL faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2010, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GASOLINA, ÓLEO DIESEL E ÁLCOOL PARA O ABASTECIMENTO DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E VEÍCULOS DE APOIO DESTA MUNICIPALIDADE.. Data de abertura das Propostas: 25/01/2010 Horário: 10h30Min; Local: Sala de Licitações. Edital Completo e seus anexos, disponível aos interessados na Av. São Paulo nº.89, centro nesta Cidade de Nova Canaã do Norte – MT, mediante prévio recolhimento da importância NÃO REEMBOLSÁVEL de R$100,00(cem reais), através de guia emitida pelo Setor de Tributação e paga na Agência do Sicredi, Banco do Brasil ou Casa Lotérica, até 3 dias úteis antes do dia da abertura dos envelopes

Zenilda Alves da Silva
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2010
PROCESSO 009/EPP/2010

A EPP faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO N.º 002/2010**, que tem como objeto: **"AQUSIÇÃO DE MADEIRA DE LEI SERRADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE - MTo"**. *Data de abertura das Propostas: 02/01/2010 Horário: 09h00Min; Local: Sala de Licitações. Edital Completo e seus anexos, disponível aos interessados na Av. São Paulo nº.89, centro nesta Cidade de Nova Canaã do Norte – MT, ou informações pelo telefone (66)3551-1274/ 1200*

Izaru Belarmino Leite
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2010
PROCESSO 007/EPP/2010

A EPP faz saber aos interessados que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º004/2010**, que tem como objeto a *"**AQUISIÇÃO DE 04(QUATRO) RESFRIADORES DE LEITE COM CAPACIDADE DE 2.000 LITROS, 02(DOIS) RESFRIADORES DE LEITE COM CAPACIDADES DE 1.000 LITROS E 03 (TRÊS) BOTIJÕES DE INSEMINAÇÃO COM CAPACIDADES DE 20 LITROS .. O Edital da licitação, completo e seus anexos, poderá ser adquirido na Av. São Paulo nº. 90,*

CEP. 78.515-000, centro , Nova Canaã do Norte -MT, ou nos seguintes SITE www.prefituracanaa.com.br *ou* www.cidadecompras.com.br

Dia: 13/01/2010 Horário: 15h00 Min
Início da Sessão de disputa de preços
Dia **27/01/2010** Horário 10:00 Min horário oficial de BRASÍLIA - DF
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.cidadecompras.com.br

Zenilda Alves da Silva
Pregoeira

LEI Nº.744, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 070/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro para a Delegacia de Polícia Civil de Nova Canaã do Norte/MT, na importância de até R$ 1.000,00 (um mil reais) mensais, destinado a complementar as suas despesas de manutenção.

Art. 2º - O encarregado de exercer as funções de responsável da Delegacia de Polícia Civil local Militar prestará, mensalmente, contas do auxílio financeiro recebido do Poder Executivo Municipal, através de relatório pormenorizado das despesas efetivamente realizadas.

§ 1º - A prestação de contas deverá ser apresentada até o décimo dia do mês subseqüente ao repasse do auxílio financeiro efetuado no mês anterior.

§ 2º - Somente será efetuado novo repasse mensal do auxílio financeiro de que trata esta Lei, mediante a apresentação ao Poder Executivo Municipal da prestação de contas correspondente ao mês anterior, e no prazo fixado no parágrafo primeiro.

Art. 3º - A presente despesa será suportada pelas Dotações Orçamentárias específicas.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data 1º de janeiro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.746, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 072/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - JUCEMAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso - JUCEMAT, com a finalidade de descentralização dos serviços prestados pela JUCEMAT e criação de um escritório de atendimento ao público administrado pelo Município.

Art. 2º - As despesas com o Convênio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

DECLARAÇÃO

Eu, **Lionor Carlota Ourives**, brasileiro, casado, Presidente da Associação Cultural e Esportiva de Nova Maringá "Rádio Taiamã FM", portador do RG nº 982.237 SSP/MT e CPF nº 568.149.501-97, situada à Rua Santa Rosa, Bairro Arinos, nesta cidade. **Declaro** à quem interessar possa, que foi divulgado na grade da programação desta emissora o Edital do **Processo Seletivo Simplificado** nº 001/2010, realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT, para os cargos de Auxiliar Administrativo, Operador de Motoniveladora, Auxiliar de Serviços Gerais, Operador de Trator Pneu Traçado, Agente de Saúde Ambiental, Médico Clínico Geral, Zelador, Vigia, Merendeira, Motorista de Ônibus, Monitor de Creche e Professor Nível II.

Foram veiculadas 07 (sete) inserções diárias nos seguintes horários: 06:40, 08:20, 10:00, 12:00, 13:20, 15:00 e 16:20, no período de 07 à 11 de Janeiro de 2010.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.

Nova Maringá-MT, 12 de Janeiro de 2010.

Lionor Carlota Ourives
Presidente da Associação Cultural e Esportiva de Nova Maringá
"Rádio Taiamã FM"

04.215.881/0001-19
ASSOCIAÇÃO CULT. E ESP. DE
NOVA MARINGÁ RÁDIO TAIAMÃ FM
Rua Santa Rosa, nº 217 - Centro
Cep. 78.445-000
NOVA MARINGÁ - MT

DECLARAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, representada por seu Prefeito Municipal Sr. OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, **DECLARA** a quem possa interessar, que foi afixado no mural desta Prefeitura o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010.

07 de Janeiro de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2010

O município de Nova Maringá – MT, através do seu Prefeito, **OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, HOMOLOGA** as inscrições do Processo Seletivo Simplificado 001/2010.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO - NOVA MARINGÁ
CÓDIGO DO CARGO: 1

NOME COMPLETO
Adriana Barbosa Pinto
Alcione Rodrigues de Barros
Alexsandro Oliveira Buchs
Cristina de Souza Gonçalves
Deibson Clei de Campos
Felipe Gava Martins
Geovani Gabriel Ferreira dos Santos
Geyse Anne Bergmann
Jéssica Pessoa Yamaguti
Layza Lara dos Santos
Luzia de Oliveira
Mariana Cândido Pereira
Marileide Real de Souza
Maxuel Belisário de Lima
Paula Roberto Weschenfelder
Samuel da Silva
Simone Cristina Zardo
Simone de Souza Freire

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CÓDIGO DO CARGO : 2

NOME COMPLETO
Dalva Maria Navascone Copetti
Franciele Martins do Nascimento
Juliete Conceição de Bonfim
Mairi Teresinha da Silva
Patrícia dos Santos Martins

CARGO: OPERADOR DE MOTONIVELADORA
CÓDIGO DO CARGO : 3

NOME COMPLETO
José Divino da Silva

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CÓDIGO DO CARGO : 4

NOME COMPLETO
Gerson de Oliveira
Jocimara da Silva Vieira Segovia
Reginaldo da Silva
Sidinei Maria Ribeiro
Thiago da Cruz Medeiros
Valdivino Alves de Souza

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CÓDIGO DO CARGO : 5

NOME COMPLETO
Guiomar de Souza
Jorge Luiz
Marilene de Jesus Nogueira
Maria Sandra dos Santos

CARGO: OPERADOR DE TRATOR DE PNEU TRAÇADO
CÓDIGO DO CARGO : 6

NOME COMPLETO
Marcos Padilha
Sivaldo Barca Mateus

CARGO: AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL
CÓDIGO DO CARGO : 7

NOME COMPLETO
Eduardo da Silva Santos
Cléber Alves de Souza
Cristino Gonçalves de Souza
Ellen Dias da Silva
Ezequiel Martello de Oliveira
Jonatan Willian da Silva
Josiane Dias Leal
Lenita Lins da Luz Oliveira
Márcio Aliendes Lhopes

Marlene Vidal da Silva
Paula dos Santos Gonçalves Cesco
Sandra Aparecida Ferreira Alves
Vanessa de Oliveira Silva

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL
CÓDIGO DO CARGO : 8

NOME COMPLETO
Raphael Dutra Lopes

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA O DISTRITO DE BRIANORTE
CÓDIGO DO CARGO : 9

NOME COMPLETO
Samuel Vieira de Oliveira Silva

CARGO: ZELADORA
CÓDIGO DO CARGO : 10

NOME COMPLETO
Acélia Buchs da Silva
Célia Soares de Santana
Cícera Vicete da Silva
Cleuci Portilho da Silva Alves
Daniela Bortolo da Silva
Dislene Souza Silva de Almeida
Edir Eva de Almeida
Edvania Batista de Farias
Elaine Aparcida da Costa
Evanilda Rosa Moreira
Fabricia Silva Pereira
Idaliria Aparecida Tamabalo
Janaína Bernardes de Souza
Lucia Andréia da Cruz
Luciana Buchs da Silva
Maria Gildeine Gomes Alves
Maira da Silva Oliveira
Marlene Bortolo da Silva
Matilde Araújo Silva Mendes
Monica Cristina Ferreira Alves
Rosa Estevo de Jesus
Rosângela Tereza da Rocha
Tatiana Aparecida Amorim
Waldirene Mendes de França
Valdenice Mendes de França
Valdirene Souza dos Santos

CARGO: ZELADORA PARA A ESCOLA RURAL DO ARINOS
CÓDIGO DO CARGO : 11

NOME COMPLETO
Durcileide Souza Oliveira Pinto
Lucia Andrea da Cruz

CARGO: ZELADORA PARA O DISTRITO DE BRANORTE
CÓDIGO DO CARGO : 12

NOME COMPLETO
Alessandra dos Santos
Angra Roberta Aparecida Ribeiro
Cristiane da Silva Pantojo
Liria Martins
Rita Aparecida dos Santos
Rosana de Jesus Lemes

CARGO: VIGIA
CÓDIGO DO CARGO : 13

NOME COMPLETO
Airton Rogério Buchs
José Batista da Silva
José Carlos Honório
José Carlos de Souza
José Gonçalves dos Santos
João Batista da Silva
Joaquim da Silva
Joaquim Gonçalves Fraga
Luiz Carlos Felix
Marcelo de Souza Leite
Nelson José Fernandes
Orídias de Oliveira
Rodrigo de Almeida
Samuel Ferreira da Lima
Vanderley Dalabona
Vanderlei Mariano
Vilson Marques da Silva

CARGO: VIGIA PARA O DISTRITO DE BRIANORTE
CÓDIGO DO CARGO : 14

NOME COMPLETO
Samuel Domingos Guimarães
Vagner Antonio dos Santos
Zailton Justino dos Reis

CARGO: MERENDEIRA
CÓDIGO DO CARGO :15

NOME COMPLETO
Danubija Freitas Chaves
Edilene Sales Sparapan
Edna Correia da Silva
Eli Farias de Souza
Elizangela Pereira Machado de Medeiros
Jackeline da Silva Assunção
Jane Riato
Lourdes Elias Rheinheirmer
Maria das Dores Ferreira Alves
Naidiele da Silva Campos
Noemia de Quadro Ferreira
Rosana Gomes Lisboa
Ozana Dias Batinga

CARGO: MERENDEIRA PARA O DISTRITO DE BRIANORTE
CÓDIGO DO CARGO : 17

NOME COMPLETO
Alessandra de Fátima Moura dos Santos
Cleonice Nunes de Aprimio
Dorli Bispo Chaves Ferreira
Marinalva Martins do Nascimento
Telma Benedita de Jesus

CARGO: MONITOR DE CRECHE PARA O DISTRITO DE BRIANORTE
CÓDIGO DO CARGO : 19

NOME COMPLETO
Adriana Amâncio da silva
Alessandra Piva Torres
Alzenir Hoffimann
Luciana Jaqueline dos Santos Martins
Margarete Basilia de Souza Oliveira
Claudineia Loyola de Souza
Jessica Caroline dos Reis
Gessica Medina Thiemes
Juciene dos Santos
Regina Domingas da Costa
Rosemary de Lima

CARGO: MOTORISTA DE ONIBUS
CÓDIGO DO CARGO : 18

NOME COMPLETO
Ademir Rodrigues de Almeida
Anderson Antunes Paz Siqueira
Antonio Pires de Campos
Armelindo Alves de Souza
Cícero Costa Farias
Chidide Bernadino de Lima
Jamir Derussi
José Roberto Lima de Souza
Valdiney José Mateus

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II
CÓDIGO DO CARGO : 20

NOME COMPLETO
Adriana Aparecida da Silva Trindade
Alexandra da Conceição Silva
Benilda Maria dos Santos
Conceição de Fátima Botter Amorim
Denise Roberta Tebaldi Rodrigues
Elizabeth Maria Silva de Oliveira
Fabiana Araujo Vanim
Ironi Dameda Lodi
Jackeline da Silva Assunção
Janaína Pereira dos Santos
Lucélia Lapinski Gavilan
Maria Cristina Gonçalves da Silva
Meirilene Oliveira Neves
Nilvani Barbosa Oliveira Silva
Rosana Aparecida da Rosa Munhoz

Alzenir Hoffimann
Luciana Jaqueline dos Santos Martins
Margarete Basilia de Souza Oliveira
Claudineia Loyola de Souza
Jessica Caroline dos Reis
Gessica Medina Thiemes
Juciene dos Santos
Regina Domingas da Costa
Rosemary de Lima

CARGO: MOTORISTA DE ONIBUS
CÓDIGO DO CARGO : 18

NOME COMPLETO
Ademir Rodrigues de Almeida
Anderson Antunes Paz Siqueira
Antonio Pires de Campos
Armelindo Alves de Souza
Cícero Costa Farias
Chidide Bernadino de Lima
Jamir Derussi
José Roberto Lima de Souza
Valdiney José Mateus

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II
CÓDIGO DO CARGO : 20

NOME COMPLETO
Adriana Aparecida da Silva Trindade
Alexandra da Conceição Silva
Benilda Maria dos Santos
Conceição de Fátima Botter Amorim
Denise Roberta Tebaldi Rodrigues
Elizabeth Maria Silva de Oliveira
Fabiana Araujo Vanim
Ironi Dameda Lodi
Jackeline da Silva Assunção
Janaína Pereira dos Santos
Lucélia Lapinski Gavilan
Maria Cristina Gonçalves da Silva
Meirilene Oliveira Neves
Nilvani Barbosa Oliveira Silva
Rosana Aparecida da Rosa Munhoz

Rosane Ilha Fernandes
Rosilene Pereira Gama
Roseli Felício de Oliveira
Silmara Aparecida Correia
Silvia Maria Arantes Pinho
Terezinha Ralla
Thereza Pereira de Oliveira
Vilma Alves de Oliveira

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II PARA O DISTRITO DE BRIANORTE
CÓDIGO DO CARGO : 21

NOME COMPLETO
Antonia Vebra do Nascimento
Eremita Anterina Oliveira da Cruz
Gislaine Barbosa Oliveira
Sirlene Santana Barros

CARGO: PROFESSOR NIVEL II PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL, ATENDIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS
CÓDIGO DO CARGO : 23

NOME COMPLETO
Manoela Afonso da Silva Oliveira
Tatiane Gebauer dos Santos

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II PARA A ESCOLA RURAL DO ARINOS
CÓDIGO DO CARGO : 24

NOME COMPLETO
Claudiomar Monteiro Dalava
Inez Severina da Cruz Araújo

Nova Maringá, 11 de Janeiro de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS /DEZEMBRO DE 2009 - MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

CONTRATO Nº 074/2009
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT
Contratado: AUTOMOTO – AUTOMÓVEIS E MOTOS DO AMAPÁ LTDA
Objeto: aquisição de veículo automotor, marca Volkswagem, 0 Km, modelo Kombi Standart.
Prazo: entrega imediata
Vigência: 22/12/2009 - entrega imediata
Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

CONTRATO Nº 075/2009
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT
Contratado: ATAME – ASSESSORIA CONSULTORIA E PALNEJAMENTO LTDA
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço técnico especializado na realização de Concurso Público.
Prazo: 03 (três) meses
Vigência: 29/12/2009 a 28/03/2010
Valor: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

PORTARIA Nº 010/2010
Nova Maringá, de 11 de Janeiro de 2010.

Súmula: "Nomeia Membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Administração, para o Processo Seletivo Simplificado nº 001 /10 e dá outras providências".

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,
RESOLVE

Art. 1º - Designar membros da Comissão Especial de Avaliação da Secretaria Municipal de Administração, para o Processo Simplificado Seletivo nº 001/10 - , que será composta pelos seguintes nomes, acompanhados de seus respectivos cargos:

OSCAR LOBO DOS SANTOS JÚNIOR- PRESIDENTE

RAISA MANUELLY DA SILVA GOMES - MEMBRO

DENERVAL LACERDA TRIZOTTE – MEMBRO

LUZIA MARTELO DE MIRANDA – SUPLENTE

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a portaria de nº 005/10.

Paço Municipal "Dr. Miguel Vieira Ferreira"
Nova Maringá-MT, 11 de Janeiro de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré

DECRETO N.º 684/2010

"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Nazaré - PREVI-NAZARÉ, e dá outras providências."
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e
Considerando o disposto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;
Considerando o disposto no § 12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;
Considerando o disposto na Medida Provisória n. 475, de 23 de dezembro de 2009;
Considerando o disposto na Portaria Interministerial n. 350, de 30 de dezembro de 2009;
DECRETA:
Art. 1º Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Nazaré - PREVI-NAZARÉ, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 20.02.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1º de janeiro de 2010, em **6,14%** (seis inteiros e quatorze centésimos por cento).

§ 1º Para os benefícios concedidos pelo PREVI-NAZARÉ a partir de 1º de fevereiro de 2009 até 31 de dezembro de 2009, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

§ 2º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 510,00 (quinhentos e dez reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

Art. 2º Para os benefícios concedidos pelo PREVI-NAZARÉ anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional 41/2003 e art. 3° da Emenda Constitucional n. 47/2005, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Nova Nazaré/MT, 02 de Janeiro de 2010.

Railda de Fátima Alves
Prefeito Municipal

FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até fevereiro de 2009	6,14
em março de 2009	5,81
em abril de 2009	5,60
em maio de 2009	5,02
em junho de 2009	4,40
em julho de 2009	3,96
em agosto de 2009	3,72
em setembro de 2009	3,64
em outubro de 2009	3,47
em novembro de 2009	3,23
em dezembro de 2009	2,85

DECRETO N.°685/2010

"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, e dá outras providências."
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:
Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;
Considerando o disposto na Medida Provisória n. 474, de 23 de dezembro de 2009;
Considerando a Portaria Interministerial n. 350, de 30 de dezembro de 2009, edita o seguinte **DECRETO**:
Art. 1° Fica alterado para R$ 510,00 (Quinhentos e Dez Reais) o vencimento dos servidores municipais ocupantes de cargo público cuja remuneração seja inferior ao piso mínimo previsto no art. 7º inciso IV da Constituição Federal;

.

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 17,00 (dezessete reais) e o seu valor horário a R$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos).

Art. 2° A partir de 1º de janeiro de 2010, não terão valor inferior a R$ 510,00 (quinhentos e dez reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo PREVI- NAZARÉ.

Art. 3° A partir de 1º de janeiro de 2010, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

I - R$ 27,24 (vinte sete reais e vinte quatro centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R$ 531,12 (quinhentos e trinta e um reais e doze centavos).

II - R$ 19,19 (dezenove reais e dezenove centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 531,13 (quinhentos e trinta e um reais e treze centavos) e igual ou inferior a R$ 798,30 (setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos).

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em **Nova Nazaré** /MT, 02 de Janeiro de 2.010.

Railda de Fátima Alves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 003/2010

Locador: **LUIZ LORCA**

Locatário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, estabelecida nesta Cidade de Nova Santa Helena-MT, sito à Praça João Alberto Zanete, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 04.214.704/0001-18, neste ato representada pelo Sr. **DORIVAL LORCA, Prefeito Municipal**, brasileiro, casado, maior, portador da CI/RG n.º 528.626 SSP/MT e do CPF n.º 363.046.381-91, residente e domiciliado na Avenida Brasil, Nº 25, neste Município de Nova Santa Helena-MT.

O Locador sendo legítimo dono e possuidor de imóvel rural, medindo 51,00 has (Cinquenta e um hectares) ás margens da BR 163, denominado Sitio 03 Irmãos, da qual o locador desmembra 2,42 has (dois hectares e quarenta e dois ares) e dá em locação ao Locatário para uso da Prefeitura Municipal desta localidade.

O periodo de Locação é de 06 de Janeiro de 2010, até 31 de dezembro de 2.010, podendo ser renovado por acordo entre as partes.

O preço certo e definido será de R$ 5.400,00 (Cincomil e quatrocentos reais) divididos em 12 (doze) parcelas, no valor de R$ 450,00 (Quatrocentos reais) e descontos conforme legislação, que serão pagos até o 15º dia útil do mês subseqüente ao vencido.

RECURSOS: PRÓPRIO MUNICIPAL.
Código Reduzido: 320
Órgão: 11 – Sec.Mun. Transportes, Obras e Serv. Públicos - SETOP
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0038 – Gestão de Obras Publicas.
Projeto/Atividade: 2037 - Manutenção e Encargos da SETOP
Elemento de Despesa: 339036000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 004/2010

Locador: , **A DO CARMO LORCA – ME,** sito a Rua Guiomar Guimarães Ribeiro, s/nº, Nova Santa Helena – MT, inscrita no CNPJ sob nº 05.913.220/0001-20, neste ato representado pelo seu Proprietário, Sr**. ANTONIO DO CARMO LORCA**, brasileiro, casado, maior, capaz, residente e domiciliado na Rua Guiomar Guimarães Ribeiro, s/nº, Município de Nova Santa Helena-MT, porta-dor do CPF n.º 483.585.849-20 e da cédula de identidade RG N.º 3.543.644-8 SSP/PR, neste

Locatário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, estabelecida nesta Cidade de Nova Santa Helena-MT, sito à Praça João Alberto Zanete, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 04.214.704/0001-18, neste ato representada pelo Sr. **DORIVAL LORCA, Prefeito Municipal**, brasileiro, casado, maior, portador da CI/RG n.º 528.626 SSP/MT e do CPF n.º 363.046.381-91, residente e domiciliado na Avenida Brasil, Nº 25, neste Município de Nova Santa Helena-MT.

Locação de 01 (Um) Veículo de porte médio com capacidade de no mínimo 4.000 KG (Quatro mil quilos) de carga em perfeitas condições de uso e funcionamento para Prestação de Serviço em coleta de Lixo no Perímetro Urbano da Sede do Município de Nova Santa Helena, a Coleta deverá ser realizada 03 (três) vezes por semana, durante o mês de janeiro de 2010.

O prazo de vigência do presente contrato será do dia 06 de janeiro de 2.010 até 31 de janeiro de 2010, podendo ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes, desde que seja notificado com um prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no qual não produzirá direito a qualquer indenização pela rescisão mencionada.

O valor do presente contrato é de 6.*200,00 (seis mil e duzentos reais).*

RECURSOS: PRÓPRIO MUNICIPAL.
Código Reduzido: 0306
Órgão: 11 – Sec.Mun. Transportes, Obras e Serv. Públicos - SETOP
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria
Função: 15 - Urbanismos
Subfunção: 451 – Infra – Estrutura Urbana
Programa: 0016 – Execução de Infra – Estrutura
Projeto/Atividade: 2038– Manutenção de Estradas e Serviços Urbanos
Elemento de Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 005/2010

Locadora: , **ADRIANA PAVANI DA SILVA**

Locatário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, estabelecida nesta Cidade de Nova Santa Helena-MT, sito à Praça João Alberto Zanete, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 04.214.704/0001-18, neste ato representada pelo Sr.

DORIVAL LORCA, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, maior, portador da CI/RG n.º 528.626 SSP/MT e do CPF n.º 363.046.381-91, residente e domiciliado na Avenida Brasil, Nº 25, neste Município de Nova Santa Helena-MT.

A Locadora sendo legítima dona e possuidora de imóvel urbano, denominado lote 17 da quadra 043 no Loteamento Urbano Cidade Santa Helena, localizado na Avenida Brasil, s/nº dá em locação ao Locatário para uso da Prefeitura Municipal desta localidade.

A vigencia do presente inicia em 06 de janeiro de 2010 e findando em 31 de dezembro de 2.010, podendo ser renovado por acordo entre as partes.

O preço certo e definido será de R$ 6.000,00 (Seis mil reais) divididos em 12 (doze) parcelas, no valor de R$ 500,00 (Quinhentos reais) que o Locatário se compromete a pagar a 1º (primeira) parcela até o dia 15 do mês de fevereiro de 2010 e as demais a cada 30 dias.

RECURSOS: PRÓPRIO MUNICIPAL.
Código Reduzido: 0103
Órgão: 07- Secret. Mun. Educação, Cult.d Esp. e Lazer- SECDL
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria
Função: 12 - Educações
Subfunção: 361- Ensino Fundamental
Programa: 0021- Gerenciamento Global da Educação
Projeto/Atividade: 2012 Manutenção e Encargos da SECDL.
Elemento de Despesa: 339036000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

DEMONSTRATIVO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO A RENUNCIA DE RECEITA
Art. 5º Inciso II Lei Complementar nº 101/2000

IPTUFonte: Secretaria Municipal de Finanças de Nova Santa Helena
1 - Empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, Estado, Distrito Federal e União.
2 - Particulares, quando cedidos em comodato ao Município, Estado, Distrito Federal e União;
3 - Particulares, quando cedidos em comodato a instituições ou sociedades sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, enquanto perdurar as atividades ou utilização pela cessionária;
4 - Sociedades de instituição sem fins lucrativos, ou que a elas sejam cedidos em comodato, que se destinem a congregar classes patronais ou de trabalhadores com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de nível cultural, físico ou recreativo de seus associados;
5 - Particulares, quando declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, à partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse ou ocupação efetiva pelo Poder desapropriante.
6 - Os templos religiosos de qualquer culto
7 - casas paroquiais e pastorais; pertencentes a inativos, aposentados ou pensionistas que possuam um único imóvel e nele residam.
TOTAL 7.700,00

Comentário: A previsão dos benefícios fiscais de natureza tributaria constantes da legislação atual, para o exercício de 2010, é de cerca de R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), representando 2,52% do total das Receitas Tributárias. Esses benefícios fiscais já foram absorvidos na previsão da receita orçamentária para 2010, motivo pelo qual não haverá necessidade de adotar-se medidas para compensar essa perda de arrecadação.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

JAIR FRASSONCRC-MT 2513/0-8

DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
Art. 5º, inciso II e Art. 17, da L.C. 101/2000

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

1. Repasse financeiro para a o Conselho Escolar da Escola Municipal Branca de Neve – Lei Municipal nº. 062/2002 de 18/03/2002.

2. Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Mato-grossense – Lei Municipal nº. 21/2001 de 04/04/2001.

3. Consorcio Intermunicipal do Desenvolvimento Regional do Portal da Amazônia – Lei Municipal nº. 230/2007 de 18/05/2007;

4. Repasse financeiro APAE de Itaúba – Lei Municipal 268/2008 de 24/03/2008.

Caso algumas destas despesas obrigatórias de caráter continuado demonstrem a necessidade de serem aumentadas, ou na eventual criação de novas despesas obrigatórias de caráter continuado, além das relacionadas no presente anexo, nos termos da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal, será condição prévia para a implantação das inovações criadas ou aumentadas a existência de fato ou situação que comprove o aumento na demanda, justificando a edição de novo ato regulamentador.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Nº ITEM DOCUMENTO INFORMAÇÃO AUSENTE(discriminar todos, conforme Manual) MOTIVO DA AUSÊNCIA
NIHIL NIHIL Não houve documentos a não serem enviados

Nova Santa Helena - MT. 16 de Dezembro de 2009.

Dorival LorcaPrefeito Municipal Marta Lucia De Oliveira AraujoTesoureira Jair FrassonTC CRC MT 2513/0-8

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 002/2010

Locadora: **SELMA DE SOUZA DA PAIXÃO**

Locatário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, estabelecida nesta Cidade de Nova Santa Helena-MT, sito à Praça João Alberto Zanete, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 04.214.704/0001-18, neste ato representada pelo Sr. **DORIVAL LORCA, Prefeito Municipal**, brasileiro, casado, maior, portador da CI/RG n.º 528.626 SSP/MT e do CPF n.º 363.046.381-91, residente e domiciliado na Avenida Brasil, Nº 25, neste Município de Nova Santa Helena-MT.

A Locadora sendo legítima dona e possuidora de imóvel urbano, denominado lote 11 da quadra 064 no Loteamento Urbano Cidade Santa Helena dá em locação ao Locatário para uso da Prefeitura Municipal desta localidade

A Locação do referido imovel, inicia-se em 06 de janeiro de 2.010 e findando em 31 de dezembro de 2.010, podendo ser renovado por acordo entre as partes.

O preço certo e definido será de R$ 4.896,00 (Quatro mil e oitocentos e noventa e seis reais) divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 408,00 (quatrocentos e oito reais), que o Locatário se compromete a pagar a 1º (primeira) parcela até o dia 15 do mes de fevereiro de 2010 e as demais a cada 30 dias.

RECURSOS: PRÓPRIO MUNICIPAL.
Código Reduzido: 0288
Órgão: 10- Sec. Mun. da Ação, Prom. Social e Trabalho - SEAST
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08- Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0014- Proteção Social Básica
Projeto/Atividade: 2036 – Manutenção do FMAS e Programas do FNAS.
Elemento de Despesa: 339036000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

PORTARIA 102/2009

Dispõe sobre a Concessão de Licença Prêmio aos profissionais da Educação, Cultura, Desporto e Lazer que menciona.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o *artigo 101 e seus parágrafos da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2.002.*
RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença Prêmio de 45 (quarenta e cinco) dias, ao profissional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, abaixo relacionado, a partir desta data.

I – Para ser gozada no período de 31/12/2.009 até 13/02/2.010

01 – Maria de Lourdes Rodrigues – Zeladora
Período de aquisição 10/02/04 à 10/02/09

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 31 de dezembro de 2009.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 31/12/2009 à 31/01/2010.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO LOA 2010
LEI MUNICIPAL Nº. 361/2009 – DE 16/12/2009.

O Orçamento-Programa do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2.010, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

1	PREFEITURA MUNICIPAL	10.577.000,00
2	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	423.000,00
	TOTAL	11.000.000,00

Para determinação do volume de recursos que cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal irá dispor em 2010, foi considerada a evolução da receita dos últimos três exercícios, o comportamento da arrecadação no exercício de 2008 e a arrecadação proporcional dos últimos 8 meses do exercício de 2009, o índice do FPM de 0,6 as perspectivas de crescimento da economia em 4,18% e uma inflação anual de 4,19%.
As despesas foram fixadas levando-se em consideração as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos previstos para 2010, a evolução dos custos de manutenção de cada um dos órgãos e setores da administração, a geração de despesas oriundas da criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental, os compromissos financeiros com amortização e encargos da dívida, a inflação projetada para 2010, medida pela variação do INPC em 4,19%, o custo unitário das diversas obras priorizadas para 2010 conforme orçamento e as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

I – DAS RECEITAS

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR 2010	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
UNIDADE GESTORA – PREFEITURA	R$	%
Receita Tributária	306.000,00	2,78
Receita de Contribuições	70.000,00	0,64
Receita Patrimonial	21.000,00	0,19
Receita de Serviços	66.000,00	0,60
Transferências Correntes	9.757.000,00	88,70
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	(1.323.000,00)	(12,03)
Outras Receitas Correntes	62.000,00	0,56
Alienação de Bens	60.000,00	0,55
Transferências de Capital	1.553.000,00	14,12
Outras Receitas de Capital	5.000,00	0,04
TOTAL	**10.577.000,00**	**96,15**
UNIDADE GESTORA – RPPS	R$	%
Receita de Contribuições	320.000,00	2,91
Receita Patrimonial	100.000,00	0,91
Outras Receitas Correntes	3.000,00	0,03
TOTAL	**423.000,00**	**3,85**
TOTAL GERAL	**11.000.000,00**	**100,00**

DEFINIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL
RECEITA TRIBUTÁRIA
A Receita Tributária estimada para o exercício de 2010 soma R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), representando 2,78% do Orçamento do Município. Esta fonte representa as receitas próprias, compostas de impostos, taxas, inclusive IRRF.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
Esta fonte de receita estima para o exercício de 2010, R$ 70.000,00 (setenta mil reais), representando 0,64% do orçamento do Município e tem como origem a Contribuição Econômica sobre a Iluminação Pública, arrecadada pelo município através da empresa REDE/CEMAT S/A.

RECEITA PATRIMONIAL
Esta fonte de receita para o exercício de 2010 no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), representado por 0,19% do orçamento do Município e tem como origem no Rendimento das Aplicações Financeiras no mercado financeiro e Alugueis de ocupação de imóveis.

RECEITA DE SERVIÇOS
Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2010 R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), representando 0,60% do orçamento do Município e tem origem na cobrança dos serviços administrativos, serviços de distribuição de água e de outras receitas de prestação de serviços, conforme autorizado em Lei.

TRANSFERENCIAS CORRENTES
As transferências Correntes estimadas para o exercício de 2010 somam R$ 8.434.000,00 (oito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil reais), representando 76,67% do orçamento do Município, com destaque para o FPM e ICMS, que somam a expressiva quantia de R$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), já deduzidas à contribuição de 20,00% devida ao FUNDED.
O FPM é uma transferência da União e se constitui na participação dos municípios (22,5%) na arrecadação do IPI e IR. O seu retorno é determinado pelo nº. de habitantes da cidade.

O ICMS é uma transferência do Estado e se constitui na participação dos municípios (23%) da arrecadação do ICMS, 85% do retorno do ICMS aos Municípios é determinado pelo valor adicionado (VA) apurado no movimento econômico e 15% do é distribuído em partes iguais a todos os Municípios do Estado.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES
Esta fonte de receita estima para o exercício de 2010 R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) representando 0,56% do orçamento do Município e se constitui basicamente de multas e juros de mora incidentes sobre tributos recolhidos em atraso, e o recebimento da Divida Ativa dos Impostos lançados e não arrecadados.

RECEITAS DE CAPITAL
Esta fonte de receita estima para o exercício de 2010 R$ 1.618.000,00 (um milhão, seiscentos e dezoito mil reais), representando 14,71% do orçamento do Município e se refere as transferências de convênios do Estado e da União para execução de obras de infra-estrutura, saneamento básico e destinados a Educação e Saúde, as Alienações de Bens e as Operações de Créditos.

UNIDADE GESTORA – SANTA HELENA PREVI

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO
Esta fonte de receita estima para o exercício de 2010 R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), representando 2,91% do orçamento do Município e se refere as contribuições devidas pelos servidores efetivos, pensionistas e inativos e pelas Contribuições Patronais ao RPPS.

RECEITA PATRIMONIAL
Esta fonte de receita estima para o exercício de 2010 R$ 100.000,00 (cem mil reais), representando 0,91% do orçamento do Município e tem origem nos rendimentos das aplicações das disponibilidades do RPPS no mercado financeiro.

No que tange ainda a receita, cabe destacar a determinação da LRF quanto ao esforço da administração para a cobrança da dívida ativa. Nesse sentido, evidencia-se que o saldo acumulado até o mês de Agosto no exercício de 2009 é de R$ 403.970,24 (Quatrocentos e Três Mil Novecentos e Setenta Reais e Vinte e Quatro Centavos).

DEMONSTRATIVO DE TRIBUTOS LANÇADOS E NÃO ARRECADADOS			
Especificação	Saldo Anterior - 2008	Arrecadado em 2009	Saldo atual 31/08/09
Divida Ativa	**446.340,26**	**10.555,13**	**435.785,13**

Este quadro demonstra o saldo a dívida ativa até 31/08/2009, decorrente de tributos lançados e não arrecadados. O estoque da dívida ativa totaliza R$ 435.785,13 (quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e treze centavos), representando 3,96% do orçamento total das receitas do município.
No exercício de 2010, a administração dará continuidade às medidas administrativas e judiciais cabíveis para a cobrança da dívida ativa.

II – DAS DESPESAS

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
UNIDADES GESTORAS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO	**Valor R$**	**Participação Relativa (%)**
01 – Câmara Municipal	450.000,00	4,09
03 – Gabinete do Prefeito	799.000,00	7,26
04 – Secretaria Municipal de Governo	7.000,00	0,06
05 – Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	538.000,00	4,89
06 – Secretaria Municipal de Administração	488.000,00	4,44
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.	2.403.000,00	21,86
08 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	2.327.000,00	21,15
09 – Secretaria Mun. de Agric. Ind. Com. Meio Amb. Turismo	321.000,00	2,92
10 – Secretaria Mun. Ação, Promoção Social e Trabalho.	533.000,00	4,84
11 – Sec. Mun. Transporte, Obras e Serviços Públicos.	2.640.000,00	24,00
99 – Reserva de Contingência	71.000,00	0,64
SOMA	**10.577.000,00**	**96,15**
UNIDADE GESTORA – SANTA HELENA PREVI	**R$**	**%**
01 – Previdência Municipal	144.600,00	1,31
02 – Reserva Legal do RPPS	278.400,00	2,54
SOMA	**423.000,00**	**3,85**
TOTAL GERAL	**11.000.000,00**	**100,00**

ALOCAÇÃO DAS DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
UNIDADES GESTORAS: PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO
CÂMARA MUNICIPAL
Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais), representando 4,09% do Orçamento do Município e se destinam às despesas de manutenção do Legislativo Municipal para desempenho de suas funções básicas de legislar e fiscalizar. Além disso, do montante, R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), destina-se ao custeio de despesas com pessoal, que representa 62,22% do total orçado para o Legislativo, estando, portanto de acordo com o que determina a EC nº. 25.

GABINETE DO PREFEITO
Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 799.000,00 (setecentos e noventa e nove mil reais) representando 7,26% do total do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal para desempenho de suas funções básicas do Prefeito, Vice Prefeito e sua assessoria bem como a aquisição de equipamentos, moveis e utensílios, veículos e outros.

SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 538.000,00 (quinhentos e trinta e oito mil reais), representam 4,89% do Orçamento do Município e se destinam às despesas com manutenção e encargos com a secretaria, às contribuições devidas ao PASEP, aquisição de equipamentos, móveis e utensílios para melhoria dos serviços prestados à população, além de manutenção das despesas dos serviços gerenciais de capacitação e qualificação de recursos humanos, patrimônio público, firmar convênios com órgãos do Governo federal e Estadual, objetivando o fortalecimento e crescimento econômico do município proporcionando a geração de emprego e renda a população do município, bem como orientar e supervisionar as demais unidades.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais), representam 4,44% do Orçamento do Município e se destinam às despesas com manutenção e encargos com a secretaria, atualização do cadastro mobiliário e econômico, lançamento, controle e baixa de tributos e da dívida ativa, aquisição de equipamentos, móveis e utensílios para melhoria dos serviços prestados à população, firmar convênios com órgãos do Governo federal e Estadual, objetivando o fortalecimento e crescimento econômico do município proporcionando a geração de emprego e renda a população do município.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTE E LAZER.
Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 2.403.000,00 (dois milhões quatrocentos e três mil reais), representando 21,86% do orçamento total do município, para aplicação na educação conforme EC 29 e, que se destinam às despesas de construção, ampliação e melhoria da rede física do ensino fundamental e infantil, Manutenção e Desenvolvimento dos Programas do Transporte Escolar - PNATE, Programa de Alimentação Escolar, - PNAE e Salário Educação, Convênio de atendimento a Educação, implantação do sistema de rede interligando as escolas municipais com a secretaria de educação, aquisição de equipamentos e material pedagógico, Cursos de Capacitação de Profissionais da Educação além da manutenção do FUNDEB Magistério 60% e FUNDEB Administrativo 40%.

DESPORTO E LAZER - Na área do Desporto, construção, reforma e cobertura de quadras esportivas, aquisição de equipamentos, móveis, utensílios e materiais esportivos, apoio ao esporte amador e de atividades esportivas, construção de parques desportivos e recreativos, manutenção, ampliação e reparos do estádio municipal e pista de atletismo e criação de escolinhas de iniciação esportiva.

CULTURA - Desenvolverá atividades de natureza a preservar a cultura local, costumes, festas e comemorações e ainda coordenar a execução da Política Municipal da cultura nos termos dos da Lei Orgânica do Município e segundo diretrizes e metas estabelecidas no plano municipal integrado de desenvolvimento e com os órgãos governamentais do setor, estudos básicos e levantamentos de dados, visando ao constante monitoramento dos indicadores de desempenho gerencial e de resultados alcançados, manutenção de eventos culturais e oficinas de artes, auxílio às entidades artísticas culturais, aquisição de equipamentos e instrumentos musicais para fanfarra e banda municipal, organização e promoção e fomento aos demais festivais e eventos no município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Os recursos alocados para a Secretaria Municipal de Saúde somam R$ 2.327.000,00 (dois milhões, trezentos e vinte e sete mil reais), representando 21,15% do orçamento do município, que serão geridos pelo Fundo Municipal de Saúde, e se destina à manutenção das despesas com o atendimento básico de saúde a população, destacando-se os Programas Farmácia Básica, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família – PSF, Desenvolvimento de Programas Odontológicos, Vigilância Sanitária, Ação de Combate a Doenças Endêmicas, Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Norte Mato-grossense, além da Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Centros de Saúde e Postos de Saúde da Zona Urbana e Rural, bem como a ampliação e implantação de PSF´s, e ações de saneamento básico.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO.
Os recursos alocados nesta unidade Orçamentária somam R$ 321.000,00 (trezentos e vinte e um mil reais), representando 2,92% do Orçamento e se destinam à manutenção da secretaria de agricultura, programas de parceria com órgãos governamentais através de convênios; apoio ao pequeno produtor rural, distribuição de sementes e mudas aos pequenos agricultores, organizar eventos e proceder a articulações, tendo por objetivo a promoção de projetos de desenvolvimento agro ambientais, produção agrícola, desenvolvimento da pecuária leiteira e de corte com prioridade para as micro-bacias hidrográficas que e apresenta maior densidade de uso atual.

SECRETARIA DA AÇÃO, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO.
Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária totalizam R$ 533.000,00 (quinhentos e trinta e três mil reais) representando 4,84% do Orçamento do Município, que serão geridos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, para aplicação em Programas de atendimento ao Idoso e ao portador de deficiência, Programa de Combate a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, auxilio as entidades ou organizações sociais do município, Investimentos na construção do centro de múltiplo uso, manutenção do conselho tutelar, construção, ampliação e melhoria da rede física das creches municipais e sua manutenção, bem como a Construção de Casas Populares em Parcerias com outras esferas de governo.

SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.
Os recursos alocados nesta unidade Orçamentária somam R$ 2.640.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais), representando 24,00% do Orçamento do município, e se destinam à manutenção e ampliação da iluminação pública, pavimentação asfáltica e obras complementares, manutenção de vias publica, de estradas vicinais, pontes e bueiros, construção e manutenção do patrimônio público, coleta de lixo, aquisição e conservação de veículos e maquinários, construção, ampliação e urbanização de praças, vias públicas, implantação do sistema e rede de esgoto e ampliação de galerias pluviais, administração e melhorias no trânsito do município, Fiscalização de Obras, bem como a recuperação de rios e áreas degradadas do Município.

RESERVA DE CONTINGENCIA
Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) representando 0,64% do total do Orçamento do Município, e se destinam aos riscos fiscais conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentária.

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA
PREVIDENCIA SOCIAL
Os recursos alocados nesta unidade Orçamentária somam R$ 144.600,00 (cento e quarenta e quatro mil e seiscentos reais), representando 1,31% do Orçamento do Município, e se destinam às despesas administrativas de gerenciamento do Instituto de Previdência e ao pagamento dos benefícios devidos aos inativos e pensionistas.
RESERVA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL – RPPS
Os recursos da reserva legal para o regime próprio de previdência municipal somam R$ 278.400,00 (duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais), representam 2,54% do orçamento do município, e constitui o superávit previsto para o exercício. Este recurso representa a constituição do fundo para pagamento futuro dos proventos de aposentadoria e pensão aos servidores municipais.

Os quadros a seguir demonstram o comportamento e a evolução da despesa nos últimos 3 exercícios nos seus diversos detalhamentos:

DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		
LEGISLATIVO E EXECUTIVO	**2006**	**2007**	**2008**
01 – Legislativa	294.156,00	323.618,04	339.996,00
04 – Administração	797.377,21	1.205.293,36	1.293.935,83
08 – Assistência Social	128.669,24	174.564,78	224.116,28
10 – Saúde	953.124,29	1.085.256,68	1.383.287,52
12 – Educação	1.617.056,68	1.522.112,73	1.912.716,59
13 – Cultura	34.420,43	28.412,02	13.620,00
15 – Urbanismo	154.071,83	105.804,04	483.370,35
16 – Habitação	0,00	21.600,00	0,00
17 – Saneamento	744.593,51	328.606,06	174.648,91
20 – Agricultura	175.884,34	203.793,11	376.565,87
22 – Indústria	60.369,00	83.625,00	0,00
25 – Energia	20.261,57	139.038,37	72.223,52
26 – Transporte	786.441,95	673.765,67	990.903,14
27 – Desporto e Lazer	239.870,81	11.437,90	260.363,21
TOTAL	**6.006.296,86**	**5.906.927,76**	**7.525.747,22**

SANTA HELENA PREVI	**2006**	**2007**	**2008**
09 – Previdência Social	35.193,49	74.027,27	64.286,81
TOTA GERAL	**6.041.490,35**	**5.980.955,03**	**7.590.034,03**

Este quadro demonstra a evolução da despesa realizada no período de 2006 a 2008 em nível de função de governo, conforme a Portaria SOF nº. 42/1999.

A despesa fixada para 2009 e 2010, em nível de função de governo, conforme a Portaria SOF nº. 42/1999 estão apresentadas no quadro a seguir.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO – PORT/SOF 42/1999

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA	
UNID.GESTORAS – LEGISLATIVO E EXECUTIVO	**2009**	**2010**
01 – Legislativa	360.000,00	450.000,00
04 – Administração	1.436.750,00	1.613.000,00
08 – Assistência Social	266.000,00	408.000,00
10 – Saúde	1.210.000,00	1.911.000,00
11 – Trabalho	5.000,00	85.000,00
12 – Educação	2.095.000,00	2.232.000,00
13 – Cultura	40.000,00	93.000,00
15 – Urbanismo	242.000,00	1.200.000,00
16 – Habitação	10.000,00	125.000,00
17 – Saneamento	245.000,00	316.000,00
20 – Agricultura	291.000,00	321.000,00
22 – Indústria	7.000,00	0,00
23 – Comércio e Serviços	12.000,00	0,00
25 – Energia	60.000,00	0,00
26 – Transporte	764.250,00	1.674.000,00
27 – Desporto e Lazer	55.000,00	78.000,00
99 – Reserva de Contingência	1.000,00	71.000,00
SOMA	**7.100.000,00**	**10.577.000,00**
UNIDADE GESTORA – SANTA HELENA PREVI	**2009**	**2010**
09 – Previdência Social	325.000,00	423.000,00
SOMA	**325.000,00**	**423.000,00**
TOTAL GERAL	**7.425.000,00**	**11.000.000,00**

Neste nível, para o exercício de 2010, destacando-se os recursos alocados nas funções: Agricultura, Transporte, Urbanismo, Administração, Saúde e Educação evidenciando o significativo custo de manutenção das estradas vicinais, obras e serviços de infra-estrutura, revitalização da agricultura, e a prioridade para as ações em saúde e educação por imposição constitucional, ao exigir que se destine pelo menos 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% da receita produto dos impostos para ações básicas de saúde em obediência a Emenda Constitucional nº. 29.

DEMONST. DE EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR ELEMENTO E NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		
LEGISLATIVO E EXECUTIVO	**2006**	**2007**	**2008**
DESPESAS CORRENTES	**4.411.388,12**	**5.060.946,97**	**6.012.819,88**
Salário Família	1.614,61	10.693,16	10.412,34
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.834.327,01	2.139.603,40	2.606.209,34
Obrigações Patronais – INSS	166.768,02	117.256,50	140.623,34
Obrigações Patronais – RPPS	0,00	72.693,12	129.526,77
Contribuições	21.368,00	48.556,25	80.750,27
Diária Civil	73.223,00	103.405,00	142.789,00
Material de Consumo	964.610,42	1.088.626,25	1.267.008,04
Material de Distribuição Gratuita	12.416,09	37.018,32	37.744,01
Passagens e Despesas de Locomoção	4.969,61	4.447,96	16.371,86
Serviços de Consultoria	42.000,00	103.200,00	139.200,00
Serviços de Terceiros e Encargos – Pessoa Física	133.048,36	100.360,66	71.799,75
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.077.845,06	1.171.605,19	1.299.637,01
Obrigações Tributárias e Contributivas	79.197,94	63.481,16	70.748,15
DESPESAS DE CAPITAL	**1.594.908,74**	**841.426,55**	**1.512.927,34**
Investimentos	**1.594.908,74**	**841.426,55**	**1.512.927,34**
Obras e instalações	1.367.160,45	446.575,92	1.207.584,05
Equipamentos e Material Permanente	167.748,29	289.925,63	305.343,29
Aquisição de Imóveis	60.000,00	104.925,00	0,00
SOMA	**6.006.296,86**	**5.902.373,52**	**7.525.747,22**
UNIDADE GESTORA – SANTA HELENA PREVI	**2006**	**2007**	**2008**
DESPESAS CORRENTES	**35.193,49**	**72.039,77**	**62.916,81**
Pensões	0,00	0,00	13.813,60
Outros Benefícios Previdenciários	20.761,49	56.506,50	32.956,89
Material de Consumo	0,00	24,77	158,00
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	7.560,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	14.432,00	15.508,50	7.943,89
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	484,43
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.987,90**	**1.370,00**
Equipamentos e Material Permanente	0,00	1.987,90	1.370,00
SOMA	**35.193,49**	**74.027,67**	**64.286,81**
TOTAL GERAL	**6.041.490,35**	**5.976.401,19**	**7.590.034,03**

Este quadro demonstra a evolução da despesa realizada no período de 2006 a 2008 em nível de elemento, conforme as Portaria SOF nº. 8/1985. A despesa fixada para 2009 e 2010, segundo a sua natureza, em razão das alterações introduzidas pela portaria interministerial SOF/STN nº. 163/2001, está apresentada no quadro a seguir.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ELEMENTO E NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA	
UNID.GESTORAS – LEGISLATIVO E EXECUTIVO	**2009**	**2010**
DESPESAS CORRENTES	**6.130.750,00**	**8.888.000,00**
Pessoal e Encargos Sociais	2.630.000,00	4.073.000,00
Outras Despesas Correntes	3.500.750,00	4.815.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	**968.250,00**	**1.618.000,00**
Investimentos	968.250,00	1.618.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**1.000,00**	**71.000,00**
SOMA	**7.100.000,00**	**10.577.000,00**
UNIDADE GESTORA – SANTA HELENA PREVI	**2009**	**2010**
DESPESAS CORRENTES	**152.700,00**	**139.600,00**
Pessoal e Encargos Sociais	52.700,00	16.000,00
Outras Despesas Correntes	100.000,00	123.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	**5.000,00**	**5.000,00**
Investimentos	5.000,00	5.000,00
RESERVA DO RPPS	**167.300,00**	**278.400,00**
SOMA	**325.000,00**	**423.000,00**
TOTAL GERAL	**7.425.000,00**	**11.000.000,00**

Este quadro demonstra a evolução das despesas fixada para 2009 e 2010, por elemento e natureza.
Neste nível, para o exercício de 2010, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais de todos os órgãos da administração que somam R$ 4.089.000,00 (quatro milhões e oitenta e nove mil reais) representando 45,12% das Receitas Correntes Liquidas e 37,17% da Despesa Total.
Esta expressiva participação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais na composição da despesa total, decorre da transferência sistemática de encargos da União e do Estado para os municípios sem o correspondente suporte financeiro.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA (RCL) E DESPESAS COM PESSOAL (DP)

ESPECIFICAÇÃO DA RCL	REALIZADA		FIXADA	
	2007	2008	2009	2010
Receita tributária	203.651,37	269.809,09	226.000,00	306.000,00
Receita de Contribuição	277.796,91	356.203,43	320.000,00	390.000,00
Receita Patrimonial	61.512,65	118.103,59	115.000,00	121.000,00
Receita de Serviços	45.481,17	42.708,01	43.000,00	66.000,00
Transferências Correntes	5.865.450,76	6.209.206,14	6.015.000,00	8.434.000,00
Outras Receitas Correntes	51.188,12	67.682,84	59.000,00	65.000,00
(-) Contribuição Servidor - RPPS	-113.196,45	-147.888,84	-130.000,00	-160.000,00
(-) Contribuição Patronal – RPPS	-113.196,45	-147.888,84	-130.000,00	-160.000,00
TOTAIS	**6.278.688,08**	**6.767.935,42**	**6.518.000,00**	**9.062.000,00**

DESPESAS COM PESSOAL	REALIZADA		FIXADA	
PODER LEGISLATIVO	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Pessoal Ativo	194.243,49	203.865,94	222.000,00	280.000,00
PODER EXECUTIVO	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Pessoal Ativo	2.146.002,69	2.682.905,85	2.460.700,00	3.809.000,00
TOTAL GERAL	**2.340.246,18**	**2.886.771,79**	**2.682.700,00**	**4.089.000,00**

	2007	2008	2009	2010
% de comprometimento da RCL c/ Poder Legislativo	3,09	3,01	3,40	3,09
% de comprometimento da RCL c/ Poder Executivo	34,18	39,64	37,75	42,03
% de comprometimento da RCL c/ Total	37,27	42,65	41,15	45,12

Este quadro demonstra a evolução das Receitas Correntes Liquidas – RCL realizada em 2007 e 2008 e Prevista para 2009 e 2010, a evolução das Despesas com pessoal – DP realizada em 2007 e 2008 e Fixada em 2009 e 2010 e o percentual de comprometimento das receitas correntes liquidas com despesas de pessoal.

Em 2008 o comprometimento da receita corrente liquida com despesas de pessoal do legislativo atingiu 3,01% e do executivo atingiu 39,64%, sendo estes, portanto, os limites gastos com pessoal em relação a RCL, para 2009, admitida uma expansão de até 10%, conforme disposto no art. 71 da LRF, observando os limites prudenciais. A mesma regra deve ser aplicada para determinar o limite com pessoal para o exercício de 2010.

III - DOS RECURSOS VINC. À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS PREVISTAS PARA 2010	VALOR R$
1.01 – IPTU	40.000,00
1.02 – IRRF	90.000,00
1.03 – ITBI	90.000,00
1.04 – ISSQN	50.000,00
1.05 – FPM	4.500.000,00
1.06 – ITR	40.000,00
1.07 – Cota Parte do ICMS Exportação – LC nº 87/96	15.000,00
1.08 – ICMS - Cota Parte	2.000.000,00
1.09 – IPVA	60.000,00
1.10 – Receita da Dívida Ativa de Impostos	26.000,00
1.11 – Juros e Multa de Mora s/ Impostos	13.000,00
TOTAL	**6.924.000,00**
25% DAS RECEITAS	**1.731.000,00**

TOTAL DAS DESPESAS FIXADAS PARA EDUCAÇÃO 2010	**2.232.000,00**
(-) FIXADAS COM RECURSOS DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS	295.000,00
(-) TRANSFERENCIA FUNDEB	1.200.000,00
(+) DEDUÇÕES FUNDEB	1.323.000,00
TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS PROPRIOS P/ 2010	**2.060.000,00**
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO COM RECURSOS PROPRIOS	**29,75%**

Este quadro mostra a origem e aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto e fixados no orçamento de 2010, em cumprimento às exigências constitucionais contidas nos art. 212 e 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.
Evidencia a aplicação dos recursos de acordo com a exigência constitucional e a aplicação de acordo com o fixado na Lei Orçamentária para 2010, que somam R$ 2.232.000,00 (dois milhões duzentos e trinta e dois mil reais). Este valor indica que o município no exercício de 2010 estará destinando 29,75% das receitas resultantes de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino, portanto, 4,75% acima do mínimo de 25% exigido pelo artigo

IV – DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	**PREVISÃO 2010**
1.01 – IPTU	40.000,00
1.02 – IRRF	90.000,00
1.03 – ITBI	90.000,00
1.04 – ISSQN	50.000,00
1.05 – FPM	4.500.000,00
1.06 – ITR	40.000,00
1.07 – Cota Parte do ICMS Exportação – LC nº 87/96	15.000,00
1.08 – ICMS - Cota Parte	2.000.000,00
1.09 – IPVA	60.000,00
1.10 – Receita da Dívida Ativa de Impostos	26.000,00
1.11 – Juros e Multa de Mora s/ Impostos	13.000,00
TOTAL	**6.924.000,00**
15% SAÚDE	**1.038.600,00**

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	**2010**
2.01 – 15% da Receita Resultante de Impostos	1.038.600,00
2.02 – Recursos dos Programas do SUS	455.000,00
2.03 – Convênios vinculados a Ações Básicas de Saúde	60.000,00
TOTAL	**1.553.600,00**

3. APLICAÇÃO	**Exigência Legal**	**Fixada p/ 2010**
3.1.Ações Básicas de Saúde – Rec. Programas do SUS	455.000,00	455.000,00
3.2. Ações Básicas de Saúde – Recursos Próprios	1.038.600,00	1.416.000,00
3.3. Ações Básicas de Saúde – Recursos de Convênios	60.000,00	60.000,00
TOTAL	**1.553.600,00**	**1.931.000,00**

Este quadro mostra a origem e aplicação dos recursos destinados à saúde, evidenciando que 73,33% dos gastos com saúde são financiados com recursos próprios do município, representando 20,45% das receitas oriundas de impostos. Portanto, 5,45% acima do mínimo exigido pelo artigo 77 dos ADCT.

V – DOS COMPROMISSOS E DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM 31/08/2009

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO	
ESPECIFICAÇÃO	**SALDO EM 31/08/09**
UNIDADE GESTORA PODER EXECUTIVO	
Banco Disponível	41.347,40
Banco Vinculado	448.644,66
SOMA	**489.992,06**
UNIDADE GESTORA – SANTA HELENA PREVI	
Banco Disponível	38.897,76
Banco Aplicações Financeiras	1.009.101,92
SOMA	**1.047.999,68**
TOTAL	**1.537.991,74**

Este quadro evidencia as disponibilidades financeiras da Prefeitura Municipal e da Autarquia em 31/08/2009, que totaliza R$ 1.537.991,74 (um milhão quinhentos e trinta e sete mil novecentos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos).

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE	
ESPECIFICAÇÃO	**SALDO EM 31/08/2009**
UNIDADE GESTORA PODER EXECUTIVO	
Despesas Liquidadas a Pagar	94.178,45
SOMA	**94.178,45**
UNIDADE GESTORA – SANTA HELENA PREVI	
Despesas Liquidadas a Pagar	0,00
SOMA	**0,00**
TOTAL GERAL	**94.178,45**

Este quadro mostra os compromissos financeiros de curto prazo em 31/08/2009 da Prefeitura e Previdência Municipal com fornecedores diversos.

Relacionando-se as disponibilidades informadas no quadro anterior com os compromissos financeiros mostrados neste quadro, tem-se que para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo a Prefeitura e Previdência dispõem de R$ 16,33.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA		
IDENTIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DO SALDO**	
	31/12/2008	**31/082009**
Nihil	0,00	0,00
TOTAIS	**0,00**	**0,00**

Este quadro demonstra que o Município de Nova Santa Helena, não possui dívida fundada interna até a presente data.

São estas as considerações que julgamos necessárias neste relatório da lei orçamentária para 2010.

Nova Santa Helena - MT. 16 de Dezembro de 2009.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2009

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que anula o Edital de Tomada de Preço n° 08/2009, objetivando a Contratação de Empresa Médica para prestar serviços nas especialidades em Clínico Geral, Cirúrgica e Ginecologia, devido a inconsistência no prazo para apresentação da proposta e da habilitação dos interessados. Quaisquer dúvida poderá procurar na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT., localizada à Rua Augusto de Souza, 171, Centro Novo Horizonte do Norte - MT

JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SILVANO PEREIRA NEVES
PRESIDENTE CPL/2009

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 008/2009, DE 02/02/2009, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT E A EMPRESA UNIVIDA SAÚDE LTDA.

Pelo presente termo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT** inscrita no CNPJ-MF sob n.° 01.614.517/0001-33, estabelecida na Rua Nunes Freire, n.º 13, Alto da Bela Vista, CEP 78.528 000, Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO,** brasileiro, casado, portador do RG n.° 1391461-8 SSP/MT e CPF n.° 079.463.332-34, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **UNIVIDA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 04.356.288/0001-92, situada à Rua Inharé, n.° 854, Centro, CEP 78520-000, Guarantã do Norte/MT, neste ato representada por **RODRIGO TANNUS FERREIRA**, brasileiro, Médico, portador do RG n.° 20.747.378-X SSP/SP e CPF n.º 186.283.608-67, residente na Rua Inharé, n.° 854, Centro, Guarantã do Norte/MT, neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo aditar o presente contrato de prestação de serviços médicos, sendo que ao objeto se acrescentará o seguinte: Prestação de Serviços Médicos no PSF da Comunidade Cinco Mil, do dia 01/12/2009 a 31/12/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do presente Termo Aditivo fica estabelecido pelas partes em R$ 19.610,00 (dezenove mil seiscentos e dez reais), relativos ao acréscimo de serviços previstos no contrato nº 008/2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Em relação às despesas decorrentes deste instrumento serão alocados recursos da Secretaria de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

06.002.10.301.0016.2072.3390.39.00.00 (Cód. Red. 288)

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

Este Termo Aditivo está amparado pelo art. 65 §1º da lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial do contrato original, bem como dentro do limite máximo da modalidade de licitação (Tomada de Preço n.° 002/2009) que originou o contrato inicial.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas a e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original, assinado em 02/02/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.

Novo Mundo MT, 01 de Dezembro de 2009.

_____
AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal
Contratante

_____
UNIVIDA SAÚDE LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILMAR BOSA
CPF/MF: 508.725.759.34
RG: 3425785-0 SSP/PR

ROSANA M. BIAZOTTO BORRÉ
CPF/MF: 545.381.491-87
RG: 1739444-9 SSP/MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada: JOÃO BOSCO DE SIQUEIRA
Objeto: Prestação de serviços de testes de permeabilidade do solo; Laudo técnico do teste de permeabilidade do solo; Licença Previa e Licença de instalação de 100 casas do projeto Habitacional Portal da Amazônia, no período de 01/12/2009 a 31/12/2009, no município de Novo Mundo/MT
Valor: R$ 5.300,00

Vigência: 01/12/2009 a 31/12/2009

Dotação Orçamentária:

08.001.20.606.0004.2030.3390.36.00.00 (Cód. Red. 205).

Novo Mundo /MT, 01/12/2009

Aurelino Pereira de Brito Filho
Prefeito

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 014/2009, DE 23/02/2009, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT E O SENHOR WALTER RODRIGUES DE OLIVEIRA.

Pelo presente termo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT** inscrita no CNPJ-MF sob n.° 01.614.517/0001-33, estabelecida na

Rua Nunes Freire, n.º 13, Alto da Bela Vista, CEP 78.528 000, Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO,** brasileiro, casado, portador do RG n.° 1391461-8 SSP/MT e CPF n.° 079.463.332-34, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o senhor **WALTER RODRIGUES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob o n. º 162.896.682-34, residente na Av. Ayrton Senna, s/n.°, Centro, CEP 78528-000, Novo Mundo/MT, neste ato denominado simplesmente **CONTRATADO**, de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo aditar o presente contrato de locação de caminhão, sendo que ao objeto se acrescentará o seguinte: Prestação de Serviços adicionais no transporte de equipamentos e materiais para Secretaria de Obras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do presente Termo Aditivo fica estabelecido pelas partes em R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), relativos ao acréscimo de serviços previstos no contrato nº 014/2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Em relação às despesas decorrentes deste instrumento serão alocados recursos da Secretaria de Obras, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.26.782.0012.2034.3390.36.00.00 (Cód. Red. 224)

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

Este Termo Aditivo está amparado pelo art. 65 §1º da lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial do contrato original, bem como dentro do limite máximo da modalidade de licitação (Carta Convite n.° 10/2009) que originou o contrato inicial.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas a e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original, assinado em 23/02/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.

Novo Mundo MT, 01 de dezembro de 2009.

_____

AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal
Contratante

_____

WALTER RODRIGUES DE OLIVEIRA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

VILMAR BOSA		ROSANA M. BIAZOTTO BORRÉ	
CPF/MF:	508.725.759.34	CPF/MF:	545.381.491-87
RG:	3425785-0 SSP/PR	RG:	126.9448-7 SSP/MT

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 023/2009, DE 17/03/2009, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT E A EMPRESA FONTOURA & MERNITZKI LTDA ME .

Pelo presente termo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT** inscrita no CNPJ-MF sob n.° 01.614.517/0001-33, estabelecida na Rua

Nunes Freire, n.º 13, Alto da Bela Vista, CEP 78.528 000, Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO,** brasileiro, casado, portador do RG n.° 1391461-8 SSP/MT e CPF n.° 079.463.332-34, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **FONTOURA & MERNITZKI LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 05.546.885/0001-42, com sede na Av. Ayrton Senna, s/n.°, Centro, CEP 78528-000, Novo Mundo/MT, neste ato representada pela Senhora MARIA EUNICE FONTOURA, brasileira, empresário, portadora do RG n° 1.133.713-3 SSP/MT e CPF n° 513.831.951-53, denominada simplesmente **CONTRATADA**, de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo aditar o presente contrato de Fornecimento de Material de Consumo, conforme especificações no Anexo Único do Edital da Carta Convite n° 011/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do presente Termo Aditivo fica estabelecido pelas partes em R$ 10.000,00 (dez mil reais), relativos ao acréscimo de fornecimento previstos no contrato nº 023/2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Em relação às despesas decorrentes deste instrumento serão alocados recursos da Secretaria de Obras, na seguinte dotação orçamentária:

05.001.12.361.0006.2013.3390.30.00
05.002.12.361.0006.2039.3390.30.00
06.001.10.122.0021.2071.3390.30.00
06.002.10.301.0016.2072.3390.30.00
09.001.26.782.0012.2034.3390.30.00

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

Este Termo Aditivo está amparado pelo art. 65 §1º da lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial do contrato original, bem como dentro do limite máximo da modalidade de licitação (Carta Convite n.° 11/2009) que originou o contrato inicial.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas a e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original, assinado em 17/03/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.

Novo Mundo MT, 01 de dezembro de 2009.

_____

AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal
Contratante

_____

FONTOURA & MERNITZKI LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILMAR BOSA		ROSANA M. BIAZOTTO BORRÉ	
CPF/MF:	508.725.759.34	CPF/MF:	545.381.491-87
RG:	3425785-0 SSP/PR	RG:	126.9448-7 SSP/MT

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 024/2009, DE 23/03/2009, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT E A EMPRESA SCHMIDT & FONTOURA LTDA .

Pelo presente termo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT** inscrita no CNPJ-MF sob n.° 01.614.517/0001-33, estabelecida na

Rua Nunes Freire, n.º 13, Alto da Bela Vista, CEP 78.528 000, Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO,** brasileiro, casado, portador do RG n.° 1391461-8 SSP/MT e CPF n.° 079.463.332-34, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **SCHMIDT & FONTOURA LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 05.115.568/0001-71, com sede na Av. Ayrton Senna, s/n.°, Centro, CEP 78528-000, Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo Senhor ARNO JOSE SCHMIDT, brasileiro, empresário, portador do RG n° 1.625.322 SSP/PR e CPF n° 212.265.559-34, denominado simplesmente **CONTRATADO**, de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo aditar o presente contrato de Fornecimento de Material de expediente, conforme especificações no Anexo Único do Edital da Carta Convite n° 013/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor do presente Termo Aditivo fica estabelecido pelas partes em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), relativos ao acréscimo de fornecimento previstos no contrato nº 024/2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS
Em relação às despesas decorrentes deste instrumento serão alocados recursos da Secretaria de Obras, na seguinte dotação orçamentária:
04.001.04.122.0002.2011.3390.30.00
05.001.12.361.0006.2013.3390.30.00
05.002.12.361.0006.2039.3390.30.00
06.001.10.122.0021.2071.3390.30.00
07.001.08.244.0011.2027.3390.30.00
07.002.08.244.0011.2028.3390.30.00
08.001.20.606.0004.2030.3390.30.00

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL
Este Termo Aditivo está amparado pelo art. 65 §1º da lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial do contrato original, bem como dentro do limite máximo da modalidade de licitação (Carta Convite n.° 13/2009) que originou o contrato inicial.
CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas a e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original, assinado em 23/03/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.

Novo Mundo MT, 01 de dezembro de 2009.

_____
AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal
Contratante

_____
SCHMIDT & FONTOURA LTDA ME
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

VILMAR BOSA		ROSANA M. BIAZOTTO BORRÉ	
CPF/MF:	508.725.759.34	CPF/MF:	545.381.491-87
RG:	3425785-0 SSP/PR	RG:	126.9448-7 SSP/MT

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 027/2009, DE 05/05/2009, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT E A EMPRESA DOUGLAS M. T. F. COSTA ME.

Pelo presente termo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT** inscrita no CNPJ-MF sob n.° 01.614.517/0001-33, estabelecida na Rua Nunes Freire, n.º 13, Alto da Bela Vista, CEP 78.528 000, Novo Mundo/MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO,** brasileiro, casado, portador do RG n.° 1391461-8 SSP/MT e CPF n.° 079.463.332-34, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **DOUGLAS M. T. F. COSTA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 10.551.452/0001-15, estabelecida na Rua Inharé n.° 1050, Centro, CEP 78520-000, Guarantã do Norte/MT, neste ato representada por DOUGLAS MATHEUS TSCHOPE FERREIRA COSTA, portador do RG n° 1716403-6 SSP/MT e CPF n° 019.297.931-03, denominado simplesmente **CONTRATADO**, de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor do presente Termo Aditivo fica estabelecido pelas partes em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), relativos ao acréscimo de serviços previstos no contrato nº 027/2009.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E VIGÊNCIA
A vigência do contrato será aditada do dia 05/12/2009 a 31/12/2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS
Em relação às despesas decorrentes deste instrumento serão alocados recursos da Secretaria de Obras, na seguinte dotação orçamentária:
02.001.04.122.0008.2004.3390.39.00.00 (Cód. Red. 25)

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL
Este Termo Aditivo está amparado pelo art. 65 §1º da lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial do contrato original, bem como dentro do limite máximo da modalidade de licitação (Carta Convite n.° 16/2009) que originou o contrato inicial.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas a e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original, assinado em 05/05/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.
Novo Mundo MT, 05 de dezembro de 2009.

_____
AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal
Contratante

_____
DOUGLAS M. T. F. COSTA ME
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

VILMAR BOSA		ROSANA M. BIAZOTTO BORRÉ	
CPF/MF:	508.725.759.34	CPF/MF:	545.381.491-87
RG:	3425785-0 SSP/PR	RG:	126.9448-7 SSP/MT

Prefeitura Municipal de Paranatinga

EXTRATO PUBLICAÇÃO – ADITIVO AO CONTRATO 003/2009

PARTES:
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Paranatinga – Paranatinga-PREV.
Ricardo da Silva Lima
AGILI SOFTWARE PARA AREA PUBLICA
Rondinelli RR. C. Urias
OBJETO: Locação e manutenção de softwares
VALOR: O valor global ajustado para a execução do presente contrato é de R$ 36.000,00 (Trinta e Seis mil, reais)
PRAZO: O prazo passa a vigorar de 01/01/2010 a 31/12/2010 não podendo ser aditado.
Paranatinga, 20 de dezembro de 2009.

TERMO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2009

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Paranatinga – PARANATINGA-PREV torna pública a inexigibilidade de Licitação, para firmar o Aditivo ao Contrato 003/2009 de locação de softwares, estando em concordância com a Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883/1994, de 08 de junho de 1994, nos termos e condições
descritos no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 003/2009, de 02/03/2009.
Paranatinga – MT, 10 de dezembro de 2009.

RICARDO DA SILVA LIMA
Diretor Executivo
Paranatinga-Prev

Dispensa 03-2010

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da CPL, torna público, que realizará o processo de Dispensa de Licitação objetivando locação de imóvel para instalação e funcionamento da Sede da Secretaria Municipal de Educação, com parecer jurídico acostado aos autos, exigências do 24 inciso X da Lei 8.666/93.
Paranatinga – MT, 13 de janeiro de 2010.

Azélide Ap. Borille Garcia
Presidente da CPL.

LEI Nº 649 /2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **Vilson Pires**, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI :

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:
SUPLEMENTAÇÃO DE.:

Nº.	ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA	VALOR	
01	Fundo Mun. Prev. Social Serv. Paranatinga – P.PREV.		
	Fundo Mun. Prev. Social Paranatinga – P.PREV.		
	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O P.PREV.		
	11.001.09.272.0019.2065.3190.01 (04).....	R$	20.000,00
	11.001.09.272.0019.2065.3190.08 (07).....	R$	20.000,00
	TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....	**R$**	**40.000,00**

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo I.:
ANULAÇÃO DE.:

Nº.	ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA	VALOR	
01	Fundo Mun. Prev. Social Serv. Paranatinga – P.PREV.		
	Fundo Mun. Prev. Social Paranatinga – P.PREV.		
	SUPERAVIT ORÇAMENTARIO.		
	11.001.09.272.0019.1191.7799.99.00 (002) p/ (04).....	R$	20.000,00
	11.001.09.272.0019.1191.7799.99.00 (002) p/ (07).....	R$	20.000,00

	TOTAL DAS ANULAÇÕES.....	**R$**	**40.000,00**

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação dia, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 28 de dezembro de 2009.

Vilson Pires
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação – TP 01-10

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2010**, cujo objeto é Contratação de banda musical para apresentação de Show Artístico durante o Carnaval de rua 2010 de Paranatinga. Data de abertura: 01/02/2010 – Segunda-feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329.

Paranatinga-MT, 13 de janeiro de 2010.

Azélide Ap. Borille Garcia
Presidente CPL

CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO NR. 40/00860-6

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS PARANATINGA - MT Rua: Marechal Rondon, 537 Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047 CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

PREÂMBULO - O Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, neste instrumento abreviadamente denominado FINANCIADOR, por sua Agência PARANATINGA-MT, prefixo 2403-1, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nr. 00.000.000/3751-60, representado pelo(s) Senhor(es) ADEMILSON MACEDO RODRIGUES, BRASILEIRO(A), BANCARIO E ECONOMIARIO, CASADO(A) - COMUNHAO PARCIAL, residente em PARANATINGA-MT, portador do(a) CART IDENTIDADE nr. 379854 SSP MT e inscrito(a) no CPF/MF sob o nr. 353.511.791-72 , abaixo assinado(s) e, de outro lado, PARANATINGA PREFEITURA, Poder Executivo Municipal - Adm. Direta, sediada em PARANATINGA-MT, na AV. BRASIL 1900, CENTRO, CEP: 78.870-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nr. 15.023.971/0001-24, neste ato representado(a) pelo(s) Senhor(es/as) VILSON PIRES, Brasileiro(a), SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, divorciado(a), residente em PARANATINGA-MT, portador do(a) carteira de identidade nr. 9001526509 SSP RS e inscrito no CPF/MF sob o nr. 116.140.990-49, aqui também denominado(a) FINANCIADO(A), de acordo com a Lei Municipal 597/2009, de 17/07/2009, publicada no mesmo dia no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, alterada pela Lei n. 631/2009, de 16/11/2009, e alterada pela Lei 643/2009, de 07/12/2009, publicada no mesmo dia, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais, e, autorização da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, por meio do Ofício n.4467/2009-COPEM/STN, de 09/12/2009, têm justas e contratadas as seguintes cláusulas:
cláusulas:

PRIMEIRA - VALOR DO CRÉDITO - O FINANCIADOR abre à(ao) FINANCIADO(A), e este(a) aceita, um crédito fixo (ou, em conta corrente) até o limite de R$1.097.200,00 (um milhao e noventa e sete mil e duzentos reais), a ser provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, à conta do Instrumento de Adesão n. 360, de 04.07.86, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco do Brasil S.A., e com base na homologação da proposta 114576, para aplicação na forma do orçamento anexo.

SEGUNDA - ORÇAMENTO E FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO - O
- continua na pagina 2 -

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

---

crédito destina-se a aquisicao de onibus e será utilizado, depois de registrado este Contrato no Cartório competente, em parcela única, de acordo com as necessidades para aquisição do(s) equipamento(s) objeto da colaboração financeira, respeitadas as programações financeiras do BNDES/FINAME para pagamento das referidas aquisições, vedada a aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme o disposto no art. 35§ parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Complementar 101/2000.

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS PARANATINGA - MT Rua: Marechal Rondon, 537 Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047 CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

TERCEIRA - FORNECEDORES DOS BENS FINANCIADOS - Os bens descritos na forma do orçamento constante do anexo a este contrato serão fornecidos por MARCOPOLO S.A., empresa de Sociedade Anônima Aberta, sediada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n. 88.611.835/0001-29, conforme Pregão nr.01/2009, homologado em 11/02/2009, pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O pagamento dos mencionados bens, a que se destina o crédito aberto, será, em virtude de autorização irrevogável ora dada pelo(a) FINANCIADO(A) ao FINANCIADOR, efetuado diretamente por este ao(s) fornecedor(es).

QUARTA - RECURSOS PRÓPRIOS E COMPROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS - A diferença entre o crédito aberto e o valor do orçamento apresentado será coberta mediante aplicação de recursos próprios do(a) FINANCIADO(A), obrigando-se este(a) a comprovar, previamente e em proporção ao levantamento de cada parcela (ou, "juntamente com a de cada parcela levantada e na mesma proporção desta"), a respectiva aplicação de recursos próprios. Fica excluído do crédito qualquer excesso que, porventura, se verificar na execução do plano orçado.

QUINTA - DECLARAÇÃO ESPECIAL - LIBERAÇÃO DE RECURSOS - O(A) FINANCIADO(A) declara-se ciente de que o desembolso dos recursos de que trata o presente Instrumento por parte do FINANCIADOR, está na dependência de sua efetiva liberação pelo órgão alocador, estando, pois, o mesmo FINANCIADOR, isento de qualquer responsabilidade pelo descumprimento dos respectivos cronogramas.

SEXTA - PRAZO DE LIBERAÇAO - Os recursos liberados serão transferidos pelo FINANCIADOR, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da liberação do BNDES/FINAME, diretamente à vendedora ou à sua ordem.
- continua na pagina 3 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

SETIMA - VENCIMENTO - O presente Instrumento vencer-se-á dentro de 2.945 (dois mil novecentos e quarenta e cinco) dias, obrigando-se o(a) FINANCIADO(A) a pagar, em 15/01/2018, todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, reajuste monetário, juros, outros acessórios e quaisquer despesas, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

OITAVA - FORMA DE PAGAMENTO - Sem prejuízo do vencimento retroestipulado e das exigibilidades previstas nas demais cláusulas, inclusive encargos financeiros, a dívida resultante deste Instrumento, após o período de carência de 12(doze) meses, será paga em 84 (OITENTA E QUATRO) prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15/02/2011 e a última em 15/01/2018, correspondendo cada uma delas, nas datas de seus respectivos vencimentos, ao resultado da divisão do saldo devedor - excluídas eventuais parcelas exigidas - pelo número de prestações a pagar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do FINANCIADOR, de quaisquer direitos que lhe assistam por força do presente Instrumento ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigação do(a) FINANCIADO(A), não afetarão aqueles direitos ou faculdades -- que poderão ser exercidos a qualquer tempo -- e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste Instrumento, nem obrigarão o FINANCIADOR relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância que não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais Cláusulas e condições deste Instrumento, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora, imputando-se ao pagamento do débito o valor recebido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo. A quitação da dívida resultante deste Instrumento dar-se-á após a liquidação do saldo devedor da(s) parcela(s) referida(s) na cláusula "FORMA DE PAGAMENTO" antes descrita.

NONA - VENCIMENTO ANTECIPADO - SE O(A) FINANCIADO(A) NÃO

- continua na pagina 4 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

PAGAR PONTUALMENTE QUAISQUER DAS PRESTAÇÕES PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO, OU SE NÃO DISPUSER DE SALDO SUFICIENTE, NAS DATAS DOS SEUS RESPECTIVOS VENCIMENTOS, PARA QUE O FINANCIADOR PROMOVA OS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS DESTINADOS ÀS SUAS RESPECTIVAS LIQUIDAÇÕES, CONFORME EXPRESSAMENTE PREVISTO NA CLÁUSULA "AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA", PODERÁ O FINANCIADOR CONSIDERAR VENCIDAS ANTECIPADAMENTE, DE PLENO DIREITO, TODAS AS DEMAIS PARCELAS AINDA VINCENDAS, ASSUMIDAS NÃO SÓ NESTE INSTRUMENTO COMO EM OUTROS QUE TENHA FIRMADO COM O FINANCIADOR, E EXIGIR O TOTAL DA DÍVIDA DELAS RESULTANTE, INDEPENDENTEMENTE DE AVISO EXTRAJUDICIAL OU INTERPELAÇÃO JUDICIAL. O FINANCIADOR TAMBÉM PODERÁ CONSIDERAR INTEGRALMENTE VENCIDA E EXIGÍVEL A DÍVIDA RESULTANTE DAS OPERAÇÕES EXISTENTES QUANDO O(A) FINANCIADO(A): A) DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE PREPOSTOS OU MANDATÁRIOS, PRESTAR(EM) AO FINANCIADOR INFORMAÇÕES INCOMPLETAS OU ALTERADAS, INCLUSIVE ATRAVÉS DE DOCUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR DE QUALQUER NATUREZA; B) DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE PREPOSTOS OU MANDATÁRIOS, DEIXAR(EM) DE PRESTAR INFORMAÇÕES QUE, SE DO CONHECIMENTO DO FINANCIADOR, PODERIAM ALTERAR SEUS JULGAMENTOS E/OU AVALIAÇÕES; C) TORNAR(EM)-SE INADIMPLENTE(S) EM OUTRA(S) OPERAÇÃO(ÕES) MANTIDA(S) JUNTO AO FINANCIADOR; D) EXCEDER(EM) O LIMITE DE CRÉDITO CONCEDIDO.

PARÁGRAFO ÚNICO - SEM PREJUÍZO DAS HIPÓTESES PREVISTAS NOS ARTIGOS 39 E 40 DAS "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", OCORRERÁ, TAMBÉM, O VENCIMENTO ANTECIPADO DO INSTRUMENTO, COM EXIGIBILIDADE DA DÍVIDA E IMEDIATA SUSTAÇÃO DE QUALQUER DESEMBOLSO, NAS SEGUINTES HIPÓTESES: A) NÃO COMPROVAÇÃO FÍSICA E/OU FINANCEIRA DA REALIZAÇÃO DO PROJETO OBJETO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA; B) APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONDEDIDOS EM FINALIDADE DIVERSA DAQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO FORMALIZADOR DA OPERAÇÃO; C) EXISTÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO EM RAZÃO DA PRÁTICA DE ATOS, PELA FINANCIADA OU POR SEUS DIRIGENTES, QUE IMPORTEM EM DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA OU GÊNERO, TRABALHO INFANTIL, TRABALHO ESCRAVO, ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL, OU CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE; D) NAS HIPÓTESES PREVISTAS NAS ALÍNEAS "A" E "B" DESTE PARÁGRAFO, APLICAR-SE-Á MULTA, A PARTIR DO DIA SEGUINTE AO FIXADO POR MEIO DE NOTIFICAÇÃO OFICIAL OU EXTRAJUDICIAL, DE 50%(CINQUENTA POR CENTO) INCIDENTE SOBRE O VALOR LIBERADO E NÃO COMPROVADO, ACRESCIDO DOS ENCARGOS DEVIDOS NA FORMA CONTRATUALMENTE AJUSTADA ATÉ A DATA DA EFETIVA LIQUIDAÇÃO DO DÉBITO (ART. 47-A DAS CITADAS "DISPOSIÇÕES").

- continua na pagina 5 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

DECIMA - SUSPENSÃO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO - ALÉM DAS SITUAÇÕES PREVISTAS NA CLÁUSULA "VENCIMENTO ANTECIPADO", QUE REGULA OS CASOS QUE PODERÃO IMPLICAR O VENCIMENTO ANTECIPADO DA(S) OPERAÇÃO(ÕES) EXISTENTE(S), O FINANCIADOR PODERÁ SUSPENDER A LIBERAÇÃO DE NOVOS VALORES QUANDO O(A) FINANCIADO(A) DEIXAR DE APRESENTAR AO FINANCIADOR, NO PRAZO POR ESTE INDICADO, A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A RENOVAÇÃO DO SEU LIMITE DE CRÉDITO, BEM COMO QUANDO O(A) FINANCIADO(A) OU O(S) COOBRIGADO(S) FOR(EM) NEGATIVADO(S) EM QUAISQUER ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO OU NO CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS (CCF), OU TIVER(EM) ENCERRADA(S) SUA(S) CONTA(S) CORRENTE(S) EM QUALQUER ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, EM DECORRÊNCIA DE NORMAS EMANADAS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

DECIMA PRIMEIRA - ENCARGOS FINANCEIROS - Os valores lançados na conta vinculada ao presente financiamento, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva de 4,5% (quatro inteiros e cinco decimos pontos percentuais) ao ano (ano de 360 dias), calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês da exigibilidade, e mensalmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de principal, no vencimento e na liquidação da dívida, observado o disposto nas cláusulas "PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA" e "VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS".

DECIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS-PASEP E DO FAT - NA HIPÓTESE DE VIR A SER SUBSTITUÍDO O CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS AO BNDES, ORIGINÁRIOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS/PASEP E DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT, A REMUNERAÇÃO PREVISTA NESTE INSTRUMENTO PODERÁ, A CRITÉRIO DO BNDES/FINAME, PASSAR A SER EFETUADA MEDIANTE UTILIZAÇÃO DO NOVO CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO DOS ALUDIDOS RECURSOS, OU OUTRO, INDICADO PELO BNDES/FINAME QUE, ALÉM DE PRESERVAR O VALOR REAL DA OPERAÇÃO, A REMUNERE NOS MESMOS NÍVEIS ANTERIORES. NESSE CASO, O FINANCIADOR COMUNICARÁ A ALTERAÇÃO, POR ESCRITO, AO(À) FINANCIADO(A).

DECIMA TERCEIRA - VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS - Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins

- continua na pagina 6 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

---

e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

DECIMA QUARTA - PROCESSAMENTO E COBRANÇA DE DÍVIDA - A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo FINANCIADOR, com antecedência pelo qual será informado ao(a) FINANCIADO(A) o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento. O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o(a) FINANCIADO(A) da obrigação de pagar ao FINANCIADOR as prestações do principal e encargos nas datas estabelecidas neste Instrumento.

DECIMA QUINTA - RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - O(A) FINANCIADO(A) reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste Contrato, os lançamentos que o FINANCIADOR fizer, a seu débito, sob aviso, e recibos, ordens, cheques ou saques que venha a passar ou emitir, e o FINANCIADOR, por sua vez, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas diretamente ao fornecedor do veículo financiado, pelo que a certeza e liquidez da dívida não estarão sujeitas à prévia verificação do saldo devedor, formado pelo principal, encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas com a ressalva de poder o(a) FINANCIADO(A) reclamar contra qualquer erro ou engano, dentro de 15 (quinze) dias da data do recebimento da respectiva comunicação.

DECIMA SEXTA - INADIMPLEMENTO - Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, serão exigidos, a partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido, os encargos financeiros abaixo, em substituição aos encargos de normalidade pactuados:

a) comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da resolução 1.129, de 15.05.86, do Conselho Monetário Nacional;

b) juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano;

c) multa de 2% (dois por cento) calculada e exigível nas datas dos pagamentos, sobre os valores em atraso a serem parcialmente pagos e, na liquidação do saldo devedor, sobre montante inadimplido.

- continua na pagina 7 -

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

DECIMA SETIMA - RESSARCIMENTO DE DESPESAS - O(A) FINANCIADO(A) obriga-se a satisfazer todas as despesas que o FINANCIADOR fizer para segurança, regularização ou cobrança de seus créditos.

DECIMA OITAVA - AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA - O(A) FINANCIADO(A) autoriza neste ato o FINANCIADOR a debitar em sua conta corrente nr. 000.012.025-1, mantida junto à agência 2403-1, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização de cada parcela, nos respectivos vencimentos, e ao pagamento final da dívida.
PARÁGRAFO ÚNICO - A autorização contida nesta Cláusula independe de qualquer outra providência ou condição, ficando o(a) FINANCIADO(A) encarregado de promover o empenho da respectiva despesa, por meio de empenho específico ou global, nos termos do art. 60, Parágrafo Terceiro, da Lei 4.320/64, e do art. 16 Parágrafo Primeiro, inciso I, da Lei complementar 101/2000.

DECIMA NONA - OUTRAS OBRIGAÇÕES - INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA - Até a liquidação da dívida oriunda do presente Contrato, fica o(a) FINANCIADO(A) obrigado a não substituir como INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA o FINANCIADOR, responsável pela centralização dos recursos do(a) FINANCIADO(A) e pelo débito e transferência dos valores das amortizações e pagamento final, sob pena de vencimento antecipado deste Instrumento e imediata exigibilidade da dívida.

VIGESIMA - PAGAMENTO PARCIAL - Na hipótese de que, na data do vencimento de qualquer prestação de principal e/ou acessórios, não haja, na conta-corrente do(a) FINANCIADO(A) saldo em valor bastante para a integral realização do montante exigível, poderá o FINANCIADOR debitar o saldo específico então disponível, como pagamento parcial do aludido montante e imputar os encargos de inadimplemento, previstos na CLÁUSULA "INADIMPLEMENTO" sobre os valores faltantes que, juntamente com tais acréscimos, continuarão exigíveis e realizáveis na data em que houver disponibilidade na conta-corrente do(a) FINANCIADO(A) indicada na CLÁUSULA "AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA" ou em qualquer outra conta-corrente.

VIGESIMA PRIMEIRA - CESSÃO DE CRÉDITOS - Fica o FINANCIADOR

- continua na pagina 8 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

---

autorizado, a qualquer tempo, ceder, transferir, dar em penhor o crédito oriundo deste instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

VIGESIMA SEGUNDA - FÓRO E LUGAR DE PAGAMENTO - O lugar do pagamento é a Agência do FINANCIADOR, nesta praça, e o foro o da Capital Federal, salvo ao FINANCIADOR, todavia, o direito de optar pelo desta Comarca, pelo do domicílio do(a) FINANCIADO(A) ou da situação de qualquer dos bens.

VIGESIMA TERCEIRA - REGULARIDADE FISCAL - O FINANCIADO(A) apresentou os seguintes documentos com validade nesta data: Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros n. 2266720009-10001030, emitida em 03/07/2009; Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), do INSS, número de série 988983-79045, emitido em 25/08/2009; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), número de série 2009121716362629591106, emitido em 17/12/2009; Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, número de série 2F72.D71C.6064.CFD4, emitida em 23/12/2009; e recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), emitido em 24/03/2009, Controle de Recepção de Arquivo(CREA) número 590501197787.
VIGESIMA QUARTA - SUSPENSÃO DE DESEMBOLSOS - Na hipótese de o(a) FINANCIADO(A) vir a incorrer em inadimplemento em suas obrigações com a União, notadamente o Tesouro Nacional, a Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social, inclusive o FGTS, o PIS/PASEP, COFINS, e as instituições financeiras oficiais federais, serão automaticamente suspensos os desembolsos das parcelas do crédito objeto do presente Contrato.

VIGESIMA QUINTA - INTIMAÇÕES - O(A) FINANCIADO(A) obriga-se a atender às intimações que lhe venham a ser feitas pelo FINANCIADOR no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo que constarem das mesmas intimações, as quais se tornarão efetivas pela aposição do "ciente" do(a) FINANCIADO(A), ou em virtude de aviso por via postal. O não atendimento das intimações importará em resilição do Contrato, independentemente de qualquer outra formalidade, judicial ou extrajudicial.

- continua na pagina 9 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

VIGESIMA SEXTA - OBRIGAÇÃO ESPECIAL - PLACA ALUSIVA - O(A) FINANCIADO(A) obriga-se a confeccionar e manter na unidade financiada ou no bem financiado, conforme o caso, em lugar visível e de destaque (placa, etiqueta ou adesivo, de acordo com o item financiado), alusivos a participação do BANCO DO BRASIL S.A. e da FINAME/BNDES, nos seguintes termos: "Empreendimento financiado pelo Banco do Brasil S.A., com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES".

VIGESIMA SETIMA - CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO DE CADA PARCELA DO CRÉDITO - O(A) FINANCIADO(A) declara-se ciente de que a liberação de cada parcela de crédito depende de:
I. inexistência de fato e natureza econômico-financeira que, a critério do FINANCIADOR, possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar a sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME;
II. apresentação, pelo(a) FINANCIADO(A), de Certidão Negativa de Débito - CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
III. comprovação da devida aplicação da parcela anteriormente utilizada;
IV. sendo o(a) FINANCIADO(A) Estado, Distrito Federal, Município, ou qualquer entidade da Administração Pública Direta, Autarquia e Fundação de Direito Público Federais, Estaduais, Distritais ou Municipais, apresentação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, ressalvados os casos de apresentação de Declaração de que a beneficiária não dispõe de regime próprio de previdência social dos servidores públicos;
V. comprovar a regularidade da situação perante os órgãos ambientais.

VIGESIMA OITAVA - OUTRAS CONDIÇÕES - O(A) FINANCIADO(A) obriga-se ainda a:
I. cumprir, no que couber, as "DIPOSIÇÕES APLICAVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução nr. 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nr. 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nr. 863, de 11 de marco de 1996, pela Resolução nr. 878, de 04 de setembro de 1996, e pela Resolução nr. 894, de 06 de marco de 1997, pela Resolução nr. 927, de 01 de abril de 1998, e

- continua na pagina 10 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

---

pela Resolução nr. 976, de 24 de setembro de 2001, e pela Resolução 1571, de 04.03.2008, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de marco de 1997, 15 de abril de 1998 e de 31 de outubro de 2001 e 25 de março de 2008, respectivamente;
II. cumprir, no que couber, as "CONDIÇÕES GERAIS REGULADORAS DAS OPERAÇÕES" relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto nr. 59.170, de 02 de setembro de 1966, microfilmadas sob o nr. 399.674, averbadas na coluna de anotações do Registro nr. 4.879, do livro H-9, no 2° Oficio de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
III. cumprir, no que couber, as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pela FINAME, que declara conhecer e se obriga a aceitar;
IV. permitir à FINAME, ao BNDES, ao Banco Central do Brasil e ao Banco do Brasil S.A. ampla fiscalização da aplicação dos recursos, do desenvolvimento das atividades financiadas e da situação das garantias, franqueando a seus representantes ou prepostos o livre acesso às dependências do(a) FINANCIADO(A), bem como a quaisquer documentos ou registros contábeis, jurídicos ou de outra natureza, prestando-lhes o(a) FINANCIADO(A) toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado deste Contrato e imediata exigibilidade da dívida;
V. cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos causados ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto ou bens financiados;
VI. manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do Contrato;
VII. mencionar expressamente a cooperação do Banco do Brasil S.A., da FINAME e do BNDES, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento;
VIII. observar, durante a vigência do Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
IX. comprovar, quando solicitado pelo FINANCIADOR, o cumprimento dos compromissos assumidos nas alíneas "V" e

- continua na pagina 11 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

"VI";

X. nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, comprovar ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos Ofícios de Títulos e Documentos da Comarca do domicílio do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s);

XI. dar aviso ao FINANCIADOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o empréstimo, só o fazendo com anuência do FINANCIADOR, sem prejuízo de continuarem a cargo do(a) FINANCIADO(A) todas as obrigações assumidas em decorrência deste Instrumento.

VIGESIMA NONA - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL - SCR - O(a)(s) FINANCIADO(A)(S) declara-se(m-se) ciente(s) que foi(foram) comunicado(s) que:

I - os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito por ele(s) realizadas serão registrados no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR;

II - o SCR tem por finalidades fornecer informações ao Bacen para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e propiciar o intercâmbio de informações entre essas instituições com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios;

III - poderá(ão) ter acesso aos dados constantes em seu(s) nome(s) no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do Bacen (CAP);

IV - os pedidos de correções, de exclusões e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR devem ser dirigidas ao Bacen ou à instituição responsável pela remessa das informações, por meio de requerimento escrito e fundamentado, ou, quando for o caso, pela respectiva decisão judicial;

V - a consulta a quaisquer informações disponibilizadas pelas instituições financeiras e registradas em seu(s) nome(s), na qualidade de responsável(is) por débitos ou garantias de operações, depende de prévia autorização.

TRIGESIMA - CENTRAIS DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - Para eventuais informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito

- continua na pagina 12 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

---

deste Instrumento, o FINANCIADOR coloca à disposição do(a) FINANCIADO(A) os seguintes telefones:
Central de Atendimento BB-CABB:
- Para capitais e regiões metropolitanas: 4004 0001;
- Demais regiões: 0800 729 0001;
SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 729 0722;
Central de Atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 729 0088;
Ouvidoria BB: 0800 729 5678.

TRIGESIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA - O FINANCIADOR, através do Cartório de Títulos e documentos, notificará a INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA ou distribuidora de recursos do(a) FINANCIADO(A), para ciência e adoção das providências cabíveis para a entrega ao FINANCIADOR do "quantum" necessário ao pagamento do que lhe é devido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O(A) FINANCIADO(A) autoriza o FINANCIADOR, em caráter irrevogável e irretratável, conforme autorização legal contida na Lei Municipal n.º 624, de 16/10/2009, a receber diretamente da INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA os valores correspondentes às prestações deste financiamento, acrescidos dos encargos porventura apurados, debitados em conta-corrente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O FINANCIADOR, até a data do vencimento de cada prestação, comunicará à INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA o valor dos recursos a serem debitados e transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - À proporção que forem sendo debitados e transferidos tais recursos ao FINANCIADOR, serão creditados na conta do(a) FINANCIADO(A) e, satisfeitas as obrigações, o FINANCIADOR expedirá aviso ao(à) FINANCIADO(A), colocando à sua disposição o saldo remanescente que porventura houver.

Vai este assinado em 03(três) vias, com as testemunhas abaixo.

PARANATINGA-MT, 23 de dezembro de 2009.

- continua na pagina 13 -

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PARANATINGA - MT
Rua: Marechal Rondon, 537
Fones:(66) 3573-3046 e 3573-3047
CEP: 78.870-000 PARANATINGA - MT

Continuação do(a) CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO nr. 40/00860-6, firmado nesta data entre o Banco do Brasil S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15/01/2018.

FINANCIADOR
BANCO DO BRASIL S.A. - Agência PARANATINGA-MT

ADEMILSON MACEDO RODRIGUES
CPF: 353.511.791-72

FINANCIADO(A)
PARANATINGA PREFEITURA
CNPJ: 15.023.971/0001-24

VILSON PIRES
CPF: 116.140.990-49

TESTEMUNHAS

Luiz Carlos Ferreira Netto
732.175.309-34

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE PARANATINGA-MT
Apresentado em 28/12/2009
Registro nº 1987 Prot 2004
Livro nº B-10
Inscrição 2007 Aber CRED FIXO
Paranatinga-MT, 29 de 12 de 2009
Oficial

1º Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos — Estado de Mato Grosso — Poder Judiciário
Código de Serventia: 114 — Ato de Notas e de Registro
Selo de Controle Digital
Código do Ato: 123
AAK20308 - R$ 2.400,90

Anexo ao CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO, numero 40/00860-6, firmado nesta data entre o BANCO DO BRASIL S.A. e PARANATINGA PREFEITURA, no valor de R$1.097.200,00, com vencimento final em 15 de janeiro de 2018.

ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO DO CRÉDITO

O crédito deferido destina-se à aquisição de 08 ônibus escolar 31 lugares, modelo V8 - 7.285 longo; fabricante Marcopolo S.A.; motor MWM 4.10 TCA, modelo Euro III, 04 cilindros, turbo, 115cv, sistema de injeção direta; transmissão embreagem tipo mono disco, diâmetro de 330 m/m, acionamento hidráulico; câmbio 05 marchas; direção hidráulica ZF; pneus 215/75 R 17,5"; tanque de combustível capacidade 150 litros; carroceria Marcopolo, peso bruto total 8.000kgs; chassis a informar.....TOTAL R$ 1.097.200,00

PARANATINGA-MT, 23 de dezembro de 2009.

FINANCIADO(A)
PARANATINGA PREFEITURA
CNPJ: 15.023.971/0001-24

VILSON PIRES
CPF: 116.140.990-49

FINANCIADOR
BANCO DO BRASIL S.A. - Agência PARANATINGA-MT

ADEMILSON MACEDO RODRIGUES
CPF: 353.511.791-72

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

EXTRATO DO CONTRATO N.º 117/2009

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: INDUSCAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARROCERIAS LTDA.
aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola.

Do Valor: **R$ 397.000,00, (TREZENTOS E NOVENTA E SETE MIL REAIS)**.
O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

Órgão	07	Secretaria Munic. de Educação, Desporto e Lazer
Unidade	001	Gabinete do Secretário de Educação
Proj./Ativ.	2016	Manut. e das atividades do transporte escolar
Dotação	81	449052 Equipamentos e Material Permanente

Peixoto de Azevedo-MT 18 de Dezembro 2009

EXTRATO DO CONTRATO N.º 118/2009

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: INDUSCAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARROCERIAS LTDA
O objeto aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola.

Do Valor: **R$ 198.500,00, (CENTO E NOVENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)**.
O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

Órgão	07	Secretaria Munic. de Educação, Desporto e Lazer
Unidade	001	Gabinete do Secretário de Educação
Proj./Ativ.	2016	Manut. e das atividades do transporte escolar
Dotação	81	449052 Equipamentos e Material Permanente

Peixoto de Azevedo-MT 18 de Dezembro 2009

EXTRATO DO CONTRATO N.º 119/2009

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: MARCOPOLO S/A
Objeto: aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola.
Do Valor **R$ 146.900,00,(Cento e quarenta e seis mil e novecentos reais)**.
O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

Órgão	07	Secretaria Munic. de Educação, Desporto e Lazer
Unidade	001	Gabinete do Secretário de Educação
Proj./Ativ.	2016	Manut. e das atividades do transporte escolar
Dotação	81	449052 Equipamentos e Material Permanente

Peixoto de Azevedo-MT, 30 de Dezembro de 2009
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO

CONTRATO N.º 037/2009

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICÍPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº.03.238.631/0001-31, com sede na Rua Ministro César Cals, nº. 226, PEIXOTO DE AZEVEDO (MT), representada neste ato por seu representante legal, EXMO. Sr. **SINVALDO SANTOS BRITO**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG **nº 865.252-SSP/BA e** CPF **090.597.765-34**, residente e domiciliada na Rua Portal do Amazonas, nº 125, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo -MT, e do outro lado o (a) sr. (a). **ELIZABETH DE ARRUDA PINTO**, portador (a) da cédula de identidade **RG nº** 152.042-SSP/MT e do **CPF nº** 138.728.001-59**,** residente e domiciliado a Rua Suíça, Quadra 01, Casa 22, Jardim Europa, Cuiabá-MT, têm entre si, justo e aditado, e celebram o presente termo aditivo de contrato para prestar o Serviço de Assessoria Técnica, nas áreas de Administração Geral, ás Secretarias de Planejamento e Fazenda na elaboração de orçamento, projetos de leis relacionadas a administração geral da Prefeitura; Assessoramento na elaboração de planos, projetos, financiamento da saúde, plano de cargos da área de saúde; Assessoramento na elaboração de estudos, projetos, plano de cargo e salário, plano de trabalho nas áreas da Educação, Cultura, Esportes e Assistência Social., do qual serão partes integrantes o edital da **Carta Convite 009/2009,** sujeitando-se o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** às normas da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições de comum acordo resolvem aditar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.1 – Fica Alteredo o prazo de vigência do 1º termo de aditamento do Contrato nº. 037/2009 previsto em sua cláusula quinta, fica prorrogado a contar de **04/01/2010 até 31/03/2010.**

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA– DO VALOR

2.1 O valor do presente termo é de R$ 20.850,00 (Vinte mil e oitocentos reais) a serem pagos em 03 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 6.950,00 (Seis mil novecentos e cinqüenta), do qual se descontará na fonte e o Imposto de Renda.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas na dotação:

Órgão	05	Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda
Unidade	01	Gabinete do Secretário
Proj./Ativ.	2008	Manutenção e Enc. Sec. Planejamento e Fazenda
Dotação	61	33.90.36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

PEIXOTO DE AZEVEDO - MT – MT, 21 de Dezembro de 2009.

Rep. Legal Sr. Prefeito Municipal
Sinvaldo Santos Brito

Elizabeth de Arruda Pinto
Contratada
Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF : CPF :

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO

CONTRATO N.º 062/2009

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **PREFEITURA MUNICÍPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº.03.238.631/0001-31, com sede na Rua Ministro César Cals, nº. 226, PEIXOTO DE AZEVEDO (MT), representada neste ato por seu representante legal, EXMO. Sr. ***Sinvaldo Santos Brito***, *brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT, do* outro lado, a empresa **SILVINO GONÇALVES JUNIOR-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.007.717/0001-81, com sede à Rua Julio Campos nº 669 Centro Antigo – Peixoto de Azevedo-MT, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Proprietário ,o senhor **SILVINO GONÇALVES JUNIOR**, brasileiro, Contador, portador do RG n.º 920.757-SSP/PR e do CPF nº 446064949-72, residente e domiciliado em Peixoto de Azevedo- MT., têm entre si, justo e aditado, e celebram o presente termo aditivo de contrato para execução de serviços técnicos especializados na área contábeis, orçamentária, financeira e Controle patrimonial nos moldes da lei 4.320/64, incluindo responsabilidade técnica contabil da prefeitura municipal de Peixoto de Azevedo-MT, do qual serão partes integrantes o edital da **Carta Convite 018/2009,** sujeitando-se o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** às normas da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições de comum acordo resolvem aditar o contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.1 – Fica Alteredo o prazo de vigência do 1º termo de aditamento do Contrato nº. 044/2007 previsto em sua cláusula quinta, fica prorrogado a contar de **04/01/2010 até 31/08/2010.**

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA– DO VALOR

2.1 O valor do presente termo é de R$ 48.400,00 (quarenta e oito e quatrocentos reais) a serem pagos em 08 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 6.050,00 (seis mil e cinqüenta reais), do qual se descontará na fonte o ISS e o Imposto de Renda.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas na dotação:

Órgão 05. Secretaria municipal de Planejamento e Fazenda

Unidade 001. Gabinete do Secretario

Proj./Ativ. 2008 Manutenção e Enc. Com a Séc. de Planej. e Fazenda

Dotação 62. 339039 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

PEIXOTO DE AZEVEDO – MT, 21 de Dezembro de 2009.

Município de Peixoto de Azevedo-MTRep. Legal: Sinvaldo Santos Brito=CONTRATANTE= SILVINO GONÇALVES JUNIOR-MERep. Legal: Silvino Gonçalves Junior =CONTRATADA=

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF : CPF :

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2009 DE 11/12/09

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002/2010 DE 13 DE JANEIRO DE 2010.

FIXA O LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS E PRÁTICAS DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEI XOTO DE AZEVEDO – MT.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público data, horário e os locais da realização das provas Objetivas e práticas e a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas conforme disposto no **Edital Nº 001/2009 de 11 dezembro de 2009**, publicado no Jornal Oficial dos Municípios - AMM e Diário Oficial do Estado de MT – IOMAT.

1. PROVA OBJETIVA:

1.1. A prova objetiva terá **duração de 4 horas** e serão aplicadas no dia **17 de janeiro de 2010, em dois períodos: das 8:00 às 12:00 horas (horário de Mato Grosso), e das 14:00 às 18:00 horas,** conforme relação abaixo discriminados.

1.2. Local das Provas Objetivas, **Escola Don Elder Câmara, situada a Rua s/n – Bairro: Bela Vista, cidade de Peixoto de Azevedo – MT..**

1.3. Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas objetivas com **antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.**

1.4. Deverá ter em mãos **Documento Oficial de Identidade (RG original), acompanhado da Ficha de Inscrição,** não será aceito cópia de documentos, mesmo sendo autenticada.

1.5. Levar **caneta esferográfica azul ou preta.**

1.6. Os portões dos estabelecimentos de aplicação das provas serão fechados, impreterivelmente, **às 8:00 hs, período matutino e no período vespertino às 14:00 horas, não sendo permitido ingresso de candidatos após esses horários.**

1.7. Não será permitido o candidato fazer provas sem estar com os documentos exigidos no **Edital Nº 001/2009 de 11/12/2009** e no **Edital Complementar Nº 002/2010 de 13/01/201**0 – Fixa local, horário e critérios e procedimentos para aplicação das provas..

1.8. Não será permitido ingresso de candidato no local da realização da prova após o horário fixado para seu inicio, divulgado através do **Edital Complementar Nº 002/2010 de 13/01/2010**, bem como presença de Autoridades e outras pessoas que não fazem parte da **Banca Examinadora, Comissão de Concurso Público e Fiscais.**

1.9. Não será permitido os candidatos entrarem no local da aplicação das provas, **portando armas, aparelhos eletrônicos BIP, telefone celular, relógio tipo "calculadora", Wakman, agenda eletrônica, Notbook, palmtop, gravador e outros tipos de aparelhos.** Utilizar de livros, códigos, consulta com o colega do lado.

1.10. Após ser identificado pelo fiscal de sala, e assinar a lista de presença, nenhum candidato poderá retirar-se da sala **somente após o inicio da prova e depois de decorrida 01 (uma) hora do inicio da prova,** poderá entregar seu caderno de questões da prova objetiva e retirar-se da sala de prova.

1.11. Não será permitido o candidato entrar na sala de provas, após o toque da sirene para inicio das provas.

1.12. O descumprimento das normas exigidas neste Edital implicará eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

1.13. O candidato que faltar com respeito com a **Banca Examinadora do Concurso, Coordenação e os Fiscais, será automaticamente eliminado do concurso.**

1.14. O candidato só poderá levar o caderno de provas, **1 hora antes do término da prova**, podendo pegar o caderno de prova na segunda-feira (**18/01/2010**), na Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo com a Comissão de Concurso Público da Prefeitura – CCP.

2. PROVA PRÁTICA:

2.1. Local da Prova Prática de **Operador de Retro Escavadeira e Operador de Trator de Pneu,** no Pátio da Prefeitura de Peixoto de Azevedo.

2.2. Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com **antecedência mínima de 30 minutos.** 2,3. Deverá ter em mãos **Documento Oficial De Identidade (RG original), acompanhado da Ficha de Inscrição, CNH Categoria "D", de acordo com o cargo exigido no Edital Nº 001/2010 de 11/12/2010** (não será aceito cópia do documento, mesmo sendo autenticada).

2.4. Levar **caneta esferográfica azul ou preta**.).

2.5. Os portões dos estabelecimentos de aplicação das provas práticas **serão fechados impreterivelmente no horário estipulado no Edital, não sendo permitido ingresso do candidato após esse horário.**

2.6. O descumprimento das normas exigidas no **Edital Nº 001/2009 de 11/12/09 e Edital Complementar Nº 002/2010 de 13/01/010,** implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

2.9. O candidato que faltar com respeito com a **Banca Examinadora de Concurso, Coordenação e os Fiscais, será automaticamente eliminado do concurso.**

2.10. É vedado o candidato prestar prova fora do local, data e horário determinado pela Banca Examinadora de Concurso Público – ASPEC.

2.11. O candidato que uma vez convocado, deixar de comparecer à prova prática, **será automaticamente eliminado do concurso**.

2.12. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para a prova prática de direção ou sua realização fora da data do horário, da cidade e do local predeterminado neste Edital.

1.13. Após o fiscal conferir a documentação do candidato e assinar a lista de presença, **o candidato não poderá ausentar do local antes de terminar o teste.**

1.14. Não será permitida a realização da prova prática o candidato que não estiver portando **CNH Categoria "D"** de acordo com o cargo exigido no Edital do Concurso Público.

Gabinete do Prefeito, 13 de janeiro de 2010.

Sinvaldo Santos Brito
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS PROVAS OBJETIVAS PERÍODO MATUTINO

HORÁRIO: 8:00 ÀS 12:00

SALA 01

CARGO: ADVOGADO

INSC	NOME	RG
537	ARIENE FRANCIANY DE ABREU	32597849-9
552	CINTIA BEE DE SOUZA PINTO	0785254-1
673	DENIS ALVES PINHO	1220988-0
405	LUCIOLA MARESCHI PASSANELI	1222631.9
563	RODRIGO ALVES DA SILVA	1344799-8
209	VILSON PEDRO NERY	0523685-1

CARGO: BIOQUÍMICO

INSC	NOME	RG
317	APARECIDA TIOSSO MORTEAN	29106383-4
669	FABIO ANDREOTTI	28144590-4
637	FERNANDA SEXTITO LEMOS MELO	1229642-2
694	FRANCISCO MARTINS SILVA	484642,00
595	GISLAINE CORREA MARTINS	1674047-5
060	JANAIANA MARIA BOCCHI	1.082.444
213	JULIANO APARECIDO BOCCHIO	1048040,00
115	MARIO BISMARK PIZARRO VACA	V048192N/DF
356	MICHELLY RAMOS DA SILVA	1916939-6
022	NAIM FERREIRA DOS SANTOS	20796

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

INSC	NOME	RG
244	CARLOS ALBERTO CUSTODIO ERBELLA	9321399-2
697	RANIERI LUCIANO DE OLIVEIRA	3066625231,00

CARGO: FONOAUDIÓLOGA

INSC	NOME	RG
218	KAREN SINARA UMANN	1754307-0
132	MIGUEL FIGUEIREDO BARROS	0921478-0

SALA 02

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

INSC	NOME	RG
391	ANDREIA SELLER	1091363-7
474	AVELINA DE AQUINO MARQUES	0606830-8
293	ERIKA NOBRE CARNEIRO	26.100.323.9
404	FERNANDA DA ROCHA PINHEIRO	34386545-2
159	FLAVIO REBOUÇAS RAMOS	42.793.383-3
036	ILDA MARIA AUGUSTO VOINAROSKI	2293467-7
341	ISABEL MISSASSI	822804,00
613	ISAURA DE OLIVEIRA MELO ARRUDA	1031563-2
369	JANETE MEDRADO BISPO	4.279.588
517	JOELMA CAVALCANTE DA COSTA	1211905-9
532	JULIANA LOPES DOS SANTOS	8652535-6
295	LAUDICEIA FIRMINO MARTINS DE SOUSA	2127496.7
594	LIDIA DE FATIMA MORAES DE VARGAS	0937208-3
241	LIGIA CASTIGLIONI DAVI	5889845-7
129	LOILCE LEMES DE SOUZA	1373111,00
554	LUCINEIA ALVES VALERI	0801634-8
073	MARIA ELIANE DE ALMEIDA	14.348.810
698	MARLY APARECIDA LOPES	746710,00
679	MICHELLY DAMIN	1769531-9
695	OSMARINA SILVA GONÇALVES	1932776-5
545	REJANIA GOMES SOBRINHO	757137,00
527	ROBERTA OLIVEIRA DA SILVA	12022371,00
470	ROSANA GREICE DE AGUIAR	6.614.787
429	ROSICRER BALDUINO MOREIRA	737987,00
252	ROSILENE LUPERINI ZANCO	15.826.893
481	SALETE NORO	4.250.245.6
407	SANDRA CECILIA SANTOS DE MEDEIROS	11376821
645	SILVANA ALVES DOS SANTOS	34263694-4

SALA 03

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

INSC	NOME	RG
112	ALFREDO FABRICIO AYALA	6.066.193-6
177	BOLIVAR ALEJANDRO NOVOA ALMEIDA	1114136,00
693	CAROLINE DE ARRIADA GATTAS	6059503471
006	HALINA CARVALHO ALVES	1908455
023	JAIRO CERON BERTINETTI	9005817862
157	JOSE ANTONIO GRECCHI PIROLLA	7368753,00
520	LUIZ FELIPE MARTINS CAVALCANTE	5246611-3
632	MARCELA CRISTINA CARVALHO MARQUES	1465265.0
149	MARIO ALBERTO NOGUEIRA	9015291331,00
243	MERIDIANA BALBINOT	9841431,00
217	RICARDO HENRIQUE RIBEIRO	M551761
009	RICARDO MARQUES GOMES	3.947814-5

CARGO: NUTRICIONISTASC

INSC	NOME	RG
096	THAIS TEIXEIRA DOS SANTOS	020064773-3

CARGO: ODONTOLOGO

INSC	NOME	RG
334	DALILA MARQUES FRAGA	1034939-1
156	DANIELA GIRARDELLI VILELA SILVA	1340629-9
671	EDHUIN VICTOR CANDIA DA SILVA	1023352,00
600	FABIANE ANTIDEA RIBEIRO BRANDÃO	1329846-1
358	GEANE BRAGA PAÉ	191521-40
483	HELENA ROSA DE OLIVEIRA	32673

CARGO: PSICOLOGO

INSC	NOME	RG
333	ALINE MUNARO	1751495-9
002	ALOISO MARTINS TRINDADE	1.884.336.6
330	ANA PAULA BORGES	1543494-0
143	CLEISSE PONCIANO GONÇALVES	10416978,00
598	KAROLINE ARAUJO DE MIRANDA	1510620-9
058	LUZYENE XAVIER MANZI	4.170.497
160	MADSON LOPES FONTOURA	1293830-0

SALA 04

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

INSC	NOME	RG
138	AMAURI OLIMPIO DA SILVA	1215388,00
379	ANDRÉ DELGADO GOMES	1775148-9
577	CAMILA GABRIELA VIEIRA DOS SANTOS	1268084-2
576	CAROLINA RAFAELA V. SANTOS	35446146-1
425	FERNANDO MARTINS DOS SANTOS	1151358-6
498	IVAN CESAR GUERINO	14820763
370	JONAS BEZERRA DA COSTA	863.249
571	JOSE VIANA DE SOUZA	10633278,00
084	NEIVALDO ROSA DA SILVA	569.386
584	NEOMAR FERNANDO WAWRZYNIAK	1534258-1
701	PATRIK ALEXANDRE MILANEZ DOS SANTOS	88157397-3
351	RAIMUNDA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	2.877.761.
568	RENATA DE SOUZA ALMEIDA	1675980-0
455	ROBISON LUCAS DO NASCIMENTO	1441027-3
170	ROSANGELA MENEGAT RODRIGUES	685809,00
137	ROSELI LOURDES CARBOLIM	828430,00
467	SALÉSIO WRONSKI	1561739-4

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSC	NOME	RG
536	ALLAN VINICIUS PINHEIRO LUDWIG	1747075-7
345	ANDREIA FERNANDES MAZZARO	852907,00
414	JULIANE GRACIELI TIECKER	8.068.055.4
499	NÚBIA SANDRA BITTENCOURT SILVA	1340388-5
131	ORALDO ANTUNES DA SILVA	351728,00

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

INSCINSC	NOME	RG
586	WALDINEY TERTO DE MORAIS	1068476-0

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS

INSC	NOME	RG
426	ALDAIR JOSE MORAES DA SILVA	14678217,00
393	ELIANA ALVES DA SILVA	753760

323 JOCELIA NUNES ANTUNES 1759321-2
214 LIRIA CLARA CAMPOS BARBOSA 1549150-1
195 MARIA DAS DORES COSTA HENRIQUE 1211839-7
228 RAQUEL RODRIGUES COSTA MOURA 0757006-6

SALA 05

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

INSC	NOME	RG
653	ANDREIA DE CASSIA HEINST	24203658-2
292	ANTONIO JOSE CARDOSO MENDES	1148909-0
196	EZEQUIEL NASCIMENTO	1119274-7
042	ISMAEL PEREIRA LEITE FILHO	1.222.885
382	IZAMARA SILVA FONSECA	1227652-9
230	JACINTA DAL MORO	868180,00
267	LUCILEIA RODRIGUES DE SOUZA	1340244.7
708	SAMMARA DE SOUZA CORDEIRO	2097492-2
599	SONIA MARIA DE OLIVEIRA CARNEIRO	2110264,00
203	VANDERLEI FERRARI	3498291-0
245	VANTUIR PEREIRA DA SILVA	1471598-8

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

INSC	NOME	RG
281	ANTONIO DE SOUSA LIMA FILHO	9202110
186	DELCIO KALKUSKI	850981,00
707	EDNALVA ANTONIA RIBEIRO COELHO	2139158-0
339	FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS RODRIGUES	144197220007
174	FRANCISCO FERREIRA FERNANDES	1221300-4
257	HELENA CARVALHO DE ARAGÃO	0670495-6
288	JOSÉ ROBERTO LUIZ	20870485
347	LUCIANA CRISTINA FIORI	5489740-5
344	MARCELO DE OLIVEIRA HEINST	11320095,00
222	MARCOS BORGES DE OLIVEIRA	1777313-0
080	MARCOS MONTEIRO DE FARIAS	1214614-5
635	MARIA JOSÉ CARDOSO MENDES JOAQUIM	1213481-3
264	REGIANE CARVALHO DE CASTRO BORGES	174.345.13
216	SANDRA GRACIELE DA SILVA	1798610-9
187	VALTERLAN OLIVEIRA DE SOUSA	1035994-0

SALA 06

CARGO: PROFESSOR DE I A IV

INSC	NOME	RG
254	ADEMILZA FERREIRA DA SILVA	1481196-0
181	ALDERICE ALVES GONÇALVES	1604268-9
413	ALDILENE VIRIATO SILVA	1080537-0
390	AMANDA LOESIA	784.341
070	ANA CLEIDE SOUSA	1.033.019
430	ANA IZOLINA SEIBEL DA SILVA	756861,00
497	ANDREIA ALVES CAMELO	1341282-5
164	ANGELICA MARIA DE JESUS	1525016-4
312	ANTONIO GOUVEIA FERNANDES	0508928-0
580	ARLENE MONTEIRO DOS SANTOS	1295875-1
297	BRÍGIDA COUTO	3.092.093.388
226	CARLIJANE SOUZA NASCIMENTO	1388270-8
210	CARMEM MARIA DE CAMPOS NERY	1719619-1
135	CLECI PEREIRA DA LUZ	853922,00
318	CRISTIANE VITORINO SORGATO	1328176-3
395	DALVERLANDIA CHAVES DA SILVA KOTIKOSKI	121.1996-2
436	DEBORA VIANA SILVA DE CASTRO	0784067-5
670	DELCI TEIXEIRA RIBEIRO BORGES	131174-9
605	DELIANA MURIEL RODRIGUES MONTEIRO DOS SANTOS	1706921-1
616	DENISE DE GODOY HAWERROTH	4027692-0
336	DJALMA DE ALMEIDA FONSECA	784066,00
319	EDINALVA ALVES DA SILVA	1042908,00
165	EDIPINA DE FATIMA DE JESUS ALMEIDA	1245599,00
378	EDISON MARQUES DE AMORIM	1307908-5
400	ELEIR MARIA DA SILVA	1674743-7
091	ELENIR SOKOLOSKI DE MORAIS	1060122-8

SALA 07

CARGO: PROFESSOR DE I A IV

538	ELINE VIEIRA SILVA SOUSA	1297474-9
559	ELIS REGINA BELO DA SILVA	637.638
507	ELISSANDRA DE SOUZA SILVA FARIAS	11025964,00
367	ELIZABETH BELO DA SILVA	643.434
263	ELZILENE GOMES FRANÇA	10231749
031	ERMITA DE JESUS SANTOS	2591442
647	EUDES PEREIRA DA SILVA	1.323.325
408	EVA ADVINCULA SÃO MIGUEL	13020329
021	FABIANA LUCENA GOMES	1572322-4
300	FÁTIMA RÚBIA DE MELO OLIVEIRA	1692498-3
677	FRANCIANE DE JESUS NOLETO BRITO	1523684-6
039	FRANCISCA DAS CHAGAS RESENDE DOS SANTOS	1007186
169	GENI FERREIRA DOS SANTOS	898471,00
662	GENILDA MARQUES JARDIM SACHETTI	1040664-6
194	GERCINA LOPES DA SILVA	237221,00
239	GIANCARLO SOUZA NASCIMENTO	1388214-7
260	GILMA DA SILVA FERREIRA	1822104-1
585	IRENE CATANEO	3791689-7
173	IRENE GONÇALVES DE SOUZA	0433383-7
471	IRMAS SIMAS ASSUNÇÃO AFFONSO	1232723-9
069	IVANÊDE ALVES LIMA	75.152
227	IVANETE VIEIRA FERREIRA SOUZA	1114984140,00
158	IZAIAS QUIRINO ALVES	970838,00
440	JANDIRA FERREIRA DO NASCIMENTO	3837442-7
266	JANETE MOREIRA DA SILVA	808.841
191	JESUINA DE FÁTIMA CONCEIÇÃO	784080,00

SALA 08

CARGO: PROFESSOR DE I A IV

696	JOAO PAULO SILVA SOUZA	12235558-0
231	JOAQUIM CAMPOS DA SILVA	27169094-1
068	JOEL VICENTE DE SOUSA	1.578.673
077	JOICIELI NERIS ALVES DORNELES	1642363.1
079	JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA	1198405-8
306	JOSEFA ALVES DE ALBUQUERQUE PAIXAO	3081928,00
609	JOSIELMA RODRIGUES MARINHO	1660881-0
061	JUCILENE ZANI DA CRUZ	742.193
593	JUVENAL SOUSA DA SILVA	979331,00
299	KELLY VANESSA MAGALHÃES DE OLIVEIRA	1850349-7
250	LAURA LEÃO	4.141.997.0
176	LEIA LINHARES DE ANDRADE FLORENCIO	2280463,00
401	LUCÉLIA DE OLIVEIRA LUCAS	1674712-7
089	LUCI CONCEIÇÃO PEREIRA FLORENCIO	1598217-3
553	LUCIANA VIEIRA NUNES	1311520.0
475	LUCIANE RAQUEL ELEUTHERIO	1628089-0
289	LUCIANO DA SILVA PEREIRA	1605423-7
617	LUCILA RIBEIRO SOARES	17906
575	LUCIMAR TAFAREL	505474,00
092	LUSIRENE RODRIGUES DA SILVA	1064712-0
104	LUZENILDE LOPES DE CARVALHO	927479,00
314	MARCELA ALVES ARAUJO	1231984-8
655	MARCIA FERREIRA DE MELO	14831350,00
363	MARCIA PINHO MACIEL	1341570-0
083	MARCIANE INÊS MAXIMOVITZ	1136878-0
065	MARGARIDA ALVES LIMA	819690

SALA 09

CARGO: PROFESSOR DE I A IV

128	MARGARIDA MARIA SILVA DOS SANTOS	5735921,00
656	MARIA ANGELICA OLIVEIRA DAVI	920219,00
199	MARIA APARECIDA LUIS DE LIMA	32.100.894-7
063	MARIA CLEUNICE DE FREITAS DIAS	34.549.924.4
444	MARIA DE FATIMA CORREA ALMEIDA	952615,00
294	MARIA DE JESUS RIBEIRO DE ARAUJO	734.793.
262	MARIA DOS MILAGRES CCARVALHO SILVA	0334861-0
192	MARIA ESPERANÇA CARDOSO RESENDE	941660,00
032	MARIA FERNANDA CANTARELLA	35946626-6
103	MARIA HELENA DA CRUZ FERNANDES	1804932,00
355	MARIA LIMA DE MOURA	109.068
706	MARIA PETRONILIA BENTO DE SOUSA	1101869,00
389	MARIA ZULEIDE CAVALCANTE PAIXÃO	1.948.644
225	MARICELMA DE SOUSA SILVA	510865,00
140	MARILENE RAMOS	1410700,00
008	MARINES GUINZANI FLORENCIO	230.739.903
501	MARINETE MARQUES DE JESUS	1993803-9
085	MARLENE TEIXEIRA RIBEIRO	1311685-1
178	MARLI RUDENCO	1023987-1
100	MARLY MARIA DE URZEDO	1007245-4
059	MARTA ALVES MORATELLI	1920792-1
185	MARTA FERREIRA ESCALIAR	1354566-3
017	MAURILENE BATISTA OLIVEIRA	2.482.553
127	MEURY APARECIDA DOS SANTOS	1617782-7
167	MIRIAN ALVES DE MELO	1591918-8

SALA 10

CARGO: PROFESSOR DE I A IV

265	MOACIR COSTA REAL	963.706.
062	NEREIDE LEITE PAULA RODRIGUES DOS SANTOS	0600896-8
403	NEUSA APARECIDA SEMENSATE SILVA	3.274.748.5
516	NORBELIA PEREIRA SILVA	175.1651-0
136	OLDAIR DALLAZEN	809117,00
046	PAULO SERGIO COSTA	618757
018	PEDRO ALVES DE OLIVEIRA	2084429
381	RAIMUNDA DOS SANTOS SILVA	1267973-9
094	REGINALDO LEANDRO DOS SANTOS	1223537-7
343	RENATO FERNANDES DE SOUZA	3655054,00
348	ROSIMAR ALENCAR RIBEIRO	1362488,00
518	ROSIMARY SOUSA DA SILVA	120667,00
438	ROSIMEIRE DE SOUZA MACIEL	974652,00

102	SERGIO MARTINS CARNEIRO	1143890-8
301	SIMONE LUZIA CESARIO	1428364-6
406	SONILDA FERREIRA SILVA	784.106
534	SYLVIANE REIS DOS SANTOS	83672757,00
268	TANIA MARA FERREIRA BRANDÃO SANTOS	0898461-1
027	TÂNIA REGINA FERNANDES BERNARDO PASSOS	912.948
153	TARCIZA MARIA FERRERA LIMA	1969149-1
453	TEREZINHA DE JESUS CORREA MENDES	667426
434	VANDA MARIA CARDOSO DOS SANTOS	059902-1
398	VANDERLEIA FERREIRA DA ROCHA	9.710.537.5
515	WANDERLEI BORGES DE OLIVEIRA	1088560-9
357	WILIAN MARIA DA SILVA	952801

SALA 11

CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

INSC	NOME	RG
500	ANDRESSA APARECIDA VARGAS ROCHA	13403907,00
646	CLEONICE CABOCLO AMANCIO	23451157
384	DERLANY DHEIMY SANTOS TECHIO	1941221-5
098	GENIVALDO APARECIDO GONÇALVES	11084547
308	JADAILTON RODRIGUES DE SOUSA	966091,00
428	LEANE FERREIRA VIANA	27248782004-3
640	LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA	1245255-6
412	MOISES BORGUETI	224.903
366	MUNIQUE ALINNE SCHMITT	1863374.9

SALA 11

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSC	NOME	RG
699	ANTONIO CARLOS SANTOS OLIVEIRA	1080183-9
683	FLAUZIZA SANTOS DE OLIVEIRA	1297486-2
109	ROMILDO LIMA DA SILVA MENDES	1988910-0

CARGO: TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

INSC	NOME	RG
064	ALCENIA SOUSA TEMPONI	10.024.463
269	ÉRICA LETICIA RODRIGUES PEREIRA	1703270-9
078	JEANE CAXIADO DA SILVA	1661752-5
451	LEILIANE DE SOUZA BEZERRA	1549993-6
512	LORACI JUREMA NICOLAI	1375514-7
005	LORENA PRESTES	5.027.487.941
302	NEIDE REGINA CAMPOS MARQUES	1738465,00
704	RAQUEL BRAGA	8460752-5
038	ROSIMEIRI SOUZA GONÇALVES	1987020-5
145	SANDRA MARIA GOMES DA SILVA RIBEIRO	23311192-X

SALA 12

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO E ANÁLISE CLÍNICA

INSC	NOME	RG
122	DAGUIMAR CRUZ DOS SANTOS	0784051-9
686	DAUREA DE SOUZA	0740-690-8
162	ELAINE FRANCISCO DA SILVA	1532722-1
566	ELIANA BARBOZA DA SILVA	929874
139	ELIANE MARIA DINIZ	1080.188-0
026	JOELMA SANTOS ARGOLO	1.403.758
161	JOSIANE CARVALHO DE SOUZA	1818863-0
628	KEYLA MYKAELA SANTOS SOUSA	1212269-6
417	LUCIANA REGINATTO	4513411
360	MARINEZ RIBEIRO HOFFMANN	1379564-3
326	ROQUE DIAS DE CAMARGO	3441042-9
623	ROSIMARI WOLFF	1051026-5

SALA 12

CARGO: TÉCNICO DE PROTESE DENTÁRIA

INSC	NOME	RG
402	FLÁVIO DEVIDE RIBEIRO	18359976

CARGO: TÉCNICO EM RAIO X

INSC	NOME	RG
255	CRISTIANE MOREIRA FREIRE	1523738-9
468	EDIPO RODRIGUES GUIMARÃES	19152981
074	EDIVALDO HIDALGO	8.179.448.0
361	JONATHAN VICENTE DA SILVA	15726839
208	LAURINDA AZEVEDO GUEDES	3850537,00
506	MARCO AURELIO ZANQUETA LAZARINI	28899410.3
562	RAIMUNDO SOUSA VIEIRA	17513430
278	ROGÉRIO RODIGHIERO DE ABREU	6060470751
371	SIDNEI ALVES DOS SANTOS	1906211-7
525	WALDINO DE ARRUDA LOBO	1280828,00

SALA 13

CARGO: OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA

INSC	NOME	RG
206	ALECSANDRO FERREIRA	314181-4
148	CHRISTIANO VENTURA BEDENDO	1529818-3
439	LEVI CORREIA ALMEIDA	1379498-1

CARGO: OPERADOR DE TRATOR DE PNEU

INSC	NOME	RG
190	ALBANO ALTMAYER	68226708,00
154	ALDEMIR HENKE SILVA	724639,00
088	ANDREI ALTMAYER	87.113.760
612	ANTONIO SANTOS DO NASCIMENTO	1866743-0
236	CARLOS BATISTA DA COSTA	5601312-2
633	DURVAL DULTRA	3.716.341.5
650	ELIO MACHADO	1192940-5
359	GALIARDO GOMES PEDROSO	1120565-2
482	GILBERTO MACHADO MARTINS	79823210
567	ILTON THEISEN	901366
182	MARCIO MANOEL GOMES DUARTE	1395452-0
362	PEDRO FABIO DA SILVA	182025780
041	RAMÃO RODRIGUES FERNANDES	259.443
202	SEVERINO AQUINO DUARTE	1383670-6
649	WANDERLEY DOS SANTOS ROCHA	13237640

Prefeitura Municipal de Poconé

LEI MUNICIPAL Nº 1.527 DE 22 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, CLÓVIS DAMIÃO MARTINS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Poconé, Estado de Mato Grosso, para 2010, compreendendo:

I. Anexo de Metas Fiscais e Riscos Fiscais;

II. A estrutura e organização dos orçamentos;

III. As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV. As disposições relativas à dívida pública Municipal;

V. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII. As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As ações prioritárias, e as respectivas metas, da Administração Pública Municipal para o exercício de 2010 constarão no Plano Plurianual 2010/2013 que está sendo elaborado pelo município.

§ 1º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais (Anexo I) e Anexo de Riscos Fiscais (Anexo II), que integram a presente Lei.

§ 2º - No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Art. 3º - O Projeto e a Lei Orçamentária conterão dotações necessárias ao cumprimento do cronograma de execução de obras iniciadas.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV. Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto no ciclo orçamentário de qualquer esfera governamental;

V. Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, desdobrados em subtítulos, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 3º - O produto e a unidade de medida a que se refere o parágrafo anterior deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do plano plurianual.

§ 4º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade prevista na legislação vigente.

Art. 6º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I. Pessoal e encargos sociais - 1;

II. Juros e encargos da dívida - 2;

III. Outras despesas correntes - 3;

IV. Investimentos - 4;

V. Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5; e

VI. Amortização da dívida - 6.

§ 2º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 8º desta Lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 3º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I. Mediante transferência financeira:
a) As outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades;
b) As entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II. Diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 4º - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I. Governo Federal – 20
II. Governo Estadual – 30;

III. Administração municipal - 40;

IV. Entidade privada sem fins lucrativos - 50;

V. Aplicação direta - 90; ou

VI. A ser definida - 99.

§ 5º - É vedada à execução orçamentária com a modalidade de aplicação "a ser definida - 99".

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal será constituído de:

I. Texto da lei;

II. Quadros orçamentários e anexos consolidados exigidos pelo artigo 165, § 6º da Constituição Federal e pelos §§ 1º, 2º e incisos do artigo 2º e artigo 22 da Lei 4.320/64:

a) Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;

b) Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do anexo I da Lei nº 4.320/64;

c) Receitas segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/64;

d) Natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/64;

e) Quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

f) Quadro das dotações por órgãos do governo, compreendendo Poder Legislativo e Poder Executivo;
g) Quadro discriminativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho, na forma do Anexo 6 da Lei nº 4.320/64;

h) Quadro discriminativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental, na forma do Anexo 7 da Lei nº 4.320/64;

i) Quadro discriminativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos, na forma do Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;

j) Quadro discriminativo das despesas por órgão e funções, na forma do Anexo 9 da Lei nº 4.320/64;

l) Quadro discriminativo da receita e plano de aplicação dos fundos especiais;

m) Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

n) Tabela exemplificativa da evolução da receita e da despesa, conforme artigo 22, inciso III da Lei nº 4.320/64;

o) Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

Art. 8º - A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no máximo, 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 9º - O Poder Legislativo Municipal e as Administrações Indiretas encaminharão ao órgão central de Planejamento e de Orçamento Municipal, até 15 de junho, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10 - A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2010, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único - Serão divulgados na internet, ao menos:

I. Pelo Poder Executivo:

a) As estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) A proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) A Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

d) A execução orçamentária com o detalhamento das ações, por função, sub-função e programa, mensalmente e de forma acumulada;

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal.

Subseção I
Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 12 - A lei Orçamentária para o exercício de 2010 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exeqüenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I. Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II. Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;

III. Que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.

Subseção II
Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 13 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I. Clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas:

a) Creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

II - Pagamento, a qualquer título, a servidor público, da ativa, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 14 - É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura**,** assistência social, saúde e educação.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 15 - É vedada a destinação de recursos à entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorizada em lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração pública municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Parágrafo único – Ficam ressalvadas as despesas realizadas com a permissão dada pela Lei Municipal 1.232 de 21 de maio de 2001 que trata do incentivo cultural a ser concedido pela Prefeitura, conforme art. 2º que poderão ter incentivos, atendidos os interesses da política Cultural do Município, Projetos Culturais abrangidos nas seguintes áreas:

I – musica e dança;
II – teatro e circo;
III - cinema, fotografia e vídeo;
IV – literatura;
V – artes plásticas, artes gráficas e filatelia;
VI - folclore e artesanato;
VII – acervo e patrimônio histórico e cultural, museus e centros culturais"

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Publico, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis e atendam aos termos dos Art. 25 e 62 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 17 - Poderá ser exigida contrapartida, a ser definida entre os interessados, para as transferências permitidas na forma dos art. 15.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às entidades de assistência social e saúde registradas no Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS.

Art. 18 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput**.

Seção II
Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 19 - As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por Lei.

Seção III
Das Disposições sobre a Programação e Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 20 - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 21 - Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 2º daquela Lei Complementar o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1º - O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º - A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício de 2010, excluídas:

I. As despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 22 - A execução da Lei Orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impessoalidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 - Os Orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispões o Artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS
SOCIAIS

Art. 24 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se os limites e dispostos nas normas constitucionais aplicáveis – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Legislação municipal em vigor.

Art. 25 - Os Poderes Legislativo e Executivo, por intermédio do setor de controle de pessoal da Administração Direta e Indireta, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

Parágrafo Único - Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais serão incorporados á tabela referida neste artigo.

Art. 26 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 27 - Ficam autorizados às concessões de quaisquer vantagens, os aumentos de remuneração e as alterações de estrutura de carreiras, observando o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal e aos limites fixados na Lei Complementar Federal 101/2000.

Art. 28 - No exercício de 2010, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 24 desta Lei;

II – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – Forem observados os limites previstos no artigo 24 desta Lei, ressalvando o disposto no artigo 22, inciso IV, parte final, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único – A criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal somente poderão ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo e no artigo 169, §1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

Art. 29 - A realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 24 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único – A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 30 - A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art. 31 - O relatório bimestral de execução orçamentária conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

CAPÍTULO VII
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único - Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se

mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 33 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de projeto de lei esteja em tramitação no Legislativo Municipal.

Art. 34 - Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

Art. 35 - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, e a Taxa de Fiscalização e Funcionamento, de 2010, poderão ter desconto de até 30% (trinta por cento) do valor lançado para pagamento em cota única, conforme a conveniência.

§ 1º – Os descontos previstos no caput serão considerados na previsão da receita orçamentária.

§ 2º - Além do desconto concedido no pagamento da cota única a Prefeitura Municipal poderá desenvolver campanha de incentivo com oferecimento de premiações aos contribuintes adimplentes

Art. 36 - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo, Projetos de Lei que trate de alterações na legislação tributária, tais como:

I. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II. Revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;

III. Revisão do Código de Posturas, de forma a corrigir distorções;

IV. Revisão da Planta Genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V. Instituição de taxas e constituições para custeio de serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade;

Art. 37 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IGPM – ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 38 - O Poder Executivo enviará projeto de lei para o Poder Legislativo regulamentando o parcelamento e desconto para recebimento da dívida ativa tributária.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 40 - Integra esta Lei, em atendimento ao disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I. Anexo de metas fiscais;

II. Demonstrativo das metas anuais;

III. Demonstrativo do patrimônio líquido;

IV. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;

V. Anexo de riscos fiscais.

Art. 41 - Para os efeitos do art. 16º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e

II - Para fins do § 3º do artigo referido no **caput**, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 42 - Os Projetos de Lei que importem diminuição da receita ou aumento de despesa no exercício de 2010 deverão estar acompanhados de demonstrativo discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2010 a 2011, detalhando a memória de cálculo respectiva.

Art. 43 - O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro o Projeto de Lei do Orçamento-Programa á Câmara Municipal, que o apreciará e devolverá até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 44 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I. Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II. Não alterem dotações referentes a despesas de custeio de pessoal e encargos sociais e serviços da dívida;

III. Não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de créditos vinculados.

Art. 45 - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado á sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido á Câmara Municipal.

Art. 46 - Se verificado que ao final do bimestre o não cumprimento das metas de equilíbrio financeiro, que visa obtenção de resultado primário conforme determinação da Lei Complementar 101, o Poder Executivo e Legislativo, efetivar-se-ão a limitação de empenho e movimentação financeira de forma proporcional ao montante dos recursos alocados com base nos seguintes critérios:

I. Limitação de empenhos relativos a investimentos a serem executados com recursos próprios do orçamento;

II. Limitação de empenhos de despesas relativas a viagens e diárias;

III. Limitação de empenhos de despesas gráficas;

IV. Limitação de empenhos de despesas relativas à veiculação – institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade prevista na Lei Complementar 101/2.000;

V. Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços públicos essenciais, de saúde e educação.

Parágrafo Único - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais prevista nas emendas constitucionais nº 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 47 - A destinação de recursos públicos para o setor privado ou para o custeio de despesas de outro ente da federação, direta ou indiretamente, seja pessoa física ou jurídica, a título de subvenções, auxílios, contribuição ou mediante transferência voluntária deverá ser autorizada por lei especifica e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, observando:

Art. 48 - Para atender o disposto no Art. 4º inciso I, letra “e” da Lei Complementar nº 101/2.000, será:

I. Realizado estudos visando a definição de sistemas de controle de custo e avaliação de resultado das ações de governo;

II. Criada comissão de controle e custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, composta da seguinte forma:

a) Um membro do setor de Contabilidade;

b) Um membro do setor de Planejamento;

c) Um membro do setor de Controle Interno;

§ 1º. Vedado consignar na Lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 2º. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente á unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e proporcionar a correta avaliação dos resultados.

Art. 49 – Só será permitida a inclusão de novos projetos de duração continuada, a Lei Orçamentária e as de créditos adicionais quando:

I – Não houver construções de obras públicas municipais paralisadas;

II – O Patrimônio Público estiver conservado;

III **- A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.**

Parágrafo Único – Fica especificado em Anexo, as obras e projetos em andamento.

Art. 50 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Poconé , 29 de Junho de 2009. .

CLÓVIS DAMIÃO MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 069/2009

"DISPÕE SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO E PREPARAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, MT, de acordo com o inciso IV do art. 45, da Lei Orgânica do Município e com base no disposto no art. 1º, § 6º, da Medida Provisória nº 1979-23, de 27 de setembro de 2000 e nas resoluções do FNDE,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica determinada a descentralização de recursos destinados a Merenda Escolar, para as Unidades Escolares do Município. Permitindo que as escolas da rede municipal de Poconé gerenciem diretamente a compra dos gêneros alimentícios e a preparação da merenda escolar, de acordo com o disposto no Art. 6º da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e na respectiva regulamentação emitida pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 2º A descentralização de recursos será realizada nas Escolas Municipais João Godofredo, Eloísa Elena A Freire, Escola Antonio Avelino, Escola Mirtes Leite, Escola Alegre II, Escola Nossa Senhora Aparecida, Creches Vovó Teófila, Creche Sebastiana Germana da Conceição, Creche Tereziinha de Jesus, Creche Benedita Gonçalina (Dica), Centro Educacional Fabianao Caporossi escolas e creches da rede municipal, cadastradas junto ao FNDE/PNAE, mediante o repasse direto aos Conselhos Deliberativos e diretores das referidas unidades escolares.

Art. 3º A descentralização visa prioritariamente:

I - Descentralizar a aplicação dos recursos recebidos do FNDE/ PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar bem como a contrapartida da Prefeitura Municipal de Poconé, através da aquisição de gêneros alimentícios pelos CDCE / diretores das unidades escolares do município;

II - Possibilitar maior economia de gastos com transporte e armazenamento de alimentos;

III - a participação social no controle e acompanhamento das ações realizadas pelo Município para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

IV - o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados e seguros que respeitem a cultura e as tradições alimentares, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos em conformidade com a faixa etária, atividade física e as condições de saúde, inclusive daqueles que necessitam de atenção especial;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local.

Art. 4º Serão atendidos, pelo Programa, especificamente os alunos matriculados nas escolas do Município, conforme censo escolar realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

§ 1º Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de Gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

§ 2º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se os procedimentos licitatórios, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Art. 5º Terão a atribuição de acompanhar a aplicação dos recursos, zelar pela qualidade dos produtos empregados na merenda, desde a aquisição até a distribuição, e fiscalizar todas a etapas da execução do Programa os seguintes agentes:

I – O Conselho de Alimentação Escolar – CAE – colegiado deliberativo, instituído no âmbito Municipal;

II – Os Círculos de Pais e Mestres;

III – Os Conselhos Escolares.

Art. 6º No repasse dos recursos aos diretores das unidades escolares do Município, será obedecido os seguintes critérios:

§ 1º Os recursos financeiros serão disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação a cada diretor(a) de escola, em dez parcelas mensais a cada ano, de fevereiro a junho e de agosto a dezembro, correspondendo, em cada mês, a 20 (vinte) dias letivos, por meio de conta bancária a ser aberta no Banco do Brasil S/A.

§ 2º Os repasses serão feitos até o ultimo dia útil de cada mês, não podendo cada parcela exceder à cobertura dos dias letivos do mês de regência.

§ 3º O numero de dias de atendimento a ser considerado no calculo dos valores devidos às unidades escolares será de 200 (duzentos) por ano.

§ 4º O cálculo dos recursos a serem repassados aos diretores das unidades escolares, será feito da seguinte forma: nº de alunos matriculados na unidade escolar (ano anterior ao atendimento) X (vezes) nº de dias de atendimento X (vezes) valor per capita.

§ 5º O valor per capita/ dia da alimentação escolar é de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por aluno de escola e Creche R$ 0,59 (cinqüenta e nove centavos) por aluno com período integral.

§ 6º Os recursos serão aplicados, exclusivamente, na aquisição dos gêneros alimentícios que será realizada, mediante pesquisa prévia de preços em, no mínimo três fornecedores, obedecido sempre o critério menor preço por item, dentro das especificações;

Art. 7º Os recursos repassados só poderão ser movimentados na conta através de cheque nominal ao credor.

Art. 8º Os saldos financeiros existentes em 31 de dezembro deverão ser reprogramados, para o exercício seguinte.

Art. 9º A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros é de competência da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do órgão de controle interno do Poder Executivo e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) mediante a realização de auditorias, de inspeção e de análise dos processos que originarem as prestações de contas, facultado a todos os cidadãos e demais entidades **da sociedade**

civil o acesso às informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização do Programa.

Art. 10º As unidades executoras encaminharão, obrigatoriamente, a Prefeitura Municipal de Poconé, a cada 30 (trinta) dias, prestação de contas dos recursos recebidos no período

§ 1º Constará na prestação de contas:

I - Demonstrativo sintético da execução físico financeiro no período correspondente, com apresentação do extrato bancário;

II - Relação de pagamentos efetuados;

III - Cópia das notas fiscais e recibos;

IV - Pesquisa de Preços;

V – Relatório elaborado pelos agentes acompanhadores do programa conforme art. 5º.

§ 2º Na falta de apresentação da prestação de contas na data estabelecida, a escola ficará inadimplente com o Programa e a Secretaria Municipal de Educação assinalará o prazo de 05 (cinco) dias para a sua apresentação, sob pena de ser instaurada a Tomada de Contas Especial em desfavor do gestor responsável pela omissão.

Art. 11º Na qualidade de gestora do PNAE, compete a Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esportes e Lazer:

I - Fornecer, coordenar e supervisionar o cumprimento do cardápio previamente elaborado pela Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação;

II - Analisar as prestações de contas das Unidades Escolares;

Art. 12º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 07 de Dezembro de 2009.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

DECRETO Nº 074/2009

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE POCONÉ E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

REGULAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE POCONÉ

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Objetivo

Art. 1°. Este regulamento dispõe sobre as condições técnicas e comerciais para a prestação do SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO na ÁREA DE CONCESSÃO do Município de Poconé - MT, incluídas as relações entre as entidades responsáveis por este serviço e seus USUÁRIOS.

Seção II
Terminologia

Art. 2°. Este regulamento adota a terminologia utilizada pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas no tocante as normas incidentes sobre os sistemas de água e esgoto, conforme segue:

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS - Processo de conferência do Hidrômetro, para verificação de erro de indicação em relação aos limites estabelecidos pelos orgãos competentes.

CATEGORIA DO USUÁRIO - Classificação do usuário por economia, para fim de enquadramento na estrutura tarifária do **CONCESSIONÁRIO**.

COLETOR PÚBLICO - Canalização pública destinada a recepção de esgoto.

COLETOR PREDIAL - É a canalização compreendida entre a última inserção do prédio e a rede pública.

CONTA - Documento hábil para pagamento e cobrança de débito contraído pelo usuário e que corresponde á fatura de prestação de serviços.

DESPEJO INDUSTRIAL - Efluente líquido proveniente do uso da água para fins industriais ou serviços diversos, com características diversas das águas residuárias domésticas.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO - Canalização pública de distribuição de água.

ECONOMIA - Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade da ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para uso dos Serviços de Abastecimento de Água e/ou Coleta de Esgotos.

ESTRUTURA TARIFÁRIA - Tabela de valores que compõem a tarifa do **CONCESSIONÁRIO.**

FAIXA DE CONSUMO - Intervalo de volume de consumo, num determinado período de tempo, estabelecido para fins de tarifação.

FATURA MENSAL - Documento emitido pelo **CONCESSIONÁRIO** para cobrança pelos serviços prestados ao usuário.

FATURAMENTO - Documento hábil que contabiliza os valores devidos pelo usuário, referentes aos serviços prestados pelo **CONCESSIONÁRIO.**

HIDRANTES - Aparelho instalado na rede distribuidora de água, apropriado à tomada de água para combate a incêndio.

HIDRÔMETRO - Aparelho destinado para medir e indicar continuamente o volume de água que passa pelo mesmo.

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA - Conjunto de tubulações, aparelhos e equipamentos a jusante do hidrômetro ou tubete.

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO - Conjunto de tubulações, aparelhos, equipamentos e peças especiais a montante da rede coletora.

LIGAÇÃO CLANDESTINA - Conexão do ramal predial de água ou coletora de esgoto, executada sem autorização ou conhecimento do **CONCESSIONÁRIO.**

LIGAÇÃO DE ÁGUA - Conexão do ramal predial de água, à rede pública de distribuição de água.

LIGAÇÃO DE ESGOTO - Conexão do ramal predial de esgoto, à rede pública coletora de esgoto.

LIMITADOR DE CONSUMO - É o dispositivo instalado no ramal predial para limitar o consumo de água.

PRÉDIO - Toda edificação utilizada para fins públicos ou particulares.

PRESSÃO DINÂMICA - É a pressão que se verifica na rede de distribuição, sob certas condições de consumo.

RAMAL PREDIAL DE ÁGUA - Conjunto de tubulações e peças especiais, situados entre a rede de distribuição de água e o tubete ou hidrômetro, incluindo este.

RAMAL PREDIAL DE ESGOTO - Conjunto de tubulações e peças especiais, situados entre a rede coletora dos esgotos e o meio fio.

REDE COLETORA DE ESGOTO - Conjunto de tubulações e peças que compõem o subsistema de coleta de esgoto.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - Conjunto de tubulações e peças que compõem o subsistema de distribuição de água.

REDE INTERCEPTORA DE ESGOTO - Canalização cuja função precípua é receber e transportar o esgoto sanitário coletado.

SERVIÇO TEMPORÁRIO - As ligações concedidas para uso em atividades passageiras.

SISTEMA DE ÁGUA - Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água.

TARIFA – Conjunto de preços estabelecidos pelo **CONCESSIONÁRIO,** referente à cobrança dos serviços de Abastecimento de Água e/ou Coleta de Esgotos.

TARIFA SOCIAL – Tarifa subsidiada pelo Sistema operado pelo **CONCESSIONÁRIO,** destinada à população de baixa renda.

TAXA FIXA – Valor que representa os custos administrativos de leitura, processamento, material, entrega de contas, bem como os custos operacionais de manutenção fixos, de serviços à disposição, que por falta de consumo do usuário, não são cobertos pela produção industrial.

USUÁRIO – Pessoa física ou jurídica titular do imóvel provido de ligação de água ou esgoto.

VÁLVULA DE FLUTUADOR OU BÓIA – É a válvula destinada a interromper a entrada de água nos reservatórios dos imóveis quando atingido o nível máximo de água.

VOLUME FATURADO – É o volume correspondente ao especificado na conta mensal de serviços.

Seção III
Entidades responsáveis

Art. 3°. Consideram-se entidades responsáveis pelo SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO:
I - DAE – Departamento de Água e Esgoto, órgão designado para realizar a regulação e fiscalização do serviço público de água e esgoto;
II - EPS – Entidade Prestadora do Serviço de Água e Esgoto, no que dispõe a lei ou nos termos do instrumento contratual ou convencional fixado.

§ 1º. Compete à EPS do Sistema de Abastecimento de Água de Poconé – MT, nos limites impostos pelas condições estabelecidas no Edital, regulamentos e contrato de concessão, exercer com exclusividade todas as atividades administrativas e técnicas que relacionem com os Serviços Públicos de Água e Esgoto do município, compreendendo o planejamento e a execução de obras, instalação, operação e manutenção dos Sistemas, a medição do consumo de água, faturamento e cobrança dos serviços prestados, aplicação de penalidades, e qualquer outra medida com ele relacionada, observados os critérios e condições da Concessão Municipal.

§ 2º. O assentamento de rede distribuidora de água e coletora de esgoto, as instalações de equipamentos e a execuções de ligações, serão efetuadas pela EPS ou por terceiros devidamente autorizados, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais e a legislação aplicável.

Seção IV
Princípios da prestação do serviço

Art. 4°. O SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO será prestado de modo a garantir o pleno e adequado atendimento aos USUÁRIOS.

§ 1º. Considera-se serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, nos moldes estipulados na legislação aplicável.

§ 2º. O DAE deverá estabelecer, em regulamento próprio, meios para a aferição objetiva do modo de prestação desse serviço.

Art. 5°. Consideram-se metas permanentes para o prestador do SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO:
I - a melhoria contínua do serviço;
II- a busca contínua pela eficiência na prestação;
III – a plena satisfação dos USUÁRIOS, consistente com os padrões profissionais e a ética;
IV – respeito e observância das solicitações da sociedade; e
V – respeito ao meio ambiente com a perfeita observância de suas regras de proteção.

CAPÍTULO II
REDES DISTRIBUIDORAS E COLETORAS

Art. 6º. As redes distribuidoras e coletoras serão, preferencialmente, assentadas em logradouro público e, excepcionalmente, em faixas de servidão.

Art. 7º. Será de inteira e exclusiva responsabilidade do EPS a execução das redes distribuidoras e coletoras, inclusive as respectivas ligações prediais, envolvendo retirada do pavimento, escavação, reparo, instalação ou substituição de peças e materiais, aterro e reposição do pavimento, serviços estes que deverão obedecer ao padrão de qualidade estabelecido nas normas aplicáveis da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e nas especificações que o DAE vier a estabelecer, exceto quanto às redes tratadas no Capítulo III deste regulamento;

§ 1º. Será de inteira e exclusiva responsabilidade do EPS a manutenção das redes distribuidoras e coletoras que passarem a integrar o domínio público do MUNICÍPIO de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 deste regulamento, envolvendo as mesmas atividades discriminadas no caput desse artigo.

§ 2º. Quando os serviços acima decorrerem de dano ocasionado pelo USUÁRIO ou quando executados por solicitação do mesmo, mas não se caracterizarem como serviços de manutenção, os custos decorrentes serão debitados em conta do USUÁRIO e a cobrança será transferida para o EPS.

§ 3º. As extensões das redes distribuidoras e coletoras, só serão atendidas quando técnica e economicamente forem viáveis ou quando houver razão de interesse social.

§ 4º. Nas obras de pavimentação de logradouros públicos, deverão ser previamente incluídas as de instalação, ou de renovação da rede local de abastecimento de água.

§ 5º. O cumprimento pela EPS do disposto no parágrafo anterior fica condicionado à comunicação pelo Poder Executivo, para execução do projeto pretendido, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do início de sua implementação, salvo se existentes os recursos financeiros necessários.

§ 6º. As obras de escavação e construção prediais a menos de um metro das canalizações públicas de água ou de esgotos, ou de ramais prediais, não poderão ser executadas sem prévia notificação à EPS

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução de obras de ampliação ou remanejamento das redes em ocasiões anteriores às previstas no instrumento do CONTRATO correrão por conta do interessado, conforme a regra prevista no art. 20 deste regulamento.

Parágrafo Único. Os remanejamentos ou ampliações mencionados nesse artigo serão imediatamente incorporados aos sistemas públicos, independentemente de cessão.

Art. 9º. Os órgãos da Administração Direta ou Indireta da União, Estado ou Município custearão as despesas referentes à remoção, remanejamento ou modificação de tubulações ou outras instalações dos sistemas de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário decorrentes de obras que executarem ou que forem executadas por terceiros com sua autorização.

§ 1º. No caso de obras solicitadas por particulares, as despesas indicadas neste artigo, serão custeadas pelos interessados.

§ 2º. Os danos causados às canalizações das redes públicas de água, inclusive aos ramais ou coletores prediais, serão reparados pela EPS, ás expensas dos responsáveis por eles, o qual ficará sujeito ainda às penalidades previstas neste Regulamento, sem prejuízo das sanções legais a que estiver sujeito.

§ 3º. As obras de ampliação ou extensão das redes públicas de água, serão custeadas pelos usuários que as solicitarem ou pelos interessados por sua execução, quando não houver viabilidade para a sua execução.

§ 4º. A critério da EPS**,** os custos das obras de que trata este artigo, poderão correr parcial ou totalmente às suas expensas, desde que exista viabilidade econômica - financeira e/ou razões de interesse social.

§ 5º. Os prolongamentos de rede custeados ou não pela EPS, farão parte do seu patrimônio e estarão afetados pela prestação de serviços públicos.

§ 6º. Nos prolongamentos de rede solicitados por terceiros, a EPS não se responsabilizará pela liberação de áreas de servidão para implantação das mesmas.

Art. 10. Os hidrantes da rede distribuidora somente poderão ser operados pelo EPS para manutenção da rede ou dos próprios hidrantes ou pelo Corpo de Bombeiros para combate a incêndio.

Parágrafo Único. A utilização dos hidrantes pelo Corpo de Bombeiros deverá seguir as informações ofertadas pela EPS.

Art. 11. O DAE estabelecerá as normas e padrões aplicáveis a toda e qualquer instalação dos referidos sistemas.

Parágrafo Único. As normas mencionadas nesse artigo deverão ser obedecidas na execução das instalações por entidades públicas ou privadas.

CAPÍTULO III
LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 12. É obrigatória a ligação das redes de água e de esgoto de todas as edificações localizadas na ÁREA DE CONCESSÃO já atendida pelas referidas redes.

§ 1°. As ligações em locais em que as redes ainda não estejam instaladas ficarão condicionados a pedido e a custeio da solicitante pelas despesas decorrentes dos prolongamentos a serem feitos nas redes excedentes a 15 (quinze) metros por ligação a ser beneficiada.

§ 2°. A EPS é responsável pelos custos de prolongamento dos primeiros 15 (quinze) metros de ligação de água e esgoto, no caso de inexistência de rede e de alteração em seu programa de expansão.

§ 3°. Caso o solicitante não aceite arcar com as despesas nos termos do § 1°, deverá aguardar a execução das redes pelo EPS dentro de seu programa de expansão.

Art. 13. As ligações de água são parte integrante do sistema de distribuição de água, constituindo patrimônio público do MUNICÍPIO.

§ 1º. As ligações de água têm início na tubulação distribuidora e se encerram imediatamente após o cavalete, na instalação predial de água, designada pelo regulamento como “ponto de entrega de água”.

§ 2º. A instalação predial de água é de responsabilidade exclusiva do USUÁRIO, assim como a instalação prévia de abrigo do cavalete de ligação de água, de acordo com projeto que lhe será fornecido, sem ônus, pelo EPS.

Art. 14. As ligações de esgoto são parte integrante do sistema de coleta de esgoto, constituindo assim patrimônio público do MUNICÍPIO.

§ 1º. As ligações de esgoto têm início na tubulação coletora, terminando na caixa de inspeção situada imediatamente após a divisa do imóvel, sendo essa parte integrante da instalação predial de esgoto, designada pelo regulamento como “ponto de recebimento de esgoto”.

§ 2º. A caixa de inspeção é de responsabilidade exclusiva do USUÁRIO.

Art. 15. As ligações de água e esgoto serão executadas exclusivamente pelo EPS, a pedido ou não do USUÁRIO, satisfeitas as exigências estabelecidas neste regulamento e nas normas e instruções técnicas da referida entidade.

§ 1º. Consiste em ligação direta das instalações prediais às respectivas redes, que será feita em área pública, exceto no caso previsto no inciso III, do art. 20 deste regulamento.

§ 2°. O USUÁRIO deverá requerer individualmente as ligações de água e, apresentar os seguintes documentos, no caso de solicitar a ligação:
I - carnê de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, referente ao exercício financeiro corrente;
II - escritura de propriedade em seu nome ou contrato particular de compra e venda do imóvel com todas as firmas reconhecidas, sendo que o alienante deverá ser o proprietário anterior;
III - documentos pessoais do requisitante.

§ 3º. O USUÁRIO solicitante, no ato do pedido de ligação, recolherá, através de guia específica, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do total da ligação, a título de vistoria de obra.

§ 4º. Os valores descritos no § 3º desse artigo serão abatidos diretamente da “conta de água e esgoto” após a execução total da ligação.

§ 5º. As instalações que não estiverem dentro dos padrões exigidos pelo EPS serão notificadas pela fiscalização, que emitirá Guia de Resultado de Vistoria com a irregularidade observada, assinalando prazo para a referida regularização por parte do solicitante.

§ 6º. Os valores recolhidos serão integralmente devolvidos ao USUÁRIO solicitante nos casos em que a ligações de água ou esgoto não forem efetivadas por problemas técnicos de responsabilidade do EPS.

§ 7°. Nos casos em que as instalações estiverem fora do padrão e o solicitante não efetuar os reparos no prazo estabelecidos pela fiscalização, a Ordem de Serviço será encerrada sem execução, não cabendo restituição do valor recolhido.

§ 8°. A regularização efetuada após o prazo estabelecido pela fiscalização ensejará novo pedido de ligação e, conseqüentemente, novo pagamento nos termos do § 3° deste artigo.

§ 9°. A execução das ligações de água e de esgoto será feita gratuitamente pelo EPS, sempre que a execução dessa ligação for efetivada no prolongamento da rede e até o final da implantação total da obra.

§ 10. No caso de solicitação efetivada após a execução do prolongamento das redes, o USUÁRIO interessado deverá arcar com os custos de implantação desse serviço.

§ 11. É vedada a execução de ligações anteriormente ao início da construção de imóvel no terreno.

§ 12. O abastecimento de água predial deverá ser feito sempre que possível, por um só ramal, derivado do distribuidor existente na testada do imóvel, o qual será dimensionado pela EPS de modo a assegurar o suprimento satisfatório deste.

§ 13. Em casos especiais, a critério da EPS, o ramal predial poderá ser derivado do distribuidor de logradouro que não o de testada, ou mesmo de outro ramal predial.

§ 14. As unidades prediais componentes de um mesmo edifício poderão ser abastecidas por ramais independentes a critério da EPS.

§ 15. O ramal predial será instalado e ligado às respectivas redes públicas pela EPS e tornar-se-ão propriedade da CONCEDENTE, cabendo, porém ao EPS a sua manutenção.

§ 16. O reparo de dano causado por terceiros em ramal predial, será feito às expensas de quem lhe deu causa.

§ 17. A substituição ou modificação de ramal predial requerida pelo usuário, serão executadas às suas expensas.

§ 18. É vedado ao usuário qualquer intervenção nos ramais prediais de água e esgoto, ainda que a intervenção tenha por fim desobstruí-los, reparar qualquer defeito ou melhorar as condições de abastecimento ou despejo.
§ 19. Os danos causados aos ramais pela intervenção indébita a que se refere este artigo, serão reparados pela EPS, por conta do usuário, sem prejuízo da penalidade que no caso couber.

§ 20. Os diâmetros dos ramais prediais serão determinados pela EPS, em função das demandas estimadas e das condições técnicas.

§ 21. Os diâmetros mínimos dos ramais prediais de água, será de 20mm (1/2")

§ 22. As fontes próprias de abastecimento dos prédios que possuem ligação predial de esgoto, devem possuir medição de água, cuja apuração de consumo servirá para fins de faturamento e cobrança do volume de esgoto.

§ 23. A ligação de água entende-se como destinada apenas à própria serventia do usuário, a quem cabe evitar desperdícios, poluição ou fornecimento de água a terceiros, mesmo a título gratuito, salvo em caso de incêndio ou de calamidade pública.

§ 24. É vedada ao usuário, a derivação instalações prediais de água de sua serventia para serviços de outros prédios, mesmo os de sua propriedade, sob as penas previstas neste Regulamento, salvo casos expressamente autorizados pelo EPS.

§ 25. As ligações de água para uso doméstico e higiênicos tem prioridade sobre as destinadas a outros usos, cuja Concessão ficará

condicionada à capacidade dos respectivos sistemas e às possibilidades de sua ampliação.

§ 26. As ligações prediais poderão ser suprimidas nos seguintes casos:

I – Interdição judicial ou administrativa;
II – Desapropriação de imóvel para abertura de via pública;
III – Incêndio ou demolição definitiva;
IV – Fusão de ligações.

Art. 16. Somadas as exigências adicionais previstas no art. 19 deste regulamento, as ligações somente serão efetuadas mediante identificação do endereço do imóvel.

§ 1º. As ligações designadas como "temporárias", destinas as atividades passageiras, tais como circos, parques de diversões e feiras de amostras, sempre que realizadas em instalações não permanentes, excetuam-se do disposto neste artigo.

§ 2º. No caso das ligações "temporárias" exigir-se-á do interessado a apresentação de alvará expedido pelo MUNICÍPIO e o recolhimento antecipado dos custos da ligação e de sua posterior remoção e do valor correspondente ao consumo estimado.

§ 3º. O consumo das ligações temporárias será acompanhado e, no caso de se constatar excesso em relação ao valor de consumo estimado, será extraída nova medida e respectiva cobrança, ficando o USUÁRIO responsável pelo recolhimento do valor correspondente ao consumo efetivo.

§ 4º. O pedido de ligação temporária deverá ser solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 5º. Para efeito de aplicação de tarifas, o USUÁRIO de ligação temporária é enquadrado na categoria comercial.

§ 6º. As ligações provisórias terão duração mínima de 01 (um) mês e máxima de 06 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado por períodos dentro dos limites citados, a requerimento dos interessados.

Art. 17. As ligações serão cadastradas em nome do proprietário do imóvel.

§1º O proprietário do imóvel, caso não coincida com o USUÁRIO, poderá autorizar o cadastro da ligação em nome o efetivo USUÁRIO, remanescendo, contudo, ao proprietário do imóvel a responsabilidade por qualquer débito oriundo dessa ligação.

§ 2º. As ligações temporárias serão, sempre, cadastradas em nome do solicitante.

§ 3º. As ligações de água residenciais, solicitadas por interessados que habitam em áreas públicas, somente serão efetivadas após autorização expressa da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, ressalvadas as normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 18. Haverá apenas uma única ligação de água e uma única ligação de esgoto para cada imóvel, salvo nas seguintes situações:

I - economias não-residenciais localizadas no piso térreo de edifícios e com saída para o logradouro público onde se localizarem as redes, que deverão ter, cada uma, sua própria ligação de água e de esgoto;
II - imóveis localizados em terrenos com frente para mais de uma via pública, que poderão ter mais de uma ligação de água ou de esgoto, a critério do EPS, conforme for o caso;
III - situações em que, por solicitação do interessado, e desde que seja tecnicamente viável para o EPS, serão atendidas num mesmo imóvel, mais de uma ligação na modalidade de cavalete múltiplo, observado o limite máximo de 04 (quatro);
IV - situações em que, a critério do EPS, seja tecnicamente indicado que uma única ligação atenda a mais de um imóvel.

§ 1º. A ligação em cavalete múltiplo somente poderá ser solicitada pelo proprietário do imóvel que receberá as ligações.

§ 2º. A solicitação de ligação de cavalete múltiplo obedecerá ao previsto no art. 15, § 1° deste regulamento.

§ 3º. A instalação de cavalete múltiplo de que trata o inciso III deste artigo somente é permitida em imóveis residenciais.

§ 4º. As ligações para mais de uma residência num mesmo local, que não se enquadrarem nas normas para cavalete múltiplo, serão atendidas após elaboração de projeto do EPS, realização de vistoria e constatação de condições técnicas e legais, em modalidade a ser proposta.

Art. 19. O lançamento de esgoto nas redes será sempre feito por gravidade.

Parágrafo Único. Em havendo necessidade de recalque, este será descarregado pela EPS na caixa de inspeção mencionada no art. 16, deste regulamento.

Art. 20. A execução de ligação de esgoto de edificações cuja soleira esteja em cota inferior à da via pública obedecerá as seguintes condições:

I - a ligação será efetuada da forma convencional caso a cota de saída da ligação esteja suficientemente acima da geratriz superior da tubulação coletora;
II - caso a cota de saída da ligação esteja abaixo da geratriz superior da tubulação coletora ou mesmo acima, mas não o suficiente para proporcionar a declividade necessária ao bom escoamento dos despejos, o usuário deverá executar, às suas expensas, uma instalação de bombeamento destinada a elevar os despejos até a caixa de passagem e a ligação entre esta e a tubulação coletora será efetuada da forma convencional;
III – alternativamente ao previsto no inciso anterior, a ligação de esgoto poderá ser feita através de terreno lindeiro, em faixa de servidão estabelecida entre os proprietários dos imóveis envolvidos.

Art. 21. A execução da ligação de esgoto para coleta de despejos de características diferentes dos domésticos será condicionada à execução de instalação de tratamento que enquadre as características de tais despejos nos parâmetros estabelecidos na legislação aplicável.

Parágrafo único. As instalações de tratamento previstas neste artigo serão de propriedade e responsabilidade integral do respectivo USUÁRIO.

Art. 22. Os despejos de garagens, oficinas, postos de serviço e de abastecimento de veículos e de outras instalações nas quais seja feita lavagem ou lubrificação, deverão obrigatoriamente dispor de instalação retentora de areia e graxa, aprovada previamente pela EPS.

Art. 23. O dimensionamento das ligações prediais de água e esgoto é de responsabilidade da EPS, respectivamente, em função das vazões prováveis e das demais condições técnicas.

§ 1º. As ligações de água e esgoto somente poderão ser modificadas, no todo ou em parte, em função das características reais do consumo e a critério da EPS, após sua a iniciativa ou a pedido do proprietário ou do USUÁRIO do imóvel.

§ 2º. Quando solicitada pelo USUÁRIO, a modificação, total ou parcial, das ligações de água e esgoto, será por ele custeada e submetida à avaliação prévia de técnicos da EPS.

Art. 24. É de responsabilidade da EPS a execução ou modificação das ligações prediais, além do fornecimento de todos os materiais componentes das mesmas, de acordo com seus padrões construtivos.

Art. 25. Qualquer interessado poderá solicitar gratuitamente à EPS informações a respeito da existência de redes ou de previsão de execução das mesmas.
Parágrafo único. Caso a informação não possa ser prestada de imediato para o USUÁRIO, esta deverá ser encaminhada por escrito em até 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO IV
INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 26. As instalações prediais de água e esgoto deverão ser executadas em conformidade com o presente regulamento e com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 27. A execução e a conservação das instalações prediais de água e esgoto serão efetuadas pelo USUÁRIO, às suas expensas, podendo o EPS e o DAE vistoriá-las, a fim de verificar sua adequação ao disposto no presente regulamento.

Art. 28. Constitui obrigação de o USUÁRIO reparar, em sua instalação predial de água, todos os defeitos que ocasionem perdas ou vazamentos.

Art. 29. É proibido ao USUÁRIO:

I - conectar as instalações prediais de água em tubulações que não sejam de propriedade do EPS;
II - executar derivação em canalizações da instalação predial de água para abastecimento de outro imóvel, mesmo de sua propriedade;
III - executar conexão em tubulações da instalação predial de esgoto para esgotar outro imóvel;
IV - usar nas instalações prediais de água quaisquer dispositivos que possam prejudicar o sistema de abastecimento de água;
V - lançar águas pluviais na instalação predial de esgoto ou na rede coletora de esgoto;
VI - usar dispositivos no medidor de água que, de qualquer forma, possam comprometer a precisão na medição do consumo;
VII - violar o selo do medidor de água bem como o lacre de instalação colocado no cavalete;
VIII - lançar esgoto na instalação predial de águas pluviais ou na rede coletora de águas pluviais;
IX - descarregar, em aparelhos sanitários ou em caixa de inspeção da instalação predial de esgoto, substâncias sólidas ou líquidas estranhas ao serviço de esgotamento sanitário, tais como lixo, resíduos de cozinha, papéis diferentes do higiênico, águas quentes de caldeiras, panos, estopas, folhas, ácidos e substâncias explosivas, inflamáveis ou que desprendam gases;
X - instalar dispositivo no ramal predial ou na instalação predial que provoque sucção na rede distribuidora.

Art. 30. As edificações deverão ser providas de reservatório domiciliar de água, situado acima da laje do último pavimento, com volume mínimo igual ao consumo médio diário.

§ 1º. Além do reservatório previsto neste artigo, as edificações com mais de 2 (dois) pavimentos deverão ser providas de reservatório inferior, de capacidade pelo menos igual a do superior, sendo o abastecimento do reservatório superior feito por instalação de bombeamento de propriedade e responsabilidade do USUÁRIO.

§ 2º. O reservatório inferior previsto no parágrafo anterior poderá ser dispensado pela EPS sempre que, a seu exclusivo juízo, fique identificada condições técnicas para o abastecimento direto ao reservatório superior.

§ 3º. Os reservatórios de que trata este artigo serão projetados e construídos de modo a garantir os seguintes requisitos de ordem técnica e sanitária:

I - perfeita estanqueidade;
II - construção ou revestimento com materiais que não comprometam a qualidade da água;
III - superfície interna lisa, resistente e impermeável;
IV - possibilidade de esgotamento total;
V - proteção contra inundações, infiltrações e penetração de corpos estranhos;
VI - cobertura adequada;
VII - válvula de flutuador que vede a entrada de água quando cheio;
VIII - extravasor com diâmetro superior ao da tubulação de alimentação, desaguando em ponto perfeitamente visível;
§4º. Os reservatórios enterrados deverão possuir abertura de inspeção com bordas salientes com altura de pelo menos 15 (quinze) centímetros acima do solo.

§ 5°. É proibida a passagem de tubulações de esgoto sanitário ou pluvial pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios, bem como a existência de depósitos ou incineradores de lixo sobre os reservatórios ou a menos de 1m (um metro) destes.

Art. 31. É obrigatória a de caixa de gordura com sifão na instalação predial de esgoto, caso essa receba águas servidas com resíduos gordurosos provenientes de pias de cozinha e similares.

Parágrafo Único. É de responsabilidade do USUÁRIO a limpeza periódica da caixa de gordura com sifão.

Art. 32. Exigir-se-á a apresentação de projetos das instalações hidráulico-sanitárias como documento integrante do pedido de ligação feito por indústrias, postos de serviço com instalações de lavagem de veículos, instalações comerciais de grande porte, tais como “shopping centers”, clubes recreativos com piscinas.

Parágrafo Único. Poderá a EPS proceder à vistoria da execução das referidas instalações objeto do projeto de instalações hidráulico-sanitárias.

Art. 33. A responsabilidade da EPS pela prestação de serviço adequado cessa no ponto de entrega da água e no de recebimento do esgoto, tal como definido nos artigos 22 e 23 deste regulamento.

Art. 34. É de responsabilidade do USUÁRIO qualquer anormalidade que ocorra nas instalações prediais após os pontos de entrega de água e no de recebimento de esgoto.

Parágrafo Único. Caberá à EPS orientar e esclarecer o USUÁRIO quanto aos procedimentos necessários para a correção de problemas nas instalações prediais.

Art. 35. O USUÁRIO que adquirir água potável de carro-pipa ou possuir fonte própria de abastecimento de água deverá manter as instalações hidráulicas prediais e reservatórios independentes, pois é vedada qualquer interligação com o sistema público.

CAPÍTULO V
LOTEAMENTOS

Art. 36. Todo projeto de loteamento, esteja ou não prevista a construção imediata de edificações, deverá ser submetido por seu empreendedor à EPS e o DAE, o qual, a seu exclusivo critério, manifestará:

I - se as redes do loteamento poderão ser imediatamente conectadas as redes existentes;
II - se o loteamento deverá ter sistemas independentes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a serem futuramente integrados aos sistemas existentes de água e esgoto;
III - se o loteamento deverá ter sistemas independentes que não serão futuramente incorporados aos sistemas existentes.

§ 1°. A manifestação será feita formalmente através da expedição, pela EPS, de declaração sobre a viabilidade de interligação do sistema de água e esgoto do loteamento aos sistemas públicos de distribuição de água e esgotamento sanitário.

§ 2°. Caso a interligação seja viável, serão fornecidos os pontos e as condições para sua execução.

§ 3º. Em qualquer caso a EPS deverá fornecer as diretrizes para a elaboração do projeto.

Art. 37. Os projetos das redes, em acordo com as hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo anterior e, conforme o caso, as relativas às demais instalações necessárias, poderão ser elaborados pelo empreendedor e submetidos, juntamente com a respectiva estimativa de custo, a prévia aprovação da EPS.

§ 1º. Os referidos projetos deverão obedecer às regras da ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas e às exigências adicionais feitas pela EPS.

§ 2º. Os projetos de água e esgoto do loteamento poderão ser elaborados pelo EPS, mediante pagamento.

§ 3º. Os valores devidos a título de remuneração pela elaboração de projeto pela EPS, nos termos do parágrafo antecedente, constarão da tabela de preços de serviços públicos.

Art. 38. Nas mesmas hipóteses descritas no art. 36 deste regulamento, a construção das redes e instalações será também realizada pelo empreendedor.

§ 1º. Caberá ao empreendedor, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data de início da construção, comunicar a realização de tais obras e instalações, a fim de que sejam fiscalizadas pelas entidades responsáveis.

§ 2º. O início da construção estará condicionado à apresentação prévia do certificado do DAE aprovando o loteamento e, eventualmente, das licenças ambientais junto à Secretaria do Meio Ambiente, Departamento Estadual de
Proteção de Recursos Naturais - DEPRN, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB e outros órgãos de controle caso elas tenham sido exigidas por alguma entidade durante o processo de aprovação do loteamento.

§ 3º. Concomitantemente à construção, deverá ser elaborado o cadastro das obras e instalações, de acordo com as normas da ER.

§ 4º. Os materiais hidráulicos a serem utilizados na implantação dos sistemas de água e esgoto dos loteamentos deverão atender às especificações técnicas estipuladas pela ER.

§ 5°. Todo o material hidráulico será inspecionado pela EPS antes da sua aplicação, cabendo ao empreendedor comunicar o local onde os materiais poderão ser inspecionados.

§ 6°. A EPS, após receber a comunicação do loteador, terá o prazo de 10 (dez) dias para inspecionar o material adquirido.

§ 7º. O empreendedor poderá solicitar que a EPS se incumba da construção referida no caput deste artigo, mediante pagamento.

§ 8º. Os valores devidos a título de remuneração pela elaboração de projeto pela EPS, nos termos do parágrafo antecedente, constarão da tabela de preços de serviços públicos.

Art. 39. A EPS poderá, a seu exclusivo critério, exigir controle tecnológico das obras do loteamento para garantir a qualidade de, entre outros, os seguintes itens:

I - concreto;
II - solos;
III - resistência de materiais;
IV – impermeabilização;
V – estanqueidade.

Parágrafo único. O loteador ficará obrigado a contratar laboratório de controle tecnológico de ilibada reputação.

Art. 40. Nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, do art. 36 deste regulamento, o empreendedor deverá, tão logo concluída a construção, requisitar e obter junto a EPS, o termo de início de operação e manutenção da infra-estrutura.

§ 1º. O pedido acima descrito deverá ser acompanhado dos respectivos cadastros, elaborados conforme disposto no §1° do art. 38 deste regulamento e, quando for o caso, de eventuais documentos de complementação do licenciamento ambiental.

§ 2°. A EPS deverá emitir o termo de início de operação e manutenção da infraestrutura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da solicitação.

§ 3°. Em caso de negativa da emissão do termo de início de operação e manutenção da infra-estrutura, o requisitante deverá ser informado dentro do prazo previsto no §1° deste artigo, através de documento escrito, os motivos da negativa e as providências a serem tomadas para emissão do respectivo termo.

Art. 41. Na hipótese prevista no inciso I, do art. 12, caberá a EPS executar as interligações das redes do empreendimento às redes dos sistemas públicos existentes, cabendo ao empreendedor requisitá-las.

§ 1°. A EPS deverá executar tais interligações dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da requisição do empreendedor.

§ 2°. Em caso de serem encontrados problemas para a interligação, o requisitante deverá ser informado dentro do prazo previsto no §1° deste artigo, através de documento escrito, com os motivos e as providências a serem tomadas.

Art. 42. Na hipótese prevista no inciso II do art. 12, a ER decidirá se a operação e manutenção dos sistemas independentes ficarão a cargo da EPS ou do empreendedor.

Art. 43. Em todas as hipóteses previstas nos incisos do art. 12, os sistemas passarão, tão logo concluída sua construção, a integrar o domínio público do MUNICÍPIO.

CAPÍTULO VI
MEDIÇÃO E ESTIMATIVA DOS VOLUMES

Art. 44. Todas as ligações prediais de água serão providas de medidor, dimensionado pela EPS de acordo com as características previstas para o consumo da ligação.

§ 1º. A água fornecida pela EPS deverá, sempre que possível, ser medida por hidrômetro e a conta será sempre, referente ao consumo pela diferença entre as duas últimas leituras.

§ 2º. O período de consumo poderá variar, a cada mês em função da ocorrência de feriado, final de semana e de acordo com o calendário de faturamento da EPS.

§ 3º. A duração dos períodos de consumo é fixada de maneira que seja mantido o número de doze contas por ano.

§ 4º. A EPS poderá fazer projeção de leitura real pro-rata-dia para fixação da leitura faturada, em função de ajustes ou otimização do ciclo de faturamento.

Artigo 45– Na ausência de medidor, o consumo será estimado, em função do consumo médio presumido, para cada categoria de utilização.

§ 1º. Verificando-se uma elevação exagerada de consumo em relação à média, a EPS notificará o usuário da irregularidade do consumo, devendo então, o usuário providenciar as devidas verificações e, se for o caso, o imediato reparo de suas instalações.

§ 2º. Na ocorrência deste fato, a critério da EPS, o volume faturado será calculado pelo consumo médio até o limite de 02 (duas) contas consecutivas.

§ 3º. A elevação do volume medido decorrente da existência de vazamento visível na instalação predial, é de inteira responsabilidade do usuário.

Art. 46. O consumo a ser cobrado das ligações desprovidas de medidor será o consumo mínimo estipulado para a categoria da respectiva ligação, conforme estabelecido no art. 56 deste regulamento.

Art. 47. O USUÁRIO deverá assegurar o livre acesso ao medidor aos agentes comerciais credenciados pela EPS.

Art. 48. Caso o acesso ao medidor seja impedido, o cálculo para emissão da fatura de fornecimento será a média de consumo com base nos 6 (seis) últimos meses dimensionados, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Art. 49. Somente a EPS poderá instalar, substituir ou remover o medidor de água, bem como fazer modificações ou substituições no respectivo cavalete.

Art. 50. Sempre que o consumo apurado no momento da leitura em campo apresentar divergência ou discrepância comparativamente à média verificada nos meses anteriores, a fatura será retida pelo agente comercial e, se for o caso, encaminhada ao setor de faturamento para análise e revisão de valores.

Art. 51. O USUÁRIO poderá, a qualquer tempo, solicitar hidroteste do medidor instalado em sua ligação.

§ 1º. O custo desse serviço será cobrado, de acordo com a tabela de serviços públicos vigente, caso o resultado do teste detectar normalidade da apuração.

§ 2º. Sempre que o hidroteste apresentar resultados superiores a 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, as contas já emitidas poderão ser alvo de revisão, baseados na média dos 6 (seis) últimos meses anteriores à ocorrência.

§ 3º. Caso o aparelho medidor não ofereça condições de realização da aferição, sua substituição será prontamente efetivada, providenciando-se a revisão das contas baseado na média dos 6 (seis) últimos consumos apurados.

§ 4º. Quando não houver histórico de consumo anterior de modo a permitir a revisão da conta contestada, será utilizada média futura, ou seja, baseada na média do consumo apurado após a troca do aparelho medidor.

Art. 52. O serviço de esgotamento sanitário será cobrado com base no volume medido ou estimado do consumo de água, salvo nos casos de existência de medidor de esgoto, de acordo com o art. 52 deste regulamento.

Art. 53. Nos casos específicos abaixo assinalados, a instalação de medidor de esgoto poderá ser solicitada pelo USUÁRIO e feita pela EPS, de acordo com projeto elaborado pela essa e previamente aprovado pelo DAE:

I - quando o USUÁRIO possuir fonte própria de abastecimento de água;

II - quando o USUÁRIO for uma indústria em que, por suas características, o volume de esgoto seja significativamente inferior ao volume consumido de água, seja por incorporação desta ao produto final ou por evaporação.

Art. 54. Existindo medidor de água de fonte própria ou medidor de esgoto, aplica-se o disposto nos artigos 45 e 46 deste regulamento.

CAPÍTULO VII
FATURAMENTO E COBRANÇA DO SERVIÇO

Art. 55. O SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO prestado será remunerado por tarifa aplicada aos volumes determinados conforme disposto no Capítulo VI e de acordo com tabela de preços a serem autorizados pelo CONCEDENTE.

§ 1º. Os valores das tarifas serão definidas em consideração ao aos custos de produção e despesas administrativas da EPS, bem como a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do sistema de Água e Esgoto do Município.

§ 2º. A estrutura tarifária deverá ter composta, de modo que o calculo do valor da tarifa de água do usuário, seja feita pela multiplicação direta do valor do m³ pelo volume faturado, dentro da correspondente faixa de consumo.

§ 3º. São vedadas à EPS a isenção e redução de tarifas, ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 55.

§ 4º. A estrutura tarifária deverá apresentar a distribuição de tarifas por faixa de consumo, com vistas à obtenção de uma tarifa média que possibilite o equilíbrio econômico – financeiro da EPS, em condições eficientes de operação.

§ 5º. As tarifas das faixas iniciais das categorias comercial, industrial e pública, deverão ser iguais ou superiores ao custo médio do metro cúbico de água produzido pela EPS.

Art. 56. Para efeito de faturamento e cobrança, considerar-se-á, para cada ligação, a natureza da categoria e número de economias servidas pela mesma, sendo as economias classificadas em "categorias de uso" de acordo com os seguintes critérios:

I – Residencial:
a) cada casa ou apartamento de uso exclusivamente residencial;
b) cada casa ou apartamento de uso residencial, mas que abrigue pequena atividade comercial ou industrial exercida por pessoa residente.

II – Comercial:
a) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada por pessoa física ou jurídica para exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviços;
b) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel, não importa de que natureza ou finalidade, que não se enquadre nas categorias "residencial", "industrial" ou "pública".

III – Industrial:
a) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada para exercício de atividade classificada como industrial pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, ressalvado o disposto na alínea b, do inciso I, deste artigo.

IV – Pública:
a) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada para exercício de atividade de entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, de direito público;
b) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada por entidade privada sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública.

Parágrafo Único. As Tarifas dos Serviços de Água e Esgoto fornecidos às creches, asilos, associações de excepcionais e orfanatos sem fins lucrativos, bem como a dos fornecidos às fundações hospitalares, poderão ser reduzidas em face de estudos, desde que haja anuência do requerimento por parte da EPS, após Análise de Justificativa.

Art. 57. O volume mínimo a ser considerado para efeito de emissão das contas de água e esgoto será de 10m³ (dez metros cúbicos) por economia por mês, para todas as categorias de uso.

Parágrafo único. As ligações que consumirem num determinado mês um volume inferior ao mínimo não terão compensações nos meses seguintes, nem devoluções relativas a períodos anteriores.

Art. 58. As faturas de cobrança do SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO, denominadas "contas de água e esgoto", serão emitidas mensalmente, uma para cada ligação de água, levando em conta o estipulado nos artigos 58 e 59, no consumo de água da ligação.

§ 1°. As contas discriminarão os valores correspondentes ao SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO e aos tributos que eventualmente vierem a recair sobre o serviço.

§ 2°. Quando a medição deixar de ser efetuada, as contas serão emitidas com base no consumo médio dos últimos 06 (seis) meses.

§ 3°. Quando a conta for emitida com base no consumo médio dos últimos 06 (seis) meses, será feita compensação, para mais ou para menos, na fatura do mês seguinte.

§ 4°. As contas serão entregues no endereço cadastrado, com antecedência não inferior a 07 (sete) dias em relação ao seu vencimento. A falta de recebimento da conta em decorrência de causa ensejada pelo usuário, não o desobriga do seu pagamento e dos decorrentes de eventuais atrasos.

§ 5°. Qualquer mudança de categoria do serviço de água e esgoto ou dos diâmetros dos ramais de derivação ou do coletor deverá ser requerida imediatamente pelo USUÁRIO, sob pena das sanções legais.

§ 6°. A não-comunicação de imediato pelo USUÁRIO da mudança de categoria tarifária, sempre que for para inferior, não implicará devolução de valores já cobrados a qualquer título, em datas anteriores à comunicação da alteração.

§ 7°. A não-comunicação de imediato pelo USUÁRIO da mudança de categoria tarifária para maior, ensejará a revisão compulsória e retroativa das contas já emitidas e eventualmente pagas, em até 12 (doze) meses, sendo que as diferenças apuradas deverão ser pagas à vista pelo USUÁRIO, sob pena de corte de fornecimento e demais sanções legais.

§ 8°. Para emissão de Segunda via da conta mensal, será cobrada a taxa de expediente.

§ 9°. Será devida pelo usuário, além das tarifas de água, a Taxa Fixa, cujos valores dependem da categoria de consumo.

§ 10. As taxas fixas serão cobradas tantas quantas forem às economias existentes no imóvel.

§ 11. A conta mensal apresentada pela EPS, constará de todos os valores devidos pelo usuário no mês em referência (tarifas, taxas, serviços, etc.).

Art. 59. As tarifas do SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO são fixadas periodicamente por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 60. Quando a ligação servir a várias economias da mesma categoria de uso, o volume mínimo a ser considerado será o somatório dos volumes mínimos daquelas economias e o valor da tarifa será o da referida categoria.

Art. 61. Quando a ligação servir a várias economias de diferentes categorias de uso, o volume mínimo a ser considerado será o somatório dos valores mínimos daquelas economias e o valor da conta será calculado considerando-se os volumes e as tarifas de cada uma das categorias.

Art. 62. A EPS poderá firmar contratos de prestação do serviço com USUÁRIOS em condições especiais.

Art. 63. Os USUÁRIOS que não fizerem o pagamento das contas de água e esgoto até a data estipulada para seu vencimento estão sujeitos ao pagamento desta acrescido de multa e juros de mora, como segue:

I - Multa de 2% (dois por cento);
II - Juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Art. 64. independentemente da aplicação da multa prevista no artigo anterior, a EPS interromperá o fornecimento de água, nos seguintes casos:

a) Impontualidade no pagamento da conta;
b) Interdição judicial ou administrativa;
c) Instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou ramal predial;
d) Fornecimento de água a terceiros;
e) Desperdício de água;
f) Ligação clandestina ou abusiva;
g) Mediante requerimento do usuário;
h) Má utilização das instalações prediais de água, que causem danos à rede pública e saúde pública;
i) Impedimento de livre acesso do servidor da EPS ao local do hidrômetro;
j) Interconexões perigosas de redes suscetíveis de contaminarem as redes de distribuição e causar danos à saúde de terceiros.

§ 1º. A interrupção será efetuada decorridos os seguintes prazos:

a) 30 (trinta) dias após o vencimento da conta, independente de notificação, no caso previsto na alínea "a" do artigo anterior;
b) 05 (cinco) dias úteis após a data da notificação, nos casos previstos nas alíneas "i" do artigo anterior;
c) 02 (dois) dias úteis após a data da notificação, nos casos previstos nas alíneas "c" a "g" do artigo anterior;
d) Nos demais casos previstos o artigo anterior, a interrupção será imediata, independentemente de notificação, após sua constatação.

§ 2º. Cessados os motivos que determinaram a interrupção, ou se for o caso, satisfeitas as exigências estipuladas para a ligação, esta será restabelecida, num prazo máximo de 03 dias úteis.

§ 3º. O restabelecimento da ligação implicará na cobrança das taxas de religação, cujos valores estão estipulados na tabela IV em anexo.

§ 4º. Caso não exista registro de débito anterior, o USUÁRIO deverá ser notificado por escrito da existência do débito e estipular-se-á uma data limite para regularização da situação antes de ser efetivada a suspensão do fornecimento.

§ 5º. A ligação cujo fornecimento foi suspenso e cujos débitos não foram regularizados no prazo de 30 (trinta) dias estará sujeita a supressão, e seus débitos serão objeto de cobrança judicial, sem prejuízo de inscrição dos devedores nos cadastros de serviços de proteção ao crédito.

§ 6°. Quando a ligação for suprimida por falta de pagamento, o restabelecimento somente ocorrerá após a quitação do débito em aberto devidamente corrigido monetariamente, acrescido de custas judiciais e honorários advocatícios e, quando for o caso, mediante pedido e pagamento de nova ligação nos termos deste regulamento e das normas vigentes.

Art. 65. A EPS poderá parcelar, em até 10 (dez) prestações mensais e iguais, os débitos corrigidas pelo IPC/FIPE de um mesmo USUÁRIO.

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, o pedido de parcelamento deverá ser efetuado pelo proprietário, mediante comprovação de propriedade do imóvel, ou pelo USUÁRIO quando esse for o titular das contas, ambos munidos de documentos pessoais originais.

Art. 66. O fornecimento suspenso por falta de pagamento deverá ser restabelecido dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o USUÁRIO efetuar o pagamento ou acordar seu parcelamento.

Art. 67. Nenhum USUÁRIO, independentemente da categoria de uso ou de qualquer outro critério, estará isento do pagamento das contas mensais de água e esgoto, salvo disposição legal diversa.

Art. 68. Ao USUÁRIO que utilize apenas o serviço de esgotamento sanitário será cobrada tarifa referente a este serviço, com base no sistema tarifário, observada a respectiva categoria de consumo cadastrada, se apurado o volume através do hidrômetro instalado na fonte alternativa de abastecimento de água.

Art. 69. Para a coleta de esgoto não-doméstico, o valor da conta mensal será obtido com base no volume determinado conforme disposto nesse regulamento e considerando-se, além do preço unitário correspondente as várias faixas de consumo, um fator F calculado pela seguinte expressão:

F = (DBO/300) x (DQO/600) x (SS/300) na qual:

- DBO é a concentração média (medida em miligramas por litro) no efluente, da demanda bioquímica de oxigênio em 05 (cinco) dias e a 20ºC (vinte graus Celsius), adotando-se o valor de 300 mg/l (trezentos miligramas por litro) se a concentração média for inferior a tal valor;
- DQO é a concentração média (medida em miligramas por litro) no efluente, da demanda química de oxigênio, adotando-se o valor de 600 mg/l (seiscentos miligramas por litro) se a concentração média for inferior a tal valor;
- SS é a concentração média (medida em miligramas por litro) no efluente, de sólidos em suspensão, adotando-se o valor de 300 mg/l (trezentos miligramas por litro) caso a concentração média for inferior a tal valor.

Art. 70. A EPS poderá, para efeito de cobrança do serviço de coleta de esgoto não doméstico, preparar tabelas com valores médios do coeficiente F aplicáveis a diferentes tipos de indústrias, devendo tal tabela ser submetida à prévia aprovação do DAE.

Art. 71. O disposto nos artigos 68 e 69 somente se aplica no caso de esgoto coletado e encaminhado a uma estação de tratamento de esgoto da EPS.

Art. 72. Além da cobrança das tarifas do SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO, a EPS poderá cobrar por outros tipos de serviços prestados, desde que relacionados com suas atividades, e obedecendo aos valores baixados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 73. Para as categorias residencial e comercial, no caso de vazamento interno cujo consumo ultrapassar em 100% (cem por cento) a média dos últimos 06 (seis) períodos medidos, as contas poderão ser objeto de revisão, em até 02 (duas) contas seqüenciais, revisão essa baseada também na média de consumos dos últimos 06 (seis) meses anteriores ao vazamento, desde que o USUÁRIO assuma o compromisso de repará-lo.

Parágrafo único. O compromisso de que trata este artigo deverá ser feito por escrito e assinado pelo USUÁRIO, contendo todos os dados de identificação deste e do imóvel, bem como deverá ser fixado prazo para o reparo, que não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 74. Para gozar do benefício disposto no art. 72, o USUÁRIO deverá comunicar à EPS imediatamente após a constatação do vazamento, que enviará um técnico para a devida comprovação das instalações avariadas.

Art. 75. Caso o reparo não seja efetuado dentro do prazo firmado no compromisso assinado, os eventuais abatimentos concedidos deverão ser novamente debitados do USUÁRIO nas próximas 02 (duas) contas seqüenciais, sendo que este não fará jus a novo abatimento em razão deste vazamento.

Parágrafo único. A ocorrência da situação prevista neste artigo não desonera o USUÁRIO de efetuar o reparo no vazamento, sujeitando-o às demais cominações legais.

Art. 76. O serviço de água poderá ser suspenso a pedido do USUÁRIO e dentro do ano civil, por até 90 (noventa) dias, sendo que neste período estará suspensa a cobrança da tarifa mínima.
Parágrafo Único. Após o transcurso do prazo acima assinalado, o serviço de água deverá ser restabelecido e a cobrança da tarifa normalizada.

Art. 77. O serviço de abastecimento de água deverá ser cancelado, mediante pagamento do USUÁRIO, com fechamento da rede, retirada de cavalete e hidrômetro, nos casos de solicitações de suspensão de fornecimento com prazos superiores a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. O restabelecimento do serviço de água, após o transcorrido o prazo da solicitação, dar-se-á somente através de novo pedido de ligação, dentro do procedimento previsto neste regulamento.

CAPÍTULO VIII
INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO

Art. 78. Cabe à EPS efetuar o abastecimento de água de forma contínua e permanente, salvo as interrupções para manutenção.

§ 1º. As interrupções para manutenção deverão ser amplamente divulgadas pela EPS, com indicação das zonas afetadas e dos prazos prováveis necessários para a normalização dos serviços.

§ 2º. As interrupções programadas para manutenção preventiva deverão ser informadas aos usuários com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 79. A EPS poderá interromper o serviço de abastecimento de água por ocorrência de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Único. Caberá ao DAE julgar a ocorrência dos casos assinalados e apurar a responsabilidade da EPS.

Art. 80. A EPS poderá estabelecer planos de racionamento para reduzir ao mínimo o abastecimento de água nos casos de eventos anormais que ensejem declaração de situação de emergência ou de calamidade pública ou nos casos de anormalidade do abastecimento por motivo de força maior, visando reduzir o impacto sobre os USUÁRIOS.

§ 1°. Nos casos dos planos de racionamento previstos neste artigo, a EPS deverá contemplar, prioritariamente, estabelecimentos tais como hospitais, postos de saúde, escolas, asilos, orfanatos, creches, delegacias, presídios, instituições destinadas a menores infratores e similares.

§ 2°. A EPS poderá impor em conjunto com o plano de racionamento, normas de restrição ao consumo de água, incluindo a imposição de penalidades aos infratores de tais normas.

§3 º. As penalidades descritas no parágrafo anterior, além das demais previstas na legislação e nas normas de regulação, poderão incluir a interrupção do fornecimento de água.

CAPÍTULO IX
DEVERES E OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO

Art. 81. Cumpre ao usuário:

a) Manter as instalações em boas condições de funcionamento, evitando desperdício de água;
b) Comunicar a EPS qualquer anormalidade no ramal, no hidrômetro ou na rede de distribuição de água;
c) Zelar pelo hidrômetro;
d) Zelar pela potabilidade da água na instalação predial, principalmente nos reservatórios, os quais deverão ser dotados de válvulas de bóia e de tampa, e serem lavadas e desinfetados a cada 06 (seis) meses.
e) Não permitir:
I – ligação não autorizada pela EPS para abastecimento de outro imóvel (ligação abusiva).
II – qualquer intervenção no ramal, no hidrômetro, por pessoa não autorizada pela EPS;
f) Não dificultar, às pessoas autorizadas pela EPS, o livre acesso às ligações prediais;
g) Comunicar ao EPS sobre desperdícios de outros quando de situações calamitosas ou racionamento, assegurado o sigilo.
CAPÍTULO XVI

DAS SANÇÕES

Art. 82. Inobservância de qualquer dispositivo deste Regulamento, sujeito a infrator a notificação e penalidade, que será, conforme a gravidade da infração, sanção pecuniária acrescida ou não da interrupção do fornecimento de água.

Art. 83. Serão punidas com multas, independente de notificação, as seguintes infrações:

a) Atraso no pagamento da conta;
b) Impedimento de acesso de servidor do EPS ou agente por ele autorizado, ao ramal predial ou à instalação predial de água e/ou esgoto;
c) Intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto;
d) Ligações clandestinas de qualquer canalizações à rede de água e coletora de esgotos;
e) Violação ou retirada do hidrômetro ou de limitador de consumo;
f) Instalação de dispositivo de sucção da rede distribuidora;
g) Utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para abastecimento de água ou coleta de esgoto de outro imóvel ou economia;
h) Desperdício de água nas ligações sem medição e em qualquer ligação, nas situações de emergência, calamidade pública ou racionamento;
i) Intervenção nos ramais prediais de água ou esgoto ou nas redes distribuidora ou coletoras e seus competentes;
j) Construção, materiais diversos e plantas que venham prejudicar ou impedir o acesso ao ramal predial, até o padrão de ligação de água;
k) Interconexão da instalações prediais que possua abastecimento próprio com instalação alimentada com água procedente de abastecimento público;
l) Danificação das tubulações ou instalações do sistema de água;
m) Interligação de instalações prediais internas de água, entre prédios distintos entre dependências de um mesmo prédio, que possuam ligações distintas;
n) Prestar informações falsas, quando da solicitação de serviços ao EPS;
o) Uso de dispositivos, tais como bombas ou injetores, na rede distribuidora ou ramal coletor;
p) Alteração do projeto de instalação de água em loteamentos ou agrupamento de edificações, sem prévia autorização do EPS;
q) Religação por conta própria da derivação predial;
r) Emprego do ramal predial externo, nas instalações de água, de materiais que não sejam aprovados pelo EPS.
s) Uso de água do EPS para construção, sem devida autorização;
t) Desobediência às instruções do EPS, na execução de obras e serviços de água;
u) Fornecimento de água a terceiros, através de extensão das instalações prediais para abastecer economias localizadas em lote, prédio ou terreno distintos, sem autorização expressa do EPS.

Art. 84. Os valores das multas referidas no artigo anterior estão estipuladas na tabela VI em anexo.

§ 1°. Em caso de reincidência, as multas cabíveis poderão ser aplicadas em dobro, a critério da direção da EPS.

§ 2°. O pagamento da multa não anula a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estejam em desacordo com as disposições contidas neste Regulamento.

Art. 85. O servidor do EPS que constatar transgressão a este Regulamento, emitirá a notificação. Independentemente de testemunho.

§ 1°. Uma via da notificação será entregue ao infrator mediante recibo.

§ 2°. Se o infrator se recusar a receber a notificação, o servidor certificará o fato no verso do documento.

Art. 86. O servidor assumirá inteira responsabilidade pela notificação expedida, ficando sujeito a penalidade no caso de dolo ou culpa.

Art. 87. É assegurado ao infrator, o direito de recorrer ao EPS, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Único. Instaurado o contencioso administrativo, a tramitação do processo se dará no âmbito do Órgão de Regulação que aditará posicionamento final do processo.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 88. A EPS manterá em todos os seus locais de atendimento exemplares do presente regulamento para consulta dos interessados, fornecendo cópias aos mesmos a custo limitado ao de sua reprodução gráfica.

Art. 89. Compete ao DAE dirimir no âmbito administrativo as divergências oriundas da aplicação do presente regulamento, sendo essas entre a EPS, os USUÁRIOS ou terceiros.

Art. 90. Fica revogado o Decreto 033/2003.

Art. 91. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 14 de Dezembro de 2009.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

DECRETO Nº 075/2009

DISPÕE SOBRE O VALOR DA TARIFA PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO RESULTANTE DO RECORTE PARA EXECUÇAO DOS SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE AGUA E ESGOTO OU OUTRAS OBRAS EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Fica definido o valor da tarifa para reposição de asfalto resultante do recorte em vias publicas, em virtude da execução de obras ou ligação de água e esgoto no Município de Poconé-MT.

Art. 1º - Este decreto visa definir o valor da tarifa para repor o pavimento asfáltico provenientes de recorte para ligação do sistema de água e esgoto no Município de Poconé-MT.

Art. 2º – A tarifa tem por finalidade custear os reparos nas vias pavimentadas do Município.

Art. 3º – Toda obra realizada em vias pavimentadas do Município, que envolva recorte de asfalto, só será autorizada mediante o pagamento da tarifa para a sua reposição.

Art. 4º – Para obter a autorização, o usuário deverá preencher a guia de solicitação com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, acompanhado de croqui de localização e apresentar no setor de tributos para a retirada do Documento de Arrecadação Municipal.

Art. 5º – O valor da tarifa para reposição do metro quadrado de asfalto, valida a partir da data de publicação, será de R$ 120,00 (cento e vinte reais).

Art. 6º – Após realizado o pagamento da tarifa para reposição do asfalto o setor Responsável de Engenharia autorizará o recorte da via pavimentada.

Art. 7º – Quando se tratar de ligação de Água e Esgoto em vias pavimentadas, a Concessionária dos Serviços só realizará a referida ligação com a devida autorização emitida pela Prefeitura Municipal.

Art. 8º – O mesmo procedimento se aplica em todos os casos de realização de obras que envolva recorte de asfalto em vias pavimentadas do Município, inclusive a manutenção da Rede de Distribuição de Água e Coleta de Esgoto, realizada pela concessionária desse serviço no Município.

Art. 9º - A execução de obras em vias pavimentadas que envolva recorte de asfalto, sem a devida autorização, implica em multa de 05 (cinco) vezes o valor da tarifa definida neste decreto.

Art. 10 - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 14 de Dezembro de 2009.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA

EDITAL N.º 008/2010

Publicar a relação nominal dos candidatos a Conselheiros Tutelares – titulares e suplentes - que foram eleitos no pleito realizado no dia 22/12/2009.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Pontes e Lacerda, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Federal n.º 8.069/1990 e na Lei Municipal n.º 1108/2009, resolve:

Art. 1.º – Publicar a relação nominal dos candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares que foram eleitos no pleito realizado no dia 22/12/2009.

Art. 2.º - A relação dos candidatos eleitos – titulares e suplentes - com o número total dos votos obtidos fará parte do Anexo I deste Edital.

Pontes e Lacerda - MT, 04 de janeiro de 2010.

Natalino Luiz de Souza
Presidente do CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES REALIZADA NO DIA 22/12/2009
ANEXO I - EDITAL N.º 008/2010

TITULARES

NOME DO CANDIDATO	VOTOS OBTIDOS
Jarcilene Frazão de Lima	134 (cento e trinta e quatro)
Fernanda Menezes da Cunha	116 (cento e dezesseis)
Wanderson José Inácio Gonçalves	114 (cento e quatorze)
Délia Albuquerque da Silva	92 (noventa e dois)
Mirian Alves Leal Paixão	80 (oitenta)

SUPLENTES

NOME DO CANDIDATO	VOTOS OBTIDOS
Celma Oliveira dos Santos Nakashima	65 (sessenta e cinco)
Marcos Roberto de Souza	65 (sessenta e cinco)
Abigair de Candio Magio	63 (sessenta e três)
Thiago Lima Machado	60 (sessenta)
Gilmar Bacelar Albertoni	54 (cinqüenta e quatro)
Izeni Ferreira da Silva Souza	22 (vinte e dois)

Pontes e Lacerda, 04/01/2010.

Natalino Luiz de Souza
Presidente do CMDCA

PORTARIA N.º 143/2009.

"Dispõe sobre a concessão do benefício aposentadoria por tempo de contribuição á Sra. **Lourdes Veloso de Barros**."

O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com Art. 81, incisos I, II, III e IV da Lei nº 768 de 09 de novembro de 2004, anexo I – Tabela de Vencimentos – Área Finalística da Lei Complementar n.º 075 de 24 de agosto de 2009, que dispõe sobre o aumento e/ou reposição salarial dos servidores concursados do município de Pontes e Lacerda e alteração da Lei Complementar nº 023/2005 com modificações introduzidas pelas Leis Complementares de nº 025/2005; 027/2005; 029/2006; 034/2006; 036/2006; 045/2006; 061/2007; 064/2004 e 069/2009;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a servidora Sra. **Lourdes Veloso de Barros**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 293.719, SSP/MT e CPF nº 274.347.291-04, efetiva no cargo de Professor Magistério – 20hs, Padrão "9", classe "B", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2009.04.0003P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Pontes e Lacerda - MT, 26 de novembro de 2009.

NEWTON DE FREITAS MIOTTO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 142/2009

"Dispõe sobre a concessão do benefício pensão por morte aos Srs. **Alcino Carvalho Florindo e Maria Lionete da Conceição Florindo,** em favor dos menores **Emily Karollyne Florindo Gonçalves e Vitor da Conceição Florindo,** em decorrência do falecimento da servidora Sra. **Rozilei da Conceição Florindo".**

O Prefeito do Município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com Art. Art. 28, inciso II da Lei Municipal n.º 768 de 09 de novembro de 2004, anexo I – Tabela de Vencimentos – Área Finalística, da Lei Complementar n.º 063/2008, que dispõe sobre política de gestão de pessoas e o plano de carreira dos servidores públicos do poder executivo do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício pensão por morte, em decorrência do falecimento da Sra. **Rozilei da Conceição Florindo**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n° 1777800-0, SSP/MT e CPF nº 858.947.021-00, efetiva no cargo de Agente de Saúde, Padrão "1", classe "A", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, rateado ao conjunto de dependentes da seguinte forma: aos Srs. **Alcino Carvalho Florindo**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1236807-5, SSP/MT e CPF nº 175.795.891-68 e **Maria Lionete da Conceição Florindo**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 071.527, SSP/MS e CPF nº 880.525.911-05, neste ato representantes legais dos menores **Emily Karollyne Florindo Gonçalves**, portadora do CPF nº 043.525.751-00, filha menor, filha menor da *"de cujos"* nascida em 30/06/2004 hoje com 05 (cinco) anos de idade, o equivalente a 50% (cinqüenta por cento) e **Vitor da Conceição Florindo**, portador do CPF nº 043.525.741-20, filho menor da *"de cujos"* nascido em 16/02/2001, hoje com 08 (oito) anos de idade, o equivalente á 50% (cinqüenta por cento); conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2009.07.0003P**, a partir da data do seu falecimento, ocorrido em **12/10/2008**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Pontes e Lacerda - MT, 26 de novembro de 2009.

NEWTON DE FREITAS MIOTTO
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 148 /2009.

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 102/2009, que trata da concessão do benefício aposentadoria por idade á servidora **Maria Terezinha Rosa**."

O Prefeito do Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com Art. 12, inciso III, alínea *"b"*, da Lei Municipal n.º 768, de 09 de novembro de 2004, que rege a previdência municipal, anexo I – Tabela de Vencimentos – Área Meio - da Lei Complementar n.º 075, de 24 de agosto de 2009, que dispõe sobre o aumento e/ou reposição salarial dos servidores concursados do município de Pontes e Lacerda e alteração da Lei Complementar nº 023/2005 com modificações introduzidas pelas Leis Complementares de nº 025/2005; 027/2005; 029/2006; 034/2006; 036/2006; 045/2006; 061/2007; 064/2004 e 069/2009;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por idade, á servidora Sra. **Maria Terezinha Rosa**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº M-6. 230.855, SSP/MG e CPF nº 926.022.231-15, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, padrão "11", classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2009.02.0005P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Pontes e Lacerda - MT, 26 de novembro de 2009.

NEWTON DE FREITAS MIOTTO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Porto Estrela

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
Concorrencia de Preço Nº 002/2009.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos interessados que a **ABERTURA DA CONCORRENCIA PUBLICA Nº 002/2009**, com abertura prevista para o dia 22 **de JANEIRO de 2010, às 09:00 horas**, **FICA ADIADA** para o dia **05 de FEVEREIRO de 2010 às 09:00 horas,** tendo em vista as festividades de final de ano.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, 11 de Janeiro de 2010.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

PORTARIA Nº 002/2010

"N**omeia Comissão de Processos Licitatórios**"

A Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos - MT, senhora Roberta Pegorari Bonfim dos Santos, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

1º - NOMEAR os servidores ANTÔNIA DO NASCIMENTO GUERRA, LUCIENE FERREIRA DA SILVA e VALMIR JOSÉ MARTINS para comporem a Comissão de Processos Licitatórios da Fundação Municipal de Saúde.

2º - A referida Comissão deverá tomar posse imediatamente e desempenhar suas funções em conformidade com o contido nos dispositivos legais.

3º - A Comissão terá a seguinte composição:

PRESIDENTE: Antônia do Nascimento Guerra
SECRETÁRIO: Luciene Ferreira da Silva
MEMBRO: Valmir José Martins

Sala da Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde, em 04 de janeiro de 2010.

ROBERTA PEGORARI BONFIM DOS SANTOS
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 003/2010

"N**omeia Comissão de Processos Seletivos**"

A Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos - MT, senhora Roberta Pegorari Bonfim dos Santos, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

1º - NOMEAR os servidores MÁRCIA SELZLER DE OLIVEIRA, VALMIR ALMEIDA ÂNGELO e FABIANI CRISTINA PILÉ, para comporem a Comissão de Processos Seletivos da Fundação Municipal de Saúde.

2º - A referida Comissão deverá tomar posse imediatamente e desempenhar suas funções em conformidade com o contido nos dispositivos legais.

3º - A Comissão terá a seguinte composição:
PRESIDENTE: Márcia Selzler de Oliveira
SECRETÁRIO: Valmir Almeida Ângelo
MEMBRO: Fabiani Cristina Pilé

Sala da Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde, em 04 de janeiro de 2010.

ROBERTA PEGORARI BONFIM DOS SANTOS
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 004/2010

"Nomeia Servidor Efetivo para coordenação das atividades relacionadas ao Sistema APLIC"

A Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos - MT, senhora Roberta Pegorari Bonfim dos Santos, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o artigo 8º da Resolução Normativa 016/2008 de 16 de dezembro de 2008 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

1º - NOMEAR o servidor efetivo VALMIR JOSÉ MARTINS como responsável pela coordenação das atividades relacionadas ao Sistema **APLIC** (Auditoria Pública Informatizada de Contas).
2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala da Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde, em 04 de janeiro de 2010.

ROBERTA PEGORARI BONFIM DOS SANTOS
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº. 005/2010
De: 04 de janeiro de 2010

"Nomeia **Claudiane Eidt Bertol** para o cargo de Diretora Escolar e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei 037/2002 e 079/2004;
Resolve:
Art. 1º Nomear **Claudiane Eidt Bertol** para o cargo de **Diretora Escolar** da Creche Municipal Pequeno Príncipe**,** a partir de 01 de janeiro de 2010, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Parágrafo Único: Será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva fazendo jus a um acréscimo de 60% (sessenta por cento) do seu vencimento salarial durante o período de mandato correspondente a 02 (dois) anos.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 04 de janeiro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 259/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Carlito Januário da Silva**, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 006/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Carlito Januário da Silva**, a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Auxiliar de Enfermagem** na Comunidade do Rio Engano lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 275/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Nomeia Inocência Rodrigues dos Santos**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 031/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Inocência Rodrigues dos Santos** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 277/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Marinéia da Silva**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 034/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Marinéia da Silva** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Professora** na Escola Municipal "Valsir André Ferrarini", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 287/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Lucilene Rezer**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 044/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Lucilene Rezer** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Professora** na Creche Municipal "Pequeno Príncipe", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 001/2010
De: 04 de janeiro de 2010

"Nomeia Comissão Municipal de Licitação e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE; no uso de suas atribuições legais, e ainda em atendimento ao que preceitua o artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Comissão Municipal de Licitação os quais deverão desempenhar as suas funções em conformidade com o contido nos dispositivos legais:

Ilário Rezer - Presidente
Adriele Alves Oliveira - Secretária
Willian Cristhiano Queiroz – Membro
Vanderlei Antonio de Abreu – Suplente
Oldair Grossclaus Campinas – Suplente

Art. 2º A Comissão ora nomeada, deverá tomar posse imediatamente providenciando a documentação necessária para o desempenho de suas obrigações.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 04 de janeiro de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 305/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonerar Eder Pereira dos Santos**, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 26 de abril de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 107/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Eder Pereira dos Santos** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Serviços Gerais**, no Distrito de São João neste Município, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Poxoréu

Portaria nº. 196, de 05 de janeiro de 2010.

Dispõe sobre a nomeação da comissão organizadora para organização de processo seletivo publico simplificado, conforme Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008 com a Promotoria de Justiça e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU – MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008, a Lei nº. 1.213/2008 de 16 de maio de 2008 e a 1.344/2009 de 31 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear Comissão Especial para organizar o Processo Seletivo Publico para contratação temporária de professores e Merendeiras composta pelos seguintes membros:
- **Eunice Almeida Silva Rodrigues** – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- **Maria AP. Miranda Coutinho de Souza** – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- **Antonio Lelis de Azevedo Rocha** – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- **Lina Rodrigues** – Representante da ASSEMP;
- **Paula Andréa Melo da Silva** – Representante da Secretaria Municipal de Administração;
- **Gaudêncio Filho Rosa de Amorim** – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- **Agnaldo Francisco da Luz** – Representante da Controladoria Geral;

Art. 2° - A presente comissão terá o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias para ultimar o certame.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréo, MT, 05 de janeiro de 2010.

Ronan Figueiredo Rocha
Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 05/01/2010.

Valdeniza Galvão de Arruda
Secretária de Administração

Portaria nº. 198, de 08 de janeiro de 2010.

Dispõe sobre a nomeação da comissão organizadora para organização de processo seletivo publico simplificado, conforme Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008 com a Promotoria de Justiça e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU – MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº 001/2008, a Lei nº. 1.213/2008 de 16 de maio de 2008 e a 1.344/2009 de 31 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear Comissão Especial para organizar o Processo Seletivo Publico nº 002/2010 para contratação temporária das vagas remanescentes da Secretaria de Saúde e Educação composta pelos seguintes membros:
- **Marco Antonio da Silva** – Representante da ASSEMP;

- **Valdeniza Galvão de Arruda** – Representante da Secretaria Municipal de Administração;

- **Gaudêncio Filho Rosa de Amorim** – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

- **Agnaldo Francisco da Luz** – Representante da Controladoria Geral;

- **João B. Bortolotte Xavier** – Representante da Secretaria de Saúde;

Art. 2° - A presente comissão terá o prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias para ultimar o certame.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréo, MT, 08 de janeiro de 2010.

Ronan Figueiredo Rocha
Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 08/01/2010.

Valdeniza Galvão de Arruda
Secretária de Administração

Prefeitura Municipal de Rondolândia

DECRETO Nº 457/GAB/PMR, DE 4 DE JANEIRO DE 2010.

PODER EXECUTIVO

Prorroga o prazo previsto no art. 4º do Decreto nº 404/AB/PMR/09 de 22/06/2009 alterado pelos Decretos nº 428/GAB/PMR/09 de 24/08/2009 e 437/GAB/PMR/09 de 02/10/2009 que tratam da Comissão Especial destinada o proceder o inventário dos bens do Município.

BERTILHO BUSS, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 70 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando, que a Comissão Especial nomeada pelo Decreto nº 404/GAB/PMR/09 de 22/06/2009 e alterado pelo Decreto nº 428/GAB/PMR/09 de 24/08/2009 e 437/GAB/PMR/09 de 02/10/2009 justifica e requer a concessão de novo prazo para cumprimento do levantamento do inventário, conforme Oficio nº 07/2009;

Considerando, que a previsão de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão está prevista no art. 4º do Decreto nº 404/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo previsto no Art. 4º do Decreto nº 404/GAB/PMR, de 22/06/2009, prorrogado pelos Decretos nº 428/GAB/PMR/09 de 24/08/2009 e 437/GAB/PMR/09 de 02/10/2009, por mais (60) sessenta dias a contar da data de 23/12/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, retroagindo seus efeitos ao dia 23/12/2009.

Art. 3º - Revogan-se as disposições em contrário.

Rondolândia – MT, 4 de janeiro de 2010.

BERTILHO BUSS

Prefeito Municipal

...

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2010.

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeado através do Decreto nº 460 / GAB / PMR / 2010, de 06 de Janeiro de 2010, TORNA PÚBLICO para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010, Objeto: "Contratação de Serviço de Transporte Escolar"., processado nos autos dos processos apensos de nº. 015/2010 – SEMEC, 016/2010 – SEMEC, 017/2010 – SEMEC e 018/2010 – SEMEC.

Os interessados poderão retirar a integra deste Edital de Pregão Presencial na sala da CPL na sede do Município de Rondolândia, Rua Mathilde Klemz s/nº., Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira.

A Sessão Pública para recebimento das propostas ocorrerá ás 10:00 horas do dia 25 de Janeiro de 2010.

Sala da CPLMS, Rondolândia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

...

DECRETO Nº 458/GAB/PMR, DE 6 DE JANEIRO DE 2010

PODER EXECUTIVO

Fixa o horário de funcionamento dos órgãos públicos municipais, dando outras providências.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Municipio;

DECRETA:

Art. 1º - O horário de funcionamento e expediente de atendimento ao público nos órgãos municipais passará, a partir do dia 06/01/2010, para oito (08) horas diárias, com interrupção para as refeições.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, o horário de trabalho nas repartições será:I – Expediente do período matutino:

a) Início do expediente: 7:30 horas

b) Termino do expediente: 11: 30 horas.

II – Expediente do período vespertino:

a) Início do expediente: 13:30 horas.

b)Termino do expediente: 17:30 horas.

Art. 2º - O intervalo para as refeições será das 11:30 ás 13:30 horas.

Art. 3º - Sob nenhuma hipótese, será permitido o funcionamento de órgão municipal em horário que não seja o disposto neste Decreto, a exceção daqueles que funcionem em sistema de plantões e os regulados por leis específicas.

Art. 4º – os órgãos pertencentes a outro poder, ainda que em funcionamento com servidores cedidos pelo município, deverão obedecer aos horários de funcionamento dos respectivos poderes a que pertencem.

Art. 5º - Após o encerramento do expediente normal não será permitido a permanência de servidores nas dependências dos órgãos, a exceção daqueles que, mediante autorização expressa do Secretário da Pasta, necessitem executar tarefas que não possam ser realizadas dentro do horário normal de expediente.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos que se incluam na norma de exceção que trata a última parte do artigo 3º deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 453/GAB/PMR, de 2/12/2009.

Rondolândia – MT, 6 de janeiro de 2010.

Bertilho Buss

Prefeito Municipal

..

DECRETO Nº 459/GAB/PMR, DE 6 DE JANEIRO DE 2010

PODER EXECUTIVO

Nomeia Comissão Especial de Licitação, exercício financeiro de 2010.

BERTILHO BUSS, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inc. II do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e, especialmente ao disposto no art. 51 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia a Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - CPLMS para exercer as atividades licitatórias, em conformidade e prazo previsto na Lei nº 8.666/93, com os seguintes membros:

-PRESIDENTE: EDIMAR RICARTE, CPF/MF Nº 086.248.737-46 e CI/RG Nº 1685540 SSP/ES.

- SECRETÁRIA: GESIANE MIRANDA CARDOSO, CPF/MF Nº 025.018.521-09 e CI/RG Nº 1814855-7 – SSP/MT;

- MEMBRO: ANTONIO DA SILVA LOPES, CPF/MF Nº 725.467.432-87 e CI/RG Nº 977304. – SSP/MT.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - CPLMS, exercerá suas funções de acordo com a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores, observados, ainda, os princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

BERTILHO BUSS

Prefeito Municipal

..

DECRETO Nº 460/GAB/PMR, DE 6 DE JANEIRO DE 2010.

Designa o pregoeiro oficial do município de Rondolândia-MT e equipe de apoio para o exercício financeiro de 2010.

BERTILHO BUSS, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV, art. 70, da Lei Orgânica do Município c/c inciso IV do Art. 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º - Designa EDIMAR RICARTE, CPF/MF Nº 086.248.737-46, CI/RG Nº 1685540 SSP/ES, pregoeiro oficial do município de Rondolândia.

Parágrafo único – O pregoeiro oficial e a equipe de apoio deverão, no exercício das funções, obedecer às disposições da Lei nº 10.520, de

17 de julho de 2002 e, em especial ao disposto no Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, observados, ainda, os princípios que regem a administração pública de que trata o caput do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - Comporá a equipe de apoio a pregoeira os seguintes servidores:

I - ANTONIO DA SILVA LOPES, CPF/MF Nº 725.467.432-87 e CI/RG Nº 977304. – SSP/MT.

II - GESIANE MIRANDA CARDOSO, CPF/MF Nº 025.018.521-09 e CI/RG Nº 1814855-7 – SSP/MT.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

BERTILHO BUSS

Prefeito Municipal

...

DECRETO Nº 461/GAB/PMR, DE 6 DE JANEIRO DE 2010

PODER EXECUTIVO

Nomeia comissão especial destinada a promover o credenciamento de médicos para contratação de plantões médicos.

BERTILHO BUSS, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o processo administrativo nº 0001/2010-SEMUSA;

Considerando as disposições da Lei nº 156, de 13/04/2007 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia a Comissão Especial destinada a promover a realização do processo de credenciamento de profissionais médicos destinados à contração sob o regime de plantões.

Art. 2º - Comporão a Comissão os seguintes servidores que atuarão sob a presidência do primeiro:

- Clara Silva de Andrade
- Bento Cândido Gonçalves
- Dr. Rodrigo Sampaio Souza
- Bett Sabah Marinho

Art. 4º - A Comissão deverá exercer suas atividades com independência e imparcialidade, obedecer aos princípios que regem a administração pública, em especial as disposições da Lei nº 156, de 13/04/2007 e suas alterações.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogan-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 6 de janeiro de 2010.

BERTILHO BUSS

Prefeito Municipal

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2010 – SMS/DRH

BENTO CÂNDIDO GONÇALVES, Secretária Municipal de Saúde - SMS, no uso legal de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei nº 156, de 13/04/2007 e Decreto nº 461/GAB/PMR de 06/01/2010, torna público através deste Edital, que está aberto o prazo para recebimento da documentação dos interessados em prestar os serviços especificados neste *EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2010*, até as 17:00 horas do dia 15 de janeiro de 2010 na Secretaria Municipal de Saúde – SMS / Central de Atendimento ao Público - CAP, sito a rua Pedro Moreira, s/n, Cidade Alta, Rondolandia-MT.

Rondolândia – MT, aos 06 de janeiro de 2010.

Este edital também esta disponível, na integra, no sitio eletrônico da prefeitura municipal de Rondolândia, no endereço: www.pmrondolandia.com.br, no link: editais e licitações – concursos.

1 – DO OBJETO

O presente edital de credenciamento tem por objeto a contratação de profissionais na área da saúde, para prestarem serviços profissionais na categoria de médico, através de atendimento pré-hospitalar, em conformidade com a Lei Municipal nº 156, de 13.04.2007 e demais leis vigentes aplicáveis ao caso, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos na tabela anexa, (Anexo 02), pelo prazo de (180) cento e oitenta dias, podendo excepcionalmente ser prorrogado por igual período, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei e deste Edital.

2 - DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação será recebida em envelope fechado e com a seguinte descrição:

Ao

Município de Rondolandia-MT

Edital de Credenciamento 01/2010-SMS/DRH

Envelope n. º 01- DA DOCUMENTAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL:

CATEGORIA PROFISSIONAL:

3 - DA HABILITAÇÃO

3.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Comprovante de Registro Geral. (Carteira de Identidade)

3.2. DA REGULARIDADE FISCAL:

a) Comprovante de inscrição no Cadastro da Pessoa Física - CPF;

b) Certidão do TCE-MT.

c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão de Quitação quanto aos Tributos Administrados pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União;

d) Certidão negativa quanto a divida ativa com a Fazenda Municipal de Rondolandia-MT;

f) Comprovante de regularidade para com a Seguridade Social, através da apresentação da Certidão Negativa do INSS.

3.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovante de Registro na Entidade Profissional de Classe, através da apresentação da Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo Conselho Regional da sua Categoria, acompanhado da respectiva certidão de regularidade com a taxa de anuidade;

b) CURRICULUM VITAE, acompanhado da respectiva comprovação do nível de instrução, graduação, pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado, cursos, treinamentos, jornadas, seminários, congressos, publicações; comprovação das experiências profissionais, entre outros afins;

d) Número do PIS, PASEP ou NIT.

3.4. DAS OUTRAS DOCUMENTAÇÕES:

a) Comprovante de residência domiciliar;

b) 01 Foto 3x4, colorida e recente;

c) Termo de Credenciamento devidamente preenchido, conforme modelo (Anexo 3).

4 - DO PROCEDIMENTO

4.1 Com o final do prazo de recebimento dos envelopes de documentos, a Comissão de Avaliação fará à apreciação dos mesmos num prazo de até 10 (dez) dias;

4.2 Após a fase de habilitação, o credenciado será convocado para, no prazo de cinco dias úteis celebrar termo de credenciamento e assinatura do termo contratual;

4.3 Do resultado do julgamento da habilitação caberão recursos administrativos nos termos da legislação aplicável, devendo os mesmos ser protocolados junto à Central de Atendimento ao Público (CAP) da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Rondolândia-MT, sito a Rua Pedro Moreira, s/n, Cidade Alta, Rondolandia-MT.

5 – DO JULGAMENTO

5.1 Os licitantes habilitados na forma do que determina as sub-cláusulas constantes do item 3, serão classificados pelos critérios estabelecidos no Anexo 04 deste Edital, levando-se em consideração os seguintes aspectos: formação e experiência profissional;

5.2. A classificação proceder-se-á pela ordem crescente de pontuação obtida com base na análise curricular, até que se atinja o quantitativo de pessoal necessário ao atendimento dos serviços, em conformidade com o Anexo 02.

6 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A remuneração pelos serviços realizados obedecerá aos valores constantes do Anexo 02, podendo ser alterado na vigência do contrato, nos termos da legislação aplicável;

6.2. O pagamento dos serviços será efetuado em ate 10 (dez) dias após a emissão do RPA (recibo de profissional autônomo), que deverá conter atestado de conformidade assinado pelo Secretario municipal de Saúde, e ainda, constar em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho;

6.3 No ato do pagamento deverão ser deduzidos diretamente na fonte a alíquota relativa ao ISSQN.

7 – DOS SERVIÇOS E SUA DURAÇÃO

7.1 O Credenciado deverá realizar os serviços no local indicado no termo contratual;

7.2 O Credenciado deverá manter-se habilitado junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, nos mesmos moldes da documentação de habilitação sob pena de rescisão contratual;

7.3 Não serão objetos de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional e das normas éticas existentes;

7.4 Os serviços serão prestados por período 180 (cento e oitenta dias), podendo excepcionalmente ser prorrogado por igual período.

8 – DAS PROPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O Credenciado habilitado terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinar o contrato, quando convocado, sob pena da perda do direito

objeto deste Edital. No ato da assinatura do contrato será exigido documento de identidade do Credenciado;

8.2 Ao Prefeito fica assegurado o direito de no interesse do Município, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamações ou indenizações;

8.3 Aplica-se ao presente Edital de Credenciamento os dispositivos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

8.4 O presente Edital poderá ser retirado junto à Secretaria Municipal de Saúde - SMS, das 7h30m até as 17h30m, na Rua Pedro Moreira, s/n, Cidade Alta, Rondolandia-MT.

Rondolandia-MT, 06 de fevereiro de 2009.

BENTO CÂNDIDO GONÇALVES
Secretária Municipal da Saúde
ANTONINHO BATISTA DE OLIVEIRA
Diretor do Dep. Recursos Humanos

A N E X O - 1
Edital de Credenciamento nº 01/2010-SMS/DRH
Minuta do Contrato

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATO N. º /2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida André Maggi, nº 450, na Cidade de Rondolândia- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. BERTILHO BUSS, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador do CPF/MF n.º 395.179.427-53 e da Carteira de Identidade RG n.º 740.231 SSP/ES, neste ato representado, conforme o Decreto nº 297/GAB/PMR/09 de 02.01.2009, por BENTO CÂNDIDO GONÇALVES, no cargo de Secretário Municipal de Saúde e por ANTONINHO BATISTA DE OLIVEIRA, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, em conformidade com a Portaria n.º 01.192-09 de 26.01.09, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, o (a) Sr(a) _____, Pessoa Física Inscrita no CPF sob n.º _____, constante da Categoria Profissional de _____, Registro / CNH nº _____, domiciliado à Rua _____, Município de _____, Estado _____ , CEP _____, neste ato por si representado(a), doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista a homologação do processo de credenciamento nº 01/2010-SMS/DRH, Lei Municipal nº 156, de 13/04/2008, e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, firma o presente termo contratual, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços profissionais na categoria de _____, de acordo com as especificações, quantidades, valores e obrigações constantes deste termo;

CLAUSULA SEGUNDA – O pagamento dos serviços será efetuado em 10 (Dez) dias após a emissão da RPA, que deverá conter atestado de conformidade assinado pela Secretaria Municipal de Saúde, e ainda, constar em local de fácil visualização, a indicação do nº da Nota de empenho;

§ 1º No RPA deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º No ato do pagamento deverão ser deduzidos diretamente na fonte a alíquota relativa ao ISSQN.

§ 3º Fica expressamente estabelecido que no preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

CLAUSULA TERCEIRA – Somente serão pagos os serviços que estiverem em conformidade com as obrigações e especificações constantes na tabela da Clausula Primeira.

CLAUSULA QUARTA - O CONTRATADO deverá manter-se habilitado junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, bem como deverão manter atualizadas todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo 3 – DA HABILITAÇÃO, do Edital de Credenciamento, sob pena de rescisão contratual.

CLAUSULA QUINTA – Os uniformes, objetos e outros materiais de uso pessoal e profissional necessários à prestação dos serviços objeto do presente termo contratual, são de responsabilidade do CONTRATADO.

CLAUSULA SEXTA – Os serviços serão prestados por período 180 (cento e oitenta dias), podendo excepcionalmente ser prorrogado por igual período.

CLAUSULA SÉTIMA - Em caso de inadimplemento de qualquer Cláusula do presente contrato, ao CONTRATADO estará sujeita ao pagamento de multa no valor de 10% da parte inadimplida, em favor da CONTRATANTE.

PARÁGRAGO ÚNICO - A multa poderá ser aplicada reiterada e cumulativamente, sempre que houver causa, independentemente de quaisquer outras cominações cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CONTRATADO indenização de qualquer espécie quando:

1. a) O CONTRATADO não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
2. b) A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
3. c) No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços credenciados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;
4. d) Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
5. e) Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

CLAUSULA NONA – O presente contrato está vinculado ao edital de Credenciamento nº 01/2009 e demais documentos constante do processo nº 043/09 de 14 de janeiro de 2009-SEMUSA, assim como as determinações da Lei n º 8.666/93 e suas alterações, mesmo nos casos omissos;

CLAUSULA DÉCIMA – A presente contratação não gerará entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA qualquer vínculo, principalmente, de caráter empregatício;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o foro da comarca de Juína-MT, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito declarando conhecer todas as Cláusulas contratadas.

Rondolândia-MT...../.....2010.

.....
Secretário Municipal da Saúde
.....
Diretor DRH
.....
Contratado

A N E X O - 02
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N º 01/2010-SMS/DRH
RELAÇÃO DE DISCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
(plantões)

Item	Especialidade ou Procedimento	Valor em R$ - unitário dos plantões	Especificações / Obrigações
1	Médicos	R$ 1.392,00 Plantão de 24 horas (..... por semana) R$ 870,00 Plantão de 12 horas (..... por semana) R$ 650,00 Plantão de 08 horas (..... por semana) R$ 425,00 Plantão de 04 horas (..... por semana)	O credenciado deverá prestar serviços de médico pré-hospitalar no Centro de Saúde de Rondolândia-MT. e Programa PSF se necessário, Médico responsável pela assistência de pacientes em transferências inter-hospitalares. Os profissionais selecionados serão credenciados mediante o compromisso de fecharem à composição das escalas ora em aberto, independente da necessidade do dia da semana, bem como, escala de horário de plantões.

A N E X O - 03
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL

Através do presente, o profissional médico _____, inscrita no CPF _____, residente na Rua _____, n° _____, Bairro _____, Município de _____(....), declara sob penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente credenciamento bem como estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Ass. : _____
Nome: _____
CPF

A N E X O - 04
CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

1 - Categoria: Médicos

1. 1.1. TEMPO DE FORMAÇÃO:

a) Por cada ano ou fração igual ou superior a 06 meses = 1 ponto, até o limite de 10 pontos.

1. 1.2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

1. a) Por cada evento realizado (jornada, simpósio, treinamento, seminário e congresso, com carga horária maior ou igual a 40 horas) = 2 pontos, até o limite de 20 pontos. Relativo a Urgências e Emergências e atendimento Pré-Hospitalar.
2. b) Por cada curso de Especialização profissional realizado = 20 pontos, acrescidos de 1 ponto pela carga horária correspondente. Relativo a Urgências e Emergências e atendimento Pré-Hospitalar.
3. c) Por cada título de Mestrado comprovado = 30 pontos.
4. d) Por cada título de Doutorado comprovado = 50 pontos.
5. e) Cursos com a Certificação da Sociedade Cearense de Medicina – SOCEMU = 10 pontos

1. 1.3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

a) Por cada ano ou fração igual ou superior a 06 meses de emprego comprovado na condição de plantonista = 5, em serviço de emergência pontos.

1. a) Por cada ano ou fração igual ou superior a 06 meses de emprego comprovado na área de atendimento pré-hospitalar = 5 pontos;
2. b) Por cada ano ou fração igual ou superior a 06 meses de emprego comprovado na área em atendimento hospitalar = 10 pontos, na condição de plantonista;
3. c) Experiência em serviços de emergência em UTI, comprovada = 10;
4. e) A entrevista será eliminatória baseada no currículo do candidato;

OBS1: Na hipótese de ocorrer à satisfação de 02 ou mais situações em um mesmo item, os pontos serão contados cumulativamente.

A N E X O - 05

MODELO DE PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO DE PLANTÕES (SERVIÇOS)

Através do presente, o profissional médico _____, inscrita no CPF _____, residente na Rua _____, n° _____, Bairro _____, Município de _____(....), apresento minha proposta de Credenciamento aos seguintes plantões:

Quantidade	Plantões	Valor unitário	Valor total
	R$ 1.392,00 Plantão de 24 horas		
	R$ 870,00 plantão de 12 horas		
	R$ 650,00 plantão de 08 horas		
	R$ 425,00 plantão de 04 horas		
Valor Global dos plantões			

R$.....(.....)

.....de .....de 2010.

Ass. : _____

Nome: _____

CPF:

....

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010.

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeado através do Decreto nº 460 / GAB / PMR / 2010, de 06 de Janeiro de 2010, TORNA PÚBLICO para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010, Objeto: Prestação de Serviços através da contratação de espaço por (cm x coluna) no Diário Oficial do Estado (D.O.E.), Diário Oficial da União (D.O.U.) e Jornal Diário de Circulação do Estado, destinado a publicação de extratos simplificados de atos licitatórios e outros necessários da Prefeitura Municipal de Rondolândia / MT", processado nos autos do processo Administrativo de nº. 019/2010 – SEMAD.

Os interessados poderão retirar a integra deste Edital de Pregão Presencial na sala da CPL na sede do Município de Rondolândia, Rua Mathilde Klemz s/nº., Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira.

A Sessão Pública para recebimento das propostas ocorrerá ás 14:00 horas do dia 25 de Janeiro de 2010.

Sala da CPLMS, Rondolândia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

...

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2010.

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeado através do Decreto nº 460 / GAB / PMR / 2010, de 06 de Janeiro de 2010, TORNA PÚBLICO para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2010, Objeto: "Prestação de Serviços através da contratação de espaço por (cm x coluna) em jornal de Circulação no Município e Região adjacentes de Rondolândia - MT, destinado a publicação de extratos simplificados de atos licitatórios e outros necessários da Prefeitura Municipal de Rondolândia / MT", processado nos autos do processo Administrativo de nº. 020/2010 – SEMAD.

Os interessados poderão retirar a integra deste Edital de Pregão Presencial na sala da CPL na sede do Município de Rondolândia, Rua Mathilde Klemz s/nº., Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira.

A Sessão Pública para recebimento das propostas ocorrerá ás 16:00 horas do dia 25 de Janeiro de 2010.

Sala da CPLMS, Rondolândia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

...

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2010.

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeado através do Decreto nº 460 / GAB / PMR / 2010, de 06 de Janeiro de 2010, TORNA PÚBLICO para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010, Objeto: "Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos, com disponibilidade em tempo integral", processado nos autos dos processos Administrativos Apensos de nº. 021/2010 – SEMOSP, 022/2010 – SEMAGRI, 023/2010 – SEMEC e 024/2010 - SEMUSA.

Os interessados poderão retirar a integra deste Edital de Pregão Presencial na sala da CPL na sede do Município de Rondolândia, Rua Mathilde Klemz s/nº., Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira.

A Sessão Pública para recebimento das propostas ocorrerá ás 10:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2010.

Sala da CPLMS, Rondolândia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

...

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2010.

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeado através do Decreto nº 460 / GAB / PMR / 2010, de 06 de Janeiro de 2010, TORNA PÚBLICO para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2010, Objeto: "Aquisição de Combustível", processado nos autos dos Processos Administrativos Apensos de nº. 025/2009 – SEMOSP, 026/2009 – SEMEC, 027/2009 – SEMAD, 028/2009 – SEMUSA, 029/2009 – SEMAGRI, 030/2009 – SEMEIA, 031/2009 – GAB, 032/2009 – SEMAS, 033/2009 – SEMFAZ e 034/2009 – SEMGOV.

Os interessados poderão retirar a integra deste Edital de Pregão Presencial na sala da CPL na sede do Município de Rondolândia, Rua Mathilde Klemz s/nº., Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira.

A Sessão Pública para recebimento das propostas ocorrerá ás 15:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2010.

Sala da CPLMS, Rondolândia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

...

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO – EDITAL Nº. 001/2010.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nomeada através do Decreto nº 459 / GAB / PMR / 2010, de 06 de Janeiro de 2010, TORNA PÚBLICO para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2010, Objeto: "Contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de Sistema Integrado de Gestão Pública", processado nos autos do processo Administrativo de nº. 004/2010 – SEMAD.

Os interessados poderão adquirir o Edital de Tomada de Preço na integra, na sala da CPL, sede do Município de Rondolândia, Rua Mathilde Klemz s/nº., Centro, no horário das 07:30 às 11:30 e 13:30 ás 17:30 horas, de segunda a sexta – feira.

A Sessão Pública de abertura ocorrerá ás 10:00 horas do dia 27 de Janeiro de 2010.

Sala da CPLMS, Rondolândia - MT, 11 de Janeiro de 2010.

Edimar Ricarte

Presidente CPL

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/PGM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e SORVETERIA E RESTAURANTE NASCIMENTO LTDA, CNPJ Nº 10.638.947/0001-86 -O objeto da presente Contrato é o fornecimento de alimentação - (600) seiscentos marmitex. Prazo de execução (20) dias - PROCESSO Nº 803/2009-SEMUSA Empenho nº 05.000126-09 - Valor R$ 1.200,00 - PROCESSO Nº 804/2009-SEMAGRI Empenho nº 11.000035-09 - Valor R$ 600,00 - PROCESSO Nº 805/2009-SEMOSP Empenho nº 06.000050-09 - Valor R$ 1.800,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/PGM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e CONTRUTORA E INCORPORADORA ABC LTDA-ME, CNPJ/MF nº 03.760.636/0001-20 - O objeto do presente contrato é para a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão-de-obra destinado a construção de arquibancada de alvenaria no Estádio Rei Pelé, de acordo o Plano de Trabalho integrado pelo Termo de Convenio nº 002/2009/SEEL/FUNDEB – Prazo de Execução (90) dias - Empenho nº 04.000123-09 – Valor R$ 44.983,11.

....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/PGM/PMR/2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, CLÉA SUZANE MOTTERLE CPF Nº 906.729.841-72 - O objeto deste contrato é a locação do imóvel e suas edificações localizado na Rua Rio Madeirinha, s/n, Centro, Rondolandia-MT, Lote nº 05, Quadra nº 72, totalizando 810 m², destinado ao funcionamento da Agencia Municipal de Transito - Vigência – 22/12/2009 - Empenho nº 02.000132/09 - Valor: R$ 1.755,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/PGM/PMR/2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, JOSENIR CASTRO SARAIVA - O objeto deste contrato é a locação do imóvel localizado na Avenida Andre Maggi s/n°, Centro, destinado ao funcionamento do Centro de Apoio ao Projeto PROFUNCIONÁRIO – Vigência 22/12/2009 - Empenho nº 04.000124/09 – R$ 1.200,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/PGM/PMR/2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, ROSÁLIA MARIA DE OLIVEIRA, CPF Nº 409.314.042-15 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000130/09 - Valor: R$ 2.268,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/PGM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, CLEIDIMAR MEDEIROS PERREIRA, CPF Nº 035.686.651-31 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000131/09 - Valor: R$ 2.272,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, JOSIANE DA SILVA BUENO, CPF Nº 991.931.912-00 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000132/09 - Valor: R$ 2.276,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, VÂNIA FONSECA DOS SANTOS, CPF Nº 763.430.902-82 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000133/09 - Valor: R$ 2.280,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, JOÃO CARLOS LOPES FERREIRA, CPF Nº 034.320.241-77 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000134/09 – Valor Rr$ 2.284,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, JOÃO ADILIO LOPES FERREIRA, CPF Nº 033.774.481-52 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000135/09 - Valor R$ 3.296,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, VALDENICE GOUVEIA DE S. BRITO, CPF Nº 601.304.824-04 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000136/09 - Valor R$ 2.284,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, PETRONIO FERNANDES TOLEDO, CPF Nº 657.472.672-72 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000137/09 - Valor R$ 2.280,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, CLAUDIO HENRIQUE A. DA SILVA, CPF Nº 403.593.678-28 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000138/09 - Valor R$ 2.284,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, ANA ZENEBOM LOPES, CPF Nº 036.284.381-00 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000139/09 - Valor R$ 1.656,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, WEMERSON LOPES BUSS, CPF Nº 005.064.102-69 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000140/09 - Valor R$ 1.656,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, ADEMIR DE OLIVEIRA, CPF Nº 888.617.752-68 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da

Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000141/09 - Valor R$ 1.656,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/GM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, ANTONIO ALVES TEODORO, CPF Nº 004.566.012-36 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000142/09 - Valor R$ 2.284,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/PGM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, ROSIANA APARAECIDA F. DA S. SANTOS, CPF Nº 771.748.012-34 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000143/09 - Valor R$ 2.280,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/PGM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, ANIELY BALDO SOTELLE, CPF Nº 022.980.681-35 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços conforme descrito na Nota de Autorização de Despesa – NAD e Projeto Básico, integrantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA nos autos do respectivo processo administrativo n° 754/2009 – Vigência (4) meses - Empenho nº 04.000144/09 Valor R$ 2.284,00.

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/PGM/PMR/2009.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, EQUIPO MÉDICA COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 04.141.713/0001-26 - O objeto deste contrato é o fornecimento de material de consumo (medicamentos e materiais pensos) – Vigência 31/12/2009.

Empenho nº 05.000130/09 – valor R$ 2.001,50 - Empenho nº 05.000131/09 – valor R$ 10.410,50

Empenho nº 05.000132/09 – valor R$ 4.729,70 - Empenho nº 05.000133/09 – valor R$ 15.522,04

Empenho nº 05.000134/09 – valor R$ 4.398,98 - Empenho nº 05.000135/09 – valor R$ 5.129,45

...

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/PGM/PMR/2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, e, IMOBILIARIA NOVA OPÇÃO, CNPJ nº 09.417.082/0001-49 – Objeto deste contrato é Locação de (01) um imóvel destinado ao funcionamento da Casa de Apoio aos pacientes que realizam hemodiálise na cidade de Ji-Paraná/RO – Vigência (06) meses - Empenho nº 05.000136-09 - valor: R$ 2.700,00.

...

Edital de Convocação GAB/DRH nº 016/2009

Concurso Publico nº 001/2008

Este Edital poderá ser impresso diretamente da home page da Prefeitura de Rondolândia no endereço eletrônico: www.pmrondolandia.com.br no link Concursos, bem como estará disponível no Diário Oficial dos Municípios da AMM a partir do dia do dia 18/12/2009 no endereço eletrônico: www.amm.org.br

A Secretaria Municipal de Administração de Rondolândia-MT, por seu Secretário no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 412/GAB/PMR, de 06/07/2009 CONVOCA para fins de contratação sob o regime jurídico único dos servidores públicos do município de Rondolândia-MT (Lei Complementar nº 003, de 17/10/2007) o(s) candidato(s) para o (s) cargo(s) abaixo relacionado(s), aprovados no concurso publico nº 001/2008, executado sob coordenação técnica da CAPS – Consultoria, Assessoria e Planejamento Empresarial Ltda e Comissão Mista do Concurso Público em conformidade com o artigo 37, incisos I e II da Constituição Federal, e art. 84 e 89 da Lei Orgânica do Municipio de Rondolândia-MT, Leis Complementares n.º 03/2007 e Leis Ordinárias 09/2001, 158/2007 e 169/2007 e normas do Edital publicado no D. O . E. nº 24755 do dia 16/01/2008 (fls.31/32) e J.O.M da AMM nº 411, de 16/01/2008 (fls. 41/45), Diário de Cuiabá do dia 16/01/2008 (fls. F7) e Jornal Correio Popular de Rondônia nº 2897, Ano XVIII do dia 17/01/2008 (fls. 3), e 1ª Retificação publicada no D. O. E. nº 24761 do dia 24/01/2008 (fls.32), e no J.O.M-AMM nº 418 do dia 25/01/2008 (fls. 23/24) e Diário de Cuiabá do dia 25/01/2008 (fls.F7) e Jornal Correio Popular de Rondônia nº 2903, de 25/01/2008 (fls. 6) e, Resultado Final do Concurso publicado no J.OM da AMM nº 449 do dia 12/03/2008 (fls. 33/36) e D.O.E nº 24813 do dia 11/04/2008(fls.39/44) e Retificação do Edital de Resultado Final publicado no J.O.M da AMM nº 472 do dia 15/04/2008 (Fls. 28), D.O.E nº 24815 do dia 15/04/2008 (fls. 37), referente ao processo administrativo nº 287/2007-SEMAD.

CARGO/ CLASSIFICAÇÃO / CANDIDATO / PONTUAÇÃO

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE

PSF-1 – MICRO-ÁREA VII

2º - Ana Maria Pereira da Costa Conte

- 74,0 pts

Os candidatos acima classificados e aprovados no Concurso Público do Município de Rondolândia-MT Edital nº 001/2008 - CAPS CONSULTORIA, ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - deverão comparecer nos no prazo de (30) trinta dias, compreendido o período de 21/12/2009 à 19/01/2010, horário das 7:00hs ás 13:00hs no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Rua Mathilde Klemenz, s/n, Centro, Rondolândia-MT, devendo ainda apresentar, OBRIGATORIAMENTE, o original e xerox (legível e sem rasuras) dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade;

b) Certidão de Nascimento ou Casamento;

c) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

e) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

f) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;

g) Atestado médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, expedido por médico de carreira do Município;

h) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, registrado no órgão competente;

i) Registro no respectivo Conselho de Classe, conforme exigência legal, se for o caso.

j) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais;

k) Declaração de bens que constituam seu patrimônio;

l) 02 fotos 3x4, recentes.

m) certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual do domicilio do candidato.

n) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

o) cópia da CTPS

p comprovante de residência na respectiva micro-area

Rondolândia-MT, 15/12/2009

Gilcimar Buss

Secretario Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Salto do Céu

A PREFEITURA MUNCIPAL DE SALTO DO CEU, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, com sede na Rua Carlos Laet, nº 11, centro, fone- fax: 65 3233-1200, neste ato representado por sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às 09:00 horas, do dia 28/01/2010, nos termos da Lei Federal 8.666/93, Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2010**, Cujo Objeto é **Prestação de serviços especializados de Engenharia para Pavimentação Asfáltica em diversas ruas do Município de Salto do Céu, em Execução ao Projeto Básico e Executivo de Engenharia.** Os interessados poderão obter informações pelo fone (65) 3233-1200, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, sendo que o Edital está à disposição dos interessados, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de R$ 50,00 (cinqüenta reais).

SALTO DO CEU - MT, 12 DE JANEIRO DE 2010.

LUCIA ELENA DE SANTANA
Presidente da CPL

COMUNICAÇÃO

Tendo em vista ao não comparecimento do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ao Procedimento Licitatório nº 001/2010, marcado para esta data, às 09:00 horas, por motivos de força maior, quer seja, a danificação de pontes e bueiros na região onde o mesmo reside, fica determinado o adiamento do presente Procedimento Licitatório, que será realizado no dia 15 de janeiro, às 14:00 horas .

Salto do Céu – MT, 12 de janeiro de 2010

ALMERINDO CLARA PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N° 001/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para quem possa interessar, que realizará às **08h00 minutos** do dia **29/01/2010**, licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2010** do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL,** para contratação de empresa para aquisição de óleo diesel, gasolina, lubrificantes e derivados, para abastecimento da frota municipal. Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação pelo telefone (66) 3594.1000 e fax (66) 3594-1201 no horário comercial de segunda a sexta-feira na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, para obter o Edital completo contendo a relação da documentação e demais informações.

Santa Cruz do Xingu-MT, 13 de Janeiro de 2010.

Magno Joares Soares -
Presidente da CPL

Eurípedes Neri Vieira -
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 002/2009

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT
CONTRATADO: HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO, OAB-GO 19541 e OAB-MT 6935-A, CPF: 862.673.701-78
PRAZO E VIGÊNCIA: A vigência do presente Contrato terá seu prazo e vigência prorrogada de 31 de Dezembro de 2009 até 31 de Dezembro de 2010.
ORIGEM: Contrato n.º 002/2009.
LICITAÇÃO: Inexigibilidade n° 001/2009
DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.
FUNDAMENTO: conforme Artigo 57 inciso II da Lei Federal n.º.8.666/93 e alterações posteriores.
Santa Cruz do Xingu – MT, 30 de Dezembro de 2009.

Prefeito Municipal
– Eurípides Neri Vieira

Prefeitura Municipal de Santo Afonso

DECRETO Nº 003/2010

"Dispõe sobre reajuste de salários e dos benefícios do regime próprio de previdência municipal em cumprimento à Medida Provisória nº 474, de 23 de dezembro de 2009, que fixou o novo valor do salário mínimo em nível nacional, e dá outras providências."

O Cidadão Senhor **SILVIO SOUTO FELISBINO,** Prefeito Municipal de Santo Afonso - MT, no uso e gozo de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Governo Federal, através da Medida Provisória nº 474 de 23 de dezembro de 2009, fixou o salário mínimo vigente a partir de 01/01/2010, em R$ 510,00 (quinhentos e dez reais);

CONSIDERANDO ainda as disposições do artigo 7º, incisos IV e VII da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o reajuste da remuneração base dos servidores da Administração Pública Municipal, cujo salário atual, não atinja o montante de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais), ressalvados os casos de jornada parcial ou de cargos providos por concurso público em regime específico em que os salários por hora trabalhada corresponderão ao valor de referência do salário base da respectiva categoria fixado em lei municipal.

Parágrafo único. O reajuste de que trata o *caput* deste artigo se aplica também ao piso dos benefícios do regime próprio de previdência municipal.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para todos os pagamentos referentes à competência de janeiro do exercício fiscal de 2010.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso - MT, aos 13 dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010

A Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia torna público aos interessados que a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010 para "aquisição de 01(um) caminhão com carroceria de madeira 4x2, conforme descrição detalhada no anexo II deste edital".

Com abertura para o dia 15 de janeiro de 2010, às 15:00 horas,foi prorrogada para o dia 19 de janeiro de 2010 ás 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal,na sala da Comissão Permanente de Licitação, Av. Araguaia, 248 centro. Os interessados poderão obter informações, horário de 12:00 ás 18:00 pelo telefone (66) 3522-1606.

São Félix do Araguaia, 13 de janeiro de 2010.

Domingas Barreira dos Santos
Divisão de Licitação
PORTARIA Nº 001/2010

Prefeitura Municipal de São José do Povo

TERMO DE RATIFICAÇÃO

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de São José do Povo, **RATIFICA** o processo de **DISPENSA** de Nº 01/2009 emitido pela Comissão Permanente de Licitação, para aquisição de imóvel para construção de unidade escolar, fundamentado no inciso 10 do artigo 24 da Lei 8666/93.

São José do Povo,16 de Dezembro de 2009.

João Batista de Oliveira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São José do Xingu

EXTRATO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS REFERENTES AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2009.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: A. J. SOARES COMUNICAÇÕES ME
VALOR GLOBAL: 2.139,29 (DOIS MIL CENTO E TRINTA E NOVE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 11/12/2009 À 31/12/2009
OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 21 (VINTE E UM) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2009.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2009 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2009
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93 – CLÁUSULA QUARTA – ITEM 4.2.1

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: A. J. SOARES COMUNICAÇÕES ME
VALOR GLOBAL: R$ 25.664,00 (VITE E CINCO MIL SEISSENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01/01/2009 À 31/08/2010
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 09/01/2010 ATÉ 08/01/2011 E ALTERAR A ALÍNEA "A" DO ITEM 1.2 DA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO ORIGINAL, QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO: A) CONSULTAS MÉDICAS NO HORÁRIO COMERCIAL NO POSTO DE SAÚDE URBANO E NO HOSPITAL URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2009 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2009
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93 - CLÁUSULA QUARTA – ITEM 4.2.1

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

EXTRATRO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT, comunica as empresas que às 09:00 h, do dia 25/01/2010, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 06/2010, e receberá os envelopes de habilitação e de proposta de preço visando a aquisição de **"Material Elétrico, Hidráulico de Construção Predial.** O Edital completo e seus anexo poderão ser adquirido na Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3 251 – 1138, no horário comercial

AILTON PAULA DE ARRUDA,
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Sinop

EXTRATO 2° TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 021/2009OBJETO:

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo **alterar a CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR**, o qual receberá um acréscimo de **R$ 3.920,00** (três mil e novecentos e vinte reais), passando a cláusula a ter a seguinte redação:**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR** O Valor Global do presente instrumento passa a ser de **R$ 149.920,00** (cento e quarenta e nove mil novecentos e vinte reais), sendo que o acréscimo de **R$ 3.920,00** (três mil e novecentos e vinte reais), refere-se a complementação das parcelas do 13º salário no mês de dezembro.**CONCEDENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP **CONVENENTE:** A.A.S. – ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE DE SINOP Sinop-MT 11 de janeiro de 2009.

EXTRATO 4° TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2009OBJETO: O presente INSTRUMENTO tem por objetivo **alterar a CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR**, o qual receberá um acréscimo de **R$ 1.800,00** (um mil e oitocentos reais), passando a cláusula a ter a seguinte redação:**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR** O Valor Global do presente instrumento passa a ser de **R$ 39.200,00** (trinta e nove mil e duzentos reais), sendo que o acréscimo de **R$ 1.800,00** (um mil e oitocentos reais), refere-se a complementação das parcelas do 13º salário no mês de dezembro.**CONCEDENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP **CONVENENTE:** A.A.S. – ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE DE SINOP Sinop-MT 11 de janeiro de 2009.

PORTARIA Nº 022/2010

DATA: 12 de janeiro de 2010
SÚMULA: Defere averbação por tempo de Serviço.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Deferir a averbação por tempo de serviço, da servidora JOSEFA MAIRA COTRIM, referente ao período de 20/06/1994 a 19/09/1994, 01/11/1994 a 14/12/1994, 01/02/1995 a 01/04/1995 e 01/09/1996 a 24/12/1996, num total de 309 (trezentos e nove) dias líquidos, ou seja, 0 (zero) anos, 10 (dez) meses e 09 (nove) dias, prestados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º. Feita às anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 12 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1245/2010

DATA: 04 de janeiro de 2010
SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos depósitos de pneus e comércios de sucata e ferro-velho utilizarem sistema de cobertura para evitar o acúmulo de água e dá outras providências.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a instalação de cobertura fixa ou desmontável, em toda e qualquer espécie de comércio autodenominado depósito de pneus, novos ou usados, bem como dos comércios de sucata e ferro-velho, para evitar o acúmulo de água que se torna meio propício para gerar foco do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

§1º A cobertura deverá ser de material rígido, a fim de evitar bolsões acumulativos de água.

§ 2º Os estabelecimentos previstos neste artigo deverão ser cercados com muro de 3,00 m (três metros) de altura.

Art. 2º O não cumprimento ao disposto nesta Lei acarretará na imposição de multa no valor equivalente a 1.000 UR's (uma mil Unidades de Referência do Município).

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será renovada mensalmente até a constatação de que cessou o ato da infração.

Art. 3º Os estabelecimentos previstos nesta Lei terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem às exigências da Lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta dias).

Art. 5º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 6 º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 04 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 05/2010

SÚMULA: COLOCA À DISPOSIÇÃO DOS CONTRIBUINTES, AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JHONI HELEN CRESTANI, Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social de Sinop Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei e, em cumprimento ao que dispõe o Artigo 209 da Constituição Estadual e Art. 49 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal;

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam à disposição dos contribuintes, durante o exercício de 2010, a partir de 15 de fevereiro de 2010, as Contas do Instituto de Previdência Social de Sinop Estado de Mato Grosso relativas ao exercício de 2009.

Art. 2º - As Contas de que trata o Artigo 1º estarão à disposição nas dependências do PREVI-SINOP-Instituto de Previdência Social de Sinop.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Sinop - MT, 02 de janeiro de 2010.

Jhoni Helen Crestani
Diretora Executiva – PREVI – SINOP - MT

PORTARIA Nº 013/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Exonera, do quadro temporário, as servidoras que menciona.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, do quadro temporário, as servidoras que menciona:

NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
ANA PAULA GOMES BARBOSA DA MOTA	Professora com Magistério 40 h	20	06.01.2010
MARLENE ALMEIDA DE ARA[UJO	Professora Lic. em Pedagogia 40 h	20	12.01.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 11 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 014/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Nomeia no quadro comissionado, a servidora que menciona.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, a servidora que menciona:

NOME	CARGO	CC	ADMISSÃO
RITA RIBEIRO LEAL	Chefe do Setor de Abastecimento	02	11.01.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 015/2010

DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Constitui Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar fatos e responsabilidades envolvendo a servidora CLEIA PIRES DOS SANTOS.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Processo Administrativo, composta pelos servidores: Margit Ahlert Gutbier, Wirciley de Oliveira Fonseca e Sandra de Oliveira P. Miranda para, sob a presidência do primeiro, apurarem os fatos e responsabilidades envolvendo a servidora CLEIA PIRES DOS SANTOS.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 90 (noventa) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223, da Lei Nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 016/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Constitui Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar fatos e responsabilidades envolvendo o servidor JORGE DOS SANTOS SILVA.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;
R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Processo Administrativo, composta pelos servidores: Auro Alécio Fabre, Edineia Candido Pitarelli e Wirciley de Oliveira Fonseca para, sob a presidência do primeiro, apurarem os fatos e responsabilidades envolvendo o servidor JORGE DOS SANTOS SILVA.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 90 (noventa) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223, da Lei Nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 017/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Constitui Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar fatos e responsabilidades envolvendo o servidor RAIMUNDO DA SILVA FILHO.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;
R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Processo Administrativo, composta pelos servidores: Marcia Regina Pacheco, Marcia Terezinha Vendrame Zini e Rosangela Tomelin Bogo para, sob a presidência do primeiro, apurarem os fatos e responsabilidades envolvendo o servidor RAIMUNDO DA SILVA FILHO.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 90 (noventa) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223, da Lei Nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 018/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Constitui Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar fatos e responsabilidades envolvendo o servidor JORGE DOS SANTOS SILVA.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 211 da Lei nº 254/93, e,

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;
R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Processo Administrativo, composta pelos servidores: Auro Alécio Fabre, Edineia Candido Pitarelli e Wirciley de Oliveira Fonseca para, sob a presidência do primeiro, apurarem os fatos e responsabilidades envolvendo o servidor JORGE DOS SANTOS SILVA.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 90 (noventa) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223, da Lei Nº 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 019/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Prorroga os efeitos da Portaria nº 613/2009, de 26 de novembro de 2009, por um período de 30 (trinta) dias, e dá outras providências.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 223, da Lei nº 254/93, e,

Considerando a solicitação da Comissão de Sindicância, que solicita a prorrogação do prazo para conclusão do Processo de Sindicância do servidor BENEDITO CECINIO CORREIA FILHO;
Considerando a solicitação da Comissão de Sindicância, que solicita a substituição do membro que compõem a Comissão;
R E S O L V E:

Art. 1º. Fica prorrogado por um período de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 613/2009, de 26 de novembro de 2009, que dispõe sobre a constituição de Comissão de Sindicância Administrativa, envolvendo o servidor BENEDITO CECINIO CORREIA FILHO.

Art. 2º. Substitui o servidor Italo Guzzo Neto pelo servidor Vilson Paulo Vargas, para compor a Comissão de Sindicância Administrativo.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 020/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Prorroga os efeitos da Portaria nº 637/2009, de 10 de dezembro de 2009, por um período de 30 (trinta) dias.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 223, da Lei nº 254/93, e,

Considerando a solicitação da Comissão de Sindicância, que solicita a prorrogação do prazo para conclusão do Processo de Sindicância dos fatos descritos no Relatório de Auditoria n°002/2009, da Unidade de Controle Interno;
R E S O L V E:

Art. 1º. Fica prorrogado por um período de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 613/2009, de 26 de novembro de 2009, que dispõe sobre a constituição de Comissão de Sindicância Administrativa, envolvendo fatos descritos no Relatório de Auditoria n°002/2009, da Unidade de Controle Interno.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 021/2010
DATA: 11 de janeiro de 2010
SÚMULA: Prorroga os efeitos da Portaria nº 584/2009, de 09 de novembro de 2009, por um período de 90 (noventa) dias, e dá outras providências.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e especialmente o que dispõe o Artigo 223, da Lei nº 254/93, e,

Considerando a solicitação da Comissão de Processo Administrativo, que solicita a prorrogação do prazo para conclusão do Processo Administrativo do servidor JOACYR DE JESUS OLIVEIRA;

Considerando a solicitação da Comissão de Processo Administrativo, que solicita a substituição dos membros que compõem a Comissão;
R E S O L V E:

Art. 1º. Fica prorrogado por um período de 90 (noventa) dias, os efeitos da Portaria nº 584/2009, de 09 de novembro de 2009, que dispõe sobre a constituição de Comissão de Processo Administrativo, envolvendo o servidor JOACYR DE JESUS OLIVEIRA.

Art. 2º. Substitui os servidores, Luisa Helena Cordeiro e Manoel Agostinho do Nascimento Junior, pelos servidores Ivania S. D. Fiel e Armando L. Cantanhede, para compor a Comissão de Processo Administrativo.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 11 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO III
INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SINOP

Exercício: 2009

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2009

Página.: 1 de 2

CONTAS ANALÍTICAS E SINTÉTICAS DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO		SALDO DO MÊS ANTERIOR R$		MOVIMENTO A DÉBITO R$		MOVIMENTO A CRÉDITO R$		SALDO PARA O MÊS SEGUINTE R$	
		DEVEDOR	CREDOR	NO MÊS	ATÉ O MES	NO MES	ATÉ O MES	DEVEDOR	CREDOR
7.00.00.00.00.00.00.00	SISTEMA ORCAMENTARIO - CONTAS DEVEDORAS	27.443.332,00	0,00	1.771.652,24	15.285.146,39	1.771.652,24	15.285.146,39	27.443.332,00	0,00
7.10.00.00.00.00.00.00	CONTROLE DA RECEITA	13.721.666,00	0,00	1.771.652,24	15.110.146,39	1.771.652,24	15.110.146,39	13.721.666,00	0,00
7.11.00.00.00.00.00.00	EXECUCAO ORCAMENTARIA DA RECEITA	13.721.666,00	0,00	1.771.652,24	15.110.146,39	1.771.652,24	15.110.146,39	13.721.666,00	0,00
7.11.10.00.00.00.00.00	ARRECADACAO ORCAMENTARIA	13.721.666,00	0,00	1.771.652,24	15.110.146,39	1.771.652,24	15.110.146,39	13.721.666,00	0,00
7.11.11.00.00.00.00.00	RECEITA A REALIZAR	383.171,85	0,00	159,16	159,16	1.771.493,08	15.109.987,23	0,00	1.388.162,07
7.11.11.01.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	550.233,16	0,00	159,16	159,16	1.121.819,36	9.962.254,20	0,00	571.427,04
7.11.11.01.02.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	29.349,32	0,00	0,00	599.101,15	4.590.187,47	0,00	628.450,47
7.11.11.01.03.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	583.212,75	0,00	0,00	0,00	457.027,63	5.239.452,88	126.185,12	0,00
7.11.11.01.09.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	3.630,27	159,16	159,16	65.690,58	132.613,85	0,00	69.161,69
7.11.11.07.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT	0,00	167.061,31	0,00	0,00	649.673,72	5.147.733,03	0,00	816.735,03
7.11.11.07.02.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT	0,00	167.061,31	0,00	0,00	649.673,72	5.147.733,03	0,00	816.735,03
7.11.12.00.00.00.00.00	RECEITA REALIZADA	13.338.494,15	0,00	1.771.493,08	15.109.987,23	159,16	159,16	15.109.828,07	0,00
7.11.12.01.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	8.840.434,84	0,00	1.121.819,36	9.962.254,20	159,16	159,16	9.962.095,04	0,00
7.11.12.01.02.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.991.086,32	0,00	599.101,15	4.590.187,47	0,00	0,00	4.590.187,47	0,00
7.11.12.01.03.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	4.782.425,25	0,00	457.027,63	5.239.452,88	0,00	0,00	5.239.452,88	0,00
7.11.12.01.09.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.923,27	0,00	65.690,58	132.613,85	159,16	159,16	132.454,69	0,00
7.11.12.07.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT	4.498.059,31	0,00	649.673,72	5.147.733,03	0,00	0,00	5.147.733,03	0,00
7.11.12.07.02.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT	4.498.059,31	0,00	649.673,72	5.147.733,03	0,00	0,00	5.147.733,03	0,00
7.20.00.00.00.00.00.00	CONTROLE DA DESPESA	13.721.666,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	175.000,00	13.721.666,00	0,00
7.22.00.00.00.00.00.00	FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	13.721.666,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	175.000,00	13.721.666,00	0,00
7.22.10.00.00.00.00.00	DOTACAO ORCAMENTARIA	13.721.666,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	175.000,00	13.721.666,00	0,00
7.22.11.00.00.00.00.00	DOTACAO INICIAL	13.721.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721.666,00	0,00
7.22.11.01.00.00.00.00	CREDITO INICIAL	13.721.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721.666,00	0,00
7.22.11.01.09.00.00.00	PREVIDENCIA SOCIAL	13.721.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721.666,00	0,00
7.22.12.00.00.00.00.00	DOTACAO SUPLEMENTAR	175.000,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00
7.22.12.03.00.00.00.00	ANULACAO TOTAL OU PARCIAL DE DOTACAO	175.000,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00
7.22.12.03.09.00.00.00	PREVIDENCIA SOCIAL	175.000,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00
7.22.19.00.00.00.00.00	DOTACAO CANCELADA/REMANEJADA	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	175.000,00
7.22.19.01.00.00.00.00	DOTACAO CANCELADA	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	175.000,00
7.22.19.01.09.00.00.00	PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	175.000,00
8.00.00.00.00.00.00.00	SISTEMA ORCAMENTARIO - CONTAS CREDORAS	0,00	27.443.332,00	753.287,97	6.967.239,72	753.287,97	6.967.239,72	0,00	27.443.332,00
8.10.00.00.00.00.00.00	CONTROLE DA RECEITA	0,00	13.721.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721.666,00
8.11.00.00.00.00.00.00	PREVISAO ORCAMENTARIA DA RECEITA	0,00	13.721.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721.666,00
8.11.10.00.00.00.00.00	PREVISAO ORCAMENTARIA DA RECEITA	0,00	13.721.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721.666,00
8.11.11.00.00.00.00.00	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	0,00	13.721.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721.666,00

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2009

Página.: 2 de 2

CONTAS ANALÍTICAS E SINTÉTICAS DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO		SALDO DO MÊS ANTERIOR R$		MOVIMENTO A DÉBITO R$		MOVIMENTO A CRÉDITO R$		SALDO PARA O MÊS SEGUINTE R$	
		DEVEDOR	CREDOR	NO MÊS	ATÉ O MES	NO MES	ATÉ O MES	DEVEDOR	CREDOR
8.11.11.01.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	9.390.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.390.668,00
8.11.11.01.02.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICAO	0,00	3.961.737,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.961.737,00
8.11.11.01.03.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	5.365.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.365.638,00
8.11.11.01.09.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	63.293,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.293,00
8.11.11.07.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT	0,00	4.330.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.330.998,00
8.11.11.07.02.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT	0,00	4.330.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.330.998,00
8.20.00.00.00.00.00.00	CONTROLE DA DESPESA	0,00	13.721.666,00	753.287,97	6.967.239,72	753.287,97	6.967.239,72	0,00	13.721.666,00
8.22.00.00.00.00.00.00	EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	0,00	13.721.666,00	753.287,97	6.967.239,72	753.287,97	6.967.239,72	0,00	13.721.666,00
8.22.10.00.00.00.00.00	DISPONIBILIDADE DE CREDITOS	0,00	10.692.258,18	364.231,84	3.570.563,66	3.751,33	180.675,33	0,00	10.331.777,67
8.22.11.00.00.00.00.00	CREDITO DISPONIVEL	0,00	10.692.258,18	364.231,84	3.570.563,66	3.751,33	180.675,33	0,00	10.331.777,67
8.22.11.09.00.00.00.00	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	10.692.258,18	364.231,84	3.570.563,66	3.751,33	180.675,33	0,00	10.331.777,67
8.22.20.00.00.00.00.00	CREDITO UTILIZADO	0,00	3.029.407,82	389.056,13	3.396.676,06	749.536,64	6.786.564,39	0,00	3.389.888,33
8.22.21.00.00.00.00.00	CREDITO EMPENHADO - A LIQUIDAR	0,00	23.997,89	388.642,93	3.396.119,86	364.645,04	3.396.119,86	0,00	0,00
8.22.21.09.00.00.00.00	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	23.997,89	388.642,93	3.396.119,86	364.645,04	3.396.119,86	0,00	0,00
8.22.22.00.00.00.00.00	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	0,00	3.005.409,93	413,20	556,20	384.891,60	3.390.444,53	0,00	3.389.888,33
8.22.22.09.00.00.00.00	PREVIDENCIA MUNICIPAL	0,00	3.005.409,93	413,20	556,20	384.891,60	3.390.444,53	0,00	3.389.888,33
	Total:	27.818.372,90	27.818.372,90	2.524.940,21	22.252.386,11	2.524.940,21	22.252.386,11	29.132.679,19	29.132.679,19

JHONI HELEN CRESTANI
Diretora Executiva

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Tesoureira

Carlos Augusto Santiago Silva
Contador
CRC MT 010054 O-8

Prefeitura Municipal de Tabaporã

EDITAL DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 03/2010.

TIPO MENOR PREÇO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, nomeada pela portaria nº 01/2009 de 04/01/2010, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 03/2009, cuja abertura ocorrerá as 08:00 horas locais do dia 29 de Janeiro de 2010, na sala de Licitação da Prefeitura municipal, Objeto: Serviços de Transportes escolar da rede municipal O edital com informações complementar poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal, ao custo de R$ 100,00 (cem reais) através da Guia de recolhimento junto a tesouraria da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min as 11h00min horas e das 13h00min as 15h00minhs local, fone (oxx66) 3557.1415 - Tabapora/MT. 11 de Janeiro de 2010.

Comissão de Licitação
Magaly Ângela Baesso Treuherz.

Prefeitura Municipal de Torixoréu

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2010

A Comissão Permanente de Licitação, por ordem do Prefeito Municipal, **Maximo Antonio Rodrigues dos Santos,** TORNA PÚBLICO que fará realizar no dia 28 de janeiro às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura, à Rua XV de Novembro, l6 – Setor Aeroporto, licitação na modalidade Tomada de Preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis e lubrificantes. O edital completo estará à disposição dos interessados na Prefeitura nos horários das 07 às 11 horas, pelo valor de R$ 50,00.

Torixoréu – MT, 12 de janeiro de 2010.

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA
Presidente da C. P. L.

Prefeitura Municipal de União do Sul

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: II Termo Aditivo ao Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, sob nº 064/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: SOSIGS – Sistemas de Organização Social Integrado e Gerenciamento de Serviços LTDA. - CNPJ: 76.318.963/0001-08.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **15 de fevereiro de 2010** a vigência do Contrato Administrativo, em Caráter Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 064/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 01 de outubro de 2009 e aditado pelo I Termo Aditivo de 03 de novembro de 2009.
Da Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
06.002.10.301.0026.2.031-3190.34.00.00.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 064/2009, assinado em 01 de outubro de 2009, bem como do I Termo Aditivo de 03 de novembro de 2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do II Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Dr. Edivaldo Antônio de Mello Machado – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: II Termo Aditivo ao Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, sob nº 064/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: SOSIGS – Sistemas de Organização Social Integrado e Gerenciamento de Serviços LTDA. - CNPJ: 76.318.963/0001-08.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **15 de fevereiro de 2010** a vigência do Contrato Administrativo, em Caráter Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 064/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 01 de outubro de 2009 e aditado pelo I Termo Aditivo de 03 de novembro de 2009.
Da Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
06.002.10.301.0026.2.031-3190.34.00.00.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 064/2009, assinado em 01 de outubro de 2009, bem como do I Termo Aditivo de 03 de novembro de 2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do II Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Dr. Edivaldo Antônio de Mello Machado – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 002/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatária: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locador: João Batista Rodrigues – CPF: 340.368.731-72.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 002/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de janeiro de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
06.002.10.301.0026.2.030-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Locação de Imóveis, de nº 002/2009, de 02/01/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e João Batista Rodrigues - Locador.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 004/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatária: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locadora: Ana Maria Soares Aleixo – CPF: 651.750.851-15.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 004/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de janeiro de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
02.001.04.122.0002.2.003-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Locação de Imóveis, de nº 004/2009, de 02/01/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Ana Maria Soares Aleixo - Locadora.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Profissionais de nº 007/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Ely Ferraz Ribeiro – CREA nº 1201151376 Reg. Nac. – CPF: 362.216.431-04.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços Profissionais, de nº 007/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de janeiro de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
03.001.04.122.0003.2.004-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços Profissionais, de nº 007/2009, de 02/01/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Ely Ferraz Ribeiro - Contratado.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 008/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatária: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locador: Joel Antonio Bulla – CPF: 509.472.229-87.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 008/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de janeiro de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
05.001.12.122.0028.2.038-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 008/2009, de 02/01/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Joel Antonio Bulla - Locador.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 010/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatária: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locador: Amauri Pereira Miranda – CPF: 632.096.751-04.
Adequação do Objeto: A despesa com tarifas de energia elétrica incidentes sobre o imóvel locado ficam a cargo da LOCATÁRIA (Prefeitura Municipal de União do Sul).
Adequação do valor do aluguel: Fica estipulado o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês, para a locação do imóvel objeto do Contrato de Locação de Imóvel de nº 010/2009, de 02/02/2009, obedecido o limite do § 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 010/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de fevereiro de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
05.003.13.392.0027.2.033-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 010/2009, de 02/02/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Amauri Pereira Miranda - Locador.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Licenças de Uso, Manutenção e Consultoria Técnica em Softwares da Área Pública, de nº 013/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Ágili Softwares para Área Pública Ltda. – CNPJ: 26.804.377/0001-97.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Aquisição de Licenças de Uso, Manutenção e Consultoria Técnica em Softwares da Área Pública, de nº 013/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 10 de fevereiro de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias do orçamento municipal do exercício de 2010:
04.002.04.123.0007.2.006-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica;
05.001.12.122.0028.2.038-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica;
06.001.10.301.0020.2.023-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Aquisição de Licenças de Uso, Manutenção e Consultoria Técnica em Softwares da Área Pública, de nº 013/2009, de 10/02/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e José Carlos Urias – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Contabilidade e Assessoria de nº 022/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Andreolla & Gomes Ltda. – CNPJ: 05.011.768/0001-84.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Contabilidade e Assessoria, de nº 022/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 27 de fevereiro de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias do orçamento municipal do exercício de 2010:
04.002.04.123.0007.2.006-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica.
05.001.12.122.0028.2.038-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica;
06.001.10.301.0020.2.023-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros–Pessoa Jurídica.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Contabilidade e Assessoria, de nº 022/2009, de 27/02/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Elizandra Andreolla – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Laboratoriais de nº 027/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Antonio de Faria Júnior - ME – CNPJ: 07.699.527/0001-03.
Objeto: Mantido o objeto do contrato original.
Adequação do valor: Fica estipulado o valor de R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) por mês, para os serviços laboratoriais objeto do Contrato de Prestação de Serviços Laboratoriais, de nº 027/2009, de 02/03/2009, obedecido o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços Laboratoriais, de nº 027/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de março de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
06.002.10.301.0026.2.031-3190.34.00.00.00 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços Laboratoriais, de nº 027/2009, de 02/03/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Antonio de Faria Júnior – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato para Veiculação de Anúncios e Comunicados, de nº 028/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Associação Comunitária Radio Unisul FM – CNPJ: 04.687.313/0001-10.
Da adequação do Valor: Fica estipulado o valor de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais) por mês, para os serviços objeto do Contrato para Veiculação de Anúncios e Comunicados, de nº 028/2009, de 02/03/2009, obedecido o limite do § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato para Veiculação de Anúncios e Comunicados, de nº 028/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de março de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
03.001.04.122.0003.2.004-3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato para Veiculação de Anúncios e Comunicados, de nº 028/2009, de 02/03/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Adriano Fernandes Alves – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica ao Município, de nº 029/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Dr. Marcos Levi Bervig – OAB(MT) nº 6312-A – CPF: 890.122.320-15.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica ao Município, de nº 029/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 03 de março de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
03.001.04.122.0003.2.004-3390.36.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica ao Município, de nº 029/2009, de 03/03/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Dr. Marcos Levi Bervig – Contratado.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Ensino de Informática, Assistência Técnica, Manutenção e Repares em Equipamentos de Informática, de nº 044/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Levi Albino – CPF: 084.814.978-51.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços de Ensino de Informática, Assistência Técnica, Manutenção e Repares em Equipamentos de Informática, de nº 044/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 06 de maio de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias do orçamento municipal do exercício de 2010:
03.001.04.122.0003.2.004-3390.36.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.
05.001.12.122.0028.2.038-3390.36.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Ensino de Informática, Assistência Técnica, Manutenção e Repares em Equipamentos de Informática, de nº 044/2009, de 06/05/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Levi Albino – Contratado.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, de nº 046/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Casa de Apoio o Bom Pastor – CNPJ: 06.370.201/0001-67.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços, de nº 046/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 01 de junho de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias do orçamento municipal do exercício de 2010:
06.001.10.301.0020.2.023-3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços, de nº 046/2009, de 01/06/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Edenilson Pereira da Silva – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, de nº 047/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Alzir Volpato - ME – CNPJ: 00.674.019/0001-13.

Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Prestação de Serviços, de nº 047/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 01 de junho de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias do orçamento municipal do exercício de 2010:
02.001.04.122.0002.2.003-3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
03.001.04.122.0003.2.004-3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
05.001.12.122.0028.2.038-3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
06.001.10.301.0020.2.023-3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
07.003.08.243.0017.2.015-3390.39.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços, de nº 047/2009, de 01/06/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Alzir Volpato - ME – pela Contratada.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 048/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatária: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locador: Neori Vian – CPF: 452.042.501-82.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 048/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 02 de junho de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
06.001.10.301.0020.2.023-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 048/2009, de 02/06/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Neori Vian - Locador.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 051/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatária: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locador: Vivaldino Alves de Lima – CPF: 067.696.169-04.
Da Adequação do Valor do Aluguel: De comum acordo das partes, fica estipulado o valor de R$ 100,00 (cem reais) por mês, para o aluguel objeto do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 051/2009, de 01/07/2009.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 051/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 01 de julho de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
07.003.08.244.0017.2.016-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 051/2009, de 01/07/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Vivaldino Alves de Lima - Locador.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 054/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatária: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locador: Neori Vian – CPF: 452.042.501-82.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **31 de dezembro de 2010** a vigência do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 054/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 03 de agosto de 2009.
Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
05.003.13.392.0027.2.034-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Locação de Imóvel, de nº 054/2009, de 03/08/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Neori Vian - Locador.

Extrato de Termo Aditivo

Espécie: II Termo Aditivo ao Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, sob nº 064/2009.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: SOSIGS – Sistemas de Organização Social Integrado e Gerenciamento de Serviços LTDA. - CNPJ: 76.318.963/0001-08.
Prorrogação da Vigência: Por força do presente Termo Aditivo, fica prorrogada até a data de **15 de fevereiro de 2010** a vigência do Contrato Administrativo, em Caráter Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 064/2009, assinado entre as partes supra-identificadas na data de 01 de outubro de 2009 e aditado pelo I Termo Aditivo de 03 de novembro de 2009.
Da Dotação Orçamentária: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento municipal do exercício de 2010:
06.002.10.301.0026.2.031-3190.34.00.00.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Administrativo, em Caráter Temporário e Emergencial, para Prestação de Serviços Médicos sem Vínculo Empregatício, de nº 064/2009, assinado em 01 de outubro de 2009, bem como do I Termo Aditivo de 03 de novembro de 2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do II Termo Aditivo: 31/12/2009.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Dr. Edivaldo Antônio de Mello Machado – pela Contratada.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2010

A Prefeitura Municipal de União do Sul, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 29 de janeiro de 2010, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Av. Curitiba, nº 94, centro, União do Sul - MT, licitação na modalidade de Tomada de Preços (Edital Nº 001/2010), para contratação com pessoa física ou jurídica, de Serviços de Transporte Escolar de Alunos da Rede Municipal de Ensino, bem como da Rede Estadual de Ensino no município, em seis (6) trajetos distintos da zona rural à sede municipal e vice-versa, durante o período letivo do corrente ano de 2010, de conformidade com as descrições detalhadas no Edital completo desta licitação.

O Edital completo e informações complementares poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de União do Sul, sito à Av. Curitiba,

nº 94, centro, durante o horário de expediente, das 07:00 hs. às 16:00 horas ou pelo fone: 0xx 66 3540-1283 ou 3540-1398.

União do Sul – MT, 13 de janeiro de 2010.

VALDECIR MARTINS DE LIMA
Presidente da C.P.L.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2010

A Prefeitura Municipal de União do Sul, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, no dia 29 de janeiro de 2010, às 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Av. Curitiba, nº 94, centro, União do Sul - MT, licitação na modalidade de Tomada de Preços (Edital Nº 002/2010), para contratação, com pessoa jurídica, de Serviços Profissionais de 02 (dois) Médicos Clínico Geral ou Pediatra ou Ginecologista, para jornada de 40 (quarenta) horas/semanais e plantão de sobreaviso em dias alternados, com experiência em PSF, a serem prestados ao município, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

O Edital completo e informações complementares poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de União do Sul, sito à Av. Curitiba, nº 94, centro, durante o horário de expediente, das 07:00 hs. às 16:00 horas ou pelo fone: 0xx 66 3540-1283 ou 3540-1380.

União do Sul – MT, 13 de janeiro de 2010.

VALDECIR MARTINS DE LIMA
Presidente da C.P.L.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE-EDITAL Nº 01/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através de sua Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de CONVITE-EDITAL Nº 01/2010, cujo objeto refere-se à Aquisição de 33,000m3 (trinta e três metros cúbicos) de Madeira em pranchas, medindo 06 cm de espessura, 20 cm e 30 cm de largura e 3,00m a 6,00m de comprimento, da espécie "champanhe", para uso na obra de recuperação de uma Ponte sobre o Rio Ouro (Estrada Seara) e construção de uma ponte sobre o córrego Redenção, na rodovia MT-423, no Município de União do Sul – MT.

Data de emissão do Convite-Edital: 12/01/2010.

Data de abertura/julgamento: 19/01/2010.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço.

Os interessados em participar desta licitação deverão requisitar o seu Convite junto à Comissão de Licitações, na forma do § 3º, do art. 22, da Lei Federal nº 8.666/93, até 24 (vinte e quatro) horas antes da apresentação das propostas.

União do Sul, 12 de janeiro de 2010.

VALDECIR MARTINS DE LIMA
Presidente da C.P.L.

DECRETO Nº 592, DE 11 DE JANEIRO DE 2010.

Regulamenta dispositivos da Lei Complementar Nº 011, de 09 de setembro de 2009 – Lei Geral Municipal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais de União do Sul, e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

DECRETA:

Art. 1º - Para efeito do disposto no § 1º, do art. 38, da Lei Complementar nº 011, de 09 de setembro de 2009, o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida no Edital da licitação, mesmo que esta apresentar alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser sanada no prazo estabelecido no edital.

Art. 2º - A empresa ou empresário, para se valer dos benefícios da Lei Complementar nº 011, de 2009, deverá apresentar, em separado, no ato da entrega dos envelopes exigidos na licitação, declaração que comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 1º. A licitante deverá declarar, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

§ 2º. A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante e por seu contador.

§ 3º. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Nº 011, de 2009, salvo se a própria licitante desistir de sua participação no certame, na sessão pública de abertura da licitação, retirando seus envelopes.

Art. 3º - O presidente da Comissão de Licitação ou o pregoeiro comunicará aos presentes, na sessão pública da licitação, na primeira oportunidade, quais são as microempresas e empresas de pequeno porte participantes que poderão se valer dos benefícios da Lei Complementar n° 011, de 2009.

Parágrafo Único. A Comissão de Licitação ou o Pregoeiro decidirá motivadamente a respeito da qualificação das licitantes como microempresas ou empresas de pequeno porte.

Art. 4º - Para efeito de aplicação do disposto nos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 011, de 2009, será procedido da seguinte forma:

I – Tratando-se de licitação nas modalidades de convite, tomada de preços e concorrência pública, cujo critério de julgamento será o de menor preço:

a) abertura das propostas e verificação da conformidade do objeto descrito na mesma com os requisitos do edital, desclassificando as propostas desconformes;

b) as propostas conformes devem ser submetidas, em seguida, ao exame da compatibilidade de preços com os praticados no *mercado legal*, como tal entendidos os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública, ordenando-as em ordem crescente e classificando em primeiro lugar aquela de menor preço;

c) se a proposta de menor preço tiver sido formulada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, considerá-la vencedora do certame, adjudicando-lhe o objeto da licitação, após certificação do atendimento aos demais requisitos legais;

d) caso estejam classificadas em primeiro lugar mais de uma proposta (propostas de idêntico valor, caracterizando situação de empate), e uma delas for microempresa ou empresa de pequeno porte, esta terá preferência na contratação – o desempate se dará pelo tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte. Esse tratamento favorecido condiciona a preferência na contratação à oferta, no prazo de até 12 (doze) horas do dia subsequente, de proposta de preço inferior àquele originalmente proposto por licitante não favorecido pela Lei Geral;

e) no caso de não haverem propostas idênticas classificadas em primeiro lugar, e, se a primeira colocada não for microempresa ou empresa de pequeno porte, competirá à Administração aferir, se entre as demais propostas classificadas estão propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte;

f) constatada a existência de proposta(s) de ME(s) e/ou EPP(s), estabelecer um intervalo 10% (dez por cento) superior ao valor do menor preço ofertado, selecionando-as em ordem crescente, e considerá-la(s) empatada(s) com o licitante que ofereceu o menor preço. Por exemplo:

- menor preço (**1º**): R$ 100,00, de licitante não favorecido pela Lei Geral;

- **2º** menor preço: R$ 103,00, de licitante favorecido pela Lei Geral;

- 3º menor preço: R$ 105,00, de licitante não favorecido pela Lei Geral;

- **4º** menor preço: R$ 110,00, de licitante favorecido pela Lei Geral.

Assim serão considerados empatados com o primeiro classificado, o 2º e o 4º classificados.

g) existindo, no intervalo, apenas uma empresa beneficiária da Lei Geral (LC 011/2009), esta será convocada para apresentar nova proposta de preços, menor do que a proposta provisoriamente classificada como vencedora, no prazo máximo até 12 (doze) horas do dia subseqüente. Em caso positivo, a empresa terá adjudicado o objeto da licitação a seu favor;

h) existindo, no intervalo, mais de uma empresa beneficiária da Lei Geral, as mesmas poderão ser convocadas uma única vez, segundo a ordem de classificação de suas propostas, para apresentarem nova proposta de preços, menor do que a proposta provisoriamente classificada como vencedora, no prazo máximo até 12 (doze) horas do dia subsequente. Neste caso, note-se, que não serão ambas convocadas para apresentar nova proposta, mas cada uma segundo a ordem de classificação, de tal modo, que, se a empresa convocada por primeiro ofertar valor menor do que a proposta provisoriamente vencedora, terá adjudicado o objeto da licitação a seu favor, e as outras empresas não mais serão convocadas;

i) existindo, no intervalo, mais de uma empresa beneficiária da Lei Geral, e havendo igualdade de valores (empate), o órgão responsável pela licitação fará sorteio para definir aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta, menor do que a proposta provisoriamente classificada como vencedora;

j) inexistindo qualquer empresa beneficiária da Lei Geral, no intervalo, sagrar-se-á vencedora a licitante de médio ou grande porte que tiver oferecido o menor preço.

II – Tratando-se de licitação na modalidade de PREGÃO:

a) abertura das propostas escritas e verificação da conformidade do objeto descrito na mesma com os requisitos do edital, desclassificando as propostas desconformes;

b) as propostas conformes devem ser submetidas, em seguida, ao exame da compatibilidade de preços com os do Termo de Referência ou planilha de orçamento, ordenando-as em ordem crescente e classificando em primeiro lugar aquela de menor preço;

c) abertura da etapa de lances, observada a redução mínima de valor admitida no edital do pregão;

d) encerrada a etapa competitiva de lances, se o lance provisoriamente vencedor não tiver sido formulado por ME ou EPP, estabelecer um intervalo 5% (cinco por cento) superior ao valor do menor lance;

e) verificar se nesse intervalo há empresa enquadrada como ME ou EPP, e, existindo, considerar o preço dessa ou dessas, se mais de uma, empatadas com o licitante que ofereceu o menor lance;

f) existindo, no intervalo, apenas uma empresa beneficiária da Lei Geral (LC 011/2009), esta será convocada para ofertar novo lance, menor do que o provisoriamente classificado como vencedor, no prazo máximo de 05 minutos, quando se tratar de pregão eletrônico ou pregão presencial com poucos itens. Em caso de pregão presencial com muitos itens em seu objeto, o prazo deverá ser previsto no edital e poderá ser de até 12 horas do dia subseqüente. Se a empresa cumprir com a oferta de novo lance no prazo estabelecido, terá adjudicado o objeto da licitação a seu favor;

g) existindo, no intervalo, mais de uma empresa beneficiária da Lei Geral, as mesmas poderão ser convocadas uma única vez, segundo a ordem de classificação de suas propostas, para ofertarem novo lance, menor do que o provisoriamente classificado como vencedor, no prazo máximo de 05 minutos quando se tratar de pregão eletrônico ou pregão presencial com poucos itens. Em caso de pregão presencial com muitos itens em seu objeto, o prazo deverá ser previsto no edital e poderá ser de até 12 horas do dia subseqüente. Se a convocada cumprir com a oferta de novo lance no prazo estabelecido, terá adjudicado o objeta da licitação a seu favor. Neste caso, note-se, que não serão ambas convocadas para apresentar nova oferta, mas cada uma segundo a ordem de classificação, de tal modo, que, se a empresa convocada por primeiro ofertar valor menor do que o lance provisoriamente vencedor, esta terá adjudicado o objeto da licitação a seu favor, e as outras empresas não mais serão convocadas;

h) existindo, no intervalo, mais de uma empresa beneficiária da Lei Geral, e havendo igualdade de valores (empate), o órgão responsável pela licitação fará sorteio para definir aquela que primeiro poderá apresentar novo lance, menor do que o provisoriamente classificado como vencedor;

i) inexistindo qualquer empresa beneficiária da Lei Geral, no intervalo, sagrar-se-á vencedora a licitante de médio ou grande porte que tiver oferecido o menor preço.

Art. 5º - Para habilitação, em qualquer licitação do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou de serviços imediatos, será exigido do empreendedor individual, da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas a seguinte documentação:

I – ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II – inscrição no CNPJ, com a distinção de ME, EPP ou EI, ou ainda, declaração do Contador, se for o caso, para comprovação da qualificação da licitante;

III – eventuais licenças, certificados ou atestados que forem necessários à comercialização dos bens e serviços licitados.

Art. 6º - As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser realizadas, preferencialmente, com empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no território municipal de União do Sul.

Art. 7º - As licitações do município, cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, de preferência às sediadas no território municipal de União do Sul.

Art. 8º - Para efeito do disposto no art. 40 e §§, da Lei Complementar nº 011, de 2009 (Lei Geral das ME, EPP e EI), as subcontratações, quando exigidas nos editais de licitações da administração municipal, deverão ser priorizadas para empresas constituídas no território municipal de União do Sul, sendo vedado especificar ou denominar empresas no edital.

§ 1º. A subcontratação será obrigatória nas contratações cujo valor seja superior a R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) e facultativa nas contratações de valor acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

§ 2º. As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas Propostas dos Licitantes, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

§ 3º. Os percentuais mínimo e máximo de subcontratação, em relação ao valor da contratação de bens, serviços e obras, são:

a) mínimo de 5% (cinco por cento);
b) máximo de 30% (trinta por cento).

Art. 9º - O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais na forma da Lei Complementar nº 011, de 09/09/09, não se aplica às licitações do tipo “melhor técnica” e “técnica e preço”.

Art. 10 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 11 de janeiro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 593, DE 12 DE JANEIRO DE 2010.

Regulamenta a modalidade de licitação denominada PREGÃO no Município de União do Sul, para fins de aquisição de bens e serviços comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e observando o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 011, de 09 de setembro de 2009 (Lei Geral Municipal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais);

Considerando ainda o disposto no Decreto nº 592, de 11 de janeiro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - Este Regulamento estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, inclusive no sistema de Registro de Preços, no âmbito do Município de União do Sul.

§ 1º - Os Órgãos da Administração Direta, e quando houver, Entidades Autárquicas, Fundacionais, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município, deverão utilizar prioritariamente a modalidade licitatória de Pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, devendo garantir por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente, obedecidas as disposições do presente regulamento.

§ 2º - Dependerá de regulamentação específica a realização de PREGÃO ELETRÔNICO com a utilização de recursos de tecnologia da informação.

Art. 2º - Pregão Presencial é a modalidade de licitação, do tipo menor preço, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços comuns é feita por meio de propostas escritas de preços e lances verbais sucessivos em sessão pública.

§1º - Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

§2º - Excluem-se da modalidade Pregão Presencial as contratações de obras, as locações imobiliárias e as alienações em geral.

Art. 3º - Ao Pregão Presencial aplicam-se os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, e os correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade.

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 4º - Todos quantos participem do Pregão Presencial têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 5º - São atribuições:

I – Do Representante do Órgão Comprador – Ordenador de Despesa (autoridade competente)**:**

a) determinar a abertura de licitação na modalidade de pregão, justificando a necessidade da contratação;

b) designar o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio;

c) assinar o Edital;

d) decidir sobre impugnações ao Edital e aos recursos interpostos contra atos do Pregoeiro;

e) fixar as condições de prestação de garantia de execução do contrato, se for o caso;

f) adjudicar o objeto do certame em caso de interposição de recurso;

g) revogar, anular ou homologar o procedimento licitatório.

II – Da Equipe Técnica e Jurídica:

a) emitir Parecer acerca da Licitação;

b) resolver Recursos quando necessária a apreciação jurídica do caso.

III – Do Pregoeiro:

a) zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;

b) consolidar entendimentos, visando a celeridade nas licitações;

c) aprovar, após o crivo da Assessoria Jurídica, e assinar o Edita de Pregão;

d) determinar a publicidade da licitação na forma da legislação;

e) determinar à equipe de apoio o credenciamento dos interessados ao pregão;

f) coordenar os trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

g) receber a declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como conduzir os procedimentos de recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

h) promover a abertura das propostas, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazo e condições fixados no edital;

i) selecionar e ordenar as propostas classificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002;

j) conduzir os procedimentos relativos aos lances e estabelecer a redução mínima admissível entre os lances;

k) classificar as propostas segundo a ordem crescente de valores ao final ofertados e decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do menor preço;

l) promover a negociação do preço com vistas à sua redução;

m) decidir sobre a habilitação do autor da oferta de menor preço, mediante análise da documentação;

n) adjudicar o objeto da licitação ao licitante vencedor, se não tiver havido interposição de recurso;

o) determinar a elaboração da ata da sessão pública de pregão, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

1) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

2) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa dos lances;

3) dos lances e das classificações das ofertas;

4) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

5) da negociação do preço;

6) da análise dos documentos de habilitação;

7) da síntese das razões do licitante interessado em recorrer, se houver.;

p) receber os Recursos Administrativos e encaminhar à autoridade competente (Prefeito Municipal), devidamente instruído, inclusive com parecer jurídico;

q) encaminhar o processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

r) propor à autoridade competente, quando couber, a revogação ou a anulação do processo licitatório.

IV - Da Equipe de Apoio:

a) buscar permanentemente atualizar-se no conhecimento da legislação e sua aplicação;

b) prestar a necessária assessoria ao Pregoeiro e cumprir as determinações deste, desde que manifestamente legais;

c) fazer o credenciamento dos interessados em participar do pregão;

d) instruir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender à legislação;

e) operar o Sistema de Pregão;

f) lavrar a ata da sessão de pregão, devendo buscar assinaturas dos presentes e subscrever o termo;

g) responsabilizar-se pela montagem do processo da licitação e numeração das folhas constantes do mesmo;

h) levar ao conhecimento do Pregoeiro qualquer ato ou informações que possam alterar os procedimentos licitatórios.

§1º - Somente poderá atuar como Pregoeiro o funcionário da Administração Municipal que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

§ 2º - A Equipe de Apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou da entidade promotora do Pregão.

Art. 6º - A fase preparatória do Pregão Presencial será iniciada com a abertura do processo no qual constará:

I - a autorização para abertura da licitação, justificando a necessidade da aquisição;

II - o termo de referência e a planilha de orçamento contendo os quantitativos e os valores unitários e totais;

III - o edital, que deverá observar, no que couber, o disposto no art. 40 da redação em vigor da Lei Federal nº 8.666/93, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

a) a descrição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, conforme padrões de qualidade e desempenho usuais do mercado, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

b) as exigências de habilitação;

c) os critérios de aceitação das propostas;

d) o critério de julgamento, adotando-se o de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições necessárias;

e) as sanções por inadimplemento;

f) a minuta do contrato, se for o caso;

g) a redução mínima admissível entre os lances sucessivos e o critério de encerramento da etapa de lances;

h) os prazos para o fornecimento ou da execução dos serviços;

i) A menção de que o mesmo será regido por este Regulamento, pela Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

IV - a aprovação das minutas de edital e do termo do contrato pela assessoria jurídica;

V - o ato da autoridade competente designando o Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio.

Parágrafo único. O Edital fixará o **prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis** para apresentação das propostas, contado da data da publicação do aviso.

Art. 7º - A fase externa do Pregão Presencial será iniciada com a convocação dos interessados e observará os seguintes procedimentos:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de Aviso em função dos seguintes limites e estipulações:

a) para bens e serviços de valores estimados em até R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

a-1) no Jornal Oficial dos Municípios, definido em lei como órgão de imprensa oficial do município;

a-2) no Mural do Paço Municipal;

a-3) por meio eletrônico, através do site oficial do Município, quando houver.

b-) para bens e serviços de valores estimados acima de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

b-1) no Jornal Oficial dos Municípios;

b-2) no Mural do Paço Municipal;

b-3) por meio eletrônico, através do site oficial do Município, quando houver, ou site da Secretaria de Estado de Administração (SAD).

c-) para bens e serviços de valores estimados acima de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

c-1) no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

c-2) no Jornal Oficial dos Municípios;

c-3) por meio eletrônico, através do site oficial do Município, quando houver, ou site da Secretaria de Estado de Administração (SAD);

c-4) em jornal de grande circulação regional ou estadual.

II – no Edital e no Aviso constarão a descrição do objeto, a modalidade da licitação, o dia, o horário e o local da realização da sessão, a indicação dos locais e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

III - no dia, hora e local, designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado, por si ou por seu representante legal, proceder ao respectivo credenciamento, mediante documento que o habilite para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

IV - aberta a sessão, serão entregues ao Pregoeiro a declaração do licitante de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a proposta e os documentos de habilitação;

V - o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, podendo permitir o saneamento de falhas formais na proposta que não alterem o preço, o produto ofertado e o prazo de entrega. O pregoeiro desclassificará aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital, e selecionará a de menor preço e as demais com preços até 5% (cinco por cento) superiores àquela;

VI – não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida no inciso anterior serão selecionados os melhores preços, até o máximo de 03 (três), e os seus autores convidados a participar da etapa dos lances;

VII - o Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

VIII – os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de valor admitida no edital do pregão;

IX – Quando todos os participantes declinarem da formulação de lances, essa etapa será considerada encerrada e todas as propostas (exceto as desclassificadas) serão classificadas, na ordem crescente dos valores, considerando-se o último preço ofertado;

X - Encerrada a etapa competitiva de lances, se o lance provisoriamente vencedor não tiver sido formulado por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), estabelecer um intervalo 5% (cinco por cento) superior ao valor do menor lance;

XI - Verificar se nesse intervalo há empresa enquadrada como ME ou EPP, e, existindo, considerar o preço dessa ou dessas, se mais de uma, empatadas com o licitante que ofereceu o menor lance;

XII - Existindo, no intervalo, apenas uma empresa beneficiária da Lei Geral (Lei Complementar Nº 011, de 2009), esta será convocada para ofertar novo lance, menor do que o provisoriamente classificado como vencedor, no prazo máximo de 05 minutos, quando se tratar de pregão eletrônico ou pregão presencial com poucos itens. Em caso de pregão presencial com muitos itens em seu objeto, o prazo deverá ser previsto no edital e poderá ser de até 12 horas do dia subseqüente. Se a empresa cumprir com a oferta de novo lance no prazo estabelecido, terá adjudicado o objeto da licitação a seu favor;

XIII - Existindo, no intervalo, mais de uma empresa beneficiária da Lei Geral, as mesmas poderão ser convocadas uma única vez, segundo a ordem de classificação de suas propostas, para ofertarem novo lance, menor do que o provisoriamente classificado como vencedor, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos quando se tratar de pregão eletrônico ou pregão presencial com poucos itens. Em caso de pregão presencial com muitos itens em seu objeto, o prazo deverá ser

previsto no edital e poderá ser de até 12 (doze) horas do dia subseqüente. Se a convocada cumprir com a oferta de novo lance no prazo estabelecido, terá adjudicado o objeto da licitação a seu favor. Neste caso, note-se, que não serão ambas convocadas para apresentar nova oferta, mas cada uma segundo a ordem de classificação, de tal modo, que, se a empresa convocada por primeiro ofertar valor menor do que o lance provisoriamente vencedor, esta terá adjudicado o objeto da licitação a seu favor, e as outras empresas não mais serão convocadas;

XIV - Existindo, no intervalo, mais de uma empresa beneficiária da Lei Geral, e havendo igualdade de valores (empate), o órgão responsável pela licitação fará sorteio para definir aquela que primeiro poderá apresentar novo lance, menor do que o provisoriamente classificado como vencedor;

XV - Inexistindo qualquer empresa beneficiária da Lei Geral, no intervalo, sagrar-se-á vencedora a licitante de médio ou grande porte que tiver oferecido o menor preço.

XVI - Após realizados os procedimentos acima, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, podendo negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do mesmo e decidirá, motivadamente, a respeito.

XVII – considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante vencedora, sendo-lhe facultado o saneamento de falhas formais relativas à documentação na própria sessão;

XVIII – A licitante deverá apresentar **toda a documentação exigida** no Edital da licitação, mesmo que esta apresentar alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser sanada no prazo estabelecido no edital.

XIX - A licitante habilitada nas condições de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá apresentar as competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de decadência do direito à contratação e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

XX - Ocorrendo a habilitação na forma do inciso XIX, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro para que a licitante vencedora possa nos prazos estabelecidos, comprovar a regularidade fiscal.

XXI - Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá, motivadamente, sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal.

XXII - Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação ou não sendo sanada a irregularidade fiscal na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

XXIII - divulgado o vencedor, o Pregoeiro informará às licitantes, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XXIV - o acolhimento de recurso, que terá efeito suspensivo, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, ou seja,não invalidará os atos ou dispositivos que não sejam objeto do recurso;

XXV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do Pregão Presencial ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

XXVI - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, encaminhando o processo para homologação pela autoridade competente;

XXVII - homologada a licitação, inicia-se o prazo de convocação do adjudicatário para assinar o contrato, respeitado o prazo de validade de sua proposta;

XXVIII - o resultado final do Pregão Presencial será publicado nos mesmos locais e órgãos de imprensa da publicação do aviso da licitação, com indicação da modalidade, do número de ordem e da série anual, do objeto, do valor total e do licitante vencedor;

XXIX - para a celebração do contrato, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXX – Após a celebração do contrato ou pedido de material, conforme o caso, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão à disposição para retirada por 15 (quinze) dias.

XXXI - quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente. Os atos decorrentes desta nova convocação serão realizados em sessão pública, com a convocação direta dos licitantes remanescentes classificados para a análise da aceitabilidade do preço e, se for o caso, a abertura do respectivo envelope "Documentos de Habilitação".

§ 1º - No caso de empate de ofertas na situação referida no inciso **VI**, deverão ser admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

§ 2º - A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante dessa etapa, mantida a proposta escrita para efeito de classificação das ofertas.

§ 3º - Quando comparecer um único licitante, houver uma única proposta válida ou todos os licitantes declinarem de formular lances, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do menor preço tendo em vista os critérios estabelecidos no edital, ou optar pela repetição de nova licitação, sem prejuízo para o órgão promotor da licitação, ou, ainda, optar pelo ato de revogar o Pregão, que será procedido pela autoridade competente;

Art. 8º - Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.

§ 1º - A petição será dirigida à autoridade competente que assinou o Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.

§ 2º - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art. 9º - A habilitação far-se-á com o atendimento às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Art. 10 - Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de União do Sul, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a licitante que:

I - apresentar documentação falsa exigida para o certame;

II - convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

IV - não mantiver a proposta, lance ou oferta;

V - ensejar o retardamento da execução da contratação;

VI - falhar ou fraudar na execução do contrato.

Parágrafo único: As penalidades serão aplicadas após ter sido garantido o exercício do direito de ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório.

Art. 11 - É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes ao fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 12 - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as normas estabelecidas no artigo 33 da redação em vigor da Lei Federal 8.666/93.

Art. 13 - A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, sempre mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º - A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o contratado de boa-fé que terá direito de ser ressarcido pelos encargos, devidamente comprovados, que tiver suportado para o cumprimento do contrato.

Art. 14 - Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes.

Art. 15 - A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial e na Internet deverá ser providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, com a indicação da modalidade de licitação com número de ordem em série anual, do objeto e do valor total.

Art. 16 - Os atos essenciais do Pregão Presencial serão documentados e juntados no respectivo processo, compreendendo todos aqueles praticados nas fases preparatória e externa do certame, inclusive e especialmente a ata da sessão pública subscrita pelo Pregoeiro.

Art. 17 - O Pregão Presencial é regido por este Regulamento e pela Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Art. 18 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 12 de janeiro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 593, DE 12 DE JANEIRO DE 2010.

RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS
BENS COMUNS:
1. Bens de Consumo:
1.1. – água Mineral;
1.2. – combustíveis e lubrificantes;
1.3. – gás;
1.4. – gêneros alimentícios;
1.5. – materiais de expediente;
1.6. – materiais hospitalares, médicos e de laboratório;
1.7. – medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos;
1.8. – materiais de limpeza;
1.9. – materiais de construção, conservação e iluminação pública;
1.10 – oxigênio;
1.11 – equipamentos de informática, exceto “softwares”;
2. Bens Permanentes:
2.1 – mobiliários;
2.2 – equipamentos em geral;
2.3 – utensílios de uso geral;
2.4 – veículos automotivos em geral.
...etc...

SERVIÇOS COMUNS:
1- Serviço de Apoio Administrativo;
2- Serviço de Apoio à Atividade de Informática:
2.1 - digitação;
2.2 - manutenção;
3 - Serviços de Assinaturas:
3.1 - jornais;
3.2 - periódicos;
3.3 - revistas;
3.4 - TV via satélite;
3.5 - TV a Cabo;
4 - Serviços de Assistência:
4.1 – hospitalar;
4.2 – médica;
4.3 – odontológica;
5 – Serviços de Confecção de Uniformes;
6 - Serviços de Copeiragem;
7 – Serviços de Eventos.
...etc...

DECRETO Nº 594, DE 12 DE JANEIRO DE 2010.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 69 da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro no § 3º do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 11 da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002;

D E C R E TA:

Art.1º - Fica regulamentado o Sistema de Registro de Preços - SRP, destinado à aquisição de bens e à contratação de serviços no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de União do Sul, na conformidade deste Decreto.

Parágrafo Único – O SRP será adotado para aquisições de bens ou serviços que, pelas suas características, ensejem contratações frequentes.

Art. 2º - Para os fins deste Decreto considera-se:

I - Sistema de Registro de Preços – SRP: o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços: o documento de caráter obrigacional em que são registrados os preços, os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, a quantidade e as condições a serem observadas nas futuras contratações;

III – Órgão Gerenciador: a Comissão Permanente de Licitações - CPL do Poder Executivo, e/ou eventuais Comissões de Licitação instituídas em Unidades Administrativas da Administração Direta Municipal, que têm a responsabilidade de conduzir o conjunto de procedimentos do certame, para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - Órgão Solicitante: a unidade da estrutura básica do Poder Executivo que se utiliza do SRP para realizar suas contratações.

Art. 3º - Incumbe ao Órgão Gerenciador:

I - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de
consumo;

II – promover:

a) as devidas adequações com vistas à definição das especificações técnicas ou dos projetos básicos para atender aos requisitos de padronização;

b) ampla pesquisa de mercado visando aferir os preços efetivamente praticados antes da realização do certame;

c) o procedimento licitatório;

III – gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos fornecedores, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação;

IV – conduzir os procedimentos relativos à revisão dos preços registrados e à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas pactuadas na Ata de Registro de Preços;

V – publicar o ato que promove a exclusão de licitante da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único. À Comissão Permanente de Licitações – CPL da Prefeitura Municipal de União do Sul, na qualidade de órgão gerenciador, incumbe convidar as unidades da estrutura básica do Poder Executivo que não contam com CPL, para participar do SRP.

Art. 4º - Incumbe ao Órgão Solicitante:

I – informar ao órgão gerenciador sobre a quantidade e os produtos a serem objeto de registro de preços;

II - assegurar-se de que a contratação a ser celebrada atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos preços registrados, informando ao Órgão Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;

III – informar ao Órgão Gerenciador quando o fornecedor não atender às condições estabelecidas no Edital ou recusar-se a cumprir o contrato.

IV - consultar o Órgão Gerenciador sobre os produtos e quantitativos a que os fornecedores ainda se encontram obrigados, e os preços registrados.

Art. 5º - As licitações para o Sistema de Registro de Preços - SRP são realizadas nas modalidades de Pregão ou Concorrência, nos termos da Lei Federal 10.520/2002 e da Lei Federal 8.666/1993, respectivamente, adotando-se, para julgamento e classificação das propostas, o critério de menor preço.

Art. 6º - Sem prejuízo do disposto nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, o Edital de Licitação para o SRP indicará:

I – a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do Registro;

II - o prazo de validade do registro de preços;

III - os locais e prazos de entrega e de execução do objeto;

IV – as unidades da estrutura básica do Poder Executivo participantes do respectivo registro de preços;

V – as penalidades a que se sujeitam os licitantes.

§ 1º - O Edital pode admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

§ 2º - Quando o edital previr o fornecimento de bens ou a prestação de serviços em diversos locais, é facultada a exigência de apresentação de proposta de preço diferenciada por região.

Art. 7º - O objeto da licitação pode ser subdivido em lotes, observados a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega, fixados no edital.

Parágrafo Único. No silêncio do edital, não é admitida cotação de quantidade inferior à demandada na licitação.

Art. 8º - Ao preço do primeiro colocado podem ser registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta.

Parágrafo Único. Para efeito de registro, a classificação obedece à ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, decidindo-se eventual empate, na conformidade da Lei Federal 8.666/93.

Art. 9º - Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador redigirá ata, na qual serão registrados o preço, os fornecedores de bens, prestadores de serviços e os órgãos solicitantes.

§ 1º - Para que se proceda ao registro em ata, observa-se a ordem de classificação, o quantitativo oferecido pelo fornecedor e as condições a serem analisadas nas futuras contratações;

§ 2º - O primeiro colocado e os licitantes que concordem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado, são convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

§ 3º - Colhidas as assinaturas, o órgão gerenciador providenciará a imediata publicação da ata.

§ 4º - Será excluído da ata o licitante que deixar de assiná-la no prazo fixado.

Art. 10 - A validade do registro de preços não pode ultrapassar 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata.

Parágrafo Único. O prazo de vigência da contratação é estabelecido na conformidade do edital ou do respectivo instrumento (ata ou contrato).

Art. 11 - A contratação com os fornecedores de bens ou prestadores de serviços registrados é formalizada por instrumento contratual, na conformidade do edital.

Art. 12 - A Ata de Registro de Preços pode sofrer alterações, obedecido o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

§ 1º - Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deve:

I – convocar:

a) o fornecedor do bem ou prestador do serviço, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

b) os demais fornecedores ou prestadores de serviços, visando à igual oportunidade de negociação.

II - quando frustrada a negociação, liberar o fornecedor do bem ou prestador do serviço do compromisso assumido, respeitados os contratos firmados.

§ 2º - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

§ 3º - A Ata de Registro de Preços pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante previa consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Art. 13 - O fornecedor de bens ou prestador de serviços incluído na Ata de Registro de Preços:

I - está obrigado a celebrar os contratos nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata;

II - pode solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que comprometa a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

III - fica impedido de licitar e contratar com o Município de União do Sul, sendo descredenciado do cadastramento de fornecedores

pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e tem seu registro cancelado sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato, quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

e) ensejar o retardamento imotivado da execução do objeto da licitação;

f) não mantiver a proposta;

g) fraudar a execução do contrato;

h) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º - O cancelamento do registro será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - O procedimento para aplicação de penalidades de advertência e multa, relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, será conduzido no âmbito do Órgão Gerenciador, e a penalidade aplicada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 14 - A existência de preços registrados não obriga a Administração firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a utilização de outros meios para aquisição de bens e serviços, respeitada a legislação de licitações, caso em que assegura-se ao beneficiário do registro, em igualdade de condições, o direito de preferência.

Art. 15 - O SRP pode ser realizado com a utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 12 de janeiro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 01.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Marli Aparecida Camargo.
Cargo/função: Professor Pós Graduado, jornada de 20 horas semanais, podendo haver horas excedentes, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Departamento de Educação Especial Fundeb 60%.
Remuneração base: R$ 850,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Marli Aparecida Camargo - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 02.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Raimunda de Souza Lima
Cargo/função: Auxiliar de Enfermagem, jornada de 40 horas semanais, podendo haver adicionais de plantões, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Raimunda de Souza Lima - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 03.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Luziane Silva dos Santos
Cargo/função: Técnico de Enfermagem, jornada de 40 horas semanais, podendo haver adicionais de plantões, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 850,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Luziane Silva dos Santos - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 04.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Jorge Aparecido Pereira
Cargo/função: Fiscal de Tributos, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Fazenda.
Remuneração base: R$ 650,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Jorge Aparecido Pereira - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 05.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Leandro Roberto de Souza
Cargo/função: Fiscal de Tributos, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Fazenda.
Remuneração base: R$ 650,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Leandro Roberto de Souza - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 06.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Rozeli Larsson de Lima
Cargo/função: Técnico de Enfermagem, jornada de 40 horas semanais, podendo haver adicionais de plantões, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 850,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Rozeli Larsson deLima - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 07.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Rosinete Ferreira da Guia
Cargo/função: Agente Comunitário de Saúde, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 651,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Rosinete Ferreira da Guia - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 08.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Juliana Adorne.
Cargo/função: Auxiliar Administrativo, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 500,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Juliana Adorne - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 09.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Luzia Dolce
Cargo/função: Agente Comunitário de Saúde, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 651,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Luzia Dolce - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 10.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Antonilza Barbosa Conceição
Cargo/função: Agente Comunitário de Saúde, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 651,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Antonilza Barbosa Conceição - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 11.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Rosilei Duarte
Cargo/função: Agente Comunitário de Saúde, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 651,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Rosilei Duarte - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 12.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Luciana Silva Abreu
Cargo/função: Agente Comunitário de Saúde, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 651,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Luciana Silva Abreu - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 13.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Eidi dos Santos Aguiar
Cargo/função: Agente de Combate as Endemias, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/08/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Eidi dos Santos Aguiar - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 14.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Dilva da Silva Santos
Cargo/função: Auxiliar de Enfermagem, jornada de 40 horas semanais, podendo ter adicionais de plantões, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.

Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Dilva da Silva Santos - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 15.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Otacílio Ribeiro Nascimento Sobrinho
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Otacílio Ribeiro Nascimento Sobrinho - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 16.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Pablino Rodrigues
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Pablino Rodrigues- Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 17.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Osni Lentz
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Osni Lentz - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 18.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Cláudio Pereira
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Cláudio Pereira - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 19.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: João Maria Franco Saldanha
Cargo/função: Operador de Máquinas, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 950,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e João Maria Franco Saldanha - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 20.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Pedro João de Camargo
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Pedro João de Camargo - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 21.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Terezinha Minati
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Terezinha Minati - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 22.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Julio Fernandes
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Julio Fernandes - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 23.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Osvaldo Francisco Rezende
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Osvaldo Francisco Rezende - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 24.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Antonio Carlos de Lima
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Antonio Carlos de Lima - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 25.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Antonio Reis Mendes
Cargo/função: Inspetor de Alunos, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 04/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Antonio Reis Mendes - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 26.2010.
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratado: Reginaldo Aparecido Morillo.
Cargo/função: Gari, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Divisão de Urbanismo - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.
Remuneração base: R$ 550,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2010.
Data assinatura: 07/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Reginaldo Aparecido Morillo - Contratado.

Extrato de Contrato
Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 27.2010
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 295, de 29/02/2008.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Neusa de Oliveira Carlot.
Cargo/função: Zeladora, jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto ao PSF-I, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, em substituição da funcionária Ivanilda Ferreira em férias.
Remuneração base: R$ 480,00 p/ mês.
Prazo: Até 11/02/2010.
Data assinatura: 12/01/2010.
Signatários: Ildo Ribeiro de Medeiros - Prefeito de União do Sul e Neusa de Oliveira Carlot - Contratada.

PORTARIA Nº 007/2010

Data: 12/01/2010
Designa servidores para compor a equipe da Prefeitura Municipal de União do Sul responsável por licitações na modalidade Pregão e define atribuições.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS**,** Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando as disposições contidas no Decreto nº. 593, de 12 de Janeiro de 2010, bem como no artigo 2º, inciso IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e legislação pertinente;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar servidores para compor a equipe da Prefeitura Municipal de União do Sul, responsável pela licitação na modalidade Pregão e definir suas funções e atribuições:

I – Representante do Órgão Comprador – Ordenador de Despesa (autoridade competente):
a) Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS – Prefeito Municipal.

II – PREGOEIRA:
a) Srª. FABIANI BOLSON ZAMBONIN.

III – EQUIPE DE APOIO:
a) Sr. ERINEU DIESEL;
b) Sr. ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO;
c) FERNANDA DA SILVEIRA DA ROCHA;
d) JULIANI FRANCIANI GONÇALVES DUARTE.

Art. 2º - São atribuições do Representante do Órgão Comprador – Ordenador de Despesa:
I – determinar a abertura de licitação na modalidade de pregão, justificando a necessidade da contratação;
II - designar o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio;
III - assinar o Edital;
IV - decidir sobre impugnações ao Edital e aos recursos interpostos contra atos do Pregoeiro;
V - fixar as condições de prestação de garantia de execução do contrato, se for o caso;
VI - adjudicar o objeto do certame em caso de interposição de recurso;
VII - revogar, anular ou homologar o procedimento licitatório.

Art. 3º - São atribuições da equipe técnica e jurídica:
I – Emitir Parecer acerca da Licitação;
II – Resolver Recursos quando necessária a apreciação jurídica do caso.

Art. 4º - São atribuições do Pregoeiro:
I – zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;
II – consolidar entendimentos, visando a celeridade nas licitações;
III – aprovar, após o crivo da Assessoria Jurídica, e assinar o Edita de Pregão;
IV – determinar a publicidade da licitação na forma da legislação;
V – determinar à equipe de apoio o credenciamento dos interessados ao pregão;
VI - coordenar os trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;
VII - receber a declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como conduzir os procedimentos de recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

VIII - promover a abertura das propostas, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazo e condições fixados no edital;

IX - selecionar e ordenar as propostas classificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002;

X – conduzir os procedimentos relativos aos lances e estabelecer a redução mínima admissível entre os lances;

XI - classificar as propostas segundo a ordem crescente de valores ao final ofertados e decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do menor preço;

XII - promover a negociação do preço com vistas à sua redução;

XIII - decidir sobre a habilitação do autor da oferta de menor preço, mediante análise da documentação;

XIV - adjudicar o objeto da licitação ao licitante vencedor, se não tiver havido interposição de recurso;

XV – determinar a elaboração da ata da sessão pública de pregão, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

1) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

2) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa dos lances;

3) dos lances e das classificações das ofertas;

4) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

5) da negociação do preço;

6) da análise dos documentos de habilitação;

7) da síntese das razões do licitante interessado em recorrer, se houver.;

XVI - receber os Recursos Administrativos e encaminhar à autoridade competente (Prefeito Municipal), devidamente instruído, inclusive com parecer jurídico;

XVII - encaminhar o processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XVIII - propor à autoridade competente, quando couber, a revogação ou a anulação do processo licitatório.

Art. 5º - É atribuições da Equipe de Apoio assistir o pregoeiro na condução dos trabalhos relativos ao certame licitatório e:

I – buscar permanentemente atualizar-se no conhecimento da legislação e sua aplicação;

II - cumprir as determinações do Pregoeiro, desde que manifestamente legais;

III – fazer o credenciamento dos interessados em participar do pregão;

IV – Instruir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender à legislação;

V – operar o Sistema de Pregão;

VI – lavrar a ata da sessão de pregão, devendo buscar assinaturas dos presentes e subscrever o termo;

VII – responsabilizar-se pela montagem do processo da licitação e numeração das folhas constantes do mesmo;

VIII – levar ao conhecimento do Pregoeiro qualquer ato ou informações que possam alterar os procedimentos licitatórios.

Art. 6º - As fases preparatória e externa do Pregão e os demais procedimentos do certame obedecerão ao disposto no Decreto Municipal nº 593, de 12 de janeiro de 2010 e demais legislações correlatas.

Art. 7º - Fica autorizada a substituição de Pregoeiro, desde que justificado nos autos, quando o titular do certame encontrar-se impedido.

Parágrafo Único – Fica indicado o servidor Sr. ERINEU DIESEL como Pregoeiro Substituto.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 12 de Janeiro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

EXTRA TEMPORE - AVISO DE RESULTADO - Pregão Presencial N. º 056/2009.

Referente à aquisição de roçadeira costal profissional e peças para manutenção, para atender as necessidades da secretaria municipal de serviços públicos.

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, no Pregão Presencial supra citado, cujo certame se deu às 09:00 horas do dia 07/12/2009, sagraram-se vencedoras as empresas: Santa Rita Comercio e Repres. de Maq. E Peça Ltda no Lote 01 no valor total de R$ 12.000,00 e Fermaquinas Distr. de Maq. E Ferramentas Ltda - ME no Lote 02 no valor total de R$ 19.900,00. Luciano Raci de Lima- Pregoeiro. Rachid Herbert P. Mamed - Secretário de Fazenda. Várzea Grande – MT, 22 de Dezembro de 2009.

EXTRA TEMPORE - AVISO DE RESULTADO - Pregão Presencial N. º 058/2009.

Referente à aquisição de areia lavada para utilização em usina de asfalto, serviços de concreto e pequenos reparos, para atender as necessidades da secretaria municipal de viação, obras e urbanismo.

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, no Pregão Presencial supra citado, cujo certame se deu às 09:00 horas do dia 10/12/2009, sagrarou-se vencedora a empresa: MR3 Mineração Ltda no item 01 no valor total de R$ 36.750,00. Luciano Raci de Lima- Pregoeiro. Rachid Herbert P. Mamed - Secretário de Fazenda. Várzea Grande – MT, 29 de Dezembro de 2009.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO E REMARCAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, EM ÂMBITO NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, com realização prevista para o dia 25 de Janeiro de 2010, às 09h00min (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis das 14h00min às 17h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 40,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Luciano Raci de Lima- Pregoeiro. Marcos José da Silva - Sec. Municipal de Administração.Várzea Grande-MT, 12 de Janeiro de 2010.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2010 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, PARA ATEDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO, com realização prevista para o dia 26 de Janeiro de 2010, às 09h00min (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis das 14h00min às 17h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 40,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Luciano Raci de Lima- Pregoeiro. Marcos José da Silva- Sec. Municipal de Administração.Várzea Grande-MT, 12 de Janeiro de 2010.

DECRETO Nº 001/2010

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO USO DE VEÍCULOS PUBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 69, VI, da Constituição Municipal, e considerando que deve haver uma padronização e maior controle do uso dos veículos municipais, e tendo em vista os princípios da legalidade, economia e da moralidade no serviço público,

RESOLVE:

I - Disposições Preliminares

Art. 1º. A partir da vigência deste Decreto a autorização para utilização de veículos do Município é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, devendo o condutor ser servidor do Município devidamente habilitado há mais de 01 (um) ano.

II - Da Manutenção, Uso e Responsabilização

Art. 2º. Compete a Secretaria Municipal de Administração a manutenção dos veículos.

Art. 3º. Os veículos devem ser utilizados exclusivamente para execução de serviços, sendo vedada à utilização para fins particulares, sob pena de responder processo disciplinar.

Art. 4º. É terminantemente proibido permitir que outra pessoa dirija o veículo sob sua responsabilidade, bem como, conceder caronas a familiares ou qualquer pessoa.

Art. 5º. Compete ao servidor condutor proceder à inspeção visual no veículo a fim de identificar alguma avaria, devendo esta ocorrer no momento da recepção e na entrega do veículo.

§ único. Em caso de constatação de avaria o servidor condutor deve imediatamente informar à Secretaria em que presta serviço sobre o fato para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 6º. Os danos causados nos veículos considerados provenientes de mau uso, imprudência, negligência ou imperícia, são de responsabilidade do servidor condutor.

Art. 7º. Responsabiliza-se o servidor condutor pelas multas de trânsito e perda de pontos na carteira de habilitação em decorrência das infrações cometidas no trânsito.

§ único. Caso não seja identificado o servidor condutor, por falta da utilização do controle de trafego, os encargos e responsabilidades ficam a cargo do responsável pelo veículo de cada Secretaria.

III - Da Utilização de Veículos Fora de Horário de Expediente

Art. 8º. O horário de expediente se compreende entre as 08:00 hs às 18:00hs.

Art 9°. Para a utilização diária de veículos fora do horário de expediente ou final de semana, a autorização procederá da seguinte forma:

I – Autorização por escrito fundamentada do secretário da pasta.

§ 1º. A autorização a que se refere este artigo somente poderá ocorrer nos casos de necessidade para a consecução do serviço público, o qual deverá ser descrito na autorização.

§2°. A Guarda Municipal fica responsável em proceder a conferencia das autorizações diárias ou de final de semana, sendo que a não apresentação por parte do condutor resultara em recolhimento do veiculo para junto ao Pátio da Guarda Municipal, a qual redigirá o devido relatório para instauração de processo administrativo.

IV - Do Estacionamento dos Veículos após o Uso

Art. 10º. É obrigatório o estacionamento dos veículos no pátio pertencente ao Município.

I - No caso dos veículos pertencentes às Secretarias situadas no Paço Municipal, após o término do expediente deverão ser estacionados no pátio do Paço.

II - Quando se tratar de veículos pertencentes às Secretarias descentralizadas do Paço Municipal, após o término do expediente deverão ser estacionados em seus respectivos pátios.

§ único. Em casos excepcionais onde haja necessidade de melhor atender as exigências do serviço público a permanência do veículo com o servidor além do horário de expediente deverá ser precedida de "Autorização diária para utilização de veículos em horários especiais", assinado pelo Secretário da Pasta.

V - Da Responsabilidade pelo Controle da Frota e Identificação dos Veículos

Art. 11. Compete ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração a identificação e registro de todos os veículos.

I – A entrega dos veículos às Secretarias destinatárias, deve ser precedida do Termo de cessão de uso de veículos.

Art. 12. Nos casos dos veículos que não apresentarem condições de uso, será elaborado pela secretaria em posse do veiculo relatório detalhado, constando parecer da prestadora de serviços de manutenção de veículos, confirmando tal fato.

VI - Do Controle de Trafego Diário

Art. 13. Todas as Secretarias deverão manter atualizadas as fichas de controle de trafego individuais diária dos seus veículos, devendo ser descritas nestas as principais ocorrências.

§ 1º. Considera-se ocorrência para os fins deste decreto, os principais acontecimentos relativos ao veículo, como envolvimento em acidente, conserto/mecânica, lataria, troca de pneus, baterias etc.

§ 2º. As fichas de controle de trafego individuais dos veículos deverão ser guardadas para as inspeções necessárias.

Art. 14. Todos os servidores que utilizarem veículos deverão manter em ordem e sem rasuras a ficha de controle de trafego.

Art. 15. Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês as secretarias descentralizadas do Paço Municipal deverão encaminhar as fichas individuais de controle de trafego de todos os veículos pertencente ao Município à Coordenadoria de Transporte da Secretaria Municipal de Administração para acompanhamento do bom uso, alimentar seus cadastro e efetuar os estudos pertinentes, e se for o caso tomar as medidas cabíveis.

§ único. Ultrapassado o prazo estabelecido neste artigo serão tomadas às medidas cabíveis contra o responsável pela não entrega das fichas de controle de trafego.

VII - Disposições Finais

Art. 16. Os casos omissos deste Decreto serão dirimidos pela Procuradoria juntamente com o Chefe do Executivo Municipal e Secretaria Municipal de Administração.

Art. 17. O descumprimento das determinações constantes no presente Decreto configurará infração disciplinar passível de punição administrativa.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Várzea Grande, 07 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 01/SMEC/2010

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no Edital para Seletiva da Rede Municipal de Várzea Grande 2009, de 23/11/2009;

Considerando relatório da Equipe Técnica responsável pela Coordenação, elaboração e Aplicação das Provas, designada pela Portaria nº 1087/2009/GAB/SMEC;

Considerando que mencionado Relatório aponta a ocorrência de inconsistências e falhas na formatação dos dados, que poderão causar prejuízo aos inscritos e a Administração;

Considerando a necessária observância do princípio da Transparência;

R E S O L V E:

ANULAR, *in totum* o **EDITAL PARA SELETIVA REDE MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE 2009**.

Paço Municipal em Várzea Grande/MT, em 08 de janeiro de 2009.

ISAC ABRÃO NASSARDEN
Secretário Municipal de Educação e Cultura

VISTO:
SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES
Prefeito Municipal em exercício

REAVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRENCIA PÚBLICA Nº. 006/009

.
Em Virtude da Concorrência Pública 006/09, com seção marcada para o dia 11/01/2010 ter sido Suspensa, a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, torna Público, republicando o Edital a quem possa interessar, que realizará Licitação Concorrência Publica Nº. 006/2009, tendo como Objeto: Contratação de Empresa **LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS, para atender a Secretaria de Serviços Públicos e demais secretarias do Município de Várzea Grande**, com realização prevista para 17/02/2010 às 14h00min. O Edital completo e demais esclarecimentos estarão à disposição dos Interessados na sala de Licitação das 14:00 ás 17:00 Horas, pela quantia não reembolsável R$ 100,00 (Cem Reais). Várzea Grande – MT, 12 de Janeiro de 2010.

Nadir Martins Araújo
– Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de Vera

AVISO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, GASOLINA, ÁLCOOL COMBUSTÍVEL, GRAXA, FILTRO E LUBRIFICANTES.
A PREFEITURA Municipal de Vera MT, torna público que às 07:00 horas do dia 25/01/2010, estará recebendo propostas para abertura às 08:00 horas, do pregão presencial, para aquisição supra citada. O Edital completo somente poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Vera, com a CPL, na Av. Otawa nº 1.651, centro, Vera MT. Maiores informações com a comissão do pregão pelo fone (66) 3583 - 3100.
Vera - MT, 12 de Janeiro de 2.010.

Antonio Rodrigues
Pregoeiro

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL.

CONTRATANTE/LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA – MT; **CONTRATADA/LOCADORA: DIRLENE KIEDIS**; **VIGÊNCIA:** 03/08/2009 – 31/12/2010; **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VERA; **DATA:** 30/12/2009.

Portaria Nº 045/2010
Data: 08 de Janeiro de 2010.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação do Edital Complementar nº 001 ao Edital nº 001/2009, do concurso Público do Município de Vera – MT.

O **Senhor Moacir Luiz Giacomelli**, Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar as alterações no Anexo III do Ensino Fundamental Incompleto, visando maior clareza na realização das provas práticas pelos candidatos concorrentes.

Art. 2º. Homologar a alteração no Anexo III do Ensino Médio e Técnico com a inclusão de Conteúdo Programático Específico ao cargo de Professor Magistério.

Art. 3º. Homologar a alteração do local da realização da prova teórica para a Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sito à Av. Nicarágua nº 2024 – centro - Vera MT, dado o volume de candidatos inscritos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vera - MT, aos 08 dias de janeiro 2.010.

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Anexo III - NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO - ALTERADO

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

a. Língua Portuguesa – 05 (cinco) questões: Ortografia. Emprego de letras maiúsculas e minúsculas. Substantivos. Gêneros masculino e feminino. Singular e plural. Pontuação. Acentuação gráfica. Artigos. Sujeito e predicado. Adjetivos. Emprego de verbos e pronomes. Encontros vocálicos e consonantais. Sílabas. Nomes próprios e comuns. Aumentativos e diminutivos. Sinônimos e antônimos.

b. Matemática – 05 (cinco) questões: Conjunto dos números naturais: quatro operações fundamentais - resolução de problemas sobre as quatro operações; Sistema de numeração decimal: números até bilhão; Noções de: dúzia, arroba, metade, dobro, triplo, um quarto ou quarta parte, um terço ou terça parte; Medidas de: comprimento, superfície, massa, capacidade e tempo - transformações - problemas; velocidade; tempo; Número decimal: operações. Sistema Monetário Nacional - Real; Perímetro e área de quadrado e retângulo; Operações com frações; Operações com números decimais.

c. História do Município e da região – 05 (cinco) questões: Fundadores; governo municipal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do Município; atualidades e acontecimentos do Município: relacionados às áreas de: econômica, política, saúde, segurança, lazer e educação; Cultura Geral.

d. Ética e Cidadania – 05 (cinco) questões: Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania (Atitudes no serviço); Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

e. Prova de Conhecimentos Específicos do Cargo – 05 (cinco) questões:

Auxiliar de Serviços Gerais; Jardineiro: Funções; ferramentas utilizadas; jardinagem - noções de adubação; poda de árvores; plantio; replantio;

equipamentos; ferramentas e utensílios comuns ao exercício da função; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

Lubrificador de Máquinas: Questionamentos acerca da atuação nessas áreas, tipos de manutenção, plano de manutenção e lubrificação e calibragens, tipo de remendos e recapagens a quente e a frio. Conhecimentos em manutenção de automóveis e outros veículos e equipamentos. Tipos de lubrificantes. Funcionamentos elétrico e mecânico. Noções de mecânica, elétrica, noções de hidráulica. Conhecimentos das ferramentas. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente à especialização. Relações Humanas.

Obs. O Lubrificador de máquinas não realizará prova prática.

Marceneiro: Ferramentas de trabalho. Noções sobre Segurança do trabalho. Madeiras e seus derivados. Juntas e encaixes. Revestimento. Metrologia. Habilidades, destrezas e manuseios com máquinas operatrizes para madeiras que permitam o corte, aparelhamento, esquadrejamento e furação; Habilidades, destrezas e manuseios com ferramentas portáteis como furadeira, lixadeira entre outras; Habilidades em executar serviços de confecção ou reparação em peças ou artefatos de madeira; Domínio e conhecimento em revestimento de madeira com fórmicas e lâminas de madeira; Leitura e interpretação de desenhos. Assuntos relacionados à sua área de atuação e ética no trabalho. Organização do local de trabalho. Comportamento no local de trabalho.

Motorista CNH "D" e "E": Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Prevenção de acidentes e incêndio.

Operador de Máquinas II CNH "D" e "E": Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o equipamento em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Prevenção de acidentes e incêndio.

Vigia: Conhecimento sobre a manutenção da ordem e da disciplina, prevenção contra roubo, vigilância do patrimônio, comportamento profissional, uso de uniforme adotado; Noções de relacionamentos interpessoais, como: regras de comportamento no ambiente de trabalho; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo, colegas de trabalho e zelo pelo patrimônio público.

Zeladora: Funções; Ferramentas utilizadas; Conhecimento sobre limpeza e conservação bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; Executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; Conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS PRÁTICAS

2.1. Prova Prática: Motoristas, Marceneiro e Operador de Máquinas II:

A prova prática aos Motoristas será realizada com Ônibus e nessa fase da Prova os candidatos desse grupo deverão demonstrar a manutenção mínima obrigatória de um veículo/equipamento e ainda realizar: manobras; provas de balizas; de estacionamento e garagem, bem como percurso no trânsito.

A prova prática aos Operadores de Máquinas II será realizada com equipamentos pesados tipo: Trator de Esteira e Retro-escavadeira ou PC. Nessa fase os candidatos farão manobras e demonstrarão o desempenho dos equipamentos, bem como sua capacidade de trabalho.

A prova prática aos Marceneiros será realizada com equipamentos de marcenaria, onde os candidatos demonstrarão sua capacidade de criação e habilidade no uso da madeira para a fabricação de móveis.

Durante a fase da prova prática o candidato será considerado **classificado** ou **desclassificado** para ocupar o cargo.

O candidato **desclassificado** na prova prática estará automaticamente **reprovado** neste concurso de vagas, sem prejuízos para participações futuras.

Vera MT, 08 de janeiro de 2010

Comissão Organizadora do Concurso Público
Presidente Sra. Juliana Ertel Webler

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Anexo III – NÍVEL ENSINO MÉDIO E TÉCNICO - ALTERADO

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

1.1. Língua Portuguesa – 10 (dez) questões: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS: Não está inserido nos conteúdos o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

1.2. Matemática – 10 (dez) questões: Números inteiros: operações e propriedades, múltiplos e divisores; Números racionais: operações nas formas fracionária e decimal; Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional, regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples; Funções do 1º e 2º graus: problemas, equações e inequações de 1º e 2º graus. Sistema de medidas decimais e não-decimais; Médias: aritmética e ponderada; Conjuntos; Perímetros e áreas de figuras planas; Volume de sólidos geométricos.

1.3. Prova de História de Mato Grosso e de Vera - 10 (dez) questões: Primeiros exploradores. Fundação de Cuiabá e do Município de Vera. Mato Grosso no 1º Império. Presidentes do 2º Império. A Guerra do Paraguai. Mato Grosso da 1ª à 4ª República. Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil. Governos: Estadual e Municipal. Comemorações e festas históricas, cívicas e populares. Divisão do Estado. Folclore. Símbolos do Estado e Município; Mato Grosso e seus Municípios.

1.4. Conhecimentos Específicos dos cargos – 10 (dez) questões:

Assistente de Controle Administrativo: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Uso de manuais de procedimentos. Conhecimentos sistemas informatizados. Noções de Comunicação: canais e finalidades. Atendimento ao público interno e externo. Redação de documentos e correspondência; Noções de prática de Qualidade Total.

Conhecimentos de Microinformática: arquitetura e funcionamento, características de componentes de hardware (placas, memórias, barramentos, discos rígidos), dispositivos de entrada. Sistemas Operacionais Sistema Operacional Windows XP. Microsoft Office: Word e Excel 2007. Cuidados necessários com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

Monitor de Creche: Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Orgânica do Município - Capítulo da Educação. Desenvolvimento da criança. Importância da arte e brincadeiras na Educação Infantil. Higiene e limpeza de crianças em creches. Prevenção de acidentes. Segurança alimentar e noções de valor nutricional na alimentação de crianças. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho.

Professor Magistério: Políticas Pública da Educação; Didática do Ensino; Processo Ensino Aprendizagem; Educação Básica; Importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB; Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; Escola Ciclada; Planejamento Escolar; Currículo; Projeto Político Pedagógico; Escola Cidadã e o Estatuto da Criança e do adolescente.

Técnico em Enfermagem: 1. Relações interpessoais no trabalho; técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, higienização, administração de medicamentos via oral e parenteral, cuidados especiais, coleta de material para exame 2. Ética profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional 3. Introdução as doenças transmissíveis: terminologia básica, noções de epidemiologia, esterilização e desinfecção, doenças de notificação compulsória, isolamento, infecção hospitalar, vacinas 4. Socorros de urgência: parada cardio-respiratória, hemorragias, ferimentos superficiais e profundos, desmaio, estado de choque, convulsões, afogamento, sufocamento, choque elétrico, envenenamento, mordidas de cobras, fraturas e luxações, corpos estranhos, politraumatismo, queimaduras 5. Pediatra: a criança: o crescimento e o desenvolvimento infantil, alimentação, doenças mais comuns, berçários e lactários. 6. Centro cirúrgico: terminologia cirúrgica, cirurgias mais comuns.

Técnico em Raio X: I – Física das Radiações Ionizantes e não–ionizantes. Proteção Radiológica. II – Anatomia Humana. Anatomia Radiológica. Terminologia Radiográfica. III – Equipamentos radiográficos. Princípios Básicos de Formação da Imagem. Contrastes Radiológicos. IV – Princípios de Posicionamento. Posicionamento Radiológico. V – Processamento Radiográfico (automático e manual). VI – 9 Técnicas e Procedimentos Radiológicos. Noções básicas de procedimentos Angiográficos, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética. VII – Humanização no atendimento. Legislação do SUS e Ética Profissional. História da Radiologia. VIII. Parâmetros para o funcionamento do SUS.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE REDAÇÃO DISSERTATIVA

2.1. Na redação, o participante deverá produzir um texto dissertativo. A prova de redação procura avaliar a capacidade de escrever sobre determinado tema ou o conhecimento da modalidade culta da língua, e que apresente: coerência e coesão; análise e reflexão crítica; domínio dos diversos níveis de linguagem; linguagem criativa com fluência e clareza de raciocínio.

A prova deverá ser escrita em letras cursivas ou de forma, no mesmo tamanho de letra de inicio ao final do texto e deverá conter no mínimo 18 linhas e no máximo 25. Somente a caneta esferográfica azul ou preta. Deverá ainda, apresentar concordância nominal e verbal e não será cobrado normas do novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

Em qualquer fase das provas o candidato que tiver aproveitamento menor que 50% (cinquenta) por cento, estará desclassificado.

O candidato que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada nas provas, mesmo que na soma geral atinja o percentual mínimo de 50% (cinquenta) por cento, estará desclassificado.

Vera MT, 08 de janeiro de 2010

Comissão Organizadora do Concurso Público
Presidente Sra. Juliana Ertel Webler

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Portaria Nº 046/2010
Data 08 de Janeiro de 2010.
SÚMULA: Dispõe sobre a homologação das Inscrições dos candidatos ao Concurso Público Edital nº 001/2009, do Município de Vera – MT.

O **Senhor Moacir Luiz Giacomelli**, Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei,

Considerando que, as inscrições dos candidatos passaram pela avaliação da Comissão Organizadora do Concurso Público e estão aptas a concorrerem com as vagas conforme as especificações do Edital,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar as inscrições dos candidatos ao Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva da Prefeitura Municipal de Vera Edital nº 001/2009.

Art. 2º. Os candidatos constantes no Anexo I desta Portaria, estão aptos à concorrerem com as vagas dispostas em conformidade com o Edital 001/2009.

Art. 3º. A listagem está disposta em Ordem Alfabética para facilitar a localização dos candidatos.

Art. 4º. As provas teóricas serão realizadas na Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sito à Av. Nicarágua nº 2024 – centro - Vera MT, a partir da 07:30 hs impreterivelmente do dia 17 de janeiro de 2010.

Art. 5º. O local e o horário das provas práticas serão informados no decorrer da prova teórica.

Art. 6º. Os candidatos deverão apresentar-se no mínimo com 30 minutos de antecedência, munidos do cartão de inscrição e RG.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vera - MT, aos 08 dias de janeiro 2.010.

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

ANEXO I DA PORTARIA Nº 046/2010

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	CARGO CONCORRIDO	LOCAL
423	Abilene Keiza Lopes Trindade	Nutricionista	Estrutura Administrativa
304	Ademir Correa de Avila	Motorista	Estrutura Administrativa
221	Ademir Jesur	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
346	Adenir Antonio Passari Jezur	Vigia	Estrutura Administrativa
393	Adilson Aparecido dos Reis	Vigia	Estrutura Administrativa
252	Adilson da Silva Constantino	Motorista	Estrutura Administrativa
235	Adriana Pinheiro	Zeladora	Estrutura Administrativa
140	Adriano Nunes da Rocha	Vigia	Estrutura Administrativa
333	Afonso Dantos dos Santos	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
453	Aila Corbanez Sobrinho	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
324	Alan Anderson Bernini	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
180	Alcione Pereira dos Santos	Zeladora	Estrutura Administrativa
037	Aleandro Kovalski Penasso	Vigia	Estrutura Administrativa
336	Alessandra Felisaki	Nutricionista	Estrutura Administrativa
169	Alessandra Paruci Felix	Professor Pedagogo Pós Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
432	Alex de Oliveira Pedro	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
034	Alex Fernando Capelari	Marceneiro	Estrutura Administrativa
214	Alex Junior Matte	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
009	Alex Sander Bonatto	Professor Educação Física Pós-Graduado	Estrutura Administrativa
191	Alexssandra Andreia da Silva	Professor Pedagogo (20 hs)	Estrutura Administrativa
379	Aline Fernandes Lima	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
001	Aline Zanata Scaburi	Nutricionista	Estrutura Administrativa
129	Almir Gomes de Lima	Vigia	Estrutura Administrativa
171	Altair Stein	Lubrificador de Máquinas	Estrutura Administrativa
251	Amarildo Dalla Costa	Motorista	Estrutura Administrativa
398	Américo Junior dos Santos Bernini	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
045	Ana Cristina Martins	Zeladora	Estrutura Administrativa
287	Ana Maria Piedade da Silva	Médico	Estrutura Administrativa
158	Ana Paula de Almeida Pereira Dantas	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
424	Ana Paula Eberhard	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
003	Anderson Tiburcio da Silva	Vigia	Estrutura Administrativa
076	André Gerstberger	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
189	André Vidor	Motorista	Estrutura Administrativa
360	Andreia Cristina Alves	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
319	Andreia Lucia Biancato	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
459	Andreia Silva de Oliveira	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
348	Angelo José Caldart	Motorista	Estrutura Administrativa
416	Anna Paola Gomes	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
004	Antonio Aparecido da Costa	Vigia	Estrutura Administrativa
342	Antonio Carlos Farias Araújo	Vigia	Estrutura Administrativa
103	Antônio Cavalheiro	Vigia	Estrutura Administrativa
312	Antonio Marques da Costa	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
021	Antonio Neto da Silva	Lubrificador de Máquinas	Estrutura Administrativa
249	Aparecida de Lurdes Chinez	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
293	Aparecida Jucelaine Retamero Freitas	Zeladora	Estrutura Administrativa
344	Aparecido Inácio do Amaral	Vigia	Estrutura Administrativa
256	Ariane Lays Alves de Lima	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
237	Benedito Martins de Oliveira	Motorista	Estrutura Administrativa
452	Bianca Vasquez Pistorio	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
407	Bruna Paola Moro	Técnico em Radiologia	Estrutura Administrativa
269	Camila Francielli dias Amaral	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
425	Cardeck Carvalho de Oliveira	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
273	Carmelita Cabral dos Santos	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
131	Caroline Victorelli Coelho	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
442	Cecilia da Guia Nunes	Nutricionista	Estrutura Administrativa
261	Célio Domingos da Silva	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
254	Celma Balbino de Araújo	Zeladora	Estrutura Administrativa
307	Cesar Rodrigo Amaro do Nascimento	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
111	Charles Jean Zuchi	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
081	Cidinéia Rodrigues Barbosa	Zeladora	Estrutura Administrativa
174	Cirlei Pereira Diniz Lents	Zeladora	Estrutura Administrativa
414	Clair da Silva Valardão da Rosa	Zeladora	Assentamento Califórnia
139	Clarice Dalpasquale de Amorim	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
061	Claudemir Dutra da Silva	Marceneiro	Estrutura Administrativa
286	Claudia Regina Aires Gomes	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
374	Claudio Amaro do Nascimento	Vigia	Estrutura Administrativa
274	Claudio Rodrigues	Motorista	Estrutura Administrativa
353	Claudiomiro Santos de Ávila	Motorista	Estrutura Administrativa
193	Cleide Solange Kronbauer	Zeladora	Estrutura Administrativa
271	Cleiton Pereira Bezerra	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
263	Clodoaldo Alves	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
215	Creuza Soares Lima Souza	Zeladora	Estrutura Administrativa
238	Cristiane Valardão	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
164	Cristiano Fonseca dos Santos	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
197	Cristielly Fernanda Ribeiro	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
313	Cristina Alves dos Santos	Zeladora	Estrutura Administrativa
456	Daiane Ferreira Teza	Professor Educação Física	Estrutura Administrativa
408	Daiane Garcia Rosoni	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
052	Daiane Selzler	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
332	Damiana Dalsasso	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
329	Danieli Aline Buzzacaro	Nutricionista	Estrutura Administrativa
375	Danielli da Silva	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
450	Danielly Marinuchi	Nutricionista	Estrutura Administrativa
117	Daril Jose Jezur	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
443	Deise Mattei	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
394	Dejana Dias da Silva	Zeladora	Estrutura Administrativa
035	Denner Lucas Passareli	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
422	Diego Leal Velasques	Motorista	Estrutura Administrativa
464	Diego Maike Ferreira	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
464	Diego Maike Ferreira	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
352	Diego Rocha do Nascimento	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
441	Dinara Amelia Mattei	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
006	Dioclecio Bispo dos Santos	Marceneiro	Estrutura Administrativa
016	Dioride da Luz Prestes Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
155	Douglas Delalibera	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
231	Dulce Maria Carminatti Heck	Professor Pedagogo (20 hs)	Estrutura Administrativa
079	Eder Alves Pereira	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
135	Ederson Ricardo Meneguetti	Motorista	Estrutura Administrativa
208	Edezio Quirino da Rocha	Vigia	Estrutura Administrativa
026	Edigar Alves Cardeal	Motorista	Estrutura Administrativa
318	Edilson Souza da Silva	Vigia	Estrutura Administrativa
417	Edmilson Freitas Barbosa	Bioquímico	Estrutura Administrativa
280	Edna Maria dos Santos	Merendeira	Estrutura Administrativa
055	Edna Pimenta	Zeladora	Estrutura Administrativa
458	Ednalva Branda	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
290	Ednalva Marques Rodrigues	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
108	Edson Aparecido Martins	Motorista	Estrutura Administrativa
300	Edson Ferreira de Lima	Vigia	Estrutura Administrativa
212	Edson Pedroso de Quadros	Vigia	Estrutura Administrativa
433	Eduardo Alexandre da Costa V. Rocha	Bioquímico	Estrutura Administrativa
382	Elaine Aparecida de Jesus Guimarães	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
325	Elaine Maria Calgaro Tibola	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
020	Eliana Fuga Geweher	Zeladora	Estrutura Administrativa
023	Eliane Alves de Oliveira	Professor Pedagogo Pós-Graduado	Estrutura Administrativa
087	Eliane Fatima dos Santos	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
420	Eliane Maria Basso	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
097	Eliselma de Jesus Correa	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
068	Elisete Julia Jahnel	Motorista	Estrutura Administrativa
283	Elizabete Inez da Silva	Zeladora	Assentamento Califórnia
195	Elizier Kened Meneses	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
051	Eloisa Fabiana Dall'Onder	Zeladora	Estrutura Administrativa
157	Eloiza Nunes Alves de Oliveira	Zeladora	Estrutura Administrativa
022	Elza Mendes Neres	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
436	Emerson Padilha de Lima	Motorista	Estrutura Administrativa
245	Erondina de Jesus Ribeiro	Vigia	Estrutura Administrativa
122	Fabiana Schwab	Zeladora	Estrutura Administrativa
178	Fabio Adriano Camilo	Motorista	Estrutura Administrativa
449	Fabio Eduardo Leite	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
455	Fabio Kalkmann	Professor Educação Física	Estrutura Administrativa
106	Fabiula Ferreira Santana	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
184	Fabricio Antonio de Souza	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
010	Fátima da Silva Barbosa	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
098	Fernanda Ines Roos	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
403	Fernando Alcantara da Silva	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
054	Fernando Tiaraju Quintana	Bioquímico	Estrutura Administrativa
146	Firmino José Duarte	Marceneiro	Estrutura Administrativa
059	Franciele Maciel dos Santos	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
167	Francisco Antônio de Souza Alves	Vigia	Estrutura Administrativa
201	Francisco Meton Pinheiro Pereira	Vigia	Estrutura Administrativa
094	Gema Maria de Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
216	Genessi Serpa de Lima	Vigia	Estrutura Administrativa
439	Gerda Isoldi Gruen Klauck	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
387	Gilberto Pereira Dias	Motorista	Estrutura Administrativa
078	Gilvane de Oliveira de Araújo	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
232	Glescer Quelli Bembe	Merendeira	Assentamento Califórnia
185	Graziela Sanches dos Santos	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
402	Graziela Sartori	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
320	Guilherme Utzig dos Santos	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
071	Helia Rodrigues de Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
114	Heliane Luciana Hermes	Professor Pedagogo Pós-Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
186	Hellen Cristina da Silva	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
206	Idalina Inácio Pereira de Jesus	Zeladora	Assentamento Alto Celeste
222	Idarci Valardão	Motorista	Estrutura Administrativa
050	Idione de Lurdes Andreis	Merendeira	Estrutura Administrativa
406	Ieda Deise Feyh	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
294	Ilaci Olifia Schmitz	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
099	Ilda Maria da Conceição	Merendeira	Estrutura Administrativa
385	Iliete Rodrigues Gracino	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
159	Ilsi Isoldi Muller	Professor Pedagogo Pós Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
033	Ineide Maria Strada	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
080	Irene Jose Duarte	Zeladora	Estrutura Administrativa
064	Ironi Terezinha Barbosa Rodrigues	Zeladora	Estrutura Administrativa
124	Isaias Gomes da Silva	Motorista	Estrutura Administrativa
225	Itacir Cassol	Motorista	Estrutura Administrativa
220	Ivande de Souza	Operador de Máquinas II	Estrutura Administrativa
314	Ivanir Riffel	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
345	Ivany Bittencourt	Vigia	Estrutura Administrativa
340	Ivone Berenice dos Santos Ramos	Professor Pedagogo Pós Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
383	Ivone Terezinha Ribeiro Francez	Vigia	Estrutura Administrativa
128	Izabel Alves Ferreira	Zeladora	Estrutura Administrativa
019	Izabel Maria Soares	Zeladora	Estrutura Administrativa
351	Jacel Ricardo Jankowski	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
415	Jaciandre aparecida Pinto	Zeladora	Estrutura Administrativa
335	Janaina Cagnani Brasileiro	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
363	Jandir Antonio Dal Agnol	Motorista	Estrutura Administrativa
451	Jane Anastacio da Silva	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
400	Janete Anastácio da Silva	Merendeira	Assentamento Alto Celeste
040	Jesuel Alves dos Santos	Vigia	Estrutura Administrativa
292	Jesus da Aparecida Gomes da Silva	Zeladora	Estrutura Administrativa
179	Jheimys Moro	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
073	Jhon Kennedy Alves dos Santos	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
091	Jhony Fabiano Pukaleski	Vigia	Estrutura Administrativa
007	Joana Kreve	Professor Educação Física	Estrutura Administrativa
198	João Alves Camelo	Vigia	Estrutura Administrativa
229	João Batista Lima dos Santos	Operador de Máquinas II	Estrutura Administrativa
371	João Carlos Coelho	Motorista	Estrutura Administrativa
199	João Cicero da Silva	Motorista	Estrutura Administrativa
013	João Correa da Silva	Vigia	Estrutura Administrativa
434	Joao José Pereira	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
317	João Maciel	Vigia	Estrutura Administrativa
142	João Pedro Nunes de Sousa	Vigia	Estrutura Administrativa
310	Joenel Martins de Freitas	Vigia	Estrutura Administrativa
110	Jonas Andrade	Vigia	Assentamento Califórnia
067	Jorge Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
446	José Antônio Félix	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
012	Jose Aparecido dos Santos	Motorista	Estrutura Administrativa
295	José Carlos Alves	Vigia	Estrutura Administrativa
378	José Carlos Ambrosino	Vigia	Estrutura Administrativa
364	José Carlos de Oliveira	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
133	José João da Silva	Vigia	Estrutura Administrativa
028	José Luis Alves da Silva	Vigia	Estrutura Administrativa
328	José Maria Duarte	Marceneiro	Estrutura Administrativa
444	José Paulino da Cunha B. Seidenthal	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
113	Jose Rube Sebastiani Theis	Motorista	Estrutura Administrativa
466	Joselene Mahl Rossetto	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
123	Josemilk Silva dos Santos	Motorista	Estrutura Administrativa
253	Josilene dos Santos Pereira	Zeladora	Estrutura Administrativa
152	Jucimara Aparecida de Lima	Zeladora	Estrutura Administrativa
049	Julia de Souza Viana	Merendeira	Estrutura Administrativa
242	Juliane Pretto Rombaldi	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
315	Juliano Augusto Donatti	Professor Pedagogo Pós Graduado (40 Hs)	Estrutura Administrativa
210	Juliano Daniel	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
255	Juliano Roney Schmitz	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
426	Junior Antonio Cruz de Brito	Motorista	Estrutura Administrativa

230	Jusiene Regina Peixoto de Amorim	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
275	Jussana Braganholo	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
144	Kaio Miaghy Fukui	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
366	Katia Moraes Soares	Zeladora	Estrutura Administrativa
369	Keila Lorenzi	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
388	Keity Pagnoncelli	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
361	Keli Aparecida Paludo	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
421	Ketlyn Secco	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
257	Laire Totti Ferreira	Zeladora	Estrutura Administrativa
457	Lanna Mara Heemann	Bioquímico	Estrutura Administrativa
085	Laudicéia Lopes Matias	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
029	Laudir de Oliveira Pedro	Vigia	Estrutura Administrativa
338	Lazaro Teodoro Ferreira de Oliveira	Motorista	Estrutura Administrativa
205	Leandro Correia Boaventura	Vigia	Assentamento Califórnia
247	Leila Egea de Oliveira	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
161	Leilane Malcher Pinto	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
435	Leonaria Furtado Rego	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
120	Leonel Campos da Silva	Lubrificador de Máquinas	Estrutura Administrativa
096	Leonilde Maria Alves dos Santos Vieira	Zeladora	Estrutura Administrativa
412	Leonir César Anschau	Motorista	Estrutura Administrativa
250	Leosandra Aparecida Paz	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
431	Leticia da Silva Nunes	Nutricionista	Estrutura Administrativa
039	Lezilda de Lima Alcantara	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
298	Lindalva Cavalcante Gomes	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
194	Lodimar Carlos Uczenski	Vigia	Estrutura Administrativa
032	Loreci de Lima	Zeladora	Estrutura Administrativa
202	Luciane de Fátima Souza	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
303	Luciano Oliveira de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
062	Lucilene da Luz Santos	Zeladora	Estrutura Administrativa
160	Lucimara Aparecida Ramos	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
177	Lucinei Marques de Rezende	Professor Pedagogo Pós Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
173	Lucinéia Schell	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
244	Luiz Antonio Zanivan	Motorista	Estrutura Administrativa
141	Luiz Venazzi Neto	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
137	Luzinete Souza da Costa	Zeladora	Estrutura Administrativa
272	Magali de Souza Lamb	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
105	Marcela do Carmo Medina	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
200	Marcelene Machado Estrada	Zeladora	Estrutura Administrativa
327	Marcelo Fabiano Pukaleski	Vigia	Estrutura Administrativa
396	Marcelo Rodrigues Perioto	Motorista	Estrutura Administrativa
438	Marcia dos Santos Gonçalves	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
265	Marcia Regina Alves de Souza	Zeladora	Estrutura Administrativa
116	Marcia Schwab	Zeladora	Estrutura Administrativa
063	Marciane Andreia Fontana	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
074	Marciel Eidt	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
282	Marcilene Silveira	Merendeira	Estrutura Administrativa
183	Marcinéia Barboza de Oliveira	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
036	Marcio Eizeu Barrabarra	Professor Educação Física	Estrutura Administrativa
305	Marcio José Bourscheid	Motorista	Estrutura Administrativa
427	Marcio Jose da Silva	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
384	Marcio Leandro Ribeiro	Técnico em Radiologia	Estrutura Administrativa
008	Marco Antonio de Oliveira	Professor Educação Física Pós-Graduado	Estrutura Administrativa
262	Marco Antonio Miranda	Lubrificador de Máquinas	Estrutura Administrativa
192	Marcos Adriano da Silva	Vigia	Assentamento Califórnia
163	Marcos Alves de Oliveira	Motorista	Estrutura Administrativa
005	Marcos Antonio da Silva	Lubrificador de Máquinas	Estrutura Administrativa
267	Marcos do Nascimento Silveira	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
112	Marcos Evaldo Kempf	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
218	Marcos Franklin Evangelista da Silva	Motorista	Estrutura Administrativa
347	Marcos Rodrigo dos Santos Faria	Lubrificador de Máquinas	Estrutura Administrativa
330	Marcos Rodrigues	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
125	Marcos Rodrigues Bento	Vigia	Estrutura Administrativa
136	Margarete de Fátima Cardoso	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
392	Margarete dos Santos Palu	Zeladora	Estrutura Administrativa
278	Margarete Pereira de Macedo	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
168	Maria Adriana Vidal	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
404	Maria Alice Costa Sobrinho	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
119	Maria Aparecida Alfonso	Vigia	Estrutura Administrativa
048	Maria Aparecida Rodrigues Barbosa	Zeladora	Estrutura Administrativa
228	Maria Conceição da Silva	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
291	Maria Correia de Araújo	Merendeira	Estrutura Administrativa
154	Maria Cristina dos Santos Jardim	Zeladora	Estrutura Administrativa
429	Maria Cristina Kaliberda	Zeladora	Estrutura Administrativa
024	Maria Criver dos Santos	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
093	Maria da Glória do Carmo	Zeladora	Estrutura Administrativa
381	Maria Dalva Lima	Zeladora	Estrutura Administrativa
209	Maria das Dores Ferreira	Zeladora	Estrutura Administrativa
143	Maria das Graças de Santana	Zeladora	Estrutura Administrativa
270	Maria de Fátima Pereira de Lima	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
065	Maria Donaria Machado	Merendeira	Estrutura Administrativa
203	Maria Edite de Souza de Jesus	Zeladora	Assentamento Alto Celeste
454	Maria Elisabeth Toqueto	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
196	Maria Francisca dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
334	Maria Geralda Moises Benassi	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
445	Maria Gracieli Kanzler	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
309	Maria José Alves de Freitas	Professor Pedagogo Pós Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
175	Maria Leudiane Andrade	Zeladora	Estrutura Administrativa
373	Maria Marinete do Nascimento	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
042	Maria Salete Macanhan Debastiani	Zeladora	Estrutura Administrativa
014	Maria Solange Gomes	Merendeira	Estrutura Administrativa
084	Maria Sonia Reis	Merendeira	Estrutura Administrativa
149	Mariana Kamiya Perez	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
156	Marilda Aparecida de Oliveira	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
357	Marilza Vieira da Silva	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
038	Marinaldo Ribeiro de Castro	Vigia	Estrutura Administrativa
090	Marines Dal'Agnol	Zeladora	Assentamento Califórnia
107	Marines Pereira Madruga da Silva	Zeladora	Estrutura Administrativa
217	Marisa da Silva Bueno	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
281	Marli Antunes da Silva	Professor Pedagogo Pós Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
182	Marli Francisca	Zeladora	Estrutura Administrativa
243	Marli Leite de Souza	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
419	Marlize Terezinha Bourscheid	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
461	Martins Astrolli Salazar	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
126	Mauricio Florencio dos Santos	Motorista	Estrutura Administrativa
370	Maurida Feliciano Viana	Zeladora	Estrutura Administrativa
356	Maurilio da Silva Guedes	Lubrificador de Máquinas	Estrutura Administrativa
224	Mércio Benetti	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
268	Milta da Silva Catrinque Rodrigues	Zeladora	Assentamento Califórnia
284	Mirian Barbosa Quadros de Almeida	Merendeira	Estrutura Administrativa
339	Mirian da Silva Souza Costa	Merendeira	Estrutura Administrativa
266	Moises Hungria Pinto	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
077	Monaliza Derlam	Professor Magistério (40 Hs)	Estrutura Administrativa
365	Monia Jaqueline Nogueira de Carvalho	Zeladora	Estrutura Administrativa
166	Monica Rocha Albuquerque	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
115	Narcisio da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
410	Neide Rosane Lazzarotto	Vigia	Estrutura Administrativa
260	Neuci Reis	Zeladora	Estrutura Administrativa
070	Neuza Aparecida dos Santos	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
207	Neuza Heemann	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
083	Neuza Maria Fernandes Corrêa	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
095	Neuza Maria Willinghoefer	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
367	Neuza Nunes Pereira dos Santos	Zeladora	Estrutura Administrativa
165	Nilza Aparecida Silva	Vigia	Estrutura Administrativa
343	Ninfa Neli Terezote Escobar	Vigia	Estrutura Administrativa
447	Nivaldo dos Santos	Professor Educação Física	Estrutura Administrativa
047	Noeli Maria Gatto Kummer	Professor Pedagogo Pós-Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
299	Noemi Fortunato Mathias	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
082	Noemia Auxiliadora de Campos	Merendeira	Estrutura Administrativa
297	Odilei Lopes Cardoso	Motorista	Estrutura Administrativa
002	Oscar Francilino de Miranda	Vigia	Estrutura Administrativa
219	Oscar Pereira	Motorista	Estrutura Administrativa
147	Osnei Gomes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
030	Osni Aguiar	Vigia	Assentamento Califórnia
127	Ozair da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
018	Ozana Oliveira da Silva	Zeladora	Estrutura Administrativa
181	Oziel da Silva Alves	Motorista	Estrutura Administrativa
056	Patricia Juliana Marocco	Zeladora	Estrutura Administrativa
170	Patrick Alex Andrade Carneiro	Vigia	Estrutura Administrativa
386	Paula Bordignon de Alcantara	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
053	Paula Suto Stutz	Fonoaudióloga	Estrutura Administrativa
187	Paulo Alcantara de Lima	Motorista	Estrutura Administrativa
279	Paulo Cesar Passador	Motorista	Estrutura Administrativa
301	Paulo Dutra	Vigia	Estrutura Administrativa
411	Paulo Gonçalves	Motorista	Estrutura Administrativa
226	Paulo Henrique Bindandi Silva	Vigia	Estrutura Administrativa
234	Pedro Arueira da Silva	Motorista	Estrutura Administrativa
227	Pedro Carlos Berti	Vigia	Estrutura Administrativa
148	Priscila Svierk	Nutricionista	Estrutura Administrativa
066	Rafael Amaral	Motorista	Estrutura Administrativa
391	Rafael Guedes Leal	Bioquímico	Estrutura Administrativa
359	Rafael Richter	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
302	Rafaela Martins da Silva	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
259	Raiara Tamires Correa da Cunha	Zeladora	Estrutura Administrativa
264	Ramão Pereira de Souza	Vigia	Estrutura Administrativa
017	Ramilda Guedes de Oliveira	Zeladora	Estrutura Administrativa
316	Raquel Maria Monteiro	Professor Pedagogo Pós Graduado (40 Hs)	Estrutura Administrativa
188	Regina Celia Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
405	Regina Ferreira	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
322	Regina Maria de Souza	Merendeira	Estrutura Administrativa
072	Renata de Lima Dias	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
092	Renato Macedo Ferreira	Motorista	Estrutura Administrativa
462	Rita de Cássia Lissoni	Nutricionista	Estrutura Administrativa
409	Roberson Felix Oliveira	Enfermeiro	Estrutura Administrativa
362	Robson Andre do Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
213	Rogina dos Reis	Merendeira	Estrutura Administrativa
031	Ronaldo Carlos Nogueira	Motorista	Estrutura Administrativa
248	Ronaldo de Reis Lima	Vigia	Estrutura Administrativa
341	Rosa Antunes Ventura	Vigia	Estrutura Administrativa
057	Rosa Helena dos Santos	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
130	Rosa Ivanil Panizon da Silva	Zeladora	Estrutura Administrativa
118	Rosa Nery Machado Alfonso	Vigia	Estrutura Administrativa
233	Rosalina Fragoso da Silva	Zeladora	Assentamento Califórnia
121	Rosana Boaventura	Professor Magistério (20 Hs)	Estrutura Administrativa
058	Rosane de Arruda Wenzel	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
401	Rosecler Ribeiro	Merendeira	Estrutura Administrativa
015	Rosicler dos Santos Evangelista	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
011	Rosilda Rosana da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
060	Rosilene Aparecida de Souza	Zeladora	Estrutura Administrativa
418	Rosilene Rocha da Silva	Zeladora	Estrutura Administrativa
132	Rosilene Soares da Silva	Zeladora	Estrutura Administrativa
430	Rosimeire Pereira dos Santos	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
044	Rosimeire Rosa da Cruz	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
397	Rosimeire Rosangela da Silva	Merendeira	Estrutura Administrativa
101	Rozene Felisbino dos Anjos	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
372	Samuel Raimundo da Silva	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
162	Sandra da Silva Cardoso	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
025	Sandra de Fátima Machado de Lima	Zeladora	Estrutura Administrativa
349	Sandra Jussara Arend	Merendeira	Estrutura Administrativa
399	Sandra Maria Ribeiro	Zeladora	Estrutura Administrativa
296	Sandra Vieira	Zeladora	Assentamento Alto Celeste
331	Sandro Lucio de Paula Leão	Motorista	Estrutura Administrativa
350	Sara Alencar de Moura Santos	Zeladora	Estrutura Administrativa
376	Sara Ione da Silva de Oliveira	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
285	Schirley Gomes de Andrade	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
102	Sidinei Defante	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
088	Sidnei Bonasina	Motorista	Estrutura Administrativa
380	Silmara Alvares Ribeiro	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
236	Silmara Diniz Lents	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
354	Silvana Lopes da Silva	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
337	Simone Aparecida Castilho	Professor Magistério 20 (hs)	Estrutura Administrativa
104	Simone Diniz Lents	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
448	Simoni Deprá	Professor Educação Física	Estrutura Administrativa
413	Siomara Quintino	Zeladora	Assentamento Califórnia
240	Sirley da Silva	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
211	Soeli Rachele	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
241	Solange Aparecida Penafiel	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
321	Solange Bocher de Oliveira	Merendeira	Estrutura Administrativa
437	Sueli Paiao de Brito	Zeladora	Estrutura Administrativa
395	Suzana Leia Heep	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
463	Suzane de Oliveira	Técnico em Radiologia	Estrutura Administrativa
463	Suzane de Oliveira	Técnico em Radiologia	Estrutura Administrativa
311	Suzane Kelly Moro	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
204	Taiza Ferreira Totti	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
323	Tania Regina Vaniski	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
134	Tatiane Arruda de Oliveira	Merendeira	Estrutura Administrativa
190	Tatiane Gonçalves Ferreira	Zeladora	Assentamento Califórnia
041	Tatiani Debastiani	Zeladora	Estrutura Administrativa
239	Tercilia Ribeiro da Costa	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
289	Terezinha Reis	Merendeira	Estrutura Administrativa
153	Thayla Fernanda Souza e Silva	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa

109	Thiago de Melo Bertacci	Técnico em Radiologia	Estrutura Administrativa
460	Tiago da Silva Lima	Vigia	Estrutura Administrativa
223	Valdecir Rodrigues Dutra	Vigia	Estrutura Administrativa
368	Valdineia dos Santos	Merendeira	Estrutura Administrativa
277	Valdir Correia Padilha	Operador de Máquinas II	Estrutura Administrativa
145	Valdirene Aparecida Camilo	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
176	Valdislei Rogério Mafra	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
086	Valdomiro Lemes da Silva	Marceneiro	Estrutura Administrativa
326	Valtelina Fernanda da Silva	Professor Pedagogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
069	Vanderli Nunes dos Santos	Motorista	Estrutura Administrativa
355	Vanesa da Silva Costa	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
390	Vanessa de Souza Laurindo	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa
428	Vanessa Maisa Marin	Nutricionista	Estrutura Administrativa
246	Vania Aparecida de Almeida	Assistente de Controle Administrativo	Estrutura Administrativa
308	Vanuza Marques Postigo	Zeladora	Estrutura Administrativa
389	Vanuza Queiroz de Carvalho	Zeladora	Estrutura Administrativa
358	Vera Lucia Coelho	Zeladora	Estrutura Administrativa
258	Vera Maria Silva Dierings	Professor Pedagogo Pós Graduado (20 Hs)	Estrutura Administrativa
100	Vicente Leopoldo Kotz	Vigia	Estrutura Administrativa
075	Viltor Rodrigues Medina	Vigia	Estrutura Administrativa
276	Viviane Luzia Jamariqueli Castilho	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa
465	Viviane Machado	Psicólogo (40 Hs)	Estrutura Administrativa
306	Volmir Coitinho	Vigia	Estrutura Administrativa
027	Wanderson Ribeiro dos Santos	Motorista	Estrutura Administrativa
172	Wilson Medina Rodrigues	Motorista	Estrutura Administrativa
151	Wilson Rodrigues dos Santos	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa
150	Wilson Roque da Silva	Operador de Máquinas II	Estrutura Administrativa
377	Zair Souza Silva	Motorista	Estrutura Administrativa
440	Zélia Ribeiro Mendes	Professor Pedagogo (20 Hs)	Estrutura Administrativa
138	Zenilda Silva dos Santos	Zeladora	Estrutura Administrativa
046	Zenira Aparecida de Souza	Zeladora	Estrutura Administrativa
043	Zilda Aparecida Teles Pinto	Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa

Vera MT 10 de janeiro de 2010

Comissão Organizadora do Concurso Público
Presidente Sra. Juliana Ertel Webler

Moacir Giacomelli
Prefeito Municipal

Consórcios Intermunicipais

PLANO DE TRABALHO ANUAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EXERCÍCIO 2010

CAMPO VERDE MT

APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar o Plano de Trabalho Anual do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, para o período compreendido de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2010. O Plano irá pautar sua agenda anual com vistas expressas nos objetos , prioridades, estratégicas, fontes de financiamentos e aplicação de recursos contidos neste documento.

INTRODUÇÃO

A constituição do consórcio é uma iniciativa autônoma do município pela Constituição Federal de 1988.

Assim é que no ano de 2006 foi constituído o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL, pessoa jurídica de direito privado, sujeita às normas do direito público e sem fins lucrativos.

O Município de Campo Verde, sede da instituição, é cortado pelas rodovias BR 070 e MT 140, uma das mais importantes vias de ligação do Estado de Mato Grosso e região norte com o sul do país. Tem como divisa os municípios de Dom Aquino, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Primavera do Leste, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger. Foi escolhido como município sede pela posição geográfica em que se localiza, o que diminui distâncias e gera economia para os cofres públicos.

Adveio das necessidades da congregação de esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos consorciados.

DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO

PLANO DE TRABALHO ANUAL

DO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EXERCÍCIO 2010

CAMPO VERDE MT

APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar o Plano de Trabalho Anual do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, para o período compreendido de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2010. O Plano irá pautar sua agenda anual com vistas expressas nos objetos , prioridades, estratégicas, fontes de financiamentos e aplicação de recursos contidos neste documento.

INTRODUÇÃO

A constituição do consórcio é uma iniciativa autônoma do município pela Constituição Federal de 1988.

Assim é que no ano de 2006 foi constituído o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL, pessoa jurídica de direito privado, sujeita às normas do direito público e sem fins lucrativos.

O Município de Campo Verde, sede da instituição, é cortado pelas rodovias BR 070 e MT 140, uma das mais importantes vias de ligação do Estado de Mato Grosso e região norte com o sul do país. Tem como divisa os municípios de Dom Aquino, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Primavera do Leste, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger. Foi escolhido como município sede pela posição geográfica em que se localiza, o que diminui distâncias e gera economia para os cofres públicos.

Adveio das necessidades da congregação de esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos consorciados.

DADOS CADASTRAIS DO ÓRGÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

CNPJ: 08.051.612/0001-15

Endereço: Rua Arnaldo Eckert,n º 875, sala 02

Bairro: Centro

CEP: 78.840-000

Cidade: Campo Verde

UF: Mato Grosso

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Diretoria Executiva:

PRESIDENTE: DIMORVAN ALENCAR BRASCANCIM, Prefeito de Campo Verde

1º VICE-PRESIDENTE: VILSON PIRES, Prefeito de Paranatinga

2º VICE-PRESIDENTE: EDUARDO ZEFERINO, Prefeito de Dom Aquino

Secretaria Executiva:

SECRETÁRIO(A) EXECUTIVO(A): JÁDER FRANCISCO DEI RICARDI

Do Conselho Deliberativo:

PRESIDENTE: DIMORVAN ALENCAR BRASCANCIM, Prefeito de Campo Verde

1º VICE-PRESIDENTE: VILSON PIRES, Prefeito de Paranatinga

2º VICE-PRESIDENTE: EDUARDO ZEFERINO, Prefeito de Dom Aquino

Do Conselho Fiscal:

TITULARES:

01) JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
02) MAX RUSSI
03) RONAN FIGUEIREDO

SUPLENTES:

01) AUGUSTINHO FREITAS MARTINS
02) REINALDO COELHO CARDOSO

MUNICÍPIOS COMPONENTES

Os municípios que compõe o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, com população e chefes do poder executivo:

NOME DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO *	CHEFE DO PODER EXECUTIVO **	LEI AUTORIZATIVA	DATA DA LEI
CAMPO VERDE	25.533	DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM	1.116/2005	23/12/2005
DOM AQUINO	8.165	EDUARDO ZEFERINO	977/2005	28/11/2005
JACIARA	27.494	MAX JOEL RUSSI	1.024/2006	15/03/2006
JUSCIMEIRA	12.887	VALDECIR LUIZ COLLE	788/2009	22/04/2009
PARANATINGA	15.830	VILSON PIRES	147/2006	12/01/2006
PEDRA PRETA	15.375	AUGUSTINHO FREITAS MARTINS	500/2007	04/08/2007
POXORÉO	17.186	RONAN FIGUEIREDO	1.013/2006	14/02/2006
PRIMAVERA DO LESTE	60.060	GETÚLIO GONÇALVES VIANA	956/2006	09/09/2006
RONDONÓPOLIS	169.814	JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA ARAÚJO	4.783/2006	23/03/2006
SANTO ANTÔNIO DO LESTE	2.216	REINALDO COELHO CARDOSO	181/2006	24/04/2006
SÃO PEDRO DA CIPA	3.641	WILSON VIRGINIO DE LIMA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA

Fontes: * IBGE (Estimativas para 1º de julho de 2006) - ** Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – Seção de Informações Eleitorais e Estatísticas

4 - OBJETIVOS

Geral

Ser instrumento de cooperação para adoção a política integrada voltada para melhoria de qualidade de vida da população, tendo como área de atuação os Programas de Desenvolvimento Urbano e Rural, Econômico, Social e Ambiental em toda a sua área de abrangência.

Objetivos Específicos:

* Representar o Conjunto de Municípios Consorciados em assunto de interesse comum e de caráter sócio-econômico e ambiental, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional;

* Planejar, adotar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o Desenvolvimento Sócio-Econômico e Ambiental da Região compreendida no território dos municípios consorciados;

* Promover programas ou medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente na região compreendida nos territórios dos municípios consorciados;

* Promover a integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos municípios consorciados, destinadas à promoção do Desenvolvimento Sustentável da região compreendida no território dos municípios que compõem o Consórcio;

* Planejar e apoiar o desenvolvimento da região centrado no desenvolvimento de agro pólos;

* Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul;

* Executar obras ou serviços de interesse comum dos municípios que compõe o Consórcio;

* Adquirir bens, produtos e equipamentos e, realizar eventos de interesse dos municípios consorciados;

PROJETOS PRIORITÁRIOS- PLANO DE TRABALHO - EXERCÍCIO DE 2010

Número Ordem	Descrição do Projeto	Objetivo	Valor
001	Manutenção das atividades administrativas	Possibilitar o funcionamento da instituição e a operacionalização de suas atividades fins.	389.661,80
002	Implantação da rede de proteção social	Criar e possibilitar o funcionamento de uma rede de proteção social, através de programas e projetos que buscam resgatar a dignidade e a integração social do idoso, dos dependentes químicos e das famílias em vulnerabilidade social. Os programas incluem assistência social, reforço escolar, atividades sócio-educativas e cursos profissionalizantes.	3.240.000,00
003	Implantação de Infra Estrutura de Apoio a Pequena Propriedade	Dar suporte a pequenas propriedades nos municípios, com implantação de infra estrutura básica	2.540.000,00
004	Manutenção das Patrulhas Mecanizadas	Dar manutenção diversas ao funcionamento das patrulhas mecanizadas	3.600.000,00
005	Implantação de Infra Estrutura de Saneamento e Recuperação de Áreas Degradadas	Implantar nos municípios infra estrutura básica de funcionamento e recuperação de áreas degradadas	16.300.000,00

006	Implantação do Projeto de Fruticultura	Criar um Programa de Fruticultura para Produtores da Agricultura Familiar.	3.000.000,00
Total			29.069.661,80

DAS FONTES DE FINANCIAMENTOS

Os financiamento destinados as ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, advém de convênios firmados com o Estado de Mato Grosso, com a União e com repasses das Prefeituras dos Municípios Consorciados, visando fortalecer as ações, dentro dos princípios, diretrizes e objetivos do mesmo.

Previsão de Planejamento por Transferência dos Municípios Consorciados (período 01/2009 a 12/2009)

Nº Ordem	Municípios	Total do Ano
01	CAMPO VERDE	180.066,55
02	DOM AQUINO	165.244,90
03	JACIARA	180.066,55
04	JUSCIMEIRA	0,00
05	PARANATINGA	172.867,34
06	PEDRA PRETA	168.000,00
07	POXORÉO	180.489,79
08	PRIMAVERA DO LESTE	197.274,51
09	RONDONÓPOLIS	274.777,49
10	SANTO ANTONIO DO LESTE	162.885,59
11	SÃO PEDRO DA CIPA	0,00
	TOTAL	1.681.672,72

Previsão e Planejamento por Transferência dos municípios Consorciados (período 01/2010 a 12/2010)

PREVISÃO DA RECEITA

EXERCÍCIO 2010

Nº DE Ordem	Descrição	Valor
001	Previsão e planejamento por transferência dos Municípios consorciados	1.681.672,72
002	Previsão de recebimento por conta de convênios com o Estado de Mato Grosso	5.800.000,00
003	Previsão de recebimento por conta com a União	21.080.000,00
004	Previsão de receitas de aplicação	5.000,00
	TOTAL	28.566.672,72

APLICAÇÕES DOS RECURSOS FINANCEIROS

As aplicações dos recursos financeiros estão em consonância com o que abaixo encontra-se demonstrado:

FIXAÇÃO DA DESPESA EXERCÍCIO 2010.

Código	Especificação	Valor Anual
	Manutenção das Atividades Administrativas	
3.1.90.09.00.00.00	Salário Família	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (salários	162.661,80
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	47.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis – Pessoa Civil	14.000,00
3.3.90.14.00.00.00	Diárias – Civil	8.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	25.000,00
3.3.90.31.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	2.000,00
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	3.000,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
3.3.90.35.00.00.00	Serviços de Consultoria	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.000,00
3.3.90.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	22.000,00
TOTAL		389.661,80

Código	Especificação	Valor Anual
	Implantação da Rede de Proteção Social	
3.3.90.06.00.00.00	Benefício mensal ao Deficiente e ao Idoso	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	14.000,00
3.3.90.31.00.00.00	Premiações Culturais	1.000,00
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	2.000,00
3.3.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.000.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuições	6.000,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais	150.000,00
3.3.60.41.00.00.00	Contribuições	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	2.000.000,00
TOTAL		3.240.000,00

Código	Especificação	Valor Anual
	Implantação da Infra Estrutura de Apoio a Pequena Propriedade	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
3.3.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	1.500.000,00
3.3.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.000.000,00
TOTAL		2.540.000,00

Código	Especificação	Valor Anual
	Implantação de um Programa de Fruticultura para Produtores da Agricultura Familiar.	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2.000.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00
3.3.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	150.000,00
3.3.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	700.000,00
TOTAL		3.000.000,00

Código	Especificação	Valor Anual
	Implantação de Infra Estrutura de Saneamento e Recuperação de Áreas Degradadas	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	100.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	200.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000.000,00
3.3.90.51.00.00.00	Obras e Instalações (saneamento)	10.000.000,00
3.3.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	4.000.000,00
TOTAL		16.300.000,00

Código	Especificação	Valor Anual
	Manutenção de Patrulhas Mecanizadas	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1.795.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.795.000,00
TOTAL		3.600.000,00

ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO – EXERCÍCIO 2010

Fica o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental da Região Sul, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada, nos termos do artigo da Lei 4.320/64 e em conformidade com a Lei Complementar 101/2000, conforme aprovado através de ata do CIDESASUL, na data de 28/11/2009.

DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM
Presidente

JÁDER FRANCISCO DEI RICARDI
Diretor Executivo

DANIEL EUJACIO TEIXEIRA
Contador

RESOLUÇÃO Nº 015/09

"Aceitação do "**Controle Interno" da Prefeitura Municipal de Alto Garças**, para avaliar o cumprimento das metas e a execução dos programas governamentais e orçamentários; comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão , quanto à eficiência e eficácia; exercer o controle das obrigações, direitos e haveres e apoiar o controle externo do CIDESANA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Nascentes do Araguaia", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NASCENTES DO ARAGUAIA", ROLAND TRENTINI, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas, com a aprovação do Conselho Deliberativo,

RESOLVE:

Art. 1°. – Aceitar o **"Controle Interno" da Prefeitura Municipal de Alto Garças,** para avaliar o cumprimento das metas e a execução dos programas governamentais e orçamentários; comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão , quanto à eficiência e eficácia; exercer o controle das obrigações, direitos e haveres e apoiar o controle externo do CIDESANA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Nascentes do Araguaia", relativas ao exercício de 2009, bem como adotar as demais providências previstas na legislação vigente.

Art. - 2°. – Os membros do Controle Interno foram cedidos pela Prefeitura Municipal de alto Garças-MT, através da Portaria nº 177 de 18 de Novembro de 2009.

Art. 3°. - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 22 de Dezembro de 2009.

Alto Garças-MT, 22 de Dezembro de 2009.

ROLAND TRENTINI
Presidente do CIDESANA

RESOLUÇÃO N.º 014/2009

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Nascentes do Araguaia", sediado nesta cidade de Alto Garças - MT, para o Exercício de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NASCENTES DO ARAGUAIA", ROLAND TRENTINI, com a aprovação do Conselho Deliberativo,

RESOLVE:

Art. 1º - Estima a Receita e Fixa a Despesa do Orçamento Geral do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Nascentes do Araguaia", para o Exercício Financeiro de 2010, em **R$ 1.464.700,00** (Hum milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil e setecentos reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Resolução.

Art. 2º - A RECEITA será realizada mediante recursos oriundos dos Municípios Consorciados, Convênios e Outras Receitas, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$	R$ VALOR
1.0.00.00.00.00	**RECEITAS CORRENTES**		**1.460.700,00**
1.3.00.00.00.00	**RECEITA PATRIMONIAL**		**800,00**
1.3.90.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	800,00	
1.3.90.01.00.00	RENDAS DE APLICAÇÃO DE CAPITAL	800,00	
1.3.90.01.01.00	Rendas de Aplicação de Capital do Consórcio	800,00	
1.7.00.00.00.00	**TRANSFERENCIAS CORRENTES**		**1.382.930,00**
1.7.20.00.00.00	**TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS**		**409.794,00**
1.7.23.00.00.00	**TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS**		**409.794,00**
1.7.23.37.00.00	**Recebimento de Prestação de Serviços a Consórcios**		**207.079,00**
1.7.23.37.01.00	Do Município de Alto Garças	22.135,00	
1.7.23.37.02.00	Do Município de Alto Araguaia	34.912,00	
1.7.23.37.03.00	Do Município de Alto Taquari	22.135,00	
1.7.23.37.04.00	Do Município de Araguainha	22.135,00	
1.7.23.37.05.00	Do Município de Itiquira	26.580,00	
1.7.23.37.06.00	Do Município de Tesouro	22.135,00	
1.7.23.37.07.00	Do Município de Guiratinga	34.912,00	
1.7.23.37.08.00	Do Município de São José do Povo	22.135,00	
1.7.23.99.00.00	**OUTRAS TRANFERÊNCIAS DOS MUNICIPIOS**		**202.715,00**
1.7.60.00.00.00	**TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS**		**973.136,00**
1.7.61.99.00.00	Outras transferências de Convênios da União	2.200,00	
1.7.62.99.00.00	Outras transferências de Convênios do Estado	970.936,00	
1.7.62.99.01.00	Transferências de Recursos da SINFRA	850.936,00	
1.7.62.99.02.00	Complementação de Recursos SINFRA	120.000,00	
1.9.00.00.00.00	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**		**76.970,00**
1.9.30.00.00.00	**CRÉDITOS – RECEITA DA DÍVIDA ATIVA**	**76.970,00**	
1.9.32.00.00.00	**CRÉDITOS – RECEITA DA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**	**76.970,00**	
1.9.32.99.00.00	**CRÉDITOS – RECEITA DA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**	**76.970,00**	
1.9.32.99.01.00	**CRÉDITOS – RECEITA DA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**	**76.970,00**	
1.9.32.99.01.01	Do Município de Alto Araguaia	3.333,00	
1.9.32.99.01.02	Do Município de Alto Taquari	11.414,00	
1.9.32.99.01.03	Do Município de Araguainha	27.539,00	
1.9.32.99.01.04	Do Município de Itiquira	15.423,00	
1.9.32.99.01.05	Do Município de Tesouro	9.547,00	
1.9.32.99.01.06	Do Município de São José do Povo	9.714,00	
2.0.00.00.00.00	**RECEITAS DE CAPITAL**		**4.000,00**
2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4.000,00
2.4.70.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	4.000,00	
2.4.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO	2.000,00	
2.4.71.99.00.00	Outras Transferências de Convênios a União	2.000,00	
2.4.71.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DO ESTADO	2.000,00	
2.4.72.99.00.00	Outras Transferências de Convênios do Estado	2.000,00	
TOTAL DA RECEITA			**1.464.700,00**

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo as discriminações dos quadros "PROGRAMAS DE TRABALHO e NATUREZA DA DESPESA", que apresenta o seguinte desdobramento:

1 – FUNÇÕES DE GOVERNO	R$
04 – Administração	247.274,00
26 – Transporte	1.210.241,75
99 – Reserva de Contingência	7.184,25
TOTAL	**1.464.700,00**

2 – POR SUB-FUNÇÕES DE GOVERNO	R$
122 – Administração Geral	247.274,00
782 – Transporte Rodoviário	1.210.241,75
999 – Reserva de Contingência	7.184,25
TOTAL	**1.464.700,00**

3 – POR PROGRAMAÇÃO	R$
0001 – Administração e Controle	228.774,00
0002 – Valorização e Qualificação dos Servidores	500,00
0003 – Publicidade	500,00
0004 – Estruturação Física e Operacional do Consórcio	17.500,00
0006 – Manutenção de Rodovias	1.210.241,75
9999 – Reserva de Contingência	7.184,25
TOTAL	**1.464.700,00**

4 – POR CATEGORIA ECONÔMICA	R$
Despesas Correntes	1.440.015,75
Despesas de Capital	17.500,00
Reserva de Contingência	7.184,25
TOTAL	**1.464.700,00**

5 – POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	R$
01 – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Nascentes do Araguaia"	
001 – Secretaria Executiva	**1.464.700,00**
TOTAL	**1.464.700,00**

6 – POR PROJETOS E ATIVIDADES	R$
6.1 – ATIVIDADES	
2001 – Manutenção e Encargos com o Consórcio	228.774,00
2002 – Valorização e Qualificação dos Servidores	500,00
2003 – Manutenção de Rodovias - Patrulhas	1.210.241,75
2004 – Reserva de Contingência	7.184,25
2005 – Despesas com Publicidade	500,00

1001 – Estruturação Física e Operacional do Consórcio	17.500,00
TOTAL	**1.464.700,00**

7 - POR NATUREZA DE DESPESAS	R$
3.0.00.00.00–DESPESAS CORRENTES	1.440.015,75
3.1.00.00.00–PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	172.670,00
3.1.90.00.00–APLICAÇÕES DIRETAS	172.670,00
3.1.90.04.00–Contratação por Tempo Determinado	19.750,00
3.1.90.11.00–Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
3.1.90.13.00–Obrigações Patronais	37.920,00
3.1.90.34.00–Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratação de Terceiros	15.000,00
3.3.00.00.00–OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**1.267.345,75**
3.3.90.00.00–APLICAÇÕES DIRETAS	**1.267.345,75**
3.3.90.14.00–Diárias	10.000,00
3.3.90.30.00–Material de Consumo	86.758,75
3.3.90.33.00–Passagens e Despesas de Locomoção	600,00
3.3.90.35.00–Serviços de Consultoria	10.155,00
3.3.90.36.00–Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	54.185,00
3.3.90.39.00–Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.091.000,00
3.3.90.47.00–Obrigações Tributárias e Contributivas	14.647,00
4.0.00.00.00–DESPESAS DE CAPITAL	17.500,00
4.4.00.00.00–INVESTIMENTOS	17.500,00
4.4.90.51.00–Obras e Instalações	17.500,00
4.4.90.52.00–Equipamentos e Materiais Permanentes	17.500,00
9.0.00.00.00-Reserva de Contingência	7.184,25
9.9.00.00.00-Reserva de Contingência	7.184,25
9.9.99.00.00-Reserva de Contingência	7.184,25
9.9.99.99.00-Reserva de Contingência	7.184,25
TOTAL	**1.464.700,00**

Art. 4º - De acordo com o parágrafo 8.º do artigo 165 da Constituição Federal, nos termos dos Artigos "07 e 43" da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, e ainda de conformidade com o Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Nascentes do Araguaia", durante a execução do Orçamento Programa, fica autorizado à abertura de crédito suplementar até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do total da **"DESPESA FIXADA"**, para atender o reforço de dotações insuficientes, considerando-se recursos para o fim deste Artigo, desde que não comprometidos, os previstos no Artigo 43 e seus incisos, da Lei nº 4.320/64; e, utilizar a Reserva de Contingência também como recurso para abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais.

Art. 5º - Fica autorizado abertura de crédito especial conforme previsto no inciso II do art. 43 da Lei 4.320, por excesso de arrecadação por recurso de convênios firmados com os Municípios, Estado e União

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2010.

Alto Garças - MT, 21 de Dezembro de 2009.

ROLAND TRENTINI
Presidente do Conselho Diretor

Deliberada na reunião Ordinária dos Membros do Conselho, em
...../...../.....

Assinatura

ESTADO DO MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 08.051.612/0001-151-15, com sede administrativa no município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, para efeito de cumprimento aos artigos 207 e 209 da Constituição Estadual/MT e 31 e 37 da Constituição Federal, torna público a quem possa interessar para efeitos de cumprimento que o Plano de Trabalho Anual de 2010, que permanecerá pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 8 de janeiro de 2010 a disposição de qualquer contribuinte.

Campo Verde, 8 de janeiro de 2010.

Atenciosamente,

DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM
PRESIDENTE DO CIDESASUL

PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA ADEQUAÇÃO DO CISVP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO À LEI FEDERAL Nº 11.107/05 E AO DECRETO Nº 6.017/07.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, doravante simplesmente CISVP, composto pelos Municípios de Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte, formalmente autorizado pelas respectivas Câmaras Municipais, e representados por seus Prefeitos Municipais, reconhecendo a importância da adoção de uma política integrada no âmbito de suas competências constitucionais;

- Considerando os objetivos, princípios e diretrizes que regem as iniciativas públicas;

- Considerando que os signatários reconhecem como de interesse vital a ampliação e o fortalecimento de suas próprias capacidades gerenciais, condição necessária à cooperação intermunicipal;

- Considerando a faculdade de consorciamento prevista no Artigo 241 da Constituição Federal e na Lei Federal Nº 11.107/05;

Resolvem celebrar o presente protocolo de intenções objetivando a adequação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Vale do Peixoto - CISVP aos termos da Lei Federal n º 11.107/05, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E FORO.
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, constituído pelos Municípios de Guarantã do Norte, Matupá, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte, é pessoa jurídica de Direito Privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo propiciar o desenvolvimento administrativo, econômico, social da região por ele compreendida, principalmente nos aspectos relativos ao setor de saúde pública, resguardando o princípio constitucional da autonomia municipal, prazo de duração indeterminado com sede e foro no município de Matupá/MT, atualmente à Rua Dois, nº 356, Bairro ZC1-001, Cep: 78.525-000, Estado de Mato Grosso;

PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA ADEQUAÇÃO DO CISVP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO À LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DE 06.04.2005 E AO DECRETO Nº 6.017/07.

Matupá/MT, 05 de Janeiro de 2010.

FERNANDO ZAFONATO
Presidente do CISVP

MUNICIPIOS CONSÓRCIADOS DO CISVP

GUARANTÃ DO NORTE – CNPJ: 03.239.019/0001-83
MERCIDIO PANOSSO – Prefeito Municipal

MATUPÁ – CNPJ: 24.772.188/0001-54
FERNANDO ZAFONATO – Prefeito Municipal

NOVO MUNDO – CNPJ: 01.614.517/0001-33
AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO – Prefeito Municipal

PEIXOTO DE AZEVEDO – CNPJ: 03.238.631/0001-31
SINVALDO SANTOS BRITO – Prefeito Municipal

TERRA NOVA DO NORTE – CNPJ: 01.978.212/0001-00
MANOEL RODRIGUES DE FREITAS NETO – Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação
De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Coordenação de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa (65) 2123-1244
Editoração Eletrônica: Silvio Luiz Gomes da Silva
Atendimento: Noides Cenio da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**